

Memorando 6.009/2025

De: Thaise V. - PGM

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 30/10/2025 às 10:11:25

Setores (CC):

GAB, PGM, SMA-LC

Setores envolvidos:

PGM, GAB, SMA-LC

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO: SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Prezados,

Segue ETP e DFD.

Atenciosamente.

—
Thaise Viola
Assessoria Jurídica

Anexos:

DFD_Seminario_de_Sindicancia_e_PAD.pdf
ETP_Seminario_de_Sindicancia_e_PAD.pdf



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Secretaria: Procuradoria Geral

Setor requisitante (Órgão/Departamento/Divisão): Procuradoria Geral

Responsável pela Demanda: Thaise Viola

Telefone: (46) 3242 8600

1. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO: SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

2. Justificativa da necessidade da contratação:

No serviço público, a busca por excelência e eficiência é essencial para atender às necessidades da sociedade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que os servidores públicos invistam em estudos, capacitação e atualização contínua. Investir em estudos e capacitação é uma forma de valorizar a carreira no serviço público. Quanto mais conhecimento e habilidades um servidor adquire, maiores são as chances de progredir na hierarquia e conquistar oportunidades de destaque. O estudo contínuo e a capacitação não apenas beneficiam o servidor público em seu trabalho, mas também promovem seu crescimento profissional e pessoal. O conhecimento adquirido amplia suas perspectivas, fortalece sua autoconfiança e proporciona novas oportunidades de desenvolvimento. Nesse sentido, a Capacitação no Curso: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar proporcionará ao servidor participante o entendimento sobre: **i)** o regime jurídico disciplinar na Administração Pública; **ii)** o rito processual da sindicância e do PAD; **iii)** termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções; **iv)** indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos e; **v)** estudo de casos práticos.

Descrições e quantidades

LOTE	DESCRITIVO	TIPO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Item 1	<p>Curso de Capacitação: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar</p> <p>Carga horária: 17h30min.</p> <p>Previsão de realização: 05 a 07 de Novembro de 2025.</p> <p>Horários:</p> <p>05/11/2025 – 08h30 às 12h – 13h30 às 17h:00</p> <p>06/11/2025 – 08h30 às 12h – 13h30 às 17h:00</p> <p>07/11/2025 - 08h30 às 12h.</p> <p>Local: JL Hotel by Bourbon</p> <p>Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000</p> <p>Participarão do evento os servidores:</p> <p>Márcio Stringari</p> <p>CPF: 248.211.768-23</p> <p>Corpo docente: CHRISTIANNE STROPPA; LUCIANO REIS e VIVIAN LIMA LÓPEZ VALLE.</p> <p>Os currículos dos palestrantes se</p>	Serviço	Curso de Capacitação	01



MUNICÍPIO DE
CHOPINZINHO

	encontram anexo ao Memorando.			
--	-------------------------------	--	--	--

- 3. Grau de prioridade da contratação:** Alto.
- 4. Estimativa de valor:** R\$ 2.490,00.
- 5. Prazo de entrega/ execução:** O prazo de execução será de 05 a 07 de Novembro de 2025.
- 6. Local e horário da execução:** R. JL Hotel by Bourbon. Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000.
- 7. Vinculado ou dependente da contratação de outro Documento de Formalização de Demanda:** Não.
- 8. Indicação do fiscal do contrato ou servidor que fará a liquidação da despesa:** Thaise Viola.
- 9. Classificação orçamentária da despesa contendo a ação (projeto ou atividade) e a natureza da despesa até nível de desdobramento de elemento da despesa:** Recursos do Fundo da PGM.

Chopinzinho, 30 de outubro de 2025.

Thaise Viola
Assessora Jurídica



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

No serviço público, a busca por excelência e eficiência é essencial para atender às necessidades da sociedade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que os servidores públicos invistam em estudos, capacitação e atualização contínua. Investir em estudos e capacitação é uma forma de valorizar a carreira no serviço público. Quanto mais conhecimento e habilidades um servidor adquire, maiores são as chances de progredir na hierarquia e conquistar oportunidades de destaque. O estudo contínuo e a capacitação não apenas beneficiam o servidor público em seu trabalho, mas também promovem seu crescimento profissional e pessoal. O conhecimento adquirido amplia suas perspectivas, fortalece sua autoconfiança e proporciona novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, a Capacitação no Curso: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar proporcionará ao servidor participante o entendimento sobre: i) o regime jurídico disciplinar na Administração Pública; ii) o rito processual da sindicância e do PAD; iii) termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções; iv) indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos e; v) estudo de casos práticos.

2. ALINHAMENTO COM PCA

A presente contratação há alinhamento com o **PCA**.

3. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Seja obtido êxito na capacitação e se cumpram os objetivos do planejamento estratégico do órgão, consoante conteúdo programático do curso, a saber:

Módulo 1 – Regime jurídico disciplinar na Administração Pública – Professora Vivian Cristina Lima López Valle

1. Noções iniciais sobre sindicância e processo administrativo disciplinar. As principais diferenças. Quando instaurar um e outro. Quais os objetivos.

2. Cuidados específicos na instauração. O que deve constar na Portaria Inaugural. Quem pode participar de comissão. Como dar publicidade ao processo, quais os cuidados e exigências legais.

3. Princípios específicos.

4. Sanções aplicáveis e graduação

5. Pontos importantes de atenção, principais problemas

Módulo 2 – Rito processual da sindicância e do PAD – Professora Vivian Cristina Lima López Valle

1. Sindicância investigação e sindicância processo. Ritos específicos e consequências.

2. Instauração do PAD. Ritos e procedimentos

3. Defesa prévia. Intimação, defesa técnica por advogado e cuidados da Comissão.

4. Produção de provas. Quais são admitidas e o que deve ser indeferido. Como produzir prova testemunhal, documental e pericial sem vícios. Acareação. Prazos e preclusão. A possibilidade de conversão do feito em diligência. O interrogatório.

5. Defesa escrita. A citação e nulidades.

6. Relatório final. O que deve conter e como deve ser realizado. Pontos importantes de atenção. As teses de defesa. A Análise de prescrição e a aplicação do regime jurídico administrativo.

7. Sanções. Dosimetria e proporcionalidade.

Módulo 3 – Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções – Professora Christianne Stroppa

1. Consensualismo administrativo e direito administrativo sancionador

2. Qual o momento para a celebração do TAC

3. Requisitos e condições para sua realização

4. Consequências para o servidor e para a Administração Pública

5. Fiscalização do cumprimento do TAC

Módulo 4 – Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos – Professora Christianne Stroppa

1. Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Caracterização e situações possíveis de enquadramento. Como conduzir questões de assédio e preconceito no regime disciplinar. Quais os cuidados.

2. O rito do processo disciplinar e da sindicância e a aplicação do protocolo sob a perspectiva de gênero e do protocolo sobre a perspectiva de raça do CNJ

3. Indiciamento. Momento adequado e cuidados necessários.

4. Prescrição, preclusão e decadência administrativa.

5. As esferas civil, penal e administrativa e as possibilidades de comunicação e efeitos.

Módulo 5 – Modelos e estudos de caso – aplicação prática – Professor Luciano Reis

1. Casos práticos na área de saúde

2. Casos práticos na área de educação

3. Casos práticos na prestação de serviços gerais e em atividades administrativas



4. Casos práticos de assédio e preconceito
5. Casos práticos de prescrição e preclusão
6. Casos práticos de (in)comunicabilidade de instâncias
7. A posição dos tribunais

4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1 Quantitativo Procuradoria Geral

LOTE	DESCRITIVO	TIPO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Item 1	<p>Curso de Capacitação: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar</p> <p>Carga horária: 17h30min.</p> <p>Previsão de realização: 05 a 07 de Novembro de 2025.</p> <p>Horários:</p> <p>05/11/2025 – 08h30 às 12h – 13h30 às 17h:00</p> <p>06/11/2025 – 08h30 às 12h – 13h30 às 17h:00</p> <p>07/11/2025 - 08h30 às 12h.</p> <p>Local: JL Hotel by Bourbon</p> <p>Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000</p> <p>Participará do evento os servidores:</p> <p>Márcio Stringari</p> <p>CPF: 248.211.768-23</p> <p>Corpo docente: CHRISTIANNE STROPPA; LUCIANO REIS e VIVIAN LIMA LÓPEZ VALLE.</p> <p>Os currículos dos palestrantes se encontram anexo ao Memorando.</p>	Serviço	Curso de Capacitação	01

5. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Estimativa do valor da contratação: R\$ 2.490,00.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A capacitação oferecerá ao servidor a oportunidade de aprimorar suas competências técnicas. Esse desenvolvimento ajuda não só na melhor execução de suas atividades na área do curso escolhido, mas também amplia seu conjunto de habilidades, preparando-o para assumir desafios mais complexos no futuro.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não se aplica.

8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Contribuir para a formação mais qualificada do servidor para que haja o entendimento sobre o regime jurídico disciplinar na Administração Pública, o rito processual da sindicância e PAD, termos de ajustamento de conduta, indiciamento, prescrição, assédio e estudo de casos práticos.

PROVIDÊNCIAS PREVIAS AO CONTRATO

Não se aplica.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

10. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica.

11. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação, e salvo melhor Juízo, fica demonstrada e atestada a vantajosidade dessa forma de contratação pela Procuradoria Geral.

Chopinzinho, 30 de outubro de 2025.

Thaise Viola
Assessora Jurídica



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 196B-28FB-F09B-8B73

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ THAISE VIOLA (CPF 103.XXX.XXX-85) em 30/10/2025 10:12:01 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/196B-28FB-F09B-8B73>

Memorando 1- 6.009/2025

De: Thaise V. - PGM

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 30/10/2025 às 10:22:06

Encaminho ao Sr. Prefeito para autorização de abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada para realização de curso de capacitação: sindicância e processo administrativo disciplinar.

VALOR: R\$ 2.490,00 (recursos Fundo da PGM).

—

Thaise Viola
Assessoria Jurídica

Memorando 2- 6.009/2025

De: Thaise V. - PGM

Para: SMF-C - Contabilidade - A/C Rodrigo J.

Data: 30/10/2025 às 10:23:09

Prezado,

segue para dotação orçamentária (recursos do Fundo da PGM).

—

Thaise Viola
Assessoria Jurídica

Memorando 3- 6.009/2025

De: Álvaro S. - GAB

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2025 às 10:53:28

Setores envolvidos:

GAB, PGM, SMA-LC, SMF-C

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO: SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Autorizo o prosseguimento.

—
Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 89DA-1E6B-4245-1CA9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 30/10/2025 10:53:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/89DA-1E6B-4245-1CA9>

Memorando 4- 6.009/2025

De: Thaise V. - PGM

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 30/10/2025 às 14:04:42

Segue Termo de Referência.

—
Thaise Viola

Assessoria Jurídica

Anexos:

TERMO_DE_REFERENCIA_Seminario_de_Sindicancia_e_PAD.doc

TERMO_DE_REFERENCIA_Seminario_de_Sindicancia_e_PAD.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Thaise Viola	30/10/2025 14:04:59	1Doc	THAISE VIOLA CPF 103.XXX.XXX-85
Nivaldo José Bello Junior	31/10/2025 15:13:01	1Doc	NIVALDO JOSÉ BELLO JUNIOR CPF 053.XXX.XXX-10...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao> e informe o código: 27AA-1D04-52A0-D793



TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto n.º 73, de 2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO

Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais, conforme descrito no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<p>Curso de Capacitação: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar</p> <p>Carga horária: 17h30min.</p> <p>Previsão de realização: 05 a 07 de Novembro de 2025.</p> <p>Horários:</p> <p>05/11/2025 – 08h30 às 12h – 13h30 às 17h:00</p> <p>06/11/2025 – 08h30 às 12h – 13h30 às 17h:00</p> <p>07/11/2025 - 08h30 às 12h.</p> <p>Local: JL Hotel by Bourbon</p> <p>Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000</p> <p>Participarão do evento os servidores:</p> <p>Márcio Stringari</p> <p>CPF: 248.211.768-23</p> <p>Corpo docente: CHRISTIANNE STROPPA; LUCIANO REIS e VIVIAN LIMA LÓPEZ VALLE.</p> <p>Os currículos dos palestrantes se encontram anexo ao Memorando.</p>	01	2.490,00	R\$ 2.490,00

2 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

No serviço público, a busca por excelência e eficiência é essencial para atender às necessidades da sociedade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que os servidores públicos invistam em estudos, capacitação e atualização contínua. Investir em estudos e capacitação é uma forma de valorizar a carreira no serviço público. Quanto mais conhecimento e habilidades um servidor adquire, maiores são as chances de progredir na hierarquia e conquistar oportunidades de destaque. O estudo contínuo e a capacitação não apenas beneficiam o servidor público em seu trabalho, mas também promovem seu crescimento profissional e pessoal. O conhecimento adquirido amplia suas perspectivas, fortalece sua autoconfiança e proporciona novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, a Capacitação no Curso: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar proporcionará ao servidor participante o entendimento sobre: **i)** o regime jurídico disciplinar na Administração Pública; **ii)** o rito processual da sindicância e do PAD; **iii)** termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções; **iv)** indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos e; **v)** estudo de casos práticos.

Considerando o inciso II do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 o qual dispõe que:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”.



Considerando os contratos/notas fiscais fornecidas pela empresa (em anexo ao processo), as quais comprovam que o valor está compatível com o valor de mercado.

Considerando que a empresa escolhida é consagrada no mercado pela competência dos docentes e por estar há muitos anos em atividade, a competência dela é indiscutível.

3 FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços deverão ser executados nas datas de 05 a 07 de novembro de 2025, conforme proposta fornecida pela contratada.

3.2 Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a Contratada a executar o mesmo objeto, sem ônus ao Contratante, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

4 JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DO VALOR OFERTADO

4.1 Serão pagos os preços unitários previstos no Item 1 deste Termo de Referência.

4.2 O valor máximo a ser pago à Contratada será de R\$ 2.490,00 (dois mil e quatrocentos e noventa reais) para participação de 01 servidor.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

4.4 Somente serão pagos os valores referentes aos serviços efetivamente executados e que tenham sido recebidos definitivamente pelo contratante.

4.5 Para fins de atendimento ao disposto no Art. 372 do Decreto Municipal 73/2023, informamos que em consulta com a contratada, a mesma informou que emitiu 3 notas fiscais com objeto semelhante e conteúdo programático diverso, ao descrito neste termo e com preço compatível, sendo assim, foi acostado ao memorando.

4.6 Mapa de Preços:

05/05/2025	NF 3158	Município de Gaspar/PR	R\$ 2.490,00
07/05/2025	NF 3165	Município de Cerro Azul/PR	R\$ 2.490,00
29/04/2025	NF 3142	Município de Tibagi/PR	R\$ 2.490,00

4.7 A servidora responsável pela pesquisa de preços é a Sra. Thaise Viola.

5 DO REAJUSTE

5.1. A periodicidade de reajuste do valor da contratação será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2021, utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por se tratar do índice nacionalmente utilizado, bem como fornece um panorama sobre como está o poder de compra da população e sua variação no país.

5.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data da inscrição.

5.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o Art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3 Não serão admitidos apostilamento com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6 RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá à servidora Sra. Elaine Cristina Gambeta, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (incisos I a VII do art.10 do Decreto nº 73/2023):

I - analisar a documentação que antecede o pagamento;



- II** - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III** - analisar eventuais alterações contratuais, depois de ouvido o fiscal do contrato;
- IV** - analisar os documentos referentes à execução do serviço executado contratado;
- V** - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI** - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- VII** - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema GMS, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- VIII** - preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- IX** - inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- X** - outras atividades compatíveis com a função.

6.1.2 As atribuições referidas no item 6.1 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá à servidora Thaise Viola, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (parágrafos 1º ao 2º; e parágrafo 4º do art. 11; e incisos I a XV do art. 12 do Decreto nº 73/2023), naquilo que for compatível com o objeto do contrato:

- I** - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II** - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III** - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- IV** - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- V** - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- VI** - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VII** - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VIII** - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- IX** - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- X** - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- XI** - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- XII** - verificar a correta aplicação dos materiais;
- XIII** - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XIV** - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XV** - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.2.1 Compete ainda ao fiscal do contrato, no que se refere à fiscalização e acompanhamento da prestação



dos serviços:

I - O fiscal de contrato deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

II - A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto nº 73/2023.

6.2.2 As atribuições referidas no item 6.2 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

7 PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1 O serviço deverá ser executado no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

7.1.1 Local de execução dos serviços: JL Hotel by Bourbon. Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000.

7.1.2 Prazo de execução dos serviços: dias 05 a 07 de novembro de 2025.

7.2 Os serviços poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O curso deverá ser ministrado, pessoalmente, pelos professores: CHRISTIANNE STROPPA; LUCIANO REIS e VIVIAN LIMA LÓPEZ VALLE.

8 FONTE DE RECURSO

8.1 A despesa correrá da seguinte dotação orçamentária: Procuradoria Geral/Secretaria de Administração e Finanças.

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	1045 - Outros Recursos não Vinculados
Programa de Trabalho:	04.122.0002.2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	1633 - SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Nota de Empenho:	Não se aplica

9 VIGÊNCIA

9.1 O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias contados da data de assinatura.

9.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações da Contratada:

10.1.1 Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);



10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

10.1.9.1 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.2 Aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e respetivo termo de referência;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato e no termo de referência;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de sistema interno, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para contratados sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 deste contrato.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad 365$$

$$I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

11.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

11.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento do objeto, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Em função do baixo valor da contratação;

12.1.2 Pelo disposto no item 3.2 deste termo, no qual a contratada se compromete a executar o objeto em outra data, caso ocorra fato que impossibilite a execução na data prevista, devidamente justificado à Administração.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto nº 73, de 2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto nº 73, de 2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto nº 73, de 2023;



13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 73, de 2023.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de norma ou súmula administrativa específica.

13.7 Nos casos não previstos neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 73, de 2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, no procedimento de seleção do fornecedor e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Chopinzinho.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho.

13.10 As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

14. CASOS DE EXTINÇÃO

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:





a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no termo de referência;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuênciia expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no termo de referência que originou o contrato.

15.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15.6 Não será admitida a subcontratação ou cessão total ou parcial dos serviços, objeto deste termo.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria execução dos serviços por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.

16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados execução dos serviços especificados no contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.

16.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto do contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar



termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma de regulamentação específica.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base no contrato serão atendidas na forma de regulamentação específica.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE ao Município de Chopinzinho, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DA DISPENSA DO MAPA DE RISCOS

Considerando que a presente contratação é um serviço comum, de baixo valor, baixa complexidade, e solução simples, nos termos do Art. 186 do Decreto Municipal 73/2023, alterado pelo Decreto 118/2025, fica dispensado o Mapa de Riscos.

18. DA APROVAÇÃO DO GESTOR

O Gestor deste órgão aprova este Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, bem como atesta o alinhamento dos referidos documentos ao planejamento estratégico e ao plano de contratações anual. Os referidos documentos estão lastreados nos elementos técnicos fundamentais que os apoiam, tais como na descrição precisa do objeto e suas especificações técnicas, a necessidade da contratação foi demonstrada pelo órgão de origem, a definição dos requisitos da contratação foram fixados, a estimativa da quantidade e o levantamento de mercado, estimativa da despesa, o orçamento estimativo e/ou o cronograma físico-financeiro de desembolso foram realizados por servidor público identificado, houve a descrição da solução como um todo, os resultados pretendidos estão direcionados ao interesse público e aos interesses gerais, o modo de fornecimento, o local e o prazo da entrega foram definidos de forma razoável, assim como os critérios de aceitação do objeto, as obrigações das partes foram devidamente definidas, a forma de pagamento foi estabelecida de forma usualmente adotada pela Administração municipal, o órgão interessado definiu os critérios de seleção dos fornecedores, os prazos de vigência e execução contratual foram fixados, as hipóteses de reajuste e revisão constam de forma expressa nos documentos, houve a indicação dos recursos financeiros e orçamentários e, finalmente, o gestor e fiscal foram expressamente designados.

Chopinzinho – PR, 30 de outubro de 2025.

Thaise Viola
Assessora Jurídica

Nivaldo José Bello Júnior
Procurador Geral





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 27AA-1D04-52A0-D793

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ THAISE VIOLA (CPF 103.XXX.XXX-85) em 30/10/2025 14:04:57 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ NIVALDO JOSÉ BELLO JUNIOR (CPF 053.XXX.XXX-10) em 31/10/2025 15:12:59 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/27AA-1D04-52A0-D793>

Memorando 5- 6.009/2025

De: Thaise V. - PGM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2025 às 14:08:31

Seguem demais documentos.

—
Thaise Viola
Assessoria Jurídica

Anexos:

10_Consulta_de_Sancoes___Portal_da_Transparencia_do_Governo_Federal.pdf
11_certidao_negativa_de_pendencias_tce_pr.pdf
12_TCU_VCTO_31_10_25.pdf
13_Cadastro_de_restricoes_ao_direito_de_contratar_com_a_Administracao_Publica.pdf
14_certidao_improbidade_adm_e_inegibilidade_TSE.pdf
15_Certidao_negativa_de_licitantes_inidoneos_do_Tribunal_de_Contas_da_Uniao.pdf
16_FGTS_venc_04_11.pdf
17_Declaracao_LGPD_PM_CHOPINZINHO.pdf
18_Declaracao_NAO_PARECENTESCO_PM_CHOPINZINHO_24_10_25.pdf
19_1_nota_2.pdf
19_2_nota_3.pdf
19_notas_1.pdf
1_Proposta_AGP_Instituto_IAGP_SEMINARIO_SINDICANCIA_E_PAD_PM_Chopinzinho.pdf
20_Docs_compactados_PAD_curriculos_e_notas_removed.pdf
21_Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_LUCIANO_ELIAS_REIS_.pdf
2_CNPJ_AGP_INSTITUTO.pdf
3_Contrato_Social_Ltda_2020.pdf
4_certidao_IMPROBIDADE.pdf
5_CGU_VCTO_31_10_25.pdf
6_CNDT_VCTO_30_03_26.pdf
7_CND_ESTADUAL_VCTO_29_01_26.pdf
8_CND_FEDERAL_VCTO_15_02_26.pdf
9_CND_MUNICIPAL_VCTO_30_03_26.pdf

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 10/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 10/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

Dados da consulta: 30/10/2025 09:42:00

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 32.651.451/0001-85

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****Certidão Negativa de Pendências****CNPJ: 32.651.451/0001-85****Requerente: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná **CERTIFICA**, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas irregulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:

- a) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 68/2012;
- b) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005.

Certidão emitida em 30/10/2025 09:44:10, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 690366070

Certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **32.651.451/0001-85**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 08:26:48 do dia 01/10/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: TKC4011025082648

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Consulta de Impedidos de Litar

CNPJ: 32651451000185

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (30/10/2025 às 09:51) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 32.651.451/0001-85.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6903.5F47.2747.1679 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **32.651.451/0001-85**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:00:13 do dia 30/10/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: KRNA301025100013

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.651.451/0001-85

Razão Social: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

Endereço: R MINAS GERAIS 1391 SL 502 ANDAR 5 EDIF / N SRA APARECIDA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/10/2025 a 04/11/2025

Certificação Número: 2025100601595314586620

Informação obtida em 09/10/2025 08:09:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

À Prefeitura Municipal de Chopinzinho, Paraná

DECLARAÇÃO SOBRE A LGPD

O IAGP - INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (AGP Instituto)

CNPJ 32.651.451/0001-85

Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida Francisco Beltrão-PR

Representante Legal: Eduardo Anziliero - CPF 062.856.909-28.

DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no contrato e que possui as condições de habilitação previstas no procedimento administrativo de contratação direta, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar do procedimento de contratação direta e ser contratado, o interessado deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;

1.2. referentes a participações societárias;

1.3. informações inseridas em contratos sociais;

1.4. endereços físicos e eletrônicos;

1.5. estado civil;

1.6. eventuais informações sobre cônjuges;

1.7. relações de parentesco;

1.8. número de telefone;

1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

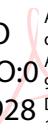
1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Por ser verdade firmamos o presente.

Francisco Beltrão, 24 de outubro de 2025.

EDUARDO  Assinado de forma
digital por EDUARDO
ANZILIERO:0928
6285690928 Dados: 2025.10.24
15:18:47 -03'00'

EDUARDO ANZILIERO
Direção Administrativa
CNPJ 32.651.451/0001-85
CPF 062.856.909-28

À Prefeitura Municipal de Chopinzinho, Paraná

**DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA
NAS VEDAÇÕES DO INCISO IV DO ART. 14º DA LEI FEDERAL 14.133/21.**

**O IAGP - INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (AGP Instituto)
CNPJ 32.651.451/0001-85**

**Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida
Francisco Beltrão-PR**

Representante Legal: Eduardo Anziliero - CPF 062.856.909-28.

DECLARA sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Dirigente do órgão ou entidade contratante: Prefeito e Vice Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, ou com agente público que desempenhe função na licitação: Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº_____, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/21.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedaçõe(s) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro

societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 14º, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Francisco Beltrão, 24 de Outubro de 2025.

EDUARDO
ANZILIERO:0
6285690928

Assinado de forma
digital por EDUARDO
ANZILIERO:06285690
928
Dados: 2025.10.24
15:16:49 -03'00'

EDUARDO ANZILIERO
Direção Administrativa
CNPJ 32.651.451/0001-85
CPF 062.856.909-28

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1º	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2º	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3º	Bisavô/Bisavó	Bisneta (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades Decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1º	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2º	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3º	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/Tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1º	Padastro/Madastra	Genro/Nora	-
2º	Pai/Mãe do (a) Padastro/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3º	Avô (ó) do (a) Padastro/Madastra	Cônjuge do (a) Bisneta (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Secretaria Municipal da Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

www.esnfs.com.br

Número da Nota:

3165

Data e Hora da Emissão:

07/05/2025 10:37:20

Operador Emissor:

IAGP I. A. E.

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: 32651451000185 I.E.: I.M.: 309103 Telefone: 4699708582

Nome/Razão: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

Endereço: RUA MINAS GERAIS, 1391 - SALA 502 ANDAR 5. - NOSSA SENHORA APARECIDA

Município: Francisco Beltrão UF: PR e-Mail: contato@institutoagp.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 76105626000124 I.E.: I.M.:

Nome/Razão: MUNICÍPIO DE CERRO AZUL

Endereço: R BARAO DO CERRO AZUL, 63 - Centro - 83570000

Município: Cerro Azul UF: PR e-Mail:

Cód.	Descrição	Val. Serviço	Desconto	Dedução	Base Cálc.	Aliq.	ISS
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. Discriminação: Referente inscrição no Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), ministrados pelos professores Daniel Ferreira, Luzardo Faria e Vivian Lima López Valle, nos dias 13 a 15 de maio de 2025, em Curitiba, ao servidor Fernando Von der Osten.	2.490,00	0,00	0,00	2.490,00	2,00000	49,80

CONTA:
Banco 756 | Agência 4342 C/C nº. 29657-0 IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA
PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.

Empresa optante pelo Simples Nacional

Total Serviços (R\$)	2.490,00
Total ISS (R\$)	49,80
Impostos (R\$)	COFINS Ret. 0,00 CSLL Ret. 0,00 INSS Ret. 0,00 IRRF Ret. 0,00 PIS Ret. 0,00 ISS (0,00) 0,00
Total Líquido (R\$)	2.490,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717-2010 e Decreto 209-2011
A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado em Município de Francisco Beltrão.
Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.

DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS

PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Tv. Frei Deodato, 80, Centro - Francisco Beltrão - PR
Fone (46) 3524-5063

Autenticidade: 2DCEEB6.48AE3F09.8A562143.BD16A12C (verificada em 07/05/2025 às 10:37:21)

Equiplano - NFS-e 500.2005





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Secretaria Municipal da Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

www.esnfs.com.br

Número da Nota:

3142

Data e Hora da Emissão:

29/04/2025 08:40:52

Operador Emissor:

IAGP I. A. E.

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: **32651451000185** I.E.: **309103** Telefone: **4699708582**

Nome/Razão: **IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**

Endereço: **RUA MINAS GERAIS, 1391 - SALA 502 ANDAR 5. - NOSSA SENHORA APARECIDA**

Município: **Francisco Beltrão** UF: **PR** e-Mail: **cadastro@comunelo.com.br**

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **76170257000153** I.E.: **312375**

Nome/Razão: **MUNICÍPIO DE TIBAGI**

Endereço: **PRACA LEOPOLDO MERCER, 34 - CENTRO - 84300000**

Município: **Tibagi** UF: **PR** e-Mail:

Cód.	Descrição	Val. Serviço	Desconto	Dedução	Base Cálc.	Aliq.	ISS
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. Discriminação: Referente inscrição no Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), ministrados pelos professores Daniel Ferreira, Luzardo Faria e Vivian Lima López Valle, nos dias 13 a 15 de maio de 2025, em Curitiba, a servidora Maissa Antunes Teixeira Prestes de Souza.	2.490,00	0,00	0,00	2.490,00	2,00000	49,80

Total Serviços (R\$) **2.490,00**

Total ISS (R\$) **49,80**

Impostos (R\$)	COFINS Ret. 0,00	CSLL Ret. 0,00	INSS Ret. 0,00	IRRF Ret. 0,00	PIS Ret. 0,00	ISS (0,00) 0,00
----------------	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------------	--------------------

Total Líquido (R\$) **2.490,00**

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717-2010 e Decreto 209-2011

A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado em Município de Francisco Beltrão.

Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.

DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS

PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Tv. Frei Deodato, 80, Centro - Francisco Beltrão - PR
Fone (46) 3524-5063

Autenticidade: 1E132CC0.D1990B5E.B1F86BA0.0F224A50 (verificada em 29/04/2025 às 08:40:53)

Equiplano - NFS-e 500.2005





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Secretaria Municipal da Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

www.esnfs.com.br

Número da Nota:

3158

Data e Hora da Emissão:

05/05/2025 09:31:52

Operador Emissor:

IAGP I. A. E.

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: **32651451000185** I.E.: **309103** Telefone: **4699708582**
Nome/Razão: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**
Endereço: **RUA MINAS GERAIS, 1391 - SALA 502 ANDAR 5. - NOSSA SENHORA APARECIDA**
Município: **Francisco Beltrão** UF: **PR** e-Mail: **contato@institutoagp.com.br**

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **83102244000102** I.E.: I.M.:
Nome/Razão: **MUNICÍPIO DE GASPAR**
Endereço: **R CORONEL ARISTILIANO RAMOS , 435 - CENTRO - 89110001**
Município: **Gaspar** UF: **SC** e-Mail:

Cód.	Descrição	Val. Serviço	Desconto	Dedução	Base Cálc.	Aliq.	ISS
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. Discriminação: Referente inscrição no Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), ministrado pelos professores Daniel Ferreira, Luzardo Faria e Vivian Lima López Valle, nos dias 13 a 15 de maio de 2025, em Curitiba, ao servidor Luis Cesar Hening.	2.490,00	0,00	0,00	2.490,00	2,00000	49,80

Empresa optante pelo Simples Nacional

Total Serviços (R\$)	2.490,00
Total ISS (R\$)	49,80
Impostos (R\$)	COFINS Ret. 0,00 CSLL Ret. 0,00 INSS Ret. 0,00 IRRF Ret. 0,00 PIS Ret. 0,00 ISS (0,00) 0,00
Total Líquido (R\$)	2.490,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717-2010 e Decreto 209-2011
A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado em Município de Francisco Beltrão.
Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.

DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS

PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Tv. Frei Deodato, 80, Centro - Francisco Beltrão - PR
Fone (46) 3524-5063

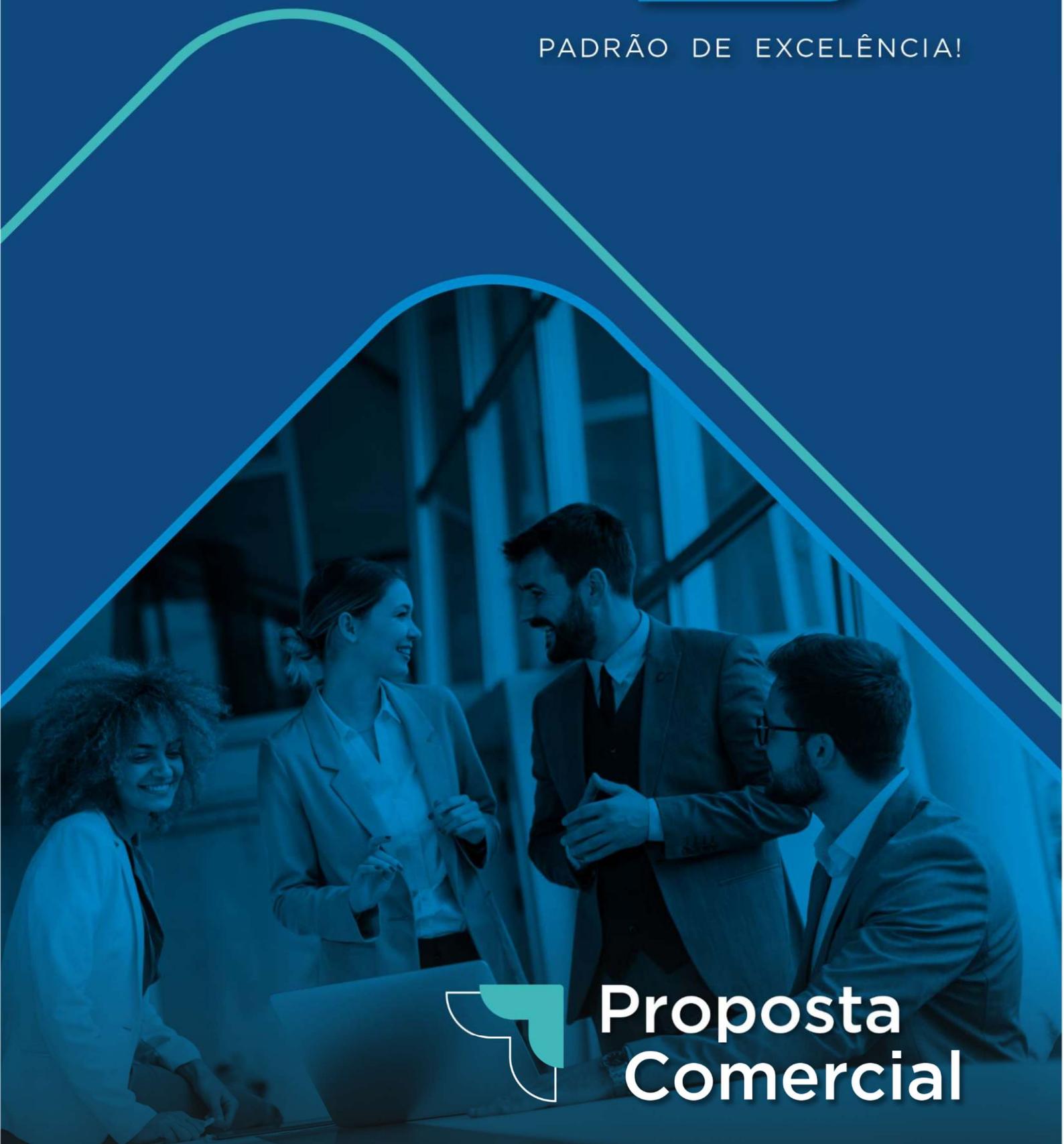
Autenticidade: E86DEAC2.4176F93A.92DC2603.7B551C18 (verificada em 05/05/2025 às 09:31:52)

Equiplano - NFS-e 500.2005





PADRÃO DE EXCELÊNCIA!



**Proposta
Comercial**

A Prefeitura Municipal de Chopinzinho, PR



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Teoria e Prática em Sindicância e processo administrativo disciplinar – Treinamento para servidores e análise de casos práticos

Módulo 1 – Regime jurídico disciplinar na Administração Pública – Professora Vivian Cristina Lima López Valle

1. Noções iniciais sobre sindicância e processo administrativo disciplinar. As principais diferenças. Quando instaurar um e outro. Quais os objetivos.
2. Cuidados específicos na instauração. O que deve constar na Portaria Inaugural. Quem pode participar de comissão. Como dar publicidade ao processo, quais os cuidados e exigências legais.
3. Princípios específicos.
4. Sanções aplicáveis e graduação
5. Pontos importantes de atenção, principais problemas

Módulo 2 – Rito processual da sindicância e do PAD – Professora Vivian Cristina Lima López Valle

1. Sindicância investigação e sindicância processo. Ritos específicos e consequências.

2. Instauração do PAD. Ritos e procedimentos
3. Defesa prévia. Intimação, defesa técnica por advogado e cuidados da Comissão.
4. Produção de provas. Quais são admitidas e o que deve ser indeferido. Como produzir prova testemunhal, documental e pericial sem vícios. Acareação. Prazos e preclusão. A possibilidade de conversão do feito em diligência. O interrogatório
5. Defesa escrita. A citação e nulidades.
6. Relatório final. O que deve conter e como deve ser realizado. Pontos importantes de atenção. As teses de defesa. A Análise de prescrição e a aplicação do regime jurídico administrativo.
7. Sanções. Dosimetria e proporcionalidade.

Módulo 3 – Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções – Professora Christianne Stroppa

1. Consensualismo administrativo e direito administrativo sancionador
2. Qual o momento para a celebração do TAC
3. Requisitos e condições para sua realização
4. Consequências para o servidor e para a Administração Pública
5. Fiscalização do cumprimento do TAC

Módulo 4 – Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos – Professora Christianne Stroppa

1. Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Caracterização e situações possíveis de enquadramento. Como conduzir questões de assédio e preconceito no regime disciplinar. Quais os cuidados.
2. O rito do processo disciplinar e da sindicância e a aplicação do protocolo sob a perspectiva de gênero e do protocolo sobre a perspectiva de raça do CNJ
3. Indiciamento. Momento adequado e cuidados necessários.
4. Prescrição, preclusão e decadência administrativa.
5. As esferas civil, penal e administrativa e as possibilidades de comunicação e efeitos.

Módulo 5 – Modelos e estudos de caso – aplicação prática – Professor Luciano Reis

1. Casos práticos na área de saúde
2. Casos práticos na área de educação
3. Casos práticos na prestação de serviços gerais e em atividades administrativas
4. Casos práticos de assédio e preconceito
5. Casos práticos de prescrição e preclusão
6. Casos práticos de (in)comunicabilidade de instâncias
7. A posição dos tribunais.

PROFESSORES



CHRISTIANNE STROPPA

Professora Doutora e Mestre pela PUC/SP. Especialista em Auditoria e Inovação no Setor Público. Ex-Assessora de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Advogada e consultora em Licitações e Contratos Administrativos. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), do Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP), do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), do Instituto Nacional de Contratação Pública (INCP) e do Membro associado do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Professora convidada das pós-graduações em licitações e contratos da Coordenadoria Geral de Especialização (COGEAE) da PUC/SP, da PUC/PR, da Escola Mineira de Direito (EMD), da Faculdade Polis Civitas – Curitiba/PR, da Faculdade Baiana de Direito e do Complexo de Ensino Renato Saraiva Ltda. – Faculdade CERS. Autora de diversos artigos e palestrante na área da contratação pública.



LUCIANO REIS

Advogado. Doutor e Mestre em Direito Econômico pela – PUCPR. Doutor em Direito Administrativo na Universitat Rovira i Virgili – Espanha. Especialista em Direito Administrativo e

em Processo Civil. Professor de Direito Administrativo. Pesquisador Líder do Grupo de Pesquisa Compras Públicas Inovadoras, Professor da Pós-Graduação, Coordenador da Pós- Graduação em Licitações e Contratos da, Professor da Pós-Graduação em Direito Administrativo Disciplinar no NPSPP. Autor dos livros “Convênio Administrativo: instrumento jurídico eficiente para o fomento e desenvolvimento do Estado”. “Licitações e Contratos: Um Guia da Jurisprudência”, “Licitações e Contratos: Cases e Orientações Objetivas” e “CON – Coletânea de Legislação”. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo.



VIVIAN LIMA LÓPEZ VALLE

Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora Titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos.

INVESTIMENTO

R\$ 2.490,00 inscrição individual.

Será disponibilizado material impresso, digital, mochila, pasta, bloco, caneta e coffee break em todos os períodos do evento.

DATA E HORÁRIOS

5, 6 e 7 de Novembro de 2025

05/11/25 – 08h30 as 12h00

05/11/25 – 13h30 as 17h00

06/11/25 – 08h30 as 12h00

06/11/25 – 13h30 as 17h00

07/11/25 – 08h30 as 12h00

Carga Horária: 17h30 h/aula

LOCAL

FOZ DO IGUAÇU, PR

JL Hotel by Bourbon

Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000

Telefone: (45) 3422-1000

Sugestão de hotéis próximos:

- Hotel Viale Iguassu (ao lado do hotel JL) contato: (45) 3025-9880
- Safa Hotel Foz – contato: (45) 99957-3964
- Hotel Bella Itália – contato: (45) 3521-5000

OBSERVAÇÕES

Empenho:

Deverá ser feito em nome de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PÚBLICA LTDA | CNPJ: 32.651.451/0001-85**

O Certificado, material digital e comprovante de inscrição estarão disponível na [Área do Aluno](#), no site do instituto:

<https://aluno.institutoagp.com.br/#/login>

Dados Bancários:

Banco 756 | Agência 4342 C/C nº. 29657-0

IAGP – Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA |

PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85

INSCRIÇÕES

Para Inscrições e mais informações fale conosco **(46) 99970.8582**
site www.institutoagp.com.br



ou acesse nosso

Dúvidas à disposição!

Atenciosamente,

Francisco Beltrão, 24 de Outubro de 2025.



PADRÃO DE EXCELÊNCIA!

Michella M. Moreira

Administrativo IAGP

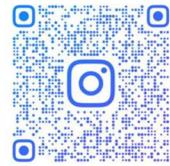
 Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda
CNPJ 32.651.451/0001-85

 Rua Minas Gerais, 1391 - Ed. Ellon, 5º andar
Francisco Beltrão PR

 46 | 99970 8582  46 | 2601 1977

 www.institutoagp.com.br

Siga nossas
Redes Sociais



@agpinstituto



AGP

INSTITUTO

CNPJ 32.651.451/0001-85

Sobre Nós

Fundada em 2019, o quadro societário composto por Eduardo Anziliero e Michella Massoni Moreira. É uma empresa que preza pelo alto nível técnico de seus treinamentos e capacitações, com atendimento personalizado e humanizado.

Com sede física em Francisco Beltrão, Paraná, trabalhamos com as capacitações nas cidades polo do Estado do Paraná e também de outros Estados, trazendo proximidade a nossos clientes e atendemos as demandas específicas.

Nossas capacitações para órgãos públicos são projetadas para aprimorar a eficiência, promover a inovação e fortalecer a capacidade técnica, garantindo uma gestão pública mais ágil, transparente e orientada para resultados.

O nosso corpo docente é altamente qualificado e possui características específicas que garantam a excelência na formação de gestores e servidores públicos.





INSTITUTO AGP

CAPACITANDO COM EXCELÊNCIA

QUEM SOMOS

Fundada em 2019, o quadro societário composto por Eduardo Anziliero e Michella Massoni Moreira. É uma empresa que preza pelo alto nível técnico de seus treinamentos e capacitações, com atendimento personalizado e humanizado.

Com sede física em Francisco Beltrão, Paraná, trabalhamos com as capacitações nas cidades polo do Estado do Paraná e também de outros Estados, trazendo proximidade a nossos clientes e atendemos as demandas específicas.

OLÁ, SOMOS O INSTITUTO AGP

O **Instituto AGP** é uma instituição que contribui com a Gestão Pública por meio de capacitações inovadoras, comprometidos com a eficiência, transparência e educação de qualidade.

Este objetivo reflete a missão de preparar gestores públicos que possam atuar com responsabilidade, visão estratégica e compromisso com o bem comum.

Fundada em 2019, é uma empresa que preza pelo alto nível técnico de seus treinamentos e capacitações, com atendimento personalizado e humanizado.



INSTITUCIONAL

Nossas capacitações para órgãos públicos são projetadas para aprimorar a eficiência, promover a inovação e fortalecer a capacidade técnica, garantindo uma gestão pública mais ágil, transparente e orientada para resultados.



MISSÃO

Promover conhecimento especializado em gestão pública com alto nível técnico, objetividade, agilidade e inovação através de treinamentos e orientações aos gestores e servidores públicos com foco na eficiência e eficácia dos serviços prestados, proporcionando qualidade e excelência no exercício de suas funções.



VISÃO

Ser reconhecida como instituição que atende a órgãos públicos, de forma eficiente e inovadora, comprometida com o desenvolvimento e formação profissional, garantindo a viabilidade econômica com a prestação de serviços de altíssima qualidade e elevado padrão técnico.



VALORES

É uma instituição que traz seriedade e competência, com inovação e dinamismo. É uma instituição apartidária, com cunho técnico. Busca a excelência nas capacitações e atendimento humanizado. Não mede esforços para trazer o que tem de melhor para contribuir com Administrações Públicas Mais Excelentes.

SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

Modernização do Legislativo Municipal, Aspectos mais atuantes da Sociedade, Gestão Fiscalizadora e a participação do Cidadão

Técnica Legislativa

O Servidor Público e a Legislação de Pessoal (INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO)"

Curso Prático sobre Emendas Impositivas Individuais e Coletivas
Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Como Implantar o Novo e-Social

A Nova Previdência nos Municípios - A EC 103/2019 e o Servidor Público Municipal

Processo Legislativo

A Covid19, a LC 173 e o Impacto na área de Pessoal

A EC 103/2019 e a Limitação do rol de Benefícios do RPPS

Atuação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Frente à Situação de Calamidade Pública nos Municípios

Retenções de Imposto de Renda na Fonte

Subsídio de Prefeito e Vereador, como fixar?

O Impacto das alterações da EC 107 nas Eleições Municipais, no calendário Eleitoral e junto à Vedaçāo de Condutas de Agentes e de Órgāos Pùblicos

Pregão Eletrônico com ênfase no Decreto 10.024/2019

Aspectos Práticos de Emendas Legislativas e Emendas Impositivas

A LC 173, seu art. 9º e a Suspensão das Contribuições Previdenciárias

Problemas na escrituração das perdas dos investimentos do RPPS
Procedimentos no Departamento de Recursos Humanos: Como Proceder frente à LC 173 e à Lei Eleitoral

COMPREV - Curso Atualizado de Compensação Previdenciária (RPPS) - Decreto 10.188/2019 e Portaria 15.829/2020

Seminário de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP

As Aposentadorias e Pensões do RPPS no Município até a EC 103/2019

Patrimônio: Organização, Inventário, Avaliação Inicial e Depreciação

Curso Prático de Conferência de Balancetes das Entidades Públicas

A Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Fiscalização da Câmara durante a Pandemia - do pedido de informação à CPI

Curso Prático de Conferência de Balancetes do RPPS, com Ênfase na Contabilização das Perdas de Investimentos, Taxa de Administração e os Reflexos nos Relatórios Fiscais

A Matriz de Saldos Contábeis(MSC) e as Inconformidades Geradas nos Relatórios Fiscais(RREO/RGF)

Regularização Fundiária

Gestão de Tesouraria no Setor Público

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709, de 2018) Aplicada aos Municípios

Curso Prático de Regularização do Portal Transparência

Política de Investimentos com Análise do DPIN

As Aposentadorias Voluntárias, por Incapacidade Permanente e Compulsória o Abono de Permanência

Procedimentos Obrigatórios da Portaria STN nº 548/2015 (PIPCT) – Inconsistências e Ajustes

Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos

Curso Prático de Elaboração das Notas Explicativas – Poder Executivo, Legislativo e Indiretas

Formação de Pregoeiro Presencial e Eletrônico

Interpretando o Cálculo Atuarial: Princípios Básicos

Tributos Municipais e Repartições de Receitas

sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar no Município

Como implantar a LGPD no Município: Curso prático com mapeamento de dados

Como fazer a Revisão e Modernização do conteúdo da Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal?

As Exonerações e Rescisões em Final de Mandato Análise Jurídica e Contábil.

Cerimonial de Posse para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores

Atualização do Fundeb 2022

A contratação pública na Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021

Elaboração de Planilhas de Custos e Formação de Preços

Planejamento e Implementação das Contratações na Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no Município: o passo a passo da implementação.

Compreendendo a Nova Lei de Improbidade Administrativa, Conceitos e Elementos Práticos (Lei nº 14.230/21)

- A Formalização, Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos
- Estratégias para o Executivo Municipal efetivar os 17 ODS da ONU para uma cidade mais Sustentável e Inclusiva
- Elaboração e Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal - RREO - RGF - MSC
- Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana
- Curso de Redação Oficial
- E- Social - Análise da Segunda e Terceira Fase, EFD Reinf e DCTF Web
- A Organização do Controle Interno no Município
- A Organização do Patrimônio no Executivo e no Legislativo Municipal
- Abertura Contábil do Exercício e Programação Financeira
- O Plano Plurianual no Poder Executivo e Legislativo
- Excelência no Atendimento ao Cidadão
- Captação de Recursos Federais e sua Execução (Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Compromisso)
- Curso sobre o Simples Nacional
- Ciclo PAR
- Curso de Direito Administrativo Básico
- Curso preparatório para certificação CPA-10
- Prático Sobre Políticas Públicas para Animais
- Curso Teórico e Prático - Preenchimento da GFIP através do sistema SEFIP
- Noções Gerais sobre Licitações
- Recuperação de Ativos Fiscais
- DCTF E PERD COMP - Teoria e Prática
- RAIS - Teoria e Prática
- Planejamento e Orçamento Municipal (PPA, LDO E LOA) com foco no Desenvolvimento do Turismo - Como realizar a sua Implementação e promover o Crescimento das Cidades
- A Realização da Seleção de Servidores por meio de Concurso Público
- O Novo Regime das Licitações e Contratos Administrativos.

Planejamento da Contratação na Nova Lei de Licitações na Prática (ETP, TR, PCA)

Serviço de Proteção E Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Atendimento ESpecializado a Famílias e Indivíduos PAEFI

Credenciamento e Registro DE Preços: Procedimentos Auxiliares Previstos na Lei Nº 14.133, de 2021

Retenções Previdenciárias E Retenções de Imposto de Renda na Fonte nas Contratações Realizadas no Setor Públic

Prestação de contas no SIGPC e Ágil – PNAE – PNATE – PDDE - alterações nos sistemas e a sua utilização

sobre as Medidas Socioeducativas E Projeto Político-Pedagógico

Prático sobre parcerias pela Lei nº 13.019, de 2014, e cuidados com a legislação eleitoral (Tramitação dos Fluxos, Procedimentos, Prorrogações, Análises, Aplicação Prática e Elaboração de peças do Processo)

Cobrança da Dívida Ativa Municipal e Execução Fiscal (Resolução 547 do CNJ e o tema 1184 do STF)

A UTILIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO COMO FERRAMENTA PARA A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Orientações Técnicas para a Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O PAPEL DO ADVOGADO PÚBLICO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 14.133/21

Processos Administrativos Sanitários, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Prevenção e Controle de Zoonoses

A Implantação e Efetividade da Lei da Escuta Especializada e do depoimento especial no âmbito do Município

O ITBI A PARTIR DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E OS REFLEXOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS E A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA

Gestão de Eventos e Cerimonial aplicado à Solenidade de Posse na Municipalidade – Novos Eleitos



PORTFÓLIO



PORTFÓLIO



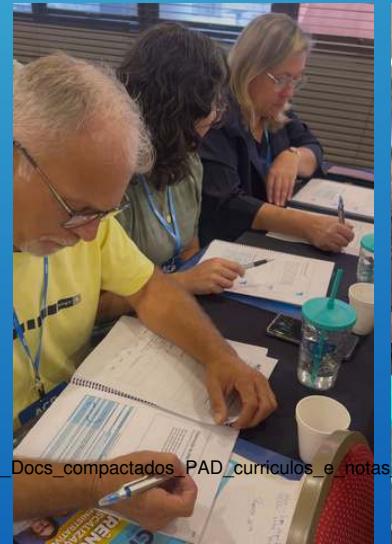


OFICINAS PRÁTICAS



OFICINAS PRÁTICAS









“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original” (Albert Einstein).

Nós do INSTITUTO AGP acreditamos firmemente neste propósito que é de levar conhecimento com padrão de excelência à todos os órgãos públicos atendidos.



PADRÃO DE EXCELÊNCIA!

Eduardo Anziliero

Administrativo IAGP

Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda
CNPJ 32.651.451/0001-85

Rua Minas Gerais, 1391 - Ed. Ellon, 5º andar
Francisco Beltrão PR

46 | 99970 8582 46 | 2601 1977

www.institutoagp.com.br



Vivian López Valle

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8147208591310867>

ID Lattes: **8147208591310867**

Última atualização do currículo em 12/06/2023

Professora de Direito Administrativo e Direito Constitucional nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Cursou o Doutorado em Direito do Estado, Universidade Federal do Paraná (UFPR) com estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra (Portugal), e pesquisa de Pós-Doutorado na Universitat Rovira i Virgili (Espanha); durante o Mestrado em Direito na UFPR foi pesquisadora bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na Pós-Graduação cursou Especialização em Direito Administrativo no Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (IBEJ); e, Especialização em Contratação Pública na Universidade de Coimbra - Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito. Na Graduação cursou Bacharelado em Direito, titulando-se pela PUCPR. Profissionalmente atua na advocacia e consultoria jurídica no escritório Vivian Valle - Sociedade de Advogados; e na docência atua no ensino (Direito Administrativo e Direito Constitucional) e na pesquisa jurídica, abordando objetos relacionados ao serviço social, políticas públicas, administração pública, tecnologia inovadoras e ambiente digital para promoção da democracia e gestão pública participativa. Já exerceu diversas funções na gestão universitária, destaca-se principalmente o cargo de coordenação no curso de graduação em Direito, cronologicamente: de monografias, depois a coordenação adjunta na graduação e, por último, coordenação geral do curso de Bacharelado em Direito. É a pesquisadora líder do Grupo de Estudos em Serviços Públicos e Administração Pública Digital (GESPAD), que integra o NUPED (Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano) do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD/PUCPR. É integrante da Comissão de Gestão Pública da OABPR; e pesquisadora associada ao Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN); do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA); professora investigadora da la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo (REDOEDA) e do Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo (FIDA). ORCID-ID: 0000-0002-5793-2912 | vivian.lima@pucpr.br (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Vivian López Valle

Nome em citações bibliográficas

VALLE, V. C. L. L.;VALLE, Vivian Cristina Lima López;LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA;LÓPEZ-VALLE, VIVIAN LIMA;LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA;LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA;LÓPEZ VALLE, VIVIAN LIMA;VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ;CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN

Lattes iD

 <http://lattes.cnpq.br/8147208591310867>

Orcid iD

 <https://orcid.org/0000-0002-5793-2912>

Endereço

Endereço Profissional

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito.
Rua Imaculada Conceição, nº 1155
Prado Velho
80215901 - Curitiba, PR - Brasil
Telefone: (41) 32711515
URL da Homepage: <https://www.pucpr.br/docente-pos/vivian-cristina-lima-lopez-valle>

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2017

Doutorado em Direito (Conceito CAPES 6).

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

com **período sanduíche** em Universidade de Coimbra (Orientador: Pedro Costa Gonçalves e Licinio Lopes Martins).

Título: Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea: da unilateralidade ao consenso e do consenso à

Orientador:  Clémerson Merlin Clève.

2000 - 2004

Palavras-chave: Contratos Administrativos; Prerrogativas Contratuais; Administração Pública; Regime Jurídico.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.

Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas.

Setores de atividade: Administração pública, defesa e segurança social.

Mestrado em Direito (Conceito CAPES 6).

2014 - 2015

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Título: Administração Pública Contemporânea: o usuário de serviço público e a dignidade da pessoa humana, Ano de Obtenção: 2004.

Orientador:  Angela Cassia Costaldello.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

Especialização em Contratação Pública, Centro de Estudos de Direito Público. (Carga Horária: 52h).

1999 - 1999

Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

Título: Direito Público e Regulação.

Orientador: Pedro Costa Gonçalves.

Especialização em Direito Administrativo. (Carga Horária: 380h).

1994 - 1998

Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, IBEJ, Brasil.

Título: Proteção ao usuário de serviço público no contexto da reforma administrativa.

Orientador: Eduardo de Oliveira Leite.

Graduação em Direito.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Pós-doutorado

2019 - 2022

Pós-Doutorado.

Universitat Rovira i Virgili, URV, Espanha.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Formação Complementar

2020 - 2020

Extensão universitária em Curso de formação - Mestrado e Doutorado em Direito: antes, durante depois. (Carga horária: 12h).

Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, IDRFB, Brasil.

Confecção de Planos de Ensino (Course design). (Carga horária: 4h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Inteligència artificial i personalització de serveis públics.

Universitat Pompeu Fabra, UPF, Espanha.

Extensão universitária em Direito Administrativo Contemporâneo. (Carga horária: 3h).

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Aprendizagem Híbrida (Blended Learning) e Sala de Aula Invertida. (Carga horária: 7h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Oficina: PBL X Estudo de Caso. (Carga horária: 4h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Oficina de Avaliação de Aprendizagem: do planejamento à execução. (Carga horária: 8h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Como dar Feedback de qualidade nas metodologias para aprendizagem ativa. (Carga horária: 8h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Contexto real da sala de aula - PBL (Aprendizagem baseada em problemas). (Carga horária: 2h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

A identidade da nossa escola. (Carga horária: 1h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Design da Disciplina. (Carga horária: 12h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Workshop Blackboard. (Carga horária: 3h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Aprendizado por Pares (Peer Instruction). (Carga horária: 4h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Contratação Pública. (Carga horária: 12h).

Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

Prezi básico. (Carga horária: 2h).

2015 - 2015	Sistema de Votação na Sala de Aula. (Carga horária: 2h). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
2015 - 2015	Trabalho Docente Efetivo - TDE. (Carga horária: 25h). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
2014 - 2015	n Arbitra to e Mediazione. (Carga horária: 15h). Università degli Studi di Roma La Sapienza, UNIROMA, Itália.
1999 - 2000	Curso Avançado de Língua Italiana. Centro Cultural Italo Brasileiro - Comitato Dante Alighieri, CCIBDA, Brasil.
1999 - 1999	Extensão universitária em Jornada de Extensão em Direito Público. (Carga horária: 15h). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
1998 - 1998	Extensão universitária em Direito Constitucional. (Carga horária: 25h). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
1997 - 1997	Extensão universitária em Semana de Qualidade de Ensino. (Carga horária: 12h). Centro Acadêmico Sobral Pinto, CASP/PUCPR, Brasil.
1997 - 1997	O Advogado e a nova disciplina processual. (Carga horária: 8h). Associação Brasileira dos Advogados do Mercosul, ABAMS, Brasil.
1996 - 1997	Curso Básico de Língua Italiana. Centro de Cultura Italiana Paraná Santa Catarina, CCIPRSC, Brasil.
1996 - 1996	Extensão universitária em Sociedade por Quotas de Participação Limitada. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
1996 - 1996	Extensão universitária em Curso Terceirização, Franquia e Contrato de Gestão. (Carga horária: 8h). SNN Consultoria, SNN, Brasil.

Atuação Profissional

Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, REDOEDA, Espanha.

Vínculo institucional

2012 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora Fundadora da REDOEDA

Instituto Paranaense de Direito Administrativo, IPDA, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual

Vínculo: Membro Efetivo, Enquadramento Funcional: Integrante
Membro da Direitoria

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professora

Atividades

2021 - Atual

Direção e administração, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Cargo ou função

2020 - Atual

Coordenação Geral do Curso de Graduação Bacharelado em Direito.
Pesquisa e desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Direito, Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano.

Linhas de pesquisa

Estado, Economia e Desenvolvimento

2016 - Atual

Ensino, Bacharel em Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo I

Direito Administrativo II

Direito Constitucional Positivo I

Direito Constitucional Positivo II

2019 - 2022

Pesquisa e desenvolvimento, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linhas de pesquisa

Serviços Públicos e Administração Pública Digital

2010 - 2022

Pesquisa e desenvolvimento, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linhas de pesquisa

Novos paradigmas da Contratação Pública

2016 - 2020

Direção e administração, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Cargo ou função

Coordenação Adjunta do Curso de Graduação Bacharelado em Direito.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo institucional

2001 - 2007

Vínculo institucional

2000 - 2007

Atividades

7/2020 - Atual

Vínculo: Professora Licenciada, Enquadramento Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 4

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Coordenadora

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professora

Pesquisa e desenvolvimento, Centro Universitário Autônomo do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Direito.

Linhos de pesquisa

Direito Administrativo e Estado Sustentável: Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo I

Direito Administrativo II

Direito Administrativo III

Direito Constitucional I

Direito Constitucional II

2001 - 2007

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Outras informações

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 2

Pesquisadora vinculada ao Projeto de Pesquisa PRÓ-POLIS - Núcleo de estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento

Vínculo institucional

2001 - 2003

Vínculo: Professor Substituto, Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 20

Vínculo institucional

1999 - 2001

Atividades

2014 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professora

Pesquisa e desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Direito, Núcleo PRÓ-POLIS.

Linhos de pesquisa

Planejamento e Desenvolvimento

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

05/2001 - 05/2003

Estágios, Programa de Pós-Graduação em Direito.

Estágio realizado

Monitoria Pedagógica na disciplina de Direito Administrativo da graduação do Curso de Direito sob a supervisão da Professora Doutora Ângela Cássia Costalcello.

1999 - 2001

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Licitações e Contratos Administrativos

Direito Administrativo

Vivian Valle - Sociedade de Advogados, VVSA, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - Atual

Atividades

01/1999 - Atual

Vínculo: Proprietária, Enquadramento Funcional: Advogada

Direção e administração, .

Cargo ou função

Advogada na área de Direito administrativo e constitucional..

Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - Atual

Outras informações

Atividades

2/2020 - Atual

Vínculo: Inscrita, Enquadramento Funcional: Advogada

Cadastro Nacional dos Advogados | Conselho Seccional - Paraná | OAB PR 027089

Conselhos, Comissões e Consultoria, Seccional Paraná.

Cargo ou função

Integrante da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração.

2007 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Seccional Paraná.

Cargo ou função

Comissão de Gestão Pública e Assuntos da Administração Pública.

Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, IDRFB, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2022

1Doc: Memorando 6.009/2025 | Anexo: 20_Docs_compactados_PAD_curriculos_e_notas_removed.pdf (21/102)

Vínculo: Professora contratada, Enquadramento Funcional: Professora

64/341

**Atividades
2001 - Atual**

Ensino, Curso de Especialização em Direito Administrativo, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
Servidores Públicos
Teoria Geral das Licitações
Teoria Geral do Direito Administrativo
Contratos Administrativos
Regime Jurídico Administrativo
Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Estudo para a Revisão da Constituição Estadual (ALEP).
Cargo ou função
Membro da Comissão Temática de Estudo para a Revisão da Constituição Estadual.

2000 - 2001

Universidad de Buenos Aires, UBA, Argentina.

Vínculo institucional

2021 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: invitada

Academia Brasileira de Direito Constitucional, ABDCONST, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: docente convidada, Carga horária: 4

Outras informações

aula sobre Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, como docente convidada no Curso de Especialização em Direito Empresarial e Econômico da ABDCONST.

Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2018

Outras informações

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora Curso de Especialização
Disciplina: Licitações e Contratos Administrativos

Universidade Positivo, POSITIVO, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2018

Vínculo: Docente na Pós-graduação, Enquadramento Funcional: Integrante, Carga horária: 15

Atividades

2017 - 2021

Ensino, Pós-graduação em Direito Administrativo Contemporâneo, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
Estrutura e responsabilidade civil da administração pública contemporânea

Centro Universitário Internacional, UNINTER, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2010

Atividades

2008 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Assistente II, Carga horária: 20
Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo I
Direito Administrativo II

Ferreira e Neiva de Lima Associados, FNLA, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 1998

Atividades

04/1997 - 06/1998

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Estágios .

Estágio realizado

Atuação na área de direito administrativo e constitucional.

Procuradoria Geral do Estado do Paraná, PGE/PR, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1995

Atividades

02/1995 - 06/1995

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Estágios , Procuradoria Administrativa.

Estágio realizado

Assessoria na elaboração de pareceres jurídicos, pesquisas jurídicas em direito administrativo e constitucional.

Secretaria de Estado da Administração do Paraná, SEAD-PR, Brasil.

1Doc: Memorando 6.009/2025 | Anexo: 20_Docs_compactados_PAD_curriculos_e_notas_removed.pdf (22/102)

65/341

Vínculo institucional

1994 - 1995

Atividades

01/1994 - 02/1995

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Estágios , Divisão Jurídica da Secretaria de Estado da Administração do Paraná.

Estágio realizado

Elaboração de pareceres administrativos na área de recursos humanos, mandados de segurança, pesquisas jurídicas em direito administrativo e constitucional, assessoria jurídica ao público.

Regnier Advocacia e Consultoria Jurídica, RACJ, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1997

Atividades

06/1995 - 04/1997

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Estágios , Regnier Advocacia e Consultoria Jurídica.

Estágio realizado

Organização da atividade de acompanhamento processual, elaboração de peças judiciais na áreas cível comercial e administrativa, elaboração de pareceres e pesquisas jurídicas.

Linhas de pesquisa

1.

Planejamento e Desenvolvimento

Objetivo: a linha de pesquisa Planejamento e Desenvolvimento do Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento - PRO POLIS vinculado ao PPGD/UFPR possui como objetivo de realizar investigações científicas tomando como objeto a promoção de políticas públicas urbanas em fase de planejamento e de desenvolvimento a partir de uma análise multidisciplinar dos instrumentais práticos utilizados e aporte teórico no direito administrativo, urbanístico e ambiental, delimitados principalmente no estudo da gestão e do planejamento públicos. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do grupo PRÓ POLIS: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8283922136851523] Endereço para acessar o espelho da linha Planejamento e Desenvolvimento: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/8283922136851523170136].

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público /

Especialidade: Direito Constitucional.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.

Setores de atividade: Administração pública, defesa e segurança social; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.

Palavras-chave: Direitos sociais; Desenvolvimento sustentável; Políticas Públicas; Análise econômica do direito.

Direito Administrativo e Estado Sustentável: Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais

Objetivo: a linha Direito Administrativo e Estado Sustentável: Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais, vinculada ao NUPECONST - Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional do PPGD/UniBrasil - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Esta linha de pesquisa pretende abranger projetos que refletem a Administração Pública sob a influência dos valores do desenvolvimento nacional sustentável, buscando remodelar as relações administrativas a partir das bases de uma gestão democrática, superando-se o paradigma de unilateralidade das decisões e voltando-se à realização dos direitos fundamentais, inclusive em face das transformações tecnológicas e informacionais e seus impactos no desenvolvimento do setor público. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do projeto de pesquisa NUPECONST - Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6859096166759814] Endereço para acessar o espelho da linha: Direito Administrativo e Estado Sustentável - Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6859096166759814885541].

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público /

Especialidade: Direito Constitucional.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.

Setores de atividade: Atividades de organizações associativas; Administração pública, defesa e segurança social; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.

Palavras-chave: Direito Administrativo; Direito Constitucional; Desenvolvimento sustentável; Administração Pública; Gestão Democrática; Direitos Fundamentais.

Novos paradigmas da Contratação Pública

3.

1Doc: Memorando 009/2025 | Anexo 20_Docs_compartilhados_DiAD_curriculos_e_notas_removed.pdf (23/102)

4.

66/341

5.

Estado, Economia e Desenvolvimento

Objetivo: atuar na linha de pesquisa: Estado, Economia e Desenvolvimento; vinculada ao projeto de pesquisa: NUPED - Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano projeto de pesquisa vinculado ao PPGD/PUCPR, utiliza-se dos fundamentos teóricos do Direito Empresarial, do Direito Administrativo e do Direito Tributário para a análise do seu objeto. Sua finalidade é a investigação do Direito regulador das atividades tanto do mercado quanto do Estado, relacionando as formas de organização e os impactos do exercício da atividade econômica sustentável. Objetivos: 1) investigar regulação das atividades econômicas e as formas de organização do Estado e da Economia; 2) investigar regulação das atividades econômicas e os impactos na administração e na promoção do desenvolvimento sustentável. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do grupo NUPED: [\[dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6516505228124227\]](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6516505228124227) Endereço para acessar o espelho da linha Estado, Economia e Desenvolvimento: [\[dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6516505228124227189028\]](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6516505228124227189028).

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.

Setores de atividade: Administração pública, defesa e segurança social; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Políticas Públicas; Análise econômica do direito; Eficiência Administrativa; Intervenção do estado; Tributação.

Projetos de pesquisa

2021 - Atual

GESPAD - Grupo de Estudos em Serviços Públicos e Administração Pública Digital

Descrição: O Grupo de Estudos - Serviços Públicos e Administração Pública Digital ? GESPAD, vinculado ao NUPED- PUCPR, visa a promover leituras direcionadas, debates e investigações científicas não só de um ponto de vista teórico-crítico, mas também concernentes a casos práticos e inovações no Direito Administrativo em face das novas tecnológicas. As reuniões do Grupo ocorrem virtualmente, desde 2020, cada semestre, no formato online. A participação no Grupo é divulgada por intermédio de edital, informando-se a comunidade acadêmica a respeito da abertura de vagas. Estão convidados a participar estudantes de Graduação (de qualquer período), de Mestrado e de Doutorado. O objetivo do grupo é a produção de artigos científicos e a participação em eventos acadêmicos, com a apresentação de comunicados científicos nos temas propostos. Serão realizadas reuniões quinzenais para estudo e aprofundamento dos temas, sob a supervisão da Professora Vivian Lima López Valle. Nestas reuniões, as atividades serão orientadas a partir de leitura de textos, seminários e debates. gespad.pucpr@gmail.com.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / William Ivan Gallo Aponte - Integrante / CABRAL, RODRIGO MACIEL - Integrante / Luiz Felipe de Lima Rodelli - Integrante.

2020 - Atual

NUPED - Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano

Descrição: O grupo se dedica às pesquisas relacionadas à criação, implementação e controle de políticas públicas, à promoção dos direitos sociais e do desenvolvimento humano, à prestação de serviços públicos e à intervenção estatal no domínio econômico. As repercuções do grupo podem ser verificadas nos currículos lattes dos integrantes. Foram publicados vários livros, capítulos de livros e artigos dos pesquisadores, bem como é extensa a lista de sua produção técnica. O grupo é fortemente internacionalizado, tendo seus projetos de pesquisa coordenados pelos professores do PPGD: Dr. Daniel Wunder Hachem, Dr. Emerson Gabardo, Dr. Luiz Alberto Blanchet. Conta com pesquisadores de pós-doutorado, doutorado, mestrado e graduação (iniciação científica). Endereço para acessar este espelho do grupo NUPED:

[\[dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6516505228124227\]](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6516505228124227) Endereço para acessar este espelho da linha Estado, Economia e Desenvolvimento:

[\[dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6516505228124227189028\]](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6516505228124227189028).

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Emerson Gabardo - Integrante / Daniel Wunder Hachem - Coordenador / Luiz Alberto Blanchet - Integrante / Marcelo Paulo Wacheleski - Integrante.

2019 - Atual

NUPECONST - Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional do UniBrasil

Descrição: Propõe a investigação continuada entre as possíveis relações, conexões, interdependências e intercorrências dos direitos fundamentais com a teoria da democracia. Compreendendo os direitos fundamentais como conquista histórica que deve nortear as organizações políticas, seja no plano do Estado Nacional ou das Organizações Internacionais e Supranacionais, a legitimidade dos sistemas democráticos da atualidade

dependem do grau de comprometimento que os mesmos possuem com os direitos fundamentais consagrados tanto nas Constituições Nacionais como em documentos internacionais e supranacionais. No contexto desse marco investigatório abrem-se inúmeras possibilidades de compreensão dos desafios a serem enfrentados por um Direito Constitucional que sem desprezar as referências da modernidade está atento a outras dimensões que caracterizam a complexidade das sociedades atuais. Assim, o Direito Constitucional se compromete com o pluralismo intrínseco aos direitos fundamentais e passa a incorpora. Endereço para acessar este espelho do projeto:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhogru/6859096166759814] Endereço para acessar este espelho da linha: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6859096166759814885541].

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (2) .

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Adriana da Costa Ricardo Schier - Integrante / Marco Antônio Lima Berberi - Integrante / Anderson Vichinkeski Teixeira - Integrante / Caroline Müller Bitencourt - Integrante / Clémerson Merlin Clève - Integrante / Juarez Freitas - Integrante / Marcos Augusto Maliska - Coordenador / Octávio Campos Fischer - Integrante / Paulo Ricardo Schier - Integrante. PRÓ-POLIS - Núcleo de estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento

Descrição: O Projeto PRÓ-POLIS - Núcleo de estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento vinculado ao PPGD/UFPR possui como objetivo de realizar investigações científicas tomando como objeto a promoção de políticas públicas urbanas em fase de planejamento e de desenvolvimento a partir de uma análise multidisciplinar dos instrumentais práticos utilizados e aporte teórico no direito administrativo, urbanístico e ambiental, delimitados principalmente no estudo da gestão e do planejamento públicos. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Endereço para acessar o espelho do grupo PRÓ-POLIS:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhogru/8283922136851523] Endereço para acessar o espelho da linha Planejamento e Desenvolvimento:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/8283922136851523170136].

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Coordenador / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Ângela Cássia Costaldello - Integrante.

Novos paradigmas nas contratações administrativas: a arbitragem e a nascente relação contratual administrativa paritária - novos limites às prerrogativas públicas dos contratos administrativos

Descrição: A presente pesquisa tem como objetivo compreender os novos limites às prerrogativas dos contratos públicos. Nesse sentido, pretende-se estudar a viragem paradigmática na seara administrativa e os limites da aplicação do princípio do consensualismo. Para tanto, almeja-se a obtenção de respostas para os seguintes questionamentos: há limites para a atuação administrativa pautada no consenso? O interesse público, materializado no exercício exorbitante da função pública, pode ser visto como uma possível barreira a essa moderna visão?.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / Wilson Accioli de Barros Filho - Integrante.

NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais em Teorias da Justiça, Democracia e Intervenção

Projeto certificado pelo(a) coordenador(a) Eneida Desiree Salgado em 20/01/2023.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Emerson Gabardo - Integrante / Romeu Felipe Bacellar Filho - Integrante / Eneida Desiree Salgado - Coordenador / Daniel Wunder Hachem - Integrante / Clémerson Merlin Clève - Integrante.

Número de produções C, T & A: 3

Direitos Fundamentais e Controle dos atos administrativos - uma análise do controle judicial do mérito da ação administrativa em face de políticas públicas

Descrição: Pela presente pesquisa objetiva-se primeiramente analisar o controle judicial das políticas públicas e a ação administrativa sob o aspecto dos atos administrativos discricionários. E, como objetivos secundários, estudar a evolução do direito administrativo, passando de autoritário à democrático; verificar o sistema de repartição de poderes, de acordo com o estipulado por Montesquieu e a sua situação hodierna; analisar os princípios constitucionais e como eles se sustentam como garantidores do controle judicial das políticas públicas; verificar as limitações às intervenções do Poder Judiciário nas políticas públicas, sendo elas: a garantia do mínimo existencial, a reserva do possível,

2014 - Atual

2013 - 2020

2013 - 2017

2012 - 2020

1999 - 2020

os princípios constitucionais; definir a discricionariedade administrativa bem como sua forma de utilização pelos agentes públicos; pesquisar, por meio de jurisprudência, o controle judicial de políticas públicas por meio dos atos administrativos discricionários; e, por fim, analisar os limites do controle judicial do mérito do ato administrativo e das políticas públicas..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / Ana Cristina Aguilar Viana - Integrante / Vitor Alberto Benin - Integrante. NUPESUL - Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / Romeu Felipe Bacellar Filho - Integrante / Tatyana Scheila Friedrich - Integrante.

Membro de corpo editorial

2020 - Atual

Periódico: International Journal of Public Policies and Digital Law

2018 - Atual

Periódico: Appris Editora

Revisor de periódico

2021 - Atual

Periódico: Novatio legis

2020 - Atual

Periódico: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura

2021 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas

2019 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Infraestrutura

2019 - Atual

Periódico: Revista Internacional de Direito Público

2021 - Atual

Periódico: International Journal of Digital Law

2021 - Atual

Periódico: Revista Instituto Política de.por.para Mulheres

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Italiano

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Prêmios e títulos

2019

Miembro Adscrito del Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo, Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo.

2019

Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, IPDA.

2016

Professora Homenageada na Colação de Grau 1º Semestre 2016, Alunos formandos.

2016

Professora Homenageada na Colação de Grau 2º Semestre 2016, Alunos formandos.

2015

Menção Honrosa, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

2012

2º lugar no V Concurso de Monografias Jurídicas da FEMPAR, na qualidade de orientadora do aluno de graduação Wilson Trindade Junior, Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná.

2008

Honra ao Mérito, NUPESUL/UFPR.

2004

Prêmio de Professora Destaque, Centro Acadêmico Sobral Pinto.

2003

Eleita pelos alunos a melhor professora de 2002, Centro Acadêmico Sobral Pinto.

2003

Eleita pelos alunos a melhor professora de 2003, Centro Acadêmico Sobral Pinto.

2003

Prêmio de Professora Destaque, Centro Acadêmico Sobral Pinto.

2000

Prêmio Professor Lúcia Valle Figueiredo, Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

1999

Prêmio Professor Temístocles Brandão Cavalcanti, Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

Produções

Citações

Web of Science

R

Total de trabalhos:20 Total de citações:3

Valle, Vivian Lima López Data: 03/01/2023

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; HEINZEN FELISBERTO, JÉSICA . Administração Pública digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 9, p. 151-180, 2023.
2. ARCHEGAS, JOÃO GABRIEL ; GUSSOLI, Felipe Klein ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Caso Gomes Lund (- Guerrilha Do Araguaia-) dez anos depois: desafios para o cumprimento integral pelo Estado brasileiro. Revista de Direito Internacional, v. 18, p. 372-389, 2022.
3. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN LIMA**; CABRAL, RODRIGO MACIEL . ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 17, p. 187-225, 2022.
4. FREITAS, Daniel Castanha de ; **VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ** ; GAZOTTO, GUSTAVO MARTINELLI TANGANELLI . Aportes da análise econômica no estudo da judicialização da saúde e o risco da promoção desigual de direitos. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 12, p. 427-449, 2022.
5. **CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN**; IVAN GALLO APONTE, WILLIAM . El rol transformador de los tribunales constitucionales como -estrategia clave y efectiva? para la reducción de las desigualdades y la erradicación de la pobreza extrema. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS **JCR**, v. 124, p. 527-570, 2022.
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; RODELLI, Luiz Felipe de Lima . Mitigação de sanções administrativas a licitantes e contratados quando MPE's à luz da função social da empresa. Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas, v. 2, p. 83-102, 2021.
7. GALLO APONTE, WILLIAM IVAN ; **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; CASTANHA DE FREITAS, DANIEL . - INDEPENDENCIA JUDICIAL SEGÚN LOS JUECES CONSTITUCIONALES? UN ANÁLISIS CONCEPTUAL A PARTIR DE LAS DECISIONES DEL SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE BRASIL Y DE LA CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA), v. 19, p. 228-266, 2021.
8. JURUENA, CYNTHIA GRUENDLING ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O usuário do serviço público e a aplicação da Lei 13.460/2017 sob o enfoque dos Poderes Executivo e Judiciário. SEQUENCIA, v. 42, p. 1-29, 2021.
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; RODELLI, LUIZ FELIPE DE LIMA . Contratos administrativos e polÃticas pÃblicas: a era do Estado contratualizado. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI, v. 5, p. 21-44, 2021.
10. CORCOVADO, JOÃO MIGUEL FRANÇA ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regulação do Uso Comercial de Drones no Espaço Aéreo Urbano e sua Logística Para Transporte de Objetos nas Smart Cities. International Journal of Digital Law, v. 2, p. 185-200, 2021.
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito constitucional entre passado e futuro: Análise do papel e da organização da jurisdição constitucional do STF na realidade jurídico constitucional brasileira. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS **JCR**, v. 120, p. 455-489, 2020.
12. GALLO APONTE, WILLIAM IVAN ; **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; FÁCIO, RAFAELLA NATÁLY . LA UTILIZACIÓN DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA ACTIVIDAD REGULATORIA: UNA PROPUESTA EN FAVOR DEL DESARROLLO NACIONAL SOSTENIBLE. VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE) **JCR**, v. 17, p. 123-146, 2020.
13. **Citações: WEB OF SCIENCE » 1**
14. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA** ; CABRAL, RODRIGO MACIEL . A RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM O ADVENTO DA LEI Nº 13.655/2018: DA TEORIA DA IRRESPONSABILIDADE ESTATAL AO ERRO GROSSEIRO. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 15, p. 925-954, 2020.
15. **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; MARTINELLI TANGANELLI GAZOTTO, GUSTAVO ; BARBOSA FILHO, Claudio Roberto . Participação no processo legislativo como direito fundamental: um olhar sobre as ferramentas de e-democracy no Congresso Nacional Brasileiro. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 7, p. 143-166, 2020.
16. **GABARDO, EMERSON** ; **LÓPEZ-VALLE, VIVIAN LIMA** . Característica relacional y mutabilidad de los contratos estatales: la concesión como herramienta de planeación. Revista Digital De Derecho Administrativo **JCR**, v. 12, p. 285-308, 2020.

Citações: WEB OF SCIENCE * 1

17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Arbitragem administrativa e consensualidade: análise pontual do novo paradigma da ação administrativa. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 277, p. 209-245, 2018.
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Um novo regime jurídico para os contratos administrativos: aplicação subsidiária da condição de autoridade, inexistência de um regime geral de prerrogativas e enquadramento do contrato administrativo como instrumento de desenvolvimento. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO) **JCR**, v. 18, p. 175-208, 2018.
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; MARTINELLI, Gustavo (Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto) . Quem decide o gasto público: controle constitucional de leis orçamentárias pelo Supremo Tribunal Federal. REVISTA INTERESSE PÚBLICO, v. 20, p. 109-130, 2018.
20. **GABARDO, EMERSON** ; **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; **REZENDE, MAURÍCIO CORRÊA DE MOURA** . II diritto amministrativo brasiliano: aspetti attuali del controllo della pubblica amministrazione. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 4, p. 57-66, 2017.
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da Administração Pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 132, p. 67-73, 2012.
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O direito constitucional entre modernidade e globalização. CADERNOS DA ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIBRASIL, v. 1, p. 89-102, 2002.
23. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Teoria da Constituição: limites, possibilidades e perspectivas na pós-modernidade. REVISTA ZÊNITE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LRF-IDAF, v. 1, p. 496-510, 2002.
24. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Relativização da Soberania Nacional dos Estados Latino-Americanos em Face da Expansão do Direito Comunitário. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 33, n.34, p. 187-196, 2000.
25. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Proteção ao Usuário de Serviço Público no Contexto da Reforma do Estado. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 34, n.34, p. 187-201, 2000.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) . Direito em arte: II obra de pesquisa científica da Nôma. 1. ed. Curitiba: Rede do Consumidor, 2022. v. 2. 174p .
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet) (Org.) . Direito, Smart Cities & Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade. 1. ed. Curitiba: GRD, 2021. v. 1. 54p .
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; CASTILLO, Luis Ferney Moreno (Luis Ferney Moreno Castillo) (Org.) ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte) (Org.) . Tecnología, administración pública y regulación. 1. ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021. v. 1. 367p .
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) (Org.) ; GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) (Org.) . Passando a limpo a gestão Pública: arte coragem loucura. 1. ed. Curitiba: Livros Legais, 2020. v. 1. 636p .
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. v. 1. 288p .
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Prática de Direito Administrativo. Prática de Direito Administrativo. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2012. v. 1. 136p .
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 4.ed. 4. ed. Curitiba: IESDE, 2010. v. 1. 160p .
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 3.ed. 3. ed. Curitiba: IESDE, 2009. v. 1. 153p .
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 2.ed. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2008. v. 1. 160p .
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book). 1. ed. Curitiba: IESDE, 2007. 136p .

Capítulos de livros publicados

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços públicos, situações disruptivas e regulação eficiente da administração pública digital. In: Clayton Gomes de Medeiros; Barbara Dayana Brasil. (Org.). Estado, direito administrativo e concretização de direitos fundamentais. 413ed.Curitiba: Íthala, 2022, v. 1, p. 399-413.
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) . Contratualização estatal, inovação e materialização do interesse público através de contratos de fomento: por uma nova racionalidade para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. In: Gabriela Verona Périco; Cristiana Fortini;. (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 107-130.
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Desafíos de la Administración Pública electrónica en tiempos del COVID-19. In: Jaime Rodríguez-Arana Muñoz. (Org.). El Derecho Administrativo ante el COVID-19. 1ed.Buenos Aires: IJ Editores, 2021, v. 1, p. 0-0.
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte) . Inteligencia Artificial y Arbitraje en la Administración Pública. In: Juan Corvalán. (Org.). Tratado de inteligencia artificial y derecho, tomo II. 1ed.Buenos Aires: La Ley/Thomson Reuters, 2021, v. 1, p. 1-1.
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi) ; ALESSI, Daiana (Daiana Alessi Nicoletti Alves) . Género y colonialidad: raíces históricas del preconcepto y de la invisibilidad de la mujer en Brasil. In: Jorge Vargas Morgado. (Org.). México: 500 años de la Conquista, 200 de la Independencia. 1ed.Ciudad de México: Burgos Editora, 2021. v. 1, p. 1-1.
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** .

VALLE, Vivian Cristina Lima López ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte) ; FACIO, Rafaella (Rafaella Fácio) .

La incorporación de las prácticas de mejora regulatoria en la administración pública, apoyada en nuevas tecnologías. In: Luis Ferney Moreno; Castillo William Iván Gallo Aponte; Vivian Cristina Lima López Valle. (Org.). *Tecnología, administración pública y regulación*. 1ed.Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021, v. 1, p. 111-127.

7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Acordo administrativo entre o Direito Público e o Direito Privado: Emergência de uma racionalidade jurídico- Normativa Público- Privada?. In: Gustavo Justino de Oliveira. (Org.). *Acordos Administrativos no Brasil Teoria e Prática*. 1ed.São Paulo: Almedina, 2020, v. 1, p. 63-90.
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Libertad de expresión, hate speech y función ordenadora estatal: la necesaria intolerancia a los intolerantes en la promoción del desarrollo sostenible. In: Alfonso Jaime Martínez Lazcano; María Salomé Moreno Rodríguez; . (Org.). *Libertad de Expresión parámetros constitucionales y convencionales*. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera instancia, 2020, v. 1, p. 204-237.
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Consensualismo, proporcionalidad y administración pública ? por una racionalidad menos beligerante en la relación jurídico- administrativa. In: Alfonso Jaime Martínez Lazcano. (Org.). *Proporcionalidad y razonabilidad jurídica*. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera Instancia, 2020, v. 1, p. 166-193.
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O exercício do direito à liberdade de opinião e expressão: uma análise do hate speech no direito brasileiro e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: Daniel Wunder Hachem, Luisa Fernanda García López, Felipe Klein Gussoli. (Org.). *Corte americana de direitos humanos e seus impactos na América Latina*. 1ed.Curitiba: Íthala, 2020, v. 1, p. 369-392.
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia artificial y procedimiento administrativo consensual en el contexto brasílico: el caso del arbitraje como medio de negociación de conflictos. In: Jaime Rodríguez Arana-Muñoz; Carlos Delpiazzo Rodríguez; Henry Alexander Mejía; María Rodríguez Martín-Retortillo; . (Org.). *Procedimientos administrativos, libro de ponencias del XIX foro iberoamericano de derecho administrativo*. 1ed.San Salvador: Corte Suprema de Justicia, 2020, v. 1, p. 1367-1394.
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: Daniel Wunder Hachem, Emerson Gabardo, Eneida Desirée Salgado.. (Org.). *Direito administrativo e suas transformações atuais ? Homenagem ao professor Romeu Felipe Bacellar Filho: Anais do Seminário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná*. 1ed.Curitiba: Íthala, 2016, v. 1, p. 451-472.
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia.. (Org.). *Eficiência e Ética na Administração Pública: Anais do Seminário Internacional realizado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. 1ed.Curitiba: Íthala, 2015, v. 1, p. 315-336.
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos em mudança: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro. In: BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia.. (Org.). *Estado, Direito & Políticas Públicas - Homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacellar Filho*. 1ed.Curitiba: Íthala, 2014, v. 1, p. 199-216.
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da administração pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). *Globalização, Direitos Fundamentais e Direito Administrativo. Novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e socioambiental*. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 278-290.
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O novo conceito de serviço público. In: GUIMARÃES, Edgar.. (Org.). *Cenários do Direito Administrativo - Estudos em Homenagem do Professor Romeu Felipe Bacellar Filho*. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2004, v. 1, p. 511-552.
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; BERTRAND, Mathieu (Mathieu Bertrand Struck) ; POLI, Júlio César (Júlio César Poli) . Os Direitos humanos fundamentais no contexto da integração regional. In: Romeu Felipe Bacellar Filho. (Org.). *Elementos de Direito Internacional Público*. 1ed.Barueri: Manole, 2003, v. 1, p. 125-171.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administração Pública Sob controle. *Jornal O Estado do Paraná*, Curitiba, p. 4, 30 set. 2001.

Apresentações de Trabalho

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa | 2º painel | XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados, III Congresso de Direito Administrativo do Rio Grande do Norte. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus e 'Sejamos Todos Feministas'. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços Públicos, Smart cities e tecnologia, VI Semana de Integração do PPGD/PUCPR. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo e Estado Sustentável (DAES), Scientific Meeting of Researchers in Law and Sustainability 2021. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . La investigación en el Derecho Administrativo, Seminario Internacional la Investigación en el Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Novos Princípios Jurídicos das Licitações, Seminário Nova Lei de Licitação e Contratação Pública: Inovações do Regime jurídico. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 7ª Conferência da Advocacia Paranaense. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos y Contratación Pública, Congreso Internacional Contratación Pública y Derechos Humanos. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administración Pública digital y contratación pública, III Congreso Mexicano de Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia Artificial y Administración Pública, Posgrado en Inteligencia Artificial y Derecho. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligência artificial e tomada de decisão. Uma análise da contemporaneidade a partir da visão cinematográfica. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) . Seminário Paranaense de Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratación Pública Electrónica, Marco del Seminario Internacional ?Contratación Pública y Buen Gobierno?, Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Núcleo Discente de Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estado, Inteligencia Artificial e Direito Administrativo: Desafios na regulacao do ambiente 4.0. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ponente. XIII Congreso Mexicano de Derecho Administrativo, Universidad Autónoma de Querétaro / AMDA. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Conferencia Magistral, Primer Congreso Internacional: El Derecho de las ciudades. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos, Inclusión y COVID 19, Primer Congreso Internacional de Administración Pública y Derechos Humanos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
20. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Procedimiento Administrativo e Inteligencia Artificial. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . XXVIII SEMIC Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Academic Days on Open Government and Digital Issues. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
23. **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** . Serviços Públicos, inclusão e exclusão na realidade brasileira contemporânea. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
24. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; SA, Priscilla Plachá (Priscilla Plachá Sá) ; OLIVEIRA, Ligia Ziggotti (Ligia Ziggotti de Oliveira) ; LOPES, Mariana (Mariana Lopes) ; FAGUNDES, Maria Letícia (Maria Letícia Fagundes) ; OLIVEIRA, Megg (Megg Rayara Gomes de Oliveira) . Movimento feminista e as temáticas atuais, 1ª Semana da Mulher da Escola de Direito da PUCPR. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. **GUIMARÃES, Edgar** (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) ; REIS, Luciano (Luciano Elias Reis) ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Consensualismo, Arbitragem e o Ambiente de contratação pública brasileiro: reposicionamento de prerrogativas na Administração Pública. Mesa: Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas, Semana Jurídica do TCEPR - 30 Anos da Constituição Federal. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Processos Coletivos e Interesse Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; BERBERI, Marco Antônio (Marco Antônio Lima Berberi) ; ANDRADE, Renato (Renato Cardoso de Almeida Andrade) ; TAVEIRA NETO, Francisco (Francisco Taveira Neto) ; LACERDA, João Paulo (João Paulo Lacerda da Silva) . Segurança jurídica e a jurisprudência do medo. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
28. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; UNES, Flávio Henrique (Flávio Henrique Unes) ; TOMELIN, Georgio Alessandro (Georgio Alessandro Tomelin) ; MODESTO, Paulo (Paulo Eduardo Garrido Modesto) . 3º Painel: Controle da Administração e Segurança jurídica, XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo: Limites do Controle da administração pública no Estado de Direito - Em homenagem à Professora Maria Sylvia Di Pietro. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).
29. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A constituição vista por elas o olhar feminino sobre os 30 anos da constituição. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
30. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; WINTER, Marilena (Marilena Indira Winter) ; BARROS, Guilherme (Guilherme Freire de Melo Barros) ; PANSIERI, Flávio (Flávio Pansieri) ; SPERANDIO, Alcir (Alcir Sperandio) ; GUIMARAES, Bernardo Strobel (Bernardo Strobel Guimarães) ; ALBERTO, Tiago Gagliano (Tiago Gagliano Pinto Alberto) ; ORESTEN, Roberto André (Roberto André Oresten) . Mesa redonda: Análise da Lei nº 13655/18- nova lei de introdução as normas do direito brasileiro- a nova lei de segurança e eficiência no direito Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
31. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Arbitragem nos contratos administrativos, VI Conferência Estadual da Advocacia OABPR. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
32. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Modalidades de Licitação no Direito Administrativo Brasileiro, Encontro do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais do PPGD/UFPR. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Julgamento da Licitação e o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
34. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . (In)Eficiência da Administração Pública em conflito com a profissionalização do Agente Público. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
35. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico e Processo Administrativo Disciplinar. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
36. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Postura em Audiência, Capacitação do Advogado Iniciante. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
37. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger) ; FERREIRA, Daniel (Daniel Ferreira) . O Processo Administrativo nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
38. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direitos Sociais e Administração Pública. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
39. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal do Gestor/Fiscal do contrato. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 40.

VALLE, Vivian Cristina Lima López . O Curso de Direito da PUCPR, palestra aos alunos do ensino fundamental II e Médio do Colégio Santa Maria. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

41. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Cuestiones actuales del Derecho Público, III Congresso Internacional de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
42. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito administrativo e sustentabilidade: novos limites à tomada de decisão administrativa, II Virada Acadêmica. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
43. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Servidor Público e Segurança Jurídica. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
44. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Reequilíbrio Econômico Financeiro, XIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
45. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Habilitação e Julgamento de Propostas, II Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
46. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aplicabilidade da Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999) nos Estados e Municípios, XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
47. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Serviços Advocatícios: Possibilidades e Fundamento Legal, Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
48. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços públicos e atividade econômica como meios de desenvolvimento, I Congresso da Rede Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
49. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Alternativas de Regulação Jurídica Eficiente dos Recursos Energéticos, I Seminário Italo-brasileiro: Inovações Regulatórias em Direitos Fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
50. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direitos fundamentais e o Controle da invalidade dos Atos Administrativos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
51. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Processo Administrativo de desapropriação. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
52. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 20 anos da Lei nº 8.112/90 - Reflexões sobre o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos, XI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
53. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Mandado de segurança e contratos administrativos, Curso de extensão - Mandado de Segurança. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
54. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . As políticas públicas e seus aspectos polêmicos, IX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
55. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos, VIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
56. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Novos limites às prerrogativas públicas dos contratos administrativos, II Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
57. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Licitações e Contratos, VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
58. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos controvertidos das contratações emergenciais, VI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
59. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Responsabilidade funcional por atos praticados nas licitações, V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
60. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) . A reforma previdenciária e a segurança jurídica do servidor público. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
61. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A nova dogmática crítica constitucional: os pressupostos de construção de uma nova sociedade. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
62. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico das Agências Reguladoras, XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
63. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Reforma Administrativa do Estado, Primeira Semana Acadêmica do CASP - 2003 - Reformas Sociais. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
64. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Atuação das Agências Reguladoras no Brasil, IV Simpósio Paranaense de Direito Administrativo. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
65. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) ; OLIVEIRA, Gustavo (Gustavo Henrique Justino de Oliveira) . Reforma Administrativa e o terceiro setor, Jornada de Direito Público CASP/PUCPR. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
66. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; KOZIKOSKI, Sandro (Sandro Marcelo Kozikoski) . A imprensa e as liberdades fundamentais, 1 Colóquio do primeiro semestre letivo de 2002 do Curso de Direito da UniBrasil. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
67. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; RIBEIRO, Márcia Carla (Márcia Carla Pereira Ribeiro) ; SCHEER, Eunice (Eunice Fumagalli Martins e Scheer) . Sociedade por cotas de Participação Limitada, Painel de Direito Comercial do CASP. 1996. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea : da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2018 (Tese).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ministros e aliados de Lula emplacam esposas em tribunais de contas nos estados, Por Guilherme Grandi. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Rodízio no comércio em caso de nova bandeira vermelha divide especialistas Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/rodizio-no-comercio-em-caso-de-nova-bandeira-vermelha-divide-especialistas/> Copyright © 2021, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Qual o efeito da medida que isenta agentes públicos na pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Abandono Afetivo. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Indicação do Ministro do STF Alexandre de Moraes. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Concursos para cadastro de reserva. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Projeto Anticorrupção. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 10 Medidas sobre a corrupção. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Alunos nas ocupações. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **BARBOSA, Claudia Maria (Claudia Maria Barbosa)** . Pagamento de auxílio-moradia pelo órgão seria inconstitucional. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

Demais tipos de produção técnica

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo e Inteligência Artificial. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Nova Lei de Licitações e suas principais novidades. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte)** . I Escola de Inverno ? Direito PUCPR- Direito Administrativo e Inteligência Artificial. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte)** . Direito Administrativo e Inteligência Artificial. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Curso de Pós-graduação em Direito Empresarial Aplicado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Servidores Públicos e Empregados Públicos no Curso de Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Tópicos especiais do Direito das Concessões no Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Constitucional e Direitos Humanos Fundamentais no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Constitucional e Direitos Humanos Fundamentais no Curso de Especialização de Licitações e Contratos Administrativos. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Licitações no Curso de Pós-graduação LLM em Direito Empresarial Aplicado da Escola de Gestão da Faculdade da Indústria IEL. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Servidores Públicos no Curso de Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização de Licitações e Contratos Administrativos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Equilíbrio Econômico Financeiro no Curso de Especialização de Licitações e Contratos Administrativos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Procedimento da Licitação e Recursos em Geral, Curso de Especialização em Direito Constitucional e Administrativo. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico Constitucional dos Servidores, Curso de Especialização em Gestão da Segurança Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estatuto de Precedentes no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Jurisdição Constitucional. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Mandato de Segurança no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
20. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estatuto de Precedentes no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Especialização em Processo Administrativo Disciplinar, Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estatuto de Precedentes no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **VALLE, V. C. L. L.** . Processo administrativo disciplinar na Lei nº 8.112/90. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
24. **VALLE, V. C. L. L.** . Sindicância Processo Administrativo Disciplinar (princípios aplicáveis, infrações, sanções disciplinares e questões práticas). 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

25. **VALLE, V. C. L. L.** . Direito Administrativo aplicado à gestão pública no Curso de Especialização em Gestão Pública. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
26. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Mandato de Segurança no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
27. **VALLE, V. C. L. L.** . Licitações - dos Recursos em Geral no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
28. **VALLE, V. C. L. L.** . Processo Administrativo de Desapropriação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
29. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
30. **VALLE, V. C. L. L.** . Direito Administrativo aplicado à gestão pública no Curso de Especialização em Gestão Pública. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
31. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Remédios Constitucionais no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
32. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) . Processo Administrativo de desapropriação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
33. **VALLE, V. C. L. L.** . Mandado de Segurança e Contratos Administrativos. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
34. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
35. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) . Mandato de Segurança: aspectos de direito material e processual à luz da nova lei. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
36. **VALLE, V. C. L. L.** . Procedimentos da Licitação dos Recursos em Geral no no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
37. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
38. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
39. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
40. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
41. **VALLE, V. C. L. L.** . Investigação Preliminar, Sindicância e Processo Disciplinar no Curso de Especialização de Gestão em Segurança Pública. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
42. **VALLE, V. C. L. L.** . Jurídico - Curso Preparatório para Concursos Jurídicos e Exame de Ordem - Direito Administrativo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
43. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
44. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
45. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
46. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Módulo: Servidores Públicos, Curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Administrativo Aplicado. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
47. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
48. **VALLE, V. C. L. L.** . Teoria Geral das Licitações no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
49. **VALLE, V. C. L. L.** . Servidores Públicos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
50. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Teoria Geral do Direito Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2002. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
51. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Módulo de Licitações e Contratos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **VALLE, V. C. L. L.**; FERREIRA, Daniel (Daniel Ferreira). Participação em banca de Alan José de Oliveira Teixeira. Possibilidades, limites e impactos de adoção da inteligência artificial na fundamentação das decisões administrativas e judiciais no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Internacional.
2. **VALLE, V. C. L. L.**. Participación en banca de Eva Quintana. La participación ciudadana en la producción de normas jurídicas en la administración local. 2020. Dissertação (Mestrado em Máster Interuniversitario en Derecho de la Administración Pública (MIDAP)) - Universitat Rovira i Virgili.
3. **VALLE, V. C. L. L.**. Participación en banca de Paola Andrade Escamilla. Participación ciudadana y gobierno abierto: un estudio comparado entre España y México. 2020. Dissertação (Mestrado em Máster Interuniversitario en Derecho de la

Teses de doutorado

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López;** BITENCOURT, Carol (Caroline Müller Bitencourt); BITTENCOURT, Denise da Silva (Denise da Silva Bittencourt); RECK, Janriê Rodrigues (Janriê Rodrigues Reck); OLIVEIRA, Ligia Ziggotti (Ligia Ziggotti de Oliveira); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Albano Busato Teixeira. Atividade de fomento, participação e controle social: Limites e possibilidades no cenário brasileiro. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul.

Qualificações de Mestrado

1. **VALLE, V. C. L. L.;** DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); CABRAL, Flávio Garcia (Flávio Garcia Cabral). Participação em banca de Tailaine Cristina Costa. Garantia de Direitos Fundamentais na Ação de Improbidade administrativa. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
2. DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); SADDY, André (André Saddy); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lucas Bossoni Saikali. A regulação da atividade econômica dos serviços de streaming de conteúdo audiovisual. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
3. MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânicia); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de William Geraldo Azevedo. A estruturação de consórcios inter-federativos para fins de regulação dos serviços públicos municipais. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
4. DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânicia); **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Nicolas Addor. Qualis periódicos: O modelo regulatório de avaliação da pesquisa científica brasileira pela Capes. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
5. GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânicia); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fernando de Oliveira Torres. A possibilidade de interferência judicial na agenda de políticas públicas como forma de efetivação dos direitos fundamentais dos grupos vulneráveis. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
6. **VALLE, V. C. L. L.;** GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânicia); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Marcos Viana Costório. A solução ótima de eficiência regulatória no conflito de competência entre o CADE e o BACEN nas operações de fusão bancárias. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Renata de Andrade Pozzi. Contratos administrativos: a persecução do interesse público, em regra, a partir de técnicas de consenso, em detrimento do emprego de um regime geral de prerrogativas. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
2. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lucas Matheus Lopes. A utilização de parcerias público privadas na segurança pública: possibilidade de trespasso da perícia criminal. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
3. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Jéssica Heinzen Felisberto. Administração Pública Digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
4. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Thais Yuana Decarli Gomes. O exercício do Poder de polícia por agentes privados. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
5. **VALLE, V. C. L. L.;** GUSSOLI, Felipe Klein. Participação em banca de Leonardo de Souza Prates Menezes. O consensualismo na Administração Pública brasileira e a (im)possibilidade de satisfação do interesse público. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
6. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Luiza Helena Schlichting. Natureza jurídica de aposentadorias, reformas e pensões e inconstitucionalidade da súmula vinculante n.3 do Supremo Tribunal Federal. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
7. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Pietra Procópio Castro Pascali. As prerrogativas da Administração Pública: um estudo comparado entre o direito brasileiro e o direito americano. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
8. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Mário Sérgio Vuitik. Equilíbrio contratual em processo licitatório: o sistema de registro de preços na teoria e na jurisprudência. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
9. **VALLE, V. C. L. L.;** REIS, Luciano (Luciano Elias Reis); GUSSOLI, Felipe Klein. Participação em banca de Vanessa Travensoli Bona. Improbidade Administrativa, regime jurídico punitivo e atuação do Ministério Público. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
10. **VALLE, V. C. L. L.;** REIS, Luciano (Luciano Elias Reis); GUSSOLI, Felipe Klein. Participação em banca de Adriano Medeiros Fontanelli. A inconstitucionalidade da cessão da titularidade passiva do contrato administrativo prevista no inciso VI, do Art.

11. **GUSSOLI, Felipe Klein; VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucila Lima Cani. Responsabilidade Civil do Estado por danos de correntes de atos de multidões: análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
12. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jean Carlo Jacichem Luz. Arbitragem enquanto instrumento da ação do estado contratualizado no paradigma a administração pública consensual. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
13. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Camila Cotovicz Ferreira. Conformidade das Leis No. 13.467/2017 às regras que norteiam a terceirização de serviços na administração pública. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
14. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Amanda Colaço. Consensualismo - uma resposta à crise de autoridade no ambiente contratual administrativo. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
15. **PIVETTA, Saulo Lindorfer (Saulo Lindorfer Pivetta); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mário Ferreira Penteado Neto. A arbitragem e algumas reflexões sobre o princípio da indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público e os interesses patrimoniais disponíveis. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
16. **PIVETTA, Saulo Lindorfer (Saulo Lindorfer Pivetta); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paola Ceolin Viana. A Responsabilidade civil do Estado no descumprimento das decisões judiciais mandamentais transitadas em julgado. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
17. **FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); PIVETTA, Saulo Lindorfer (Saulo Lindorfer Pivetta); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Felipe de Sá. Processo administrativo e a extinção da função pública delegada. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
18. **VALLE, V. C. L. L.; FREITAS, Daniel Castanha de; FERRARI, Regina Macedo (Regina Maria Macedo Nery Ferrari)**. Participação em banca de Sabrina Suelen Marcelino. Modelo contemporâneo de contrato administrativo: instrumento de estabilização de políticas públicas, governança e desenvolvimento nacional sustentável. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
19. **VALLE, V. C. L. L.; GUSSOLI, Felipe Klein; FERRARI, Regina Macedo (Regina Maria Macedo Nery Ferrari)**. Participação em banca de Eduardo Mendes Zwierzikowski. Governança corporativa nas empresas estatais brasileiras: uma análise da Lei n. 13.303/2016. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
20. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mário Ferreira Penteado Neto. A arbitragem e algumas reflexões sobre o princípio da indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público e os interesses patrimoniais disponíveis. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
21. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Eduardo Mendes Zwierzikowski. Governança corporativa nas empresas estatais brasileiras: uma análise da Lei n. 13.303/2016. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
22. **GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães); FERRARI, Regina Macedo (Regina Maria Macedo Nery Ferrari); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Borges. Das preferências em procedimentos licitatórios. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
23. **GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães); FERRARI, Regina Macedo (Regina Maria Macedo Nery Ferrari); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafael Stallmach Costa Kadri. Princípios da administração pública na licitação e a sujeição do instrumento de impugnações. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
24. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruno Arcie Eppinger. A retenção de créditos decorrentes de contrato administrativo em razão da aplicação de multa pela ausência de garantia contratual. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
25. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Aline Rosa Novaes. Alterações quantitativas e qualitativas dos contratos administrativos. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
26. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafael de Araújo Mazepa. As exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas: desafios da razoabilidade. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
27. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thiago Bertapelli. Inexigibilidade de licitação por notória especialização na prestação de serviços advocatícios. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
28. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de José Bernardoni Filho. O desenvolvimento de atividades privadas de interesse público pelas Organizações Sociais de Interesse Público - OSIP. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
29. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alexander Miranda. Reequilíbrio Econômico Financeiro nos atos de Registro de Preços. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
30. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucila Lima Cani. Responsabilidade Civil do Estado por danos de correntes de atos de multidões: análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

VALLE, V. C. L. L.. Participação em banca de Ana Eliza Marques Soares. Sistema de Registro de Preços. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

31. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marco Aurélio Senko da Hora. A Relativização da Supremacia do Interesse Público em face do Andamento Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. 2011. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
32. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruno Arcie Eppinger. A Retenção de Créditos Decorrentes de Contrato Administrativo em Razão da Aplicação de Multa pela Ausência de Garantia Contratual. 2011. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **VALLE, V. C. L. L.; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem); FREITAS, Daniel Castanha de.** Participação em banca de Flavia Smolka Samana.Uma análise do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) como política pública de acesso à educação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
2. **GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem); REIS, Luciano (Luciano Elias Reis); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jaqueline Martins da Silva.O analfabetismo funcional no Brasil e a carência de Políticas Públicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
3. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Claudia dos Santos.O acordo de acionistas nas Empresas Estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
4. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Guilherme Wilson Cordeiro.A contratação direta perante a lei 13.303/2016 - dispensa e inexigibilidade das licitações- inovações na nova lei das estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
5. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Milliane Presa.A nomeação de administradores nas estatais paranaenses conforme a Lei 13.303 de 2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
6. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Daniel Peixoto de Souza Soarez.Hipótese de Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como Retrocasso Social e Ameaça ao Direito Humano a Alimentação Adequada. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
7. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thaélis Tombini.Vedações do Retrocasso Social no Direito Fundamental à Saúde: Análise do Resp 1657157/RJ e sua aplicação no Tribunal de Justiça do Paraná. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
8. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiza Alencar Sigoli.O princípio da Proibição do Retrocasso Social: Uma abordagem acerca de desconstitucionalização dos Direitos Sociais com Ênfase na Análise da Reforma da Previdência Social (PEC No. 06/2019). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
9. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Israel Ramos.A responsabilidade do Município na Educação Infantil. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
10. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jaqueline Martins da Silva.O Analfabetismo Funcional no Brasil e a Carência de Políticas Públicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
11. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Aline Rafaela Ruvio Penteado.O seguro Garantia como Instrumento Social na Lei No. 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
12. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Luisa Caldas Mitter.A Lei 13.303/2016 Como Mecanismo de Tutela de Gestão das atividades das Estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
13. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marcos Guilherme Rodrigues Mafra.A due diligence como ferramenta de investigação dos impedimentos nas licitações das empresas estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
14. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ghabriel Campigotto Soethe.Geração distribuída e o Desenvolvimento Nacional. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
15. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Giuliano Robinson.Panorama Jurídico das Pequenas Centrais Hidroelétricas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
16. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Grossi Rezende.O Desenvolvimento do Setor Aéreo Brasileiro decorrente da Flexibilização da Entrada de Capital Estrangeiro a Luz da MP 863/2018. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
17. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ronaldo Chadic Júnior.A importância da Aviação Regional como forma de Promover a Competitividade e a Livre Concorrência no Setor Aéreo Doméstico Brasileiro. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
18. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Amanda Caroline Valenga.Análise empírica da tutela do direito social à saúde perante o poder judiciário brasileiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
19. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Antonio Rafael Lopes da Silva.Cobrança no ensino superior público. Especialização Lato Senso. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
20. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Barbosa de Souza de Souza.Os custos do direito à saúde: o choque entre os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível sob a ótica da jurisprudência do tribunal de justiça do Rio Grande

do Sul. 2018.

21. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Isabella Gretter Teixeira.A incapacidade financeira do paciente de arcar com o custo do medicamento prescrito como critério de concessão de fármacos via judicial. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
22. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Milena Augustin.O direito fundamental social à saúde e a escassez de ações coletivas frente ao fornecimento de medicamentos: uma análise jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Paraná. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
23. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de João Paulo Josviak Dresch.Hipossuficiência financeira como para a obtenção de decisão judicial favorável à concessão de medicamentos pelo SUS. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
24. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ramon Matheus Cavalcante Trauczynski.O impacto da judicialização da saúde na promoção de políticas públicas: uma análise do desequilíbrio financeiro que as decisões judiciais ocasionam aos entes federativos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
25. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruna Ladewing.A tendência de simplificação das licitações na Lei 13.303/2016 através da adoção dos procedimentos auxiliares - análise dos regulamentos da Caixa Econômica Federal e Petrobras. 2018 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
26. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Camilla Bobieski Barrinuevo.Prevenção de conflito de interesses em sociedades de economia mista na Lei 13.303 de 2016: evolução para o sistema de governança corporativa na Petrobras. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
27. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Cesar Augusto Taborda Lima.Sanções administrativas na nova lei das estatais: a supressão de declaração de inidoneidade. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
28. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Larissa Quadros do Rosário.Matriz de riscos em contratos de obras celebrados por empresas estatais: a Lei No. 13.303 de 2016 e o posicionamento do TCU. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
29. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Raphaela Thêmis Leite Jardim.O mecanismo das golden shares nas empresas privadas com participação estatal minoritária. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
30. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Samara Uille Gomes.Inovações nas licitações das estatais: análise comparativa dos mecanismos de controle da lei no. 13303/2016 e do procedimento licitatório simplificado na Petrobras regulamentado pelo decreto no. 2745/98. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
31. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Valéria Celestina Teixeira.Emprego do Sistema de Compliance e governança pública nas concessionárias de distribuição de energia elétrica em consonância com a lei. 13303 de 2016 e mitigação de crises financeiras decorrentes de atos de corrupção e improbidade administrativa. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
32. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Clara Vieira.Função Social das Empresas Estatais sob a ótica da Lei 13.303 de 2016. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
33. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de André Felipe Pereira de Souza.O serviço público eficiente como instrumento de concretização do direito fundamental a boa administração pública. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
34. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pablo de Paula Orofino.A evolução histórica do estado social da sua origem a contemporaneidade. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
35. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafaella Nogueira Ferraresi.A judicialização da saúde e o papel do Estado no fornecimento de medicamentos de alto custo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
36. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gustavo Peixoto da Costa.Os diferentes modelos de gestão do estado brasileiro e a concretização do direito fundamental à boa administração. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
37. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiza Castro Santos Furtado.Políticas públicas de proteção à vulnerabilidade da mulher no contexto do estado democrático social de direito. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
38. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pedro Henrique Fiori Felippe.Os diferentes modelos de gestão do estado brasileiro e a concretização do direito fundamental à boa administração. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
39. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marina Delatte Rissio.O direito fundamental à saúde e a sua judicialização. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
40. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Letícia Maria Titon Hotz.O compliance nas estatais e a nova perspectiva de governança corporativa segundo a lei 13.303/16. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
41. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alizio Mayheus Brandão.A formação de um direito híbrido público-privado e sua incorporação nos contratos das estatais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
42. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bianca Rosa Neves Tonietto.As estatais e seu papel na economia contemporânea e o negócio na nova lei das estatais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
43. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caio Augusto Nazario de Souza.A contratação integrada e semi-integrada em obras e serviços de engenharia frente a lei 13.303/2016. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
44. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mayara Segalla Savoia Assef.Procedimento de Manifestação de interesse: eficiência administrativa. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

45. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Anne Louise Ferreira Bello.Composição da Tarifa de energia elétrica no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
46. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Daniel Belotto Cellio.Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
47. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Leonardo Rodrigo Meyer de Oliveira.Composição da Tarifa de energia elétrica no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
48. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Cahio Almeida Silva.A importância dos descontos tarifários para o cooperativismo de eletrificação rural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
49. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caio Lopes da Silva.Administração Pública e a eficácia da arbitragem em suas relações contratuais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
50. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Antoniacomi Dal'Lin.O paradigma atual das contratações Administrativas: a atuação pública imperativa em fase de consensualismo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
51. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Diego Jacomit Corrêa.Mercado livre X Mercado cativo: um estudo sobre a possibilidade de implementação de um amplo ambiente de contratação livre no mercado brasileiro de concretização de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
52. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Carla Mamus.A intervenção do poder judiciário no controle de políticas públicas voltadas a concretização de Direitos Sociais fundamentais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
53. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Aline Dutra Pepes.Análise da aplicação do instituto de arbitragem nos contratos administrativos: entre direitos disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
54. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Matheus Trancoso Bertolin.A teoria tradicional do autoritarismo nos contratos administrativos e sua insuficiência frente aos desafios da administração pública contemporânea. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
55. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fabiana Silva Pinto Faraco Cebrian.A biomassa na política energética brasileira e seus aspectos socioambientais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
56. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Eduardo Fiqueiredo.Assimetria de regimes jurídicos no setor portuário Brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
57. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de André Borges Oliveira Santos.A arbitragem no âmbito da administração pública: uma análise principiológica. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
58. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ketelin Stachelski Adriano.Os efeitos da corrupção nos serviços públicos essenciais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
59. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Martins Antunes.Direito à moradia digna e intervenção social: o papel do estado na transformação do espaço social. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
60. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jéssica de Moura Rocha.O uso da arbitragem nos contratos administrativos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
61. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Bellascosa da Silva.Arbitragem e o poder público: entre interesses disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
62. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Jéssica Buttner da Silva.Llicitação Pública: entre o modelo normativo da Lei 8.666/1993 e o regime diferenciado de contratações públicas Lei 12.462/2011. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
63. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lislie Queiroz de Souza.A aplicabilidade da arbitragem nos contratos administrativos como solução alternativa de litígio na relação estado-sociedade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
64. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Augusto Coltro.As Parcerias Público-Privadas no sistema prisional. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
65. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ricardo Bolliger Schimin.Licitações - regime diferenciado de contratação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
66. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ivan Besel Villalon.Alternativas ao controle judicial do direito fundamental à saúde: em busca de sua efetivação integral e universal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
67. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Felipe Carvalho de Lima.Os contratos Administrativos e a relação entre o público e o privado sob a perspectiva do princípio da supremacia do interesse público. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
68. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gabriella Marakami Rocha Faria.Processo Administrativo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
69. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Amanda Luiza da Silva Oliveira Pinto.Aspectos Jurídicos da energia elétrica. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
70. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Tatiana de farias Meurer.Análise sobre as políticas redistributivas para a efetivação do Direito à dignidade humana. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
71. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Angela Cristina Silva de Melo.A aplicabilidade da lei de improbidade administrativa em face dos agentes políticos. 2015. Trabalho de Conclusão de Cursô (Graduação em Direito) - Pontifícia

72. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Luzia Gori Palka Miranda. Publicidade X Privacidade: limites e possibilidades na divulgação nominal da remuneração dos servidores públicos na internet. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
73. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Julio Cesar Fernandes Ercoli. Segurança Pública: os limites constitucionais de atuação das guardas municipais e a PEC 534 de 2002. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
74. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Leonardo Rodrigo dos Santos Dutra. O Regime Jurídico do Serviço Público e o Transporte Coletivo como Modalidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
75. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Taisa Regina Rodrigues. Recusa ao tratamento hemoterápico e o conflito entre direitos fundamentais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
76. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thales Soares Rossato. Licitação Pública e os Aspectos penais na Lei 8.666/1993. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
77. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Anderson Luiz Correa da Silva. A Lei da Ficha Limpa. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
78. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Heloise Soraya da Silva Chin Lemos. O Princípio da sustentabilidade ambiental nas licitações. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
79. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ary Klayton Kertcher. A Delegação do poder polícia e pessoas jurídicas de direito privado. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
80. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruna de Paula. Equação Econômico Financeira dos Contratos Administrativos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
81. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Izabelle Klemtz de Abreu. O tombamento com intervenção estatal na propriedade privada e as possibilidades de indenização. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
82. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Joel dos Santos. Equação Econômico Financeira dos Contratos Administrativos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
83. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Priscilla Tiemi Kumegawa. Processo disciplinar do servidor público. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
84. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gabrielle Rauchbach Mariotti. A função econômica das Parcerias PÚblico-privadas no âmbito das SA's. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
85. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de César Pimental Pereira. A intangibilidade do equilíbrio econômico financeiro nos contratos de concessão de serviços públicos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
86. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Karoline Strapasson. Avaliação dos portais de transparência municipal: perspectivas para o controle social. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
87. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Vitor Hugo Assunção Salmazo. A efetivação do direito à educação e a cidadania no Estado Democrático de Direito. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
88. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Cassiano Steffen. Licitação pública com ênfase na modalidade pregão. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
89. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Douglas Murilo dos Reis. Fomento e desenvolvimento. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
90. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Diego Monteiro. Desenvolvimento e sustentabilidade na licitação pública. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
91. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paola Ferreira Dalcanale. Poder de polícia: poder discricionário, suas limitações e o uso e abuso do poder de polícia. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
92. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pedro Roberto Bochilof. Considerações sobre as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/92. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
93. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Aline Maciel Ferreira. Aspectos destacados do Direito Regulatório sob a ótica do operador portuário - a prestação de serviço público e suas consequências jurídico-econômicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
94. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fabio José Assaf Nogueira. A livre iniciativa e a intervenção do Estado. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
95. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lino Alves do Nascimento. Direito Administrativo, Desenvolvimento e Sustentabilidade - uma análise das concessões como meio de desenvolvimento. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
96. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alessandra Mendes Rech. Parcerias PÚblicas - Privadas: aspectos gerais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
97. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caio Schuk. O poder normativo concedido às Agências Reguladoras no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
98. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Larissa Cembalista. Improbidade administrativa e seu controle no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
99. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marcus Vinícius Priori Minharo. Agências Reguladoras e seu poder normativo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- 100.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Michelle Cardoso Silva.Responsabilidade Civil do Estado por Omissão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 101.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mateus Levi Borges.Os Servidores Públicos e os Princípios Básicos Orientação de Sua Atuação Peculiaridade do Regime Jurídico dos Empregados Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 102.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Rocha Figueiredo Taborda.Llicitação e Contratação Direta: Princípios, Modalidades, Inexigibilidade, Dispensa e Inaplicabilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 103.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mayara Farias de Souza.O Controle na Legalidade da Administração - Especiais do Controle Externo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 104.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Emanuele de Carvalho Ghizzi.Responsabilidade Patrimonial Extracontratual do Estado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 105.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Arcio Milton Wailler Neto.Teste psicológico em Concurso Público. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 106.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Adoniram Ozias Santos.O servidor público e a acessibilidade aos cargos e empregos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 107.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Arnaldo Nascimento de Souza.Llicitações de obras públicas: a caracterização do objeto. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 108.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Amanda Cristina Lam.Responsabilidade civil do Estado por Omissão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 109.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Carolina Maren Bruzamolin.Aspectos do serviço público de energia elétrica, regulação e desenvolvimento. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 110.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Daniel Rodrigues Scholze.Controle jurisdicional dos atos administrativos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 111.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Hector Matheus Vebber Cardenas.Fuga da Administração Pública para a Administração Privada. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 112.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Hélio Rodrigo Milani Boamorte.Peculiaridades do contrato administrativo e dos procedimentos prévios de licitação de dispensa e de inexigibilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 113.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Juliana Aparecida Inácio.Responsabilidade Civil do Estado por Omissão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 114.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luciano Ribeiro do Prado.Aspectos jurídicos de ato administrativo e o controle jurisdicional da legalidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 115.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Roger Leão de Oliveira Colpe.Os problemas da representatividade política democrática no Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 116.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bernardo Suss.Regulação jurídica, retrospecto histórico e realidade prática do setor elétrico brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 117.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Rossy Brandão Fonseca Loureiro.Controvérsias Acerca da Concessão da Liberdade Provisória nos Crimes de Tráfico de Drogas com o Advento da Lei 11464/07. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 118.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alysson Amorim.O Ato Administrativo e seu Controle Jurisdicional. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 119.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Arielli Suckow.Aspectos Gerais Sobre as Formas de Concessão do Serviço Público - A Concessão Tradicional e a Parceria Público - Privada. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 120.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruna Franco Cruz.Discricionariedade Administrativa e Controle Judicial. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 121.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Lemes Karam.Impactos da Lei Complementar nº 123/06 nas Licitações Públicas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 122.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ivo Augusto Cavazzani Ravedutti Durante.O Serviço Público e as Parcerias Público Privadas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 123.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Maurício Graboski.As Agências Reguladoras e o Poder de Polícia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 124.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rodolfo de Castro Figueiredo Ferreira.Dispensa e Inexigibilidade de Licitação e o Princípio da Moralidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 125.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de João Guilherme Carraro Hortmann.Déficit Previdenciário; Análise Jurídica. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 126.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ihandra Proença Lima.Contrato Administrativo Equilíbrio Econômico Financeiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 127.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** 1Doc: Memória 6.009/2025 | Anexo: 20_Docs compactados PAD_currículos e notas removidas.pdf (40/102) Participação em banca de Cynthia Izabella Poli de Andrade.A Administração Pública e sua Relação com o Princípio

- 128.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Emily Sucasas Talamante. Parcerias Público - Privadas e o Sistema Penitenciário Brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 129.** **BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Hertel Rehbein Junior. Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 130.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Higor Goulart. Atos de Improbidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 131.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Jaques Artuso Grisane. As Parcerias Público Privadas no Âmbito do Sistema Prisional.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 132.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Jocelei Ribeiro de Campos. Concurso Público - Temas Controvértidos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 133.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Leonardo Borsa. Agências Reguladoras: Os Desafios ao Exercício do seu Poder Normativo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 134.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luiza Justin Luvizotto. Poder de Polícia e Possibilidades de Delegação e Entidades Privadas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 135.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Márcia da Cruz Heofacker. Teoria da Imprevisão e os Contratos Administrativos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 136.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marina Letícia Setim. O Regime Jurídico das Licitações e a Inexibilidade de Licitação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 137.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET**, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Nicolle da Nóbrega Cordeiro. Estudo Sobre a Aplicação Ação Afirmativa no Acesso do Negro a Educação Universitária no Brasil Visando a Igualdade entre Raças. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 138.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Caroline Godói Oliveira. A Proteção às Minorias Pautada nos Direitos Fundamentais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 139.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de João Victor Pulcides. Assédio Moral ao Servidor Público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 140.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Oclair Eurich. Mandado da Injução: Um Modelo Concretizador da Cidadania. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 141.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ana Luiza Batschke. As Parcerias Público - Privadas e o Desenvolvimento. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 142.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bruno Melo Stubert. A Aplicação do Regime Jurídico da Empresa Privada na Empresa Estatal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 143.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bruno Zeghbi Martins. O Poder de Polícia. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 144.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Diego de Castro Sade. Princípios Norteadores e a Indispensabilidade de Defesa Técnica Concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 145.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fabio Piekarsk. As Modalidades de Dispensa da Licitação no Brasil. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 146.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lucas Tramunt Pont. Controle Social da Administração Pública. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 147.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Maurílio dos Santos Rodriguez. Responsabilidade Civil do Estado Quanto a Omissão no Dever de Prestar Segurança Pública. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 148.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Natália Vogt Silveira. Licitação e o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 149.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Carlos Eduardo Santos Nito. Constitucionalismo, Neo Constitucionalismo Controle Judicial de Políticas Públicas pelo Ministério Público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 150.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fernando Henrique Gama de Oliveira. Desapropriação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 151.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Iara Salissa Ledra. Responsabilidade Civil do Estado pela Morosidade na Prestação Jurisdicional. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 152.** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Natashe do Rego Rossato. A Responsabilidade Civil do Estado - Responsabilidade Civil de Convencionário de Serviços Públicos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

VALLE, V. C. L. L.. Participação em banca de Willian Sucharski Faret. Contratação sem Licitação - Dispensa e Inexigibilidade.

2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- 154.** **VALLE, V. C. L. L.**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**; **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**. Participação em banca de Camila Letícia de Maia. Aspectos Pontuais do Regime Jurídico das Licitações Públicas e as Peculiaridades de sua Aplicação nas Empresas Estatais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 155.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**; **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**; **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Pereira Almeida. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 156.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**; **VALLE, V. C. L. L.**; **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**. Participação em banca de Danielle Cristine de Castro Carvalho. Regime Jurídico das Concessões Públicas e Parcerias Público Privadas: Aspectos Pontuais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 157.** **VALLE, V. C. L. L.**; **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**. Participação em banca de Inara Caroline Silita de almeida Coan. O princípio da proporcionalidade no processo administrativo disciplinar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 158.** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**; **VALLE, V. C. L. L.**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**. Participação em banca de Joanna Rozário Haiduk. O Dever de Legal de Litar e as Hipóteses de Contratação Direta. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 159.** **VALLE, V. C. L. L.**; **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**. Participação em banca de João Guilherme Bueno de Oliveira Gatti. Democracia, Administração Pública e Discretionalidade Administrativa: Análise Pontual. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 160.** **VALLE, V. C. L. L.**; **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**. Participação em banca de Leandro Buss. A Participação das Cooperativas em Licitações Públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 161.** **VALLE, V. C. L. L.**; **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**. Participação em banca de Magnum de Medeiros. Aspectos Pontuais das Licitações Públicas e o Seu Controle. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 162.** **VALLE, V. C. L. L.**; **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**. Participação em banca de Maya Lissa Mateus de Almeida Gonçalves. Processo Administrativo Disciplinar e o Princípio do Juiz Natural na Administração Pública Federal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 163.** **VALLE, V. C. L. L.**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**; **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho)**. Participação em banca de Renata Petreli Piaé. A Sociedade de Economia Mista. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 164.** **KASPCHAK, Thiago Thomaz (Thiago Thomaz Kaspchak)**; **BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa)**; **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Andrea Paula Langowski. Favelização das cidades e políticas públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 165.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**; **VALLE, V. C. L. L.**; **GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes)**. Participação em banca de Débora Cavalli. Súmula vinculante. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 166.** **VALLE, V. C. L. L.**; **FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann)**; **PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci)**. Participação em banca de Elisandra Cristina Guevara. Desaposentação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 167.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**; **VALLE, V. C. L. L.**; **GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes)**. Participação em banca de Fernando Vaz da Silva. O direito de retrocessão com relação dos bens desapropriados pelo Estado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 168.** **PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci)**; **VALLE, V. C. L. L.**; **FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann)**. Participação em banca de Jamille Villela de Barros. O cálculo do salário de benefício para o segurado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 169.** **GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes)**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**; **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de João Paulo Mozer da Cunha. Discussões atinentes à Lei 11.705/08. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 170.** **VALLE, V. C. L. L.**; **FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann)**; **PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci)**. Participação em banca de Joseana Aparecida Bueno. Trabalhadores rurais e a previdência social. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 171.** **VALLE, V. C. L. L.**; **FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann)**; **PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci)**. Participação em banca de Juliana Haas. Repercussão do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte nas licitações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 172.** **VALLE, V. C. L. L.**; **FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann)**; **PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci)**. Participação em banca de Juliana Haas. Repercussão do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte nas licitações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 173.** **GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes)**; **VALLE, V. C. L. L.**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**. Participação em banca de Maeva Azevedo Aracheski. Direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 174.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**; **VALLE, V. C. L. L.**; **GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes)**. Participação em banca de Maiara Alves Cunha de Santi. Regime Jurídico do saneamento básico. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 175.** **GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes)**; **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)**; **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mariana Motter Ferrante Silva. Controle dos atos de improbidade administrativa. 2009. Trabalho

176. **VALLE, V. C. L. L.; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Ricardo Miara Schuarts.Concessão de serviço público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
177. **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes).** Participação em banca de Tiago de Brito Buquera.A reparação do dano moral decorrente de ato de improbidade administrativa. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
178. **GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L..** Participação em banca de Vinicius Encinas.Controle dos atos de improbidade administrativa. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
179. **GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L..** Participação em banca de Virgilio Strozzi.Controle judicial de políticas públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
180. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Florinda Pinto Damasio dos Reis.Controle Judicial de Políticas Públicas na Área de Saúde Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
181. **VALLE, V. C. L. L..** Participação em banca de Shadea El-Kouba Gomes.O Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
182. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Diogo Ferreira Bernet.Agências Reguladoras. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
183. **VALLE, V. C. L. L..** Participação em banca de Antônio João Valério Filho.O Orçamento Público e Seus Reflexos na Economia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
184. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L..** Participação em banca de Pauline de Moraes Chemin.O princípio da dignidade da pessoa humana na constituição federal de 1988. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
185. **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Miriam Ramos Nogueira.Súmulas vinculantes. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
186. **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Maria Francisca de Miranda Coutinho.Tutela do Interesse Público. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
187. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Crystianne Indena Pires Figueira.Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e o Abuso de Poder. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
188. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Kendra Franco Dias.O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e as Prerrogativas da Administração Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
189. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Daniel de Lara Pamplona.Jurisdição Constitucional Concentrada no Brasil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
190. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Isabella Bittencourt Mader Gonçalves.Reforma Agrária. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
191. **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Carolina Gomes Azevedo.Licitação. Dispensa e Inexigibilidade de Litar. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
192. **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Alice Danielle Silveira.Parcerias público privadas em sentido estrito. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
193. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Álvaro Jose Ehlke Czaenik.O princípio da moralidade administrativa e o nepotismo. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
194. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Amanda Rodrigues de Souza.O princípio da segurança das relações jurídicas e a influência destes nos contratos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
195. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Ana Carolina Lopes dos Santos de Souza.Princípios expressos e implícitos da administração pública e seu controle jurisdicional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
196. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Bruno Engler Lamberti.Regime jurídico das licitações públicas e a modalidade pregão. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
197. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Debora Pereira Reali.Controle de constitucionalidade brasileira: uma análise crítica. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
198. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Evelyze Gimienchi Dias.A terceirização na administração pública. 2008. Trabalho de

- 199.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Isabella Bittencourt Mader Gonçalves.Responsabilidade civil do estado por ato judicial. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 200.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maira Barleta Javorsky.Responsabilidade civil do estado: análise pontual dos comportamentos omissivos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 201.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mauro Kratz Nogueira.Agencias reguladoras e seu regime jurídico. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 202.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Nelson Minoru Yamagami Savasaki.Administração pública, arbitragem e teoria organizacional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 203.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Paulo Dreher Mesquita.O controle judicial dos atos políticos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 204.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Rodrigo Jankowski Cardoso.As Parcerias Público-Privadas e o gerenciamento profissional de projetos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 205.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Sergio Eidi Yamagami Savasaki.Relações entre o estado e economia: um enfoque sobre o modelo regulador e aspectos da sua aplicação no Brasil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 206.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Shadea El-Koba Gomes.O terceiro setor e as parcerias com a administração pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 207.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Adriana Cristina Boscardin.O poder normativo das agências reguladoras face ao princípio da legalidade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 208.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alice Danielle Silveira.Parcerias público privadas em sentido estrito. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 209.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Camila de Fátima Konpik.Pregão: modalidade econômica e eficaz de licitação para bens e serviços comuns. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 210.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Carla Luiza Mannrich.Análise pontual do instituto da desapropriação. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 211.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Evandro Antonio Sbalcheiro Marich.O estado, a administração pública e os atos administrativos. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 212.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Felipe de La Cruz Quintana.Análise pontual do pregão eletrônico. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 213.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernando Henrique Bassan Peixoto.Controle de mérito da pretensão punitiva do processo administrativo disciplinar pelo poder judiciário. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 214.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gabriela Brunetta Sávio.A atuação do cidadão no combate a improbidade administrativa. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 215.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Givago Adriano Ramos dos Santos.Responsabilidade do estado pela atividade judicial. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 216.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gracielle Malaquias de Paula.Ato administrativo - aspectos pontuais. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 217.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Greigson Tomachevski.Pregão eletrônico: competitividade e agilidade nas contratações públicas. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 218.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiz Henrique Kern Ery.Repensando o princípio da supremacia do interesse público. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 219.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Manoella de Carvalho Contin Hek.Processo administrativo à luz da Constituição de 1988. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 220.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marco Aurélio Senko da Hora.A relativização da supremacia do interesse público em face

- 221.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Marina Araujo Camardo.O poder normativo das agências reguladoras. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 222.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Michelle Soares Garcia.Evolução histórica da desapropriação no Brasil. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 223.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Paula Alessandra Fernandes Bustamente.Llicitação Pública: Contratação direta. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 224.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Paula Celso Gerva.Concessões de serviço público. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 225.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Paulo Celso Gerva.Evolução do sistema licitatório - ênfase na modalidade pregão com seus aspectos relevantes e polêmicos. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 226.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Rebeca Soares Trindade.Supremacia do interesse público e estado ponderação. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 227.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Stefani Reichel.Reforma Previdenciária. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 228.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Tiago Zeglin.O controle jurisdicional dos atos administrativos e a discricionariedade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 229.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Andressa Caroline Lopes de Oliveira.A Utilização da Arbitragem nos Contratos de Parcerias Público-privadas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 230.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gilian Pacheco.Responsabilidade Civil do Estado por Danos Ambientais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 231.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Abigail Cristine Carneiro.Administração Pública - Princípio da moralidade. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 232.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Bruno Garcia Peres.O ato administrativo, seu controle e a sindicância. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 233.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Camille Andressa Correa Silva.Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 234.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Christiane Rodrigues Buffa.O pregão como resposta ao princípio da eficiência na administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 235.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Elaine Maria Marques.Controle da Administração Pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 236.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Fernanda Mourão Ribeiro.Ato administrativo - aspectos pontuais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 237.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Fernando de Assis Ribas Goulart.Aspectos pontuais das concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 238.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Gilian Pacheco.A responsabilidade civil do estado por danos ao meio ambiente. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 239.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Gislaine Ortega Pineda.Reforma da previdência: a EC nº 41. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 240.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Guaracy Carvalho.Aspectos do processo administrativo disciplinar. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 241.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ingrid Hassen.Llicitação - Regime Jurídico e temas polêmicos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 242.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**.. Participação em banca de Jane Oriete de Souza Fonseca Lourenço.A efetividade da aplicação do princípio da eficiência e da publicidade nas políticas públicas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 243.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Kamila Figueiredo Ferreira.Questões controvértidas das agências reguladoras perante o

- éculo XXI. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
244. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Laura Del Bosco Brunetti Cunha. Concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
245. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luciana Mikilita Mira. O critério objetivo na responsabilidade de extracontratual do estado. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
246. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luciana Vosniak. A participação popular na administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
247. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luis Adolfo Kutax. A função social da propriedade urbana. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
248. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luis Gustavo Stremer. Considerações sobre licitações e a Lei nº 8866/93 com enfoque prático. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
249. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Manoel Gustavo Griesbach. Vinculação ao ato convocatório nas licitações com base nos demais princípios licitatórios. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
250. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marcel Francisco Lima e Silva. Dificuldades no pregão eletrônico. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
251. **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maria Emilia Vieira Salvatti. As agências reguladoras e sua atuação no Brasil. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
252. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Mauricio Polli. Parcerias público privadas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
253. **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Michelli Crepaldi. Responsabilidade patrimonial extracontratual do estado no exercício da administração. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
254. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Patrícia Pedroso Moraes. Discretionalidade Administrativa: evolução, aspectos relevantes e controle jurisdicional. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
255. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Paulo Andre de Lima. O controle de constitucionalidade das leis. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
256. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Petra Lessa. Meios de controle jurisdicional da administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
257. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Rafael Augusto Guedes. Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
258. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafael Javorski. As garantias dos particulares nos contratos administrativos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
259. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Raphael Marins. O terceiro setor e a sua eficácia no direito brasileiro. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
260. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Tatiana Sommer de Oliveira. Discretionalidade Administrativa: poder ou dever?. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
261. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Abigail Cristine Carneiro. Administração Pública - Princípio da moralidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
262. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ademar Francisco Simões. A natureza jurídica do T e suas consequências. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
263. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ana Carolina de Barros. Observações pertinentes à lei do pregão e seus regulamentos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
264. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Alessandro dos Santos Nieto. O regime de propriedade privada e a intervenção estatal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
265. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Bruno Santos de Lima. O princípio da proporcionalidade e da razoabilidade como limitadores da discretionalidade da administração. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
266. 1Doc: Memorando 6.009/2025 | Anexo: 20_Docs_compactados_PAD_curriculos_e_notas_removed.pdf (46/102) 89/341

BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Charles Matias.Processos licitatórios em sociedade de economia mista "licitações públicas". 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

267. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Cintia Maria Borges Queiroz.Parcerias público privadas e a experiência brasileira. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
268. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Dafním Frates Rothrach.A nova modalidade de licitação denominada pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
269. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Daiane Aparecida Bales.O terceiro setor e a capacitação de recursos, com ênfase na atividade administrativa de fomento. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
270. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Demian Gaio.Impugnação dos requisitos do Edital de Convocação nas licitações com financiamento de organismos internacionais. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
271. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Douglas Carlos Hartenthal Junior.Controle judicial dos atos de improbidade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
272. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Edison Eduardo Borgo Reinert.Contratos administrativos - Arbitrariade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
273. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Eduardo Fulgencio da Cruz.Discriminariade administrativa e controle judicial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
274. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Emanoel Theodoro Salloum Silva.A intangibilidade do equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
275. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Everson Talgatti.Desapropriação direta e indireta. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
276. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Francine Hoelz Balbi Romão de Oliveira.Limites à discriminariade administrativa - controle jurisdiccional dos atos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
277. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Gianni Scislewski Bertoldi.As competências das agências reguladoras. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
278. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Glecy da Silva Pimentel.As garantias constitucionais e a sua relativização. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
279. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Heloisa Serrat de Almeida Bindo.A administração pública e o princípio da moralidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
280. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Hermann Emmel Schwatz.Da administração pública burocrática à gerencial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
281. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de José Luiz Melegari.Os contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
282. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Joseana Haifa Kinzowski.Regime jurídico administrativo, invalidação e seus limites. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
283. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Juliana Christina Mello de Brito.As prerrogativas da administração pública nos contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
284. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de juliano Gemelli.Discriminariade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
285. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Julio Harada.Interesse público - supremacia e limites. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
286. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Karina Zanini.Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
287. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ligia Franco de Brito.O princípio da isonomia aplicado a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados por notória especialização. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 288.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marcio Barros Mello Rosa. Discricionariedade e controle jurisdicional. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- 289.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marcos Bertani Costa. A atuação discricionária da administração pública e os princípios constitucionais. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 290.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Paula Linelli. Administração Pública e improbidade administrativa uma análise a partir do regime jurídico administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 291.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paulo Gonçalves de Camargo Filho. A presunção constitucional de inocência no processo administrativo disciplinar. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 292.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafael Dalarmi. As agências reguladoras, o direito comparado e seu poder normativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 293.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de SaraJeime Dreher. Regime Jurídico dos contratos administrativos e as peculiaridades em relação às parcerias público-privadas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 294.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Sibhelle Katherine Nascimento. Princípios informadores do direito administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 295.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Solange Faganello. O princípio da subsidiariedade e a participatividade do terceiro setor frente à crise do estado. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 296.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Tattiane Pires de Camargo. Ato administrativo: anotações sobre a discricionariedade e desvio de poder. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 297.** SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luis Gustavo Ramalho da Cunha. Regime jurídico das concessões de serviço público. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 298.** FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Leonardo de Castro Coutinho. Administração Pública: evolução histórica e legalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 299.** **VALLE, V. C. L. L.**; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo). Participação em banca de Ingrid Simon. Controle Popular na administração Pública tendo em vista o Estatuto da Cidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 300.** **VALLE, V. C. L. L.**; FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo). Participação em banca de Valério Bonnet. Administração Pública Gerencial: restrições e possibilidades. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 301.** **VALLE, V. C. L. L.**; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Maria José Reis Pontini. A formação jurídica das OSCIP's. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 302.** **VALLE, V. C. L. L.**; SANTOS, Marcos (Marcos Roberto Araújo dos Santos); LOMBARDI, Marcello Roberto (Marcello Roberto Lombardi). Participação em banca de Luis Carlos Giacomitti. Desapropriação em face da Constituição Federal de 1988: titularidade e limitações patrimoniais da propriedade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 303.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ayrton Lourenço Neto. Competência e efetividade jurídica nas decisões do Tribunal de Contas da União. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 304.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Alexandre Danielle Alberti. A importância da administração pública para o estado democrático de direito. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 305.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Alexandre Minor Uema. Processo Administrativo Disciplinar. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 306.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Antonia Lucy Lima Maia. Considerações sobre o fenômeno do desvio de poder na administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 307.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Arlindo Bortolini Neto. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 308.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Carolina Ferraza Machado. Direitos fundamentais e a inconstitucionalidade do art. 18 da Lei n. 1533151. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 309.**

VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Caroline Andrer Meier. Agencias reguladoras e seu poder normativo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- 310.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Caroline Marins Leitão. A aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular no fechamento dos bingos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 311.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Cleide de Oliveira. Direito da propriedade versus direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 312.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Daniel Leitner Carboni. A informação no estado democrático de direito. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 313.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa).** Participação em banca de Daniela Stuque Rodrigues. Resolução de conflitos entre direitos fundamentais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 314.** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Daniela Fernanda Alves Leme. Responsabilidade extracontratual do estado por comportamento omissivo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 315.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L..** Participação em banca de Daniela Ferreira de Freitas. A efetiva busca do bem comum através da participação popular na administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 316.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa).** Participação em banca de Danielle Regina Gomes. Jurisdição Constitucional: o papel do STF na formação do direito brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 317.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.; BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa).** Participação em banca de Dayana Kozievitch. Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 318.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Ellen Priscila Reis. A atuação do cidadão no combate a improbidade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 319.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Fabio Meris de Carvalho Silva. A responsabilidade civil do Estado e suas implicações quanto aos danos decorrentes da demora na prestação de jurisdicional. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 320.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Gisele Ferreira de Lima. Discricionariedade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 321.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Giseli Martins. Ato administrativo e o dogma da estrita legalidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 322.** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Gustavo Kliemann Scarpari. Atos administrativos discricionários e vinculados e seu controle pelo poder judiciário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 323.** **ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi); VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Isabela Bruginski. A intangibilidade da equação econômica financeira dos contratos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 324.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Karin Lucy Bettinghausen. A adequação na concessão de serviço público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 325.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L..** Participação em banca de Kassia Renata Silva Noviski. Responsabilidade civil do estado na relação extracontratual. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 326.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Larissa Cachineski Soares. Responsabilidade do estado por atos judiciais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 327.** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L..** Participação em banca de Larissa Renata Kloss. O princípio da função social da propriedade na desapropriação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 328.** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L..** Participação em banca de Liliane Ongaro. Discricionariedade e controle dos atos da administração pública: controle judiciário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 329.** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Marcos Graboski. Poder de polícia da administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

330. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maria Teresa Linhares Wallbach.Natureza jurídica da responsabilidade civil dos bancos de sangue. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
331. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paulo Henrique Barbosa das Neves.Princípio da ampla defesa e do contraditório nos processos disciplinares militares. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
332. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa). Participação em banca de Rafael Cabral.traços sobre a aplicação dos princípios constitucionais no caso concreto. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
333. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ricardo Gracioli Cordeiro.Aspectos relevantes do pregão. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
334. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Rui Cesar de Bitencourt Druszzc.O elo e o abuso de poder na administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
335. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Shara Nunes Sampaio.O direito à saúde à luz da constituição federal. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
336. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Silmara Aparecida Latoski.Abordagem crítica da supremacia do interesse público nos contratos administrativos e suas implicações nos direitos do particular. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
337. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa). Participação em banca de Sinter Maiki de Constantino e Santana.A dignidade da pessoa humana no direito constitucional brasileiro. 2004 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
338. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Talita Oliveira Marcon.Ação afirmativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
339. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thiago Lemos de Almeida.Discriminariiedade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
340. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Yuri Emery.Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
341. FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Maria José Reis Pontoni.responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
342. **VALLE, V. C. L. L.**; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger). Participação em banca de Ingrid Simon.O ato administrativo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
343. SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Valério Bonet.Princípio da eficiência controle dos atos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
344. **VALLE, V. C. L. L.**; FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Patrícia Mombelli Novais.Concessão de serviço público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
345. **VALLE, V. C. L. L.**; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger). Participação em banca de Luis Carlos Giacomitti.Regime Jurídico da Licitação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
346. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Christiane Lorenzo Niece.Responsabilidade civil objetiva do estado por ato omissivo. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
347. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Daiana Trybus.Prerrogativas da administração pública nos contratos administrativos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
348. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Diogo da Ros Gasparin.O equilíbrio econômico financeiro na concessão de serviços públicos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
349. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Patrick Roberto Gasparetto.Direito Administrativo. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
350. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Renata Ribeiro Baú.Agência reguladora: o seu poder normativo à luz da CFG de 1988. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
351. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Renato Cordeiro Justos.Aquisição de obras, bens e serviços sem licitação. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
352. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ricardo Berlatto.responsabilidade patrimonial extracontratual do estado por condutas lesivas. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- 353.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ricardo Scartezini Marques. Agências Reguladoras: autonomia e poder normativo. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 354.** **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Walter Tiyoso Linzmayer Otsuka. Princípio constitucional da eficiência aplicado a administração pública. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 355.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ana Carolina Franke Rodrigues. Responsabilidade civil do estado por danos decorrentes da atuação do poder judiciário. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 356.** **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Julia Curx. Anatel. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 357.** **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Maria Paroli. Desapropriação indireta. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 358.** **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Andrea Giacomet. A teoria do acidente administrativo e a responsabilidade objetiva do estado. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 359.** **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Antônio Sérgio Bernardinetti David Hernandes. A responsabilidade civil extracontratual do estado. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 360.** **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet); **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Cristiane Derani. A prorrogação dos prazos nos contratos de concessão de serviço público. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 361.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Cesar Augusto Berksaag. Princípio da eficiência controle dos atos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 362.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Fabio Grein Pereira. Intervenção do estado na propriedade. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 363.** **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet); **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Schuhli Borges. O estado regulador e a necessidade de estabelecer padrões de qualidade no fornecimento de energia. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 364.** **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Isabella de Oliveira Trevizan. O conceito de proposta mais vantajosa e os princípios da licitação. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 365.** **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luiz Gustavo Vicari. Da prestação ao patrimônio cultural: o tombamento. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 366.** **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet); **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Monica Oldani Taborda. As prerrogativas da administração nos contratos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 367.** **BACELLAR FILHO**, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Oriana Stella Balestra. Aspectos relevantes do meio ambiente e sua defesa por meio de ação popular. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

- 1.** **VALLE, V. C. L. L.**. Elaboração de Questões para o Concurso da Magistratura do Paraná 2010. 2009. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Avaliação de cursos

- 1.** **VALLE, V. C. L. L.**. Declaração Avaliador Edital 03/2020-Projetos PIBIC. 2020. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Outras participações

- 1.** **VALLE, V. C. L. L.**. XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - Comissão de Artigos Científicos. 2020. Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.
- 2.** **VALLE, V. C. L. L.**. XXVIII Seminário de Iniciação Científica PUCPR. 2020. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 3.** **VALLE, V. C. L. L.**. A eficiência da política pública do fies como fomento à educação: uma análise da implosão do sistema e suas causas. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 4.** **VALLE, V. C. L. L.**. O dever constitucional dos municípios de fornecer acesso ao ensino fundamental e à educação infantil. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 5.**

- VALLE, V. C. L. L.** Inclusão de conteúdos relacionados à identidade de gênero na educação básica, leis municipais podem proibir?. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
6. **VALLE, V. C. L. L.** As políticas implantadas pelo Estado Brasileiro para o combate ao analfabeto funcional. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
7. **VALLE, V. C. L. L.** O desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de estudantes (PISA). Uma análise comparada sobre as medidas governamentais adotadas. 2018.
8. **VALLE, V. C. L. L.; BELEM**, Bruno (Bruno Moraes Faria Monteiro Belém); **STROPPA**, Christianne (Christianne de Carvalho Stroppa); **ESTEVES**, Júlio César dos Santos; **RODELLI**, Luiz Felipe de Lima. Presidência da Comissão do Concurso de Artigos jurídicos - Prêmio Sergio de Andréa Ferreira no XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
9. **VALLE, V. C. L. L.** Banca de seleção de alunos para o programa de monitoria - Primeiro Semestre de 2016. 2016. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
10. **VALLE, V. C. L. L.; DOTTA**, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); **SANTANO**, Ana Claudia (Ana Claudia Santano); **CARVALHO**, Claudia (Claudia Oliveira Cruz Carvalho); **PETHECHUST**, Elio (Elio Rodrigues Barreto Petechust); **PIVETTA**, Saulo Lindorfer (Saulo Lindorfer Pivetta). Banca de Comunicados Científicos do Seminário Internacional de Eficiência e Ética na Administração Pública. 2015. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
11. **VALLE, V. C. L. L.; MARRARA**, Thiago (Thiago Marrara de Matos); **SALGADO**, Desiree (Eneida Desiree Salgado); **BITENCOURT NETO**, Eurico (Eurico Bitencourt Neto); **HARGER**, Marcelo (Marcelo Harger). Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2014. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
12. **VALLE, V. C. L. L.** Comissão Julgadora dos Recursos interpostos no Exame Multidisciplinar aplicado no 1º Semestre de 2013 para o Curso de Direito, Campus Curitiba. 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
13. **VALLE, V. C. L. L.** V Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e X Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2009. Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
14. **VALLE, V. C. L. L.; BITTENCOURT**, Marcus (Marcus Vinícius Corrêa Bittencourt); **BACCARIN**, Antonio (Antonio Baccarin). Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Guilhermo Andrés Muñoz. 2009. Instituto Paranaense de Direito Administrativo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo | 2º painel | Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa. Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa | 2º painel | XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2022. (Congresso).
2. Conferencia Gestão e Human Skills. 2021. (Outra).
3. Congreso Iberoamericano de Función Pública. Presente y futuro de los funcionarios públicos en Iberoamérica. 2021. (Congresso).
4. II Semana da Mulher da Escola de Direito da PUCPR: liderança, vulnerabilidades e (des)igualdade na contemporaneidade., PAINEL I O FEMININO NO DIREITO. 2021. (Congresso).
5. INNOVACIÓN DOCENTE EN EL PROCESO ENSEÑANZA- APRENDIZAJE EN LA DÉCADA DIGITAL. Participante do Comitê Científico. 2021. (Congresso).
6. NOMA - Norma e Arte.Comitê científico. 2021. (Outra).
7. Oficina Planejamento de ações acompanhamento de currículum por NDE e coordenadores. 2021. (Outra).
8. SCIENTIFIC MEETING OF RESEARCHERS IN LAW AND SUSTAINABILITY 2021. Mediador na apresentação de Comunicados Científicos. 2021. (Congresso).
9. ?Controle e vigilância por meio de dados pessoais e sensíveis?. 2020. (Outra).
10. Avaliação e Recuperação da Aprendizagem, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
11. Como eu engajei os estudantes nas aulas remotas? O que deu certo e o que eu posso melhorar nas próximas. 2020. (Outra).
12. Confecção de Planos de Ensino (Course Design) Parte I, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
13. Confecção de Planos de Ensino (Course Design) Parte II, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
14. Engajamento dos estudantes nas aulas remotas, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
15. Entendendo o plano de ensino e as novas matrizes, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
16. Estado Social Digital e regulação de Novas tecnologias. Mesa da palestra. 2020. (Congresso).
17. Evento Universidad Panamericana de México. Servicios Públicos y Administración Pública en la modernidad. 2020. (Congresso).
18. II Congreso Internacional de Comercio Exterior, Derechos Humanos y Derecho Administrativo. Participação na mesa redonda sob Direito Administrativo. 2020. (Congresso).
19. Planejamento de experiências engajadoras que promovam a aprendizagem efetiva nas aulas remotas. 2020. (Encontro).
20. PLANEJAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ENGAJADORAS QUE PROMOVAM A APRENDIZAGEM EFETIVA NAS AULAS REMOTAS - COM APRIMORAMENTO DO PLANO DE ENSINO. 2020. (Outra).
21. Primer Congreso Internacional: El Derecho de las Ciudades. Conferencia Magistral. 2020. (Congresso).
22. Primer Foro Internacional de Derecho Constitucional, Administrativo y Derechos Humanos. Avances y trascendencias en Derechos Humanos. 2020. (Congresso).
23. Primer Foro Internacional de Derecho Constitucional, Administrativo y Derechos Humanos. La democracia y la administración Pública actual. 2020. (Congresso).

- 24.** Reforma Administrativa ? Na Visão Delas. PAINEL IV - PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA E FEDERALISMO. 2020. (Congresso).
- 25.** UNAM, Foro Internacional: Constitución, Administración Pública y Derechos Humanos. Ponente. Administración Pública Digital. 2020. (Congresso).
- 26.** XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2020. (Outra).
- 27.** 5o Congresso Interestadual de União e Fortalecimento da Vereança. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Em busca da tão sonhada segurança jurídica ao gestor público. 2019. (Congresso).
- 28.** CONFECÇÃO DE PLANOS DE ENSINO (COURSE DESIGN) - Parte II. 2019. (Congresso).
- 29.** Congresso Internacional - Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus impactos na América Latina. O Estado brasileiro diante das decisões da Corte IDH: entre Ximenes Lopes e Vladimir Herzog. 2019. (Congresso).
- 30.** Diálogos com o Ministério Público de Contas Desafios na aplicação da LINDB lind. LINDB e as dificuldades reais do gestor: erro grosseiro e análise das consequências práticas da tomada de decisão administrativa. 2019. (Congresso).
- 31.** Electoral integrity and democratic development.Presidente da mesa. 2019. (Outra).
- 32.** Integridad electoral y desarollo democratico, Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social.Integridad electoral y desarollo democratico, Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. 2019. (Seminário).
- 33.** IX Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade. Administração Pública Digital. 2019. (Congresso).
- 34.** Media Training PUCPR - 2019. 2019. (Congresso).
- 35.** Novos Paradigmas da Contratação Pública - Inovações na nova lei das estatais (Governança, c compliance, licitações e contratos.Participação na mesa redonda. 2019. (Outra).
- 36.** Recepção aos Calouros- Painel Institucional.Painel Institucional. 2019. (Outra).
- 37.** Retrcesso de Direitos Fundamentais, Subtema: Agenda 2030- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 e vi violações de Direitos Humanos Fundamentais. Palestra. 2019. (Congresso).
- 38.** Universitas e Direito. Sustentabilidade e Controle. 2019. (Congresso).
- 39.** Universitas e Direitos Humanos. Decisão Judicial e Direitos Humanos. 2019. (Congresso).
- 40.** VII VOZES DO DIREITO CONTEMPORÂNEO - AS VOZES DA BALBÚRDIA. Avaliadora do grupo de Trabalhos em Direito do Estado. 2019. (Congresso).
- 41.** XVIII Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo. Organización del Control Administrativo. 2019. (Congresso).
- 42.** 1º Semana da Mulher da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Parná.Movimento feminista e as temáticas atuais. 2018. (Encontro).
- 43.** Café Identidade com a Escola de Direito. 2018. (Congresso).
- 44.** Café Identidade com a Escola de Direito.O Curso de Direito da PUCPR. 2018. (Encontro).
- 45.** Semana Jurídica do TCEPR - 30 Anos da Constituição Federal. Consensualismo, Arbitragem e o Ambiente de contratação pública brasileiro: reposicionamento de prerrogativas na Administração Pública. Mesa: Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas, Semana Jurídica do TCEPR - 30 Anos da Constituição Federal. 2018. (Congresso).
- 46.** Universitas e Direito 2018. Mesa redonda: Análise da Lei nº 13655/18- nova lei de introdução as normas do direito brasileiro- a nova lei de segurança e eficiência no direito Público. 2018. (Congresso).
- 47.** Universitas e Direito 2018. A constituição vista por elas o olhar feminino sobre os 30 anos da constituição. 2018. (Congresso).
- 48.** VIII Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e VII Congresso Sulamericano de Direito Administrativo. Painel de Debates 3 ? Processos Coletivos e Interesse Público. 2018. (Congresso).
- 49.** XIX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Segurança jurídica e a jurisprudência do medo. 2018. (Congresso).
- 50.** XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 3º Painel: Controle da Administração e Segurança jurídica. 2018. (Congresso).
- 51.** I Congresso Internacional de Direitos Fundamentais na Nova Ordem Mundial. Direitos das Minorias, Ações Afirmativas e Confrontos Ideológicos: os (re)sentimentos. 2017. (Congresso).
- 52.** Universitas e Direito. Novos paradigmas nos contratos administrativos: consensualismo e arbitragem e reposicionamento de prerrogativas. 2017. (Congresso).
- 53.** VI Conferência Estadual da Advocacia OABPR. Arbitragem nos contratos administrativos. 2017. (Congresso).
- 54.** XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 6º Painel: Concessões e parcerias em cenários de crise - desafios na conciliação de segurança jurídica e promoção do desenvolvimento. 2017. (Congresso).
- 55.** Devising 21st Century Higher Education with PUCPR. 2016. (Encontro).
- 56.** Encontro do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais do PPGD/UFPR.Modalidades de Licitação no Direito Administrativo Brasileiro. 2016. (Encontro).
- 57.** I Fórum de Controle Externo do TCEPR. Julgamento da Licitação e o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 2016. (Congresso).
- 58.** Oficina: Aprendizado por Pares (Peer Instruction). 2016. (Oficina).
- 59.** Oficina: Sistema de Votação em Sala de Aula. 2016. (Oficina).
- 60.** Palestra: Confissões de um Professor Convertido Eric Mazur. 2016. (Encontro).
- 61.** Palestra: Inversão da Sala de Aula-Bennett Goldberg. 2016. (Encontro).
- 62.** Planeta PUC (Feira de Cursos). A importância do Profissional do Direito. 2016. (Exposição).
- 63.** Prezi Básico, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2016. (Oficina).
- 64.** Workshop Blackboard, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2016. (Oficina).
- 65.** XVII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. (In)Eficiência da Administração Pública em conflito com a profissionalização do Agente Público. 2016. (Congresso).
- 66.** Capacitação do Advogado Iniciante.Postura em Audiência. 2015. (Encontro).
- 67.** O Processo Administrativo nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.O Processo Administrativo nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. 2015. (Encontro).
- 68.** Seminário Internacional Eficiência e Ética na Administração Pública. Presidente da Sessão de Apresentação de Comunicados Científicos. 2015. (Congresso).
- 69.** Seminário sobre o Trabalho Discente Efetivo - TDE. 2015. (Seminário).
- 70.** XVI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Regime Jurídico e Processo Administrativo Disciplinar. 2015

- 71.** IV Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal do Gestor/Fiscal do contrato. 2014. (Congresso).
- 72.** Palestra: A nova família e o papel da escola nesta realidade. 2014. (Encontro).
- 73.** Seminário de Integração do PPGD/PUCPR. Transparência, Probidade e Contratação Pública. 2014. (Seminário).
- 74.** XI Seminário Marista de Profissões. O Curso de Direito da PUCPR, palestra aos alunos do ensino fundamental II e Médio do Colégio Santa Maria. 2014. (Seminário).
- 75.** XV Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Direitos Sociais e Administração Pública. 2014. (Congresso).
- 76.** XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2014. (Congresso).
- 77.** III Congresso Internacional de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo. Cuestiones actuales del Derecho Público. 2013. (Congresso).
- 78.** II Virada Acadêmica. Direito administrativo e sustentabilidade: novos limites à tomada de decisão administrativa. 2013. (Seminário).
- 79.** XIV Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Servidor Público e Segurança Jurídica. 2013. (Congresso).
- 80.** II Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Habilitação e Julgamento de Propostas. 2012. (Congresso).
- 81.** VI Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. Presidente da Mesa: Energia Sustentável, Financiamento e Consumo: questão econômica, jurídica ou cultural?. 2012. (Congresso).
- 82.** XIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Reequilíbrio Econômico Financeiro. 2012. (Congresso).
- 83.** Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Serviços Advocatícios: Possibilidades e Fundamento Legal. 2011. (Congresso).
- 84.** I Congresso da Rede Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. Serviços públicos e atividade econômica como meios de desenvolvimento. 2011. (Congresso).
- 85.** I Seminário Ítalo-brasileiro: Inovações Regulatórias em Direitos Fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Alternativas de Regulação Jurídica Eficiente dos Recursos Energéticos. 2011. (Seminário).
- 86.** Seminário Direito Administrativo, Democracia e Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais e o Controle da invalidade dos Atos Administrativos. 2011. (Seminário).
- 87.** XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Aplicabilidade da lei federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99) nos Estados e Municípios. 2011. (Congresso).
- 88.** XI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 20 anos da Lei nº 8.112/90 - Reflexões sobre o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos. 2010. (Congresso).
- 89.** V Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul, X Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Guilhermo Andrés Muñoz. 2009. (Congresso).
- 90.** IX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. As políticas públicas e seus aspectos polêmicos. 2008. (Congresso).
- 91.** II Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. Novos limites às prerrogativas públicas dos contratos administrativos. 2007. (Congresso).
- 92.** VIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Contratos Administrativos. 2007. (Congresso).
- 93.** VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Licitações e Contratos. 2006. (Congresso).
- 94.** Seminário de Lançamento do Livro: Curso de Direito Administrativo. 2005. (Seminário).
- 95.** VI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Aspectos controvertidos das contratações emergenciais. 2005. (Congresso).
- 96.** O Direito do Estado e o Estado de Direito. A reforma previdenciária e a segurança jurídica do servidor público. 2004. (Simpósio).
- 97.** Primeira Jornada de Direito Constitucional da UniBrasil. Neo-Constitucionalismo, funções do Estado e controle das políticas públicas. 2004. (Congresso).
- 98.** V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Responsabilidade funcional por atos praticados nas licitações (1º painel: Licitações Públicas). 2004. (Congresso).
- 99.** VI Simpósio Nacional de Direito Constitucional. Integrante da Comissão Examinadora de Artigos Jurídicos. 2004. (Simpósio).
- 100.** Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. O direito urbanístico e o desenvolvimento planejado das cidades. 2003. (Congresso).
- 101.** IV Simpósio Paranaense de Direito Administrativo. Atuação das Agências Reguladoras no Brasil. 2003. (Simpósio).
- 102.** Jornada de Direito Público PUCPR. Reforma Administrativa e o terceiro setor. 2003. (Congresso).
- 103.** Jornada de Direito Público PUCPR. Reforma Administrativa e o terceiro setor. 2003. (Congresso).
- 104.** Primeira Semana Acadêmica do CASP - 2003 - Reformas Sociais. Reforma Administrativa do Estado. 2003. (Encontro).
- 105.** Primeiro Encontro Acadêmico das Faculdades do Brasil: Alteridade e Cidadania. 2003. (Encontro).
- 106.** Segunda Semana Acadêmica do CASP - 2003 - 15 Anos da Constituição. A nova dogmática crítica constitucional: os pressupostos de construção de uma nova sociedade. 2003. (Encontro).
- 107.** XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito. Regime Jurídico das Agências Reguladoras. 2003. (Encontro).
- 108.** 1º Colóquio do Primeiro Semestre de 2002 do Curso de Direito da UniBrasil. A imprensa e as liberdades fundamentais. 2002. (Encontro).
- 109.** IV Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. 2002. (Congresso).
- 110.** IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2002. (Congresso).
- 111.** II Congresso Brasileiro de Direito Público. 2001. (Congresso).
- 112.** III Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2001. (Simpósio).
- 113.** XIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2000. (Congresso).
- 114.** III Congresso Sul Americano Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
- 115.** XIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
- 116.** Congresso sobre Direitos Fundamentais. 1998. (Congresso).
- 117.** I Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e II Jornada de Direito Administrativo nos Países do Mercosul. 1998. (Congresso).
- 118.** II Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal. 1998. (Outra).
- 119.** XII Congresso Brasileiro e II Congresso Sul Americano de Direito Administrativo, 1998. (Congresso).
- 120.** I Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal. 1997. (Outra).

121. Palestra. 1997. (Outra).
122. Semana de Qualidade de Ensino PUCPR. 1997. (Seminário).
123. Painel de Direito Comercial do CASP. Sociedade por cotas de Participação Limitada. 1996. (Encontro).
124. X Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1996. (Congresso).
125. XVII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1996. (Congresso).
126. IV Fórum Nacional de Direito Constitucional - Controle da Constitucionalidade. 1995. (Outra).
127. III Fórum Nacional de Direito Constitucional. 1994. (Outra).
128. XV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1994. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **VALLE, V. C. L. L.**; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; CABRAL, RODRIGO MACIEL ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte) . Seminário Serviços Públicos, Smart Cities e Tecnologia - Seminários de Integração NUPED PPGD/PUCPR. 2021. (Outro).
2. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio Internacional: Os contratos públicos no contexto internacional. 2021. (Congresso).
3. **VALLE, V. C. L. L.**; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet) . II Seminário Brasil-Índia de Direitos Fundamentais, Tecnologia e Educação e Seminário Internacional de Direito Digital. 2021. (Congresso).
4. **VALLE, V. C. L. L.**. Lifelong Learnig II. 2021. (Congresso).
5. **VALLE, V. C. L. L.**. Passado, presente e futuro do sistema de conflito internacional. 2019. (Congresso).
6. **VALLE, V. C. L. L.**. Análise da Lei No. 13655 de 2018 - Nova Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 2019. (Congresso).
7. **VALLE, V. C. L. L.**. Palestra conflitos no Direito Internacional: Embates econômicos, humanos e sociais. 2019. (Outro).
8. **VALLE, V. C. L. L.**. Erosão Democrática e Constitucionalismo Abusivo. 2019. (Outro).
9. **VALLE, V. C. L. L.**. Controle de Convencionalidade, Retrocasso de Direitos Fundamentais e Políticas de Gênero. 2019. (Congresso).
10. **VALLE, V. C. L. L.**. Conflitos no Direito Internacional: Embates Econômicos, Humanos e Sociais. 2019. (Congresso).
11. **VALLE, V. C. L. L.**; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo) ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet) . Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. 2019. (Congresso).
12. **VALLE, V. C. L. L.**; MOREIRA, Bruna (Bruna Cristina Moreira) ; BARJONA, Heloisa (Heloisa de Lima Barjona) ; CARVALHO, Érika (Érika Carvalho de Aquino) ; OLIVEIRA, Deborah (Deborah Miquelini Rodrigues de Oliveira) ; TURRA, Silvia (Silvia Turra Grechinski) . 1ª Semana da Mulher da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2018. (Outro).
13. **VALLE, V. C. L. L.**; KOZIKOSKI JUNIOR, Antonio (Antonio Claudio Kozikoski Junior) . O Direito em Verbo ? Vozes da Escola de Direito. 2018. (Outro).
14. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio de conciliação e mediação ? desafios e perspectivas. 2018. (Outro).
15. **VALLE, V. C. L. L.**; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) . Proteção Jurídica do Meio Ambiente e seus desafios contemporâneos, Aula Magna da Escola de Direito, com Palestra da professora Jacqueline Morand-Deviller, Universidade Paris I ? Pantheon Sorbonne. 2018. (Outro).
16. **VALLE, V. C. L. L.**. Ato Público em Defesa da Constituição. 2018. (Outro).
17. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio Análise da Lei n. 13655/18 - Nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2018. (Outro).
18. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio A CONSTITUIÇÃO VISTA POR ELAS: o olhar feminino sobre os 30 anos da Constituição. 2018. (Outro).
19. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 4 a 8 de junho. 2018. (Outro).
20. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 5 a 10 de novembro. 2018. (Outro).
21. **VALLE, V. C. L. L.**. VIII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade. 2018. (Congresso).
22. **VALLE, V. C. L. L.**. O Estado Administrativo e o Direito Público e o Direito Privado, aula magna da Escola de Direito, com palestra do professor Pedro Costa Gonçalves, Universidade de Coimbra. 2017. (Outro).
23. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio ARBITRAL WOMEN. 2017. (Outro).
24. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio Temas de Arbitragem. 2017. (Outro).
25. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 5 a 8 de junho. 2017. (Congresso).
26. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 16 a 20 de outubro. 2017. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Jéssica Heinzen Felisberto. Administração Pública Digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito (Câmara Perpétua da Baccalaurea: Orientadora: Vivian Lopez Valle) 1 Doc. Memoria 6.009/2025 Anexo 20 Post compactados PAD_curriculos_e_notas_removed.pdf (55/102) 98/341

2. Lucas Matheus Lopes. A utilização de parcerias público privadas na segurança pública: possibilidade de trespasso da perícia criminal. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
3. Mário Sérgio Vuitik. Equilíbrio contratual em processo licitatório: o sistema de registro de preços na teoria e na jurisprudência. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
4. Pietra Procopio Castro Pascali. As prerrogativas da Administração Pública: um estudo comparado entre o direito brasileiro e o direito americano. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
5. Camilia Cotovicz Ferreira. Conformidade das Leis No. 13.467/2017 às regras que norteiam a terceirização de serviços na administração pública. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
6. Jean Carlo Jacichem Luz. Arbitragem enquanto instrumento da ação do estado contractualizado no paradigma a administração pública conseual. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
7. Amanda Colaço. Consensualismo - uma resposta à crise de autoridade no ambiente contratual administrativo. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
8. Mário Ferreira Penteado Neto. A arbitragem e algumas reflexões sobre o princípio da indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público e os interesses patrimoniais disponíveis. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
9. Sabrina Suelen Marcelino. Modelo contemporâneo de contrato administrativo: instrumento de estabilização de políticas públicas, governança e desenvolvimento nacional sustentável. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
10. Eduardo Mendes Zwierzikowski. Governança corporativa nas empresas estatais brasileiras: uma análise da Lei n. 13.303/2016. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
11. Caroline Borges. Das Preferências em procedimentos licitatórios. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
12. Rafael Stallmach Costa Kadri. Princípios da Administração Pública na licitação e sujeição do instrumento convocatório a impugnações. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
13. Alexander Miranda. Reequilíbrio Econômico Financeiro nos atos de Registro de Preços. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
14. Aline Rosa Novaes. Alterações quantitativas e qualitativas dos contratos administrativos. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
15. Ana Eliza Marques Soares. Sistema de Registro de Preços. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
16. Bruno Arcie Eppinger. A retenção de créditos decorrentes de contrato administrativo em razão da aplicação de multa pela ausência de garantia contratual. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
17. José Bernardoni Filho. O desenvolvimento de atividades privadas de interesse público pelas Organizações Sociais de Interesse Público - OSIP. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
18. Rafael de Araújo Mazepa. As exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas: desafios da razoabilidade. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
19. Thiago Bertapelli. Inexigibilidade de licitação por notória especialização na prestação de serviços advocatícios. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
20. Inácio do Nascimento Dias. Lei de Responsabilidade Fiscal: Aspectos Constitucionais. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Vivian López Valle.
21. Ivan Schneider. Contratos de Gestão e seus Aspectos Polêmicos. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Vivian López Valle.
22. Rondinelli Roberto da Costa Urias. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos das Agências Reguladoras. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Vivian López Valle.
23. Alexander Miranda. Reequilíbrio econômico-financeiro nos atos de Registro de Preços. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
24. Aline Rosa Novaes. Alterações Quantitativas e qualitativas dos Contratos Administrativos. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
25. Ana Eliza Marques Soares. Sistema de Registro de Preços. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
26. Bruno Arcie Eppinger. **A Retenção de Créditos Decorrentes de Contrato Administrativo em Razão da Aplicação de Multa pela Ausência de Garantia Contratual.** 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Cursos de Especialização em Direito

Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.

- 27.** José Bernardoni Filho. O Desenvolvimento de Atividades Privadas de Interesse Público pelas Organizações Sociais de Interesse Público - OSCIP, em parceria com a Administração Pública. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 28.** Rafael de Araujo Mazepa. As Exigências de Qualificação Técnica nas Licitações de Obras Públicas: Desafios da Razoabilidade. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 29.** Thiago Bertapelli. Inexigibilidade de Licitação por Notória Especialização na Prestação de Serviços Advocatícios. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 30.** Marco Aurélio Senko da Hora. A Relativização da Supremacia do Interesse Público em face do Andamento Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 31.** Renata Costa de Aguiar. Formas de Concessão de Serviço Público e os Entraves a Contratação de Parcerias Público-Privadas. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 32.** Cláudio Tavares Tesseroli. Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 33.** Diego Ari Cheniski. Dos Ilícitos da Lei nº 8.666/93. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 34.** Myrthes Castro de Melo e Silva. O Princípio da Segurança Jurídica em face do Julgamento do Ato de Concessão de Aposentadoria pelo Tribunal de Contas da União. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 35.** Gabriela Murara Vieira. As Cláusulas Exorbitantes e o Dever de Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos de Concessão. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 36.** Liliane de Jesus Vollrath Oliva. A Parceria Público-Privada e suas Peculiaridades em Relação à Concessão Comum. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 37.** Tiago Cadore. Os Contratos de Parceria Público-Privadas e a exceção de contrato não cumprido. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 38.** Rodrigo Caxambu de Almeida. Da Vinculação da Portaria Inaugural ao Relatório e Decisão Lei nº 9.784 de 29 de Janeiro de 1999. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 39.** Evandro Beck Souza. A Justificativa do Preço da Contratação na Lei 8.666/93. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 40.** Ana Paula Lauriano Cardoso. Encampação: Principais Aspectos e Dificuldades. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 41.** Beatriz Mattar Araújo. Terceirização de Serviços na Administração Pública. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 42.** Elaine Cristina Bertoldo. Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos Administrativos. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 43.** Paulo Eduardo Vizzotto. O Impacto da Lei Complementar nº 123/06 nas Licitações. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 44.** Lia Nara Dalmutt. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos Discricionários. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 45.** Thiago Antônio de Lemos Almeida. Parcerias Público-Privadas. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 46.** Lucia Sombrio. A Constitucionalidade da Lei 8.429/92. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 47.** Melissa de Miranda Coutinho. A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e a Intervenção de Terceiros. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 48.** Caroline da Costa Kamaroski. Ações Afirmativas: O Princípio da Isonomia Efetivamente Aplicado. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 49.** Fuad Salim Naji. A Revisão Geral e Anual da Remuneração dos Servidores Públicos e o Teto Constitucional de Remuneração. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 50.** Andressa Fracaro Cavalheiro. Contribuição de Melhoria - Aspectos Destacados. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 51.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Letícia Casagrande. A ADVOCACIA 4.0: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA O PROFISSIONAL DE DIREITO. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
2. Camila Duarte. Uma análise sobre a inclusão de conteúdos relacionados à identidade de gênero na educação básica a partir da Perspectiva do Direito Fundamental à Educação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
3. Joselito Francisco Gugielmi. A inserção do princípio constitucional da função social e a responsabilidade socioambiental à legislação das empresas estatais e prestadores de serviços públicos, com foco na sustentabilidade, à luz da Lei 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
4. Voleni Fernandes de Lima Junior. A exigência das regras de compliance na contratação pública a luz da lei 13303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
5. Rafaela Carla dos Santos. A eficácia da arbitragem nos contratos administrativos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
6. André Felipe Pereira de Souza. O serviço público eficiente como instrumento de concretização do direito fundamental a boa administração pública. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
7. Pablo de Paula Orofino. A evolução histórica do estado social da sua origem a contemporaneidade. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
8. Rafaella Nogueira Ferraresi. A judicialização da saúde e o papel do Estado no fornecimento de medicamentos de alto custo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
9. Marina Delatte Rissio. O direito fundamental à saúde e a sua judicialização. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
10. Cahio Almeida Silva. A importância dos descontos tarifários para o cooperativismo de eletrificação rural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
11. Caio Lopes da Silva. Administração Pública e a eficácia da arbitragem em suas relações contratuais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
12. Lucas Antoniacomi Dal'Lin. O paradigma atual das contratações Administrativas: a atuação pública imperativa em fase de consensualismo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
13. Diego Jacomit Corrêa. Mercado livre X Mercado cativo: um estudo sobre a possibilidade de implementação de um amplo ambiente de contratação livre no mercado brasileiro de concretização de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
14. Luis Fernando Ponarski. O surgimento do Uber como meio de transporte de passageiros - Análise pontual do enquadramento como atividade econômica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
15. Mario Kendy Miyasiky. Ações civis públicas contra a prudência social. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
16. Aline Dutra Pepe. Análise da aplicação do instituto de arbitragem nos contratos administrativos: entre direitos disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
17. Matheus Trancoso Bertolin. A teoria tradicional do autoritarismo nos contratos administrativos e sua insuficiência frente aos desafios da administração pública contemporânea. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
18. Lucas Martins Antunes. Direito à moradia digna e intervenção social: o papel do estado na transformação do espaço social. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
19. Jéssica de Moura Rocha. O uso da arbitragem nos contratos administrativos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
20. Fernanda Bellascosa da Silva. Arbitragem e o poder público: entre interesses disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
21. Lislie Queiroz de Souza. A aplicabilidade da arbitragem nos contratos administrativos como solução alternativa de litígio na relação estado-sociedade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
22. Ana Jéssica Buttner da Silva. Licitação pública: entre o modelo normativo da Lei 8.666/1993 e o regime diferenciado de contratações públicas Lei 12.462/2011. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
23. Lucas Augusto Coltro. As Parcerias Público-Privadas no sistema prisional. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
24. Ricardo Bolliger Schimin. Licitações - regime diferenciado de contratação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
25. Ivan Besel Villalon. Alternativas ao controle judicial do direito fundamental à saúde: em busca de sua efetivação integral e universal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

- 26.** Wilson Accioli de Barros Filho. A contemporânea relação consensual entre o parceiro público e o parceiro privado e os reflexos decorrentes da recepção da arbitragem pela Lei de PPPs. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 27.** Ana Luzia Gori Palka Miranda. Publicidade X Privacidade: limites e possibilidades na divulgação nominal da remuneração dos servidores públicos na internet. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 28.** Julio Cesar Fernandes Ercoli. Segurança Pública: os limites constitucionais de atuação das guardas municipais e a PEC 534 de 2002. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 29.** Leonardo Rodrigo dos Santos Dutra. O Regime Jurídico do Serviço Público e o Transporte Coletivo como Modalidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 30.** Taisa Regina Rodrigues. Recusa ao tratamento hemoterápico e o conflito entre direitos fundamentais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 31.** Thales Soares Rossato. Licitação Pública e os Aspectos penais na Lei 8666/93. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 32.** Ana Cristina Aguiar Viana. Estado Neoconstitucionalista e o controle judicial de políticas públicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 33.** Fabiane Jesus de Lima. Os princípios da legalidade e da juridicidade aplicados no Direito Administrativo: sob influência no Estado e na gestão administrativa diante dos novos paradigmas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 34.** Daphne Glaser Pohl. Discretionalidade e controle dos pressupostos legitimadores do mérito. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 35.** Gabriel Bacila Langer. O princípio da eficiência na Administração Pública. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 36.** Luiz Gustavo Moraes Kojarski. Terceiro setor - parcerias entre o Estado e o Privado para satisfação do interesse público. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 37.** Eduarda Lacerda Kanieksi. Poder de polícia. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 38.** Kamila Ornelas Valle. Remédios Constitucionais, o Mandado de Segurança e as Inovações da Lei 12.016/2009. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 39.** Jeferson Castro Teixeira. Atos de improbidade administrativa à luz da constituição federal e o entendimento jurisprudencial sobre a aplicação da Lei 8429/92 aos agentes públicos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 40.** Liliana Cechinel. A Constituição da Lei nº 11105/2005 em Face da Discussão acerca do Destino dos Embriões Excedentes de Fertilização Invitro e a Pesquisa com Células Tronco Embrionária. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 41.** Talita Agatma Pogrzeba. Agências Reguladoras. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 42.** Luciano Correia Curi. O Regime Jurídico das Licitações e o Pregão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 43.** Michel Kazuichi Iwata. Desapropriação no Direito Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 44.** Fernando Boff. A Garantia Legal do Exercício do Direito de Greve dos Servidores Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 45.** Kaliandra Hermes. Agências Reguladoras. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 46.** Carolina de Moraes Sarmento Dionisio. O Princípio da Justa Indenização à Luz do Instituto de Desapropriação. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 47.** Amanda Regina Iatski. Reforma Administrativa e Regulação Econômica: a extensão e limites do poder normativo das agências reguladoras. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 48.** Boas Henrique Macorim Vieira Oliveira. Aspectos jurídicos dos contratos administrativos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 49.** Daniel Morelli Soares. Discretionalidade e os Limites do Poder de Polícia. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 50.** Ivy Sabina Ribeiro de Moraes. Regime Jurídico Estatutário. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 51.** Jefferson Lopes Galvão. Aspectos gerais das Agências Reguladoras no Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 52.** Larissa dos Santos Sutil de Oliveira. Princípio da reserva do possível. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 53.** Luana Cristina Medeiros de Lara. Discretionalidade Administrativa: limites constitucionais de atuação dos agentes administrativos e o controle exercido pelo poder judiciário. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 54.** Maria Joana Fagundes Guimarães. Processo e processo administrativo disciplinar no âmbito da administração pública federal. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 55.**

- 56.** Thais Françoise Gusso. A proporcionalidade e a razoabilidade das sanções administrativas aplicadas pela comissão permanente para apuração de irregularidades e aplicação de sanções administrativas, as empresas contratadas com o poder judiciário do Paraná. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 57.** Wilson Trindade Junior. Discricionariedade Administrativa na dinâmica da Constituição de 1988. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 58.** Suzanne Jacowski. A delegação dos serviços sociais através do contrato de gestão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 59.** Cynthia Izabella Poli de Andrade. A Administração Pública e sua Relação com o Princípio da Moralidade e a Improbidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 60.** Emilly Sucasas Talamante. Parcerias Público - Privadas e o Sistema Penitenciário Brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 61.** Hertel Rehbein Junior. Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 62.** Higor Goulart. Atos de Improbidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 63.** Jaques Artuso Grisane. As Parcerias Público Privadas no Âmbito do Sistema Prisional. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 64.** Jocielei Ribeiro de Campos. Concurso Público - Temas Controvertidos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 65.** Leonardo Borsa. Agências Reguladoras: Os Desafios ao Exercício do seu Poder Normativo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 66.** Luiza Justin Luvizotto. Poder de Polícia e Possibilidades de Delegação e Entidades Privadas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 67.** Márcia da Cruz Heofacker. Teoria da Imprevisão e os Contratos Administrativos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 68.** Marina Letícia Setim. O Regime Jurídico das Licitações e a Inexibilidade de Licitação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 69.** Nicolle da Nóbrega Cordeiro. Estudo Sobre a Aplicação Ação Afirmativa no Acesso do Negro a Educação Universitária no Brasil Visando a Igualdade entre Raças. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 70.** Camila Letícia de Maia. Aspectos Pontuais do Regime Jurídico das Licitações Públicas e as Peculiaridades de sua Aplicação nas Empresas Estatais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 71.** Caroline Pereira Almeida. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 72.** Danielle Cristine de Castro Carvalho. Regime Jurídico das Concessões Públicas e Parcerias Público Privadas: Aspectos Pontuais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 73.** Inara Caroline Silita de Almeida Coan. O Princípio da Proporcionalidade no Processo Administrativo Disciplinar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 74.** Joanna Rozário Haiduk. O Dever de Legal de Ligar e as Hipóteses de Contratação Direta. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 75.** João Guilherme Bueno de Oliveira Gatti. Democracia, Administração Pública e Discricionariedade Administrativa: Análise Pontual. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 76.** Leandro Buss. A Participação das Cooperativas em Licitações Públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 77.** Magnum de Medeiros. Aspectos Pontuais das Licitações Públicas e o Seu Controle. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 78.** Maya Lissa Mateus de Almeida Gonçalves. Processo Administrativo Disciplinar e o Princípio do Juiz Natural na Administração Pública Federal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 79.** Renata Petreli Piaé. A Sociedade de Economia Mista. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 80.** Elisandra Vaz da Silva. Desaposentação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 81.** Joseana Aparecida Bueno. Trabalhadores rurais e a previdência social. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 82.** Jamille Villela de Barros. O cálculo do salário de benefício para o segurado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 83.** Juliana Haas. Repercussão do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte nas licitações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 84.** Ricardo Miara Schuarts. Concessão de serviço público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 85.** Tiago de Brito Buquera. *A reparação do dano moral decorrente de ato de improbidade administrativa*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

- 86.** Daniel de Lara Pamplona. Jurisdição Constitucional Concentrada no Brasil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 87.** Kendra Franco Dias. O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e as Prerrogativas da Administração Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 88.** Isabella Bittencourt Mader Gonçalves. Reforma Agrária. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 89.** Carolina Gomes Azevedo. Licitação. Dispensa e Inexigibilidade de Licitar. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 90.** Crystianne Indena Pires Figueira. Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e o Abuso de Poder. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 91.** Maria Francisca de Miranda Coutinho. Tutela do Interesse Público. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 92.** Miriam Ramos Nogueira. Súmulas Vinculantes. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 93.** Pauline de Moraes Chemin. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Constituição Federal de 1988. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 94.** Alice Danielle Silveira. Parcerias público privadas em sentido estrito. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 95.** Antonio João Valério Filho. O orçamento Público e seus reflexos na economia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 96.** Bruno Engler Lamberti. Regime jurídico das licitações públicas e a modalidade pregão. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 97.** Debora Pereira Reali. Controle de constitucionalidade brasileira: uma análise crítica. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 98.** Diogo Ferreira Bernet. Agências Reguladoras. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 99.** Evelyze Gimienchi Dias. A terceirização na administração pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 100.** Nelson Minoru Yamagami Savasaki. Administração pública, arbitragem e teoria organizacional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 101.** Rodrigo Jankowski Cardoso. As Parcerias Público-Privadas e o gerenciamento profissional de projetos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 102.** Camila de Fátima Konpik. Pregão: modalidade econômica e eficaz de licitação para bens e serviços comuns. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 103.** Tiago Zeglin. O controle jurisdicional dos atos administrativos e a discricionariedade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 104.** Elaine Maria Marques. Controle da Administração Pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 105.** Fernanda Mourão Ribeiro. Ato administrativo - aspectos pontuais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 106.** Fernando de Assis Ribas Goulart. Aspectos pontuais das concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 107.** Guaracy Carvalho. Aspectos do processo administrativo disciplinar. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 108.** Kamila Figueiredo Ferreira. Questões controvertidas acerca das agências reguladoras perante o século XXI. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 109.** Laura Del Bosco Brunetti Cunha. Concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 110.** Maria Emilia Vieira Salvatti. As agências reguladoras e sua atuação no Brasil. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 111.** Petra Lessa. Meios de controle jurisdicional da administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 112.** Tatiana Sommer de Oliveira. Discricionariedade Administrativa: poder ou dever?. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 113.** Luis Gustavo Ramalho da Cunha. Regime Jurídico das Concessões de Serviço Público. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Vivian López Valle.
- 114.** Leonardo de Castro Coutinho. Administração Pública: Evolução Histórica e Legalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Vivian López Valle.
- 115.** Ana Carolina de Barros. Observações pertinentes à lei do pregão e seus regulamentos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 116.** Alexandre dos Santos Nieto. O regime de propriedade privada e a intervenção estatal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 117.** Bruno Santos de Lima. Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade como limitadores da discricionariedade da administração. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 118.** Cintia Maria Borges Queiroz. Parcerias público privadas e a experiência brasileira. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 119.** Dafni Frates Rothrach. A nova modalidade de licitação denominada pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 120.** Daiane Aparecida Bales. O terceiro setor e a capacitação de recursos, com ênfase na atividade administrativa de fomento. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

121. Douglas Carlos Hartenthal Junior. Controle judicial dos atos de improbidade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
122. Eduardo Fulgencio da Cruz. Discricionariedade administrativa e controle judicial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
123. Emanoel Theodoro Salloum Silva. Desapropriação direta e indireta. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
124. Francine Hoelz Balbi Romão de Oliveira. Limites à discricionariedade administrativa - controle judicial dos atos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
125. Hermann Emmel Schwatz. Da administração pública burocrática à gerencial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
126. Joseana Haifa Kinzowski. Regime jurídico administrativo, invalidação e seus limites. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
127. Karina Zanini. Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
128. Sibhelle Katherine Nascimento. Princípios informadores do direito administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
129. Tatiiane Pires de Camargo. Ato administrativo: anotações sobre a discricionariedade e o desvio de poder. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
130. Arlindo Bortolini Neto. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
131. Carolina Ferraza Machado. Direitos fundamentais e a inconstitucionalidade do art. 18 da Lei n. 15331/2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
132. Caroline Andrer Meier. Agencias reguladoras e seu poder normativo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
133. Daniela Stuque Rodrigues. Resolução de conflitos entre direitos fundamentais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
134. Danielle Regina Gomes. Jurisdição Constitucional: o papel do STF na formação do direito brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
135. Ellen Priscila Reis. A atuação do cidadão no combate a improbidade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
136. Fabio Meris de Carvalho Silva. A Responsabilidade civil do Estado e suas implicações quanto aos danos decorrentes da demora na prestação de jurisdicional. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
137. Gisele Ferreira de Lima. Discricionariedade Administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
138. Gustavo Kliemann Scarpari. Atos administrativos discricionários e vinculados e seu controle pelo poder judiciário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
139. Isabela Bruginski. A intangibilidade da equação econômica financeira dos contratos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
140. Larissa Cachineski Soares. Responsabilidade do estado por atos judiciais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
141. Rafael Cabral. Traços sobre a aplicação dos princípios constitucionais no caso concreto. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
142. Sinter Maiki de Constantino e Santana. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
143. Thiago Lemos de Almeida. Discricionariedade Administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
144. Patrícia Mombelli Novais. Concessão de serviço público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Vivian López Valle.
145. Cesar Augusto Berksaag. Princípio da eficiência controle dos atos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

Iniciação científica

1. Fabrício Antunes Zangiski. A SUBSTITUIÇÃO DA SANÇÃO UNILATERAL POR TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
2. Luana Ruppel Ramos. DISCRICIONARIEDADE LEGISLATIVA: A PROIBIÇÃO DO EXCESSO E A VEDAÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE COMO PARÂMETRO DE CONTENÇÃO DO ABUSO DO PODER LEGISLATIVO. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
3. Luciana Hecke Rizzo Castilho. Direitos fundamentais sociais sob a ótica do retrocesso social: uma análise sobre a educação e a proibição de disciplinas relacionadas à identidade de gênero. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
4. Bianca Assumpção Wosch. O consensualismo como novo Regime Jurídico Administrativo. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
5. Camila Polichuk. Flagrante preparado e a responsabilidade civil do Estado. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
6. Isadora Gnoatto Dal Molin. Execução provisória da pena após condenação do Tribunal do Juri: soberania dos veredictos versus princípio da presunção de inocência. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

7. Lauro Antonio Fiorenzani Fernandes Rodrigues. Excesso de prisão preventiva no Brasil. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
8. Camila Duarte. Inclusão de conteúdos relacionados à identidade de gênero na educação básica, leis municipais podem proibir?. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
9. Amanda Caroline Valenga. Análise empírica da tutela do direito social à saúde perante o poder judiciário brasileiro. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
10. Antonio Rafael Lopes da Silva. Cobrança no ensino superior público. Especialização lato sensu.. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
11. Caroline Barbosa de Souza. Os custos do direito à saúde: o choque entre os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível sob a ótica da jurisprudência do tribunal de justiça do Rio Grande do Sul. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
12. Matheus Trancoso Bertolin. A teoria tradicional do autoritarismo nos contratos administrativos e sua insuficiência frente aos desafios da administração pública contemporânea. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
13. Marjorie Louise Ferreira. A atuação do poder judiciário no controle do mérito dos atos administrativos discricionários frente as políticas públicas. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
14. Wilson Accioli de Barros Filho. A era do consensualismo nos contratos administrativos: as limitações e os reflexos resultantes da supremacia do interesse público sobre o privado. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
15. Tatiana de Farias Meurer. Interferência Judicial nas Políticas Públicas. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
16. Montserrat Sanchez Del Castillo. A arbitragem nos contratos Público/Privados em face do princípio da indisponibilidade do interesse público. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
17. Ana Cristina Aguiar Viana. Controle Judicial da Discricionariedade administrativa na formulação de políticas públicas. 2013. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

Orientações de outra natureza

1. Guilherme Eduardo Quadros da Silva. Monitoria e estágio de iniciação a docência. 2021. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
2. Nicolli Souza Lenzen. Monitoria e estágio de iniciação a docência. 2020. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
3. Roberto Tessis Rodrigues. Monitoria e estágio de iniciação a docência. 2020. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
4. Monique Gauer Frazon. Minexigibilidade de licitação para os negócios estratégicos. 2019. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
5. Camila Polichuk. Flagrante preparado e a responsabilidade civil do Estado. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
6. Isadora Gnoatto Dal Molin. Execução provisória da pena após condenação do Tribunal do Juri: soberania dos veredictos versus princípio da presunção de inocência. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
7. Lauro Antonio Fiorenzani Fernandes Rodrigues. Excesso de prisão preventiva no Brasil. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
8. Amaurí Roberto da Silva Júnior. Lei das estatais: como a lei 13.303 de 2016 impactou diretamente as ações da Petrobras. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
9. Luiz Felipe de Lima Rodelli. O regime de contratação e licitações na lei No. 13.303 de 2016- a regulamentação do art. 173, III da Constituição Federal. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
10. Luiz Felipe Rorogues Ayres. Sobrepreço e superfaturamento na nova lei das estatais (Lei 13.303/2016). 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
11. Orientando de Monitoria. Projeto de monitoria das disciplinas de Direito Administrativo I e II. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Relativização da Soberania Nacional dos Estados Latino-Americanos em Face da Expansão do Direito Comunitário. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 33, n.34, p. 187-196, 2000.
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Proteção ao Usuário de Serviço Público no Contexto da Reforma do Estado. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 33, n.34, p. 187-196, 2000.

3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Arbitragem administrativa e consensualidade: análise pontual do novo paradigma da ação administrativa. *REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO*, v. 277, p. 209-245, 2018.
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Um novo regime jurídico para os contratos administrativos: aplicação subsidiária da condição de autoridade, inexistência de um regime geral de prerrogativas e enquadramento do contrato administrativo como instrumento de desenvolvimento. *A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO) JCR*, v. 18, p. 175-208, 2018.
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da Administração Pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. *FÓRUM ADMINISTRATIVO*, v. 132, p. 67-73, 2012.
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O direito constitucional entre modernidade e globalização. *CADERNOS DA ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIBRASIL*, v. 1, p. 89-102, 2002.
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; MARTINELLI, Gustavo (Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto) . Quem decide o gasto público: controle constitucional de leis orçamentárias pelo Supremo Tribunal Federal. *REVISTA INTERESSE PÚBLICO*, v. 20, p. 109-130, 2018.
8. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN** ; **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; **FÁCIO, RAFAELLA NATÁLY** . LA UTILIZACIÓN DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA ACTIVIDAD REGULATORIA: UNA PROPUESTA EN FAVOR DEL DESARROLLO NACIONAL SOSTENIBLE. *VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE) JCR*, v. 17, p. 123-146, 2020.
9. **Citações:** [WEB OF SCIENCE](#) ¹
10. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA** ; CABRAL, RODRIGO MACIEL . A RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM O ADVENTO DA LEI N° 13.655/2018: DA TEORIA DA IRRESPONSABILIDADE ESTATAL AO ERRO GROSSEIRO. *REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA*, v. 15, p. 925-954, 2020.
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; RODELLI, Luiz Felipe de Lima . Mitigação de sanções administrativas a licitantes e contratados quando MPE's à luz da função social da empresa. *Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas*, v. 2, p. 83-102, 2021.
12. **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; MARTINELLI TANGANELLI GAZOTTO, GUSTAVO ; BARBOSA FILHO, Claudio Roberto . Participação no processo legislativo como direito fundamental: um olhar sobre as ferramentas de e-democracy no Congresso Nacional Brasileiro. *REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO*, v. 7, p. 143-166, 2020.
13. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN** ; **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; CASTANHA DE FREITAS, DANIEL . - INDEPENDENCIA JUDICIAL SEGÚN LOS JUECES CONSTITUCIONALES? UN ANÁLISIS CONCEPTUAL A PARTIR DE LAS DECISIONES DEL SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE BRASIL Y DE LA CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. *REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA)*, v. 19, p. 228-266, 2021.
14. **JURUENA, CYNTHIA GRUENDLING** ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O usuário do serviço público e a aplicação da Lei 13.460/2017 sob o enfoque dos Poderes Executivo e Judiciário. *SEQUENCIA*, v. 42, p. 1-29, 2021.
15. **ARCHEGAS, JOÃO GABRIEL** ; **GUSSOLI, Felipe Klein** ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Caso Gomes Lund (-Guerrilha Do Araguaia-) dez anos depois: desafios para o cumprimento integral pelo Estado brasileiro. *Revista de Direito Internacional*, v. 18, p. 372-389, 2022.
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; RODELLI, LUIZ FELIPE DE LIMA . Contratos administrativos e polÃáticas pÃoblicas: a era do Estado contratualizado. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI*, v. 5, p. 21-44, 2021.
17. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN LIMA**; CABRAL, RODRIGO MACIEL . ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA*, v. 17, p. 187-225, 2022.
18. **FREITAS, Daniel Castanha de** ; **VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ** ; **GAZOTTO, GUSTAVO MARTINELLI TANGANELLI** . Aportes da análise econômica no estudo da judicialização da saúde e o risco da promoção desigual de direitos. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, p. 427-449, 2022.
19. **CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN**; **IVAN GALLO APONTE, WILLIAM** . El rol transformador de los tribunales constitucionales como -estrategia clave y efectiva? para la reducción de las desigualdades y la erradicación de la pobreza extrema. *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS JCR*, v. 124, p. 527-570, 2022.
20. **GABARDO, EMERSON** ; **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; **REZENDE, MAURÍCIO CORRÊA DE MOURA** . Il diritto amministrativo brasiliano: aspetti attuali del controllo della pubblica amministrazione. *REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO*, v. 4, p. 57-66, 2017.
21. **GABARDO, EMERSON** ; **LÓPEZ-VALLE, VIVIAN LIMA** . Característica relacional y mutabilidad de los contratos estatales: la concesión como herramienta de planeación. *Revista Digital De Derecho Administrativo JCR*, v. 12, p. 285-308, 2020.
22. **CORCOVADO, JOÃO MIGUEL FRANÇA** ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regulação do Uso Comercial de Drones no Espaço Aéreo Urbano e sua Logística Para Transporte de Objetos nas Smart Cities. *International Journal of Digital Law*, v. 2, p. 185-200, 2021.
23. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Teoria da Constituição: limites, possibilidades e perspectivas na pós-modernidade. *REVISTA ZÊNITE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LRF-IDAF*, v. 1, p. 496-510, 2002.
24. **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; HEINZEN FELISBERTO, JÉSICA . Administração Pública digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. *REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO*, v. 9, p. 151-180, 2023.

2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 4.ed. 4. ed. Curitiba: IESDE, 2010. v. 1. 160p .
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Prática de Direito Administrativo. Prática de Direito Administrativo. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2012. v. 1. 136p .
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 2.ed. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2008. v. 1. 160p .
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 3.ed. 3. ed. Curitiba: IESDE, 2009. v. 1. 153p .
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) (Org.) ; GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) (Org.) . Passando a limpo a gestão Pública: arte coragem loucura. 1. ed. Curitiba: Livros Legais, 2020. v. 1. 636p .
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. v. 1. 288p .
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet) (Org.) . Direito, Smart Cities & Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade. 1. ed. Curitiba: GRD, 2021. v. 1. 54p .
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) . Direito em arte: II obra de pesquisa científica da Nôma. 1. ed. Curitiba: Rede do Consumidor, 2022. v. 2. 174p .
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; CASTILLO, Luis Ferney Moreno (Luis Ferney Moreno Castillo) (Org.) ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte) (Org.) . Tecnología, administración pública y regulación. 1. ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021. v. 1. 367p .
1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O novo conceito de serviço público. In: GUIMARÃES, Edgar.. (Org.). Cenários do Direito Administrativo - Estudos em Homenagem do Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2004, v. 1, p. 511-552.
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos em mudança: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro. In: BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia.. (Org.). Estado, Direito & Políticas Públicas - Homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed.Curitiba: Íthala, 2014, v. 1, p. 199-216.
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: Daniel Wunder Hachem, Emerson Gabardo, Eneida Desirée Salgado.. (Org.). Direito administrativo e suas transformações atuais ? Homenagem ao professor Romeu Felipe Bacellar Filho: Anais do Seminário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. 1ed.Curitiba: Íthala, 2016, v. 1, p. 451-472.
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; BERTRAND, Mathieu (Mathieu Bertrand Struck) ; POLI, Júlio César (Júlio César Poli) . Os Direitos humanos fundamentais no contexto da integração regional. In: Romeu Felipe Bacellar Filho. (Org.). Elementos de Direito Internacional Público. 1ed.Barueri: Manole, 2003, v. 1, p. 125-171.
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Acordo administrativo entre o Direito Público e o Direito Privado: Emergência de uma racionalidade jurídico- Normativa Público- Privada?. In: Gustavo Justino de Oliveira. (Org.). Acordos Administrativos no Brasil Teoria e Prática. 1ed.São Paulo: Almedina, 2020, v. 1, p. 63-90.
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Libertad de expresión, hate speech y función ordenadora estatal: la necesaria intolerancia a los intolerantes en la promoción del desarrollo sostenible. In: Alfonso Jaime Martínez Lazcano; María Salomé Moreno Rodríguez; . (Org.). Libertad de Expresión parámetros constitucionales y convencionales. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera Instancia, 2020, v. 1, p. 204-237.
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) . Contratualização estatal, inovação e materialização do interesse público através de contratos de fomento: por uma nova racionalidade para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. In: Gabriela Verona Périco; Cristiana Fortini;. (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 107-130.
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Consensualismo, proporcionalidad y administración pública ? por una racionalidad menos beligerante en la relación jurídico- administrativa. In: Alfonso Jaime Martínez Lazcano. (Org.). Proporcionalidad y razonabilidad jurídica. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera Instancia, 2020, v. 1, p. 166-193.
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Desafíos de la Administración Pública electrónica en tiempos del COVID-19. In: Jaime Rodríguez-Arana Muñoz. (Org.). El Derecho Administrativo ante el COVID-19. 1ed.Buenos Aires: IJ Editores, 2021, v. 1, p. 0-0.
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte) . Inteligencia Artificial y Arbitraje en la Administración Pública. In: Juan Corvalán. (Org.). Tratado de inteligencia artificial y derecho, tomo II. 1ed.Buenos Aires: La Ley/Thomson Reuters, 2021, v. 1, p. 1-1.
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O exercício do direito à liberdade de opinião e expressão: uma análise do hate speech no direito brasileiro e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: Daniel Wunder Hachem, Luisa Fernanda García López, Felipe Klein Gussoli. (Org.). Corte americana de direitos humanos e seus impactos na América Latina. 1ed.Curitiba: Íthala, 2020, v. 1, p. 369-392.
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi) ; ALESSI, Daiana (Daiana Alessi Nicoletti Alves) . Género y colonialidad: raíces históricas del preconcepto y de la invisibilidad de la mujer en Brasil. In: Jorge Vargas Morgado. (Org.). México: 500 años de la Conquista, 200 de la Independencia. 1ed.Ciudad de México: Burgos Editores, 2021, v. 1, p. 1-1.
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia artificial y procedimiento administrativo consensual en el contexto brasileño: el caso del arbitraje como medio de negociación de conflictos. In: Jaime Rodríguez Arana-Muñoz; Carlos Delpiazzo Rodríguez; Henry Alexander Mejía; María Rodríguez Martín-Retortillo; . (Org.). Procedimientos administrativos, libro de ponencias del XIX foro iberoamericano de derecho administrativo. 1ed.San Salvador: Corte Suprema de Justicia, 2020, v. 1, p. 1367-1394.
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte) ; FACIO, Rafaella (Rafaella Fácio) . La incorporación de las prácticas de mejora regulatoria en la administración pública, apoyada en nuevas tecnologías. In: Luis Ferney Moreno; Castillo William Iván Gallo Aponte; Vivian Cristina Lima López Valle. (Org.). Tecnología, administración pública y regulación. 1ed.Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021, v. 1, p. 111-127.
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços públicos, situações disruptivas e regulação eficiente da administração pública digital. In: Clayton Gomes de Medeiros; Barbara Dayana Brasil. (Org.). Estado, direito administrativo e concretização de direitos fundamentais. 413ed.Curitiba: Íthala, 2022, v. 1, p. 399-413.
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. v. 1. 288p .

VALLE, Vivian Cristina Lima López . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da administração pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). Globalização, Direitos Fundamentais e Direito Administrativo. Novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e socioambiental. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 278-290.

Apresentações de Trabalho

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; RIBEIRO, Márcia Carla (Márcia Carla Pereira Ribeiro) ; SCHEER, Eunice (Eunice Fumagalli Martins e Scheer) . Sociedade por cotas de Participação Limitada, Painel de Direito Comercial do CASP. 1996. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; KOZIKOSKI, Sandro (Sandro Marcelo Kozikoski) . A imprensa e as liberdades fundamentais, 1 Colóquio do primeiro semestre letivo de 2002 do Curso de Direito da UniBrasil. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico das Agências Reguladoras, XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Reforma Administrativa do Estado, Primeira Semana Acadêmica do CASP - 2003 - Reformas Sociais. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Atuação das Agências Reguladoras no Brasil, IV Simpósio Paranaense de Direito Administrativo. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) ; OLIVEIRA, Gustavo (Gustavo Henrique Justino de Oliveira) . Reforma Administrativa e o terceiro setor, Jornada de Direito Público CASP/PUCPR. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Responsabilidade funcional por atos praticados nas licitações, V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos controvértidos das contratações emergenciais, VI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Licitações e Contratos, VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aplicabilidade da Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999) nos Estados e Municípios, XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Processos Coletivos e Interesse Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; UNES, Flávio Henrique (Flávio Henrique Unes) ; TOMELIN, Georgio Alessandro (Georgio Alessandro Tomelin) ; MODESTO, Paulo (Paulo Eduardo Garrido Modesto) . 3º Painel: Controle da Administração e Segurança jurídica, XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo: Limites do Controle da administração pública no Estado de Direito - Em homenagem à Professora Maria Sylvia Di Pietro. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratación Pública Electrónica, Marco del Seminario Internacional ?Contratación Pública y Buen Gobierno?, Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Núcleo Discente de Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estado, Inteligencia Artificial e Direito Administrativo: Desafios na regulacao do ambiente 4.0. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ponente. XIII Congreso Mexicano de Derecho Administrativo, Universidad Autónoma de Querétaro / AMDA. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Conferencia Magistral, Primer Congreso Internacional: El Derecho de las ciudades. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos, Inclusión y COVID 19, Primer Congreso Internacional de Administración Pública y Derechos Humanos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Procedimiento Administrativo e Inteligencia Artificial. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
20. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . XXVIII SEMIC Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Academic Days on Open Government and Digital Issues. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados, III Congresso de Direito Administrativo do Rio Grande do Norte. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
23. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus e 'Sejamos Todos Feministas'. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
24. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços Públicos, Smart cities e tecnologia, VI Semana de Integração do PPGD/PUCPR. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
25. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo e Estado Sustentável (DAES), Scientific Meeting of Researchers in Law and Sustainability 2021. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
26. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . La investigación en el Derecho Administrativo, Seminario Internacional la Investigación en el Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
27. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Novos Princípios Jurídicos das Licitações, Seminário Nova Lei de Licitação e Contratação Pública: Inovações do Regime jurídico. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
28. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 7ª Conferência da Advocacia Paranaense. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
29. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos y Contratación Pública, Congreso Internacional Contratación Pública y Derechos Humanos. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
30. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos y Contratación Pública, Congreso Internacional Contratación Pública y Derechos Humanos. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

VALLE, Vivian Cristina Lima López . Administración Pública digital y contratación pública, III Congreso Mexicano de Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

31. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia Artificial y Administración Pública, Posgrado en Inteligencia Artificial y Derecho. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
32. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligência artificial e tomada de decisão. Uma análise da contemporaneidade a partir da visão cinematográfica. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa | 2º painel | XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Cursos de curta duração ministrados

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Curso de Pós-graduação em Direito Empresarial Aplicado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ministros e aliados de Lula emplacam esposas em tribunais de contas nos estados, Por Guilherme Grandi. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Qual o efeito da medida que isenta agentes públicos na pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **VALLE, V. C. L. L.; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)** . II Seminário Brasil-Índia de Direitos Fundamentais, Tecnologia e Educação e Seminário Internacional de Direito Digital. 2021. (Congresso).
2. **VALLE, V. C. L. L.; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo) ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet)** . Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. 2019. (Congresso).



Christianne de Carvalho Stroppa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3679219004491225>

ID Lattes: **3679219004491225**

Última atualização do currículo em 27/06/2023

Professora Doutora e Mestre pela PUC/SP. Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora de cursos de Especialização no COGEAE/PUCSP, na Faculdade Damásio de Jesus, na Faculdade CERS e na Faculdade Baiana de Direito. Ex-Assessora de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Procuradora na Universidade de São Paulo. Advogada especialista em Licitações e Contratos Administrativos. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo IASP e do Instituto Nacional de Contratação Pública - INCP. Autora de diversos artigos e palestrante na área da contratação pública. (**Texto informado pelo autor**)

Identificação

Nome

Christianne de Carvalho Stroppa

Nome em citações bibliográficas

STROPPA, Christianne de Carvalho;STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO

Lattes iD

 <http://lattes.cnpq.br/3679219004491225>

Orcid iD

 <https://orcid.org/0000-0002-0923-5012>

Endereço

Endereço Profissional

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Direito.

Rua Ministro Godói 969 - 2º andar - sala 201

Perdizes

01060970 - São Paulo, SP - Brasil

Telefone: (11) 36708127

URL da Homepage: <http://portal.pucsp.br>

Formação acadêmica/titulação

2015 - 2019

Doutorado em Direito (Conceito CAPES 5).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Título: O regime jurídico dos contratos de empresas estatais de serviços públicos na lei de responsabilidade das estatais - Lei n. 13.303/216, Ano de obtenção: 2020.

Orientador: José Roberto Oliveira Pimenta.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo.

Setores de atividade: Educação.

Mestrado em Direito (Conceito CAPES 5).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Título: As Micros e Pequenas Empresas (MPE's) e a Função Social da Licitação, Ano de Obtenção: 2013.

Orientador:  Clóvis Beznos.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Setores de atividade: Política Econômica e Administração Pública em Geral; Outras Atividades de Assessoria e Consultoria Às Empresas; Educação Superior.

Graduação em Direito.

Centro Universitário Eurípedes de Marília, UNIVEM, Brasil.

1987 - 1990

Formação Complementar

Atuação Profissional

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1991 - Atual

Vínculo institucional

2014 - 2014

Outras informações

Vínculo institucional

2002 - 2005

Atividades

05/2014 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Auxiliar de Ensino

Vínculo: Professor Assistente, Enquadramento Funcional: Professor Assistente

Professora Assistente da disciplina Teoria Geral do Direito, do programa de Pós-Graduação em Direito, da PUC/SP, no segundo semestre de 2014

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 4

Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Público.
Linhas de pesquisa

Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Direção e administração, Faculdade de Direito.

Cargo ou função

Coordenadora do Curso de Estágio Profissional Supervisionado.

Ensino, Direito Administrativo, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Ensino, Administração de Empresas, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Fundamentos de Direito Público

Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2015

Atividades

09/2013 - 05/2015

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

Direção e administração, Secretaria Municipal da Saúde do Estado de São Paulo.

Cargo ou função

Assessora Jurídica.

Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ECTCMSP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora de Controle Externo

Faculdade de Direito Prof Damásio de Jesus, FDDJ, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2018

Atividades

2/2005 - 8/2018

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Atividades

2/2005 - Atual

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Professor titular

Extensão universitária , Sociedade Brasileira de Direito Público.

Atividade de extensão realizada

Membro do Corpo Docente.

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual

Vínculo institucional

1Doc: Memorando 6.009/2025 | Anexo: 20_Docs_compaquetados__AD_curriculos_e_notas_removed.pdf (697.02) 112/341

2011 - 2013
Vínculo institucional
1999 - 2000
Atividades
3/2001 - Atual

2/1999 - 1/2000

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessoria Jurídica

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 8
Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Teoria Geral de Direito Público
Direito Administrativo
Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo
Instituições de Direito Público

Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Atividades

02/2017 - Atual

06/2016 - Atual

Vínculo: sócio, Enquadramento Funcional: membro

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Direito Administrativo.

Cargo ou função

Membro.

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Estudos da Lei de Licitações.

Cargo ou função

Integrante.

Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2011

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 40

Instituto de Desenvolvimento de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Cultura, IDEJUR, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2003

Atividades

4/2002 - 12/2003

Vínculo: Professor autônomo, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 3, Regime: Dedicação exclusiva.

Ensino, Direito Administrativo, Nível: Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, PLANEJAMENTO, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2007

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 30

Ordem dos Advogados do Brasil Secção São Paulo, OAB/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - 2000

Atividades

1/1998 - 12/2000

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 0

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão do Meio Ambiente.

Cargo ou função

Membro de comissão.

Conselho Regional de Economia - 2a Região, CRE, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 1999

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL S/C LTDA., CONAM, Brasil.

Vínculo institucional

1993 - 1996

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada

EDITORAS NDJ LTDA, NDJ, Brasil.

Vínculo institucional

1992 - 1993

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada Plena

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, SEBRAE/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1Doc: Memorando 6.009/2025 | Anexo: 20_Docs_compactados_PAD_curriculos_e_notas_removed.pdf (70/102)

113/341

1996 - 1998
Outras informações

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Consultora Especialista I
Elaboração de pareceres e orientação técnica-jurídica às Agências que compõem a Entidade, principalmente na área de licitação e contratos administrativos. Coordenadora de Agência.

Universidade Bandeirante de São Paulo, UNIBAN, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 2000

Atividades

2/1999 - 1/2000

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2002

Atividades

2/2001 - 2/2002

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo
Direito Constitucional

Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2007

Outras informações

Vínculo: Professor vistante, Enquadramento Funcional: Professora
Curso de Pós-Graduação em Direito Militar, tendo ministrado aulas com o tema "Direito Administrativo Disciplinar".

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2010

Vínculo institucional

1999 - 2001

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador I, Carga horária: 40

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador, Carga horária: 40

São Paulo Turismo S/A, SPTURIS, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2015

Atividades

09/2014 - 01/2015

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Membro

Direção e administração, São Paulo Turismo S/A.
Cargo ou função
Membro do Conselho de Administração.

Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessora de Gabinete I
Análise e manifestação nos processos internos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, bem como, nos processos instaurados em face do exercício do controle externo nos órgãos e entes municipais

Atividades

02/2021 - Atual

Serviços técnicos especializados , Grupo de Trabalho.

Serviço realizado

Integrante do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de programas de integridade e compliance no âmbito dos Tribunais de Contas ? Portaria Conjunta ATRICON/IRB nº 02/2021.

Serviços técnicos especializados , Grupo de Trabalho.

Serviço realizado

Integrante do Grupo de Trabalho encarregado de analisar o teor da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como propor orientações ao Sistema Tribunais de Contas ? Portaria ATRICON nº 07/2021.

Rede Governança Brasil, RGB, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Atividades

2020 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Integrante

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comitê de Governança das Contratações.

Linhas de pesquisa

1. Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

Projetos de pesquisa

2020 - Atual

Governança. Controle interno e externo. Novos instrumentos no processo de contratação Pública. Lei n. 14.133/2021
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2020 - Atual

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.
Direito e Combate à Corrupção - Grupo de Pesquisa
Descrição: O Grupo de Pesquisa visa o estudo e pesquisa sistemática do fenômeno da Corrupção, em sentido amplo, sob o prisma central da Ciência do Direito Público, em especial, o Direito Administrativo, devendo proceder à investigação do tema sob o prisma jurídico-dogmático, incluindo estudos multidisciplinares e interdisciplinares..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Mestrado acadêmico: (5) / Doutorado: (6) .

2014 - Atual

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Integrante / Jose Roberto Pimenta Oliveira - Coordenador / Luis Manuel Fonseca Pires - Integrante.
Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas
Descrição: Postula-se a organização de Projeto de Pesquisa destinado a congregar docentes, pesquisadores e discentes em torno do tema comum, Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto e efetividade nas atividades administrativas , o qual pretende abrigar projetos individuais de pesquisa Dissertações e Teses - relacionados à pretensa liberdade de formas de agir da Administração que a permitiria substituir os meios tradicionais de ação por meios comuns ao direito privado, o que daria origem ao que alguns denominam como Administração Pública Consensual , bem como a participação do particular na gestão do interesse público por meio das contratações públicas e respectivas consequências nas atividades administrativas de fomento, serviço público, intervenção e controle..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2010 - 2011

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador / Silvio Luis Ferreira da Rocha - Integrante.
Transporte terrestre internacional de passageiros
Descrição: Realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros, tendo atuado especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros?.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

2006 - 2007

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.
Como possibilitar a participação das MPE's nas Compras Governamentais
Descrição: Análise do Capítulo V da Lei complementar nº 123/2006, auxílio na redação do Decreto federal de proteção às micro e pequenas empresas, bem como estudo sobre a constitucionalidade do tratamento privilegiado dado à tais empresas nas licitações.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.
Financiador(es): Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - Remuneração.

Projetos de desenvolvimento

2009 - 2011

Restruturação Administrativa
Descrição: Projeto de Reestruturação dos servidores do Município de Botucatu - Estado de São Paulo, juntamente com a elaboração de Projetos de Lei de Reestruturação Administrativa e Estatuto dos Servidores Municipais.
Situação: Concluído; Natureza: Desenvolvimento.

2005 - 2006

Restruturação Administrativa

Descrição: Análise e reestruturação do quadro de servidores da Câmara Municipal de Piracicaba - Estado de São Paulo, juntamente com a elaboração de Projeto de Lei acerca do novo Estatuto dos Servidores Municipais.

Situação: Concluído; Natureza: Desenvolvimento.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

Membro de corpo editorial

2020 - Atual

Periódico: Revista Lex de Direito Administrativo

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Francês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Italiano

Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

Outras

Total de trabalhos: 1 Total de citações: 2

Carlos Pinto Coelho Motta Data: 03/10/2005

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; **STROPPA, Christianne de Carvalho** . A vedação à aquisição dos bens de luxo ? dificuldades à vista. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. I, p. 1, 2022.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O papel dos Órgãos de Controle nas Contratações Públicas. Campos de Públicas: conexões e experiências, v. 1, p. 76-88, 2022.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MELISSOPOULOS, A. G. . A atuação dos tribunais de contas em tempos de pandemia. Revista Lex de Direito Administrativo, v. 1, p. 47-64, 2021.
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; OLIVEIRA, R. S. . O contrato de facilities da Lei nº 14.011/2020. Revista digital da ESA OABRJ, v. 3, p. 1, 2021.
5. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, ARTUR GIOLITO . Controle Preventivo dos Tribunais de Contas como forma de combate a irregularidades na Administração Pública. Direitos Democráticos & Estado Moderno, v. 1, p. 52-73, 2021.
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Quanto ao critério de desempate para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas dos serviços sociais autônomos. Solução em Licitações e Contratos, v. 1, p. 33-34, 2019.
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Futuro Da Lei Nº 8.666/93. Soluções em Licitações e Contratos, v. 12, p. 103-114, 2019.

8. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O Impacto Da Alteração Dos Valores Das Modalidades Da Lei Nº 8.666/1993. Solução em Licitações e Contratos, v. 1, p. 27-32, 2018.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Decreto Federal Nº 8.538/2015: A Nova Regulamentação Do Tratamento Favorecido, Diferenciado E Simplificado Para As Microempresas E Empresas De Pequeno Porte. BLC (São Paulo), v. ano 29, p. 32-46, 2016.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Nova Regulamentação Do Sistema De Registro De Preços ? Decreto Federal Nº 7.892/2013. BLC (São Paulo), v. 1, p. 179-203, 2013.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Procedimentos Licitatórios No Regime Diferenciado De Contratações Públcas. BLC (São Paulo), v. 1, p. 895-912, 2013.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) NAS Compras Governamentais. BLC (São Paulo), v. 1, p. 103, 2013.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Atribuições Do Gestor/Fiscal Do Contrato Administrativo. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEPP, v. 1, p. 103-119, 2012.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Comentários as alterações inseridas na Lei nº 8.666/93 pela Medida Provisória nº 495/10. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 69, p. 29-33, 2011.
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Punição Eleitoral como Impedimento à participação em Licitações. Interesse Públco (Impresso), Porto Algre, v. 28, p. 91-103, 2004.

Capítulos de livros publicados

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O controle na Lei nº 14.133/2021. In: Paulo Alves , Rogério Corrêa.. (Org.). Governança das contratações e seus instrumentos de implementação. 1ed.São José dos Pinhais, PR: Editora Negócios Públcos, 2022, v. 1, p. 113-124.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho;** BORDIN, N. A. P. . A prescrição no âmbito dos tribunais de contas: uma proposta de solução trazida pela nova lei de improbidade. In: Fabricio Mota, Ismar Viana. (Org.). Improbidade administrativa e Tribunal de Contas: as inovações da Lei n. 14230/2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 1-.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho;** SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e . Artigos 151.152,153 e 154 - Dos meios alternativos de resolução de controvérsias. In: Cristiana Fortini (Autor), Rafael Sérgio Lima de Oliveira (Autor), Tatiana Camarão. (Org.). Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos : Lei 14.133, de 1º abril de 2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 2, p. 270-.
4. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO;** MELISSOPOULOS, A. G. . O impacto do 'Príncípio da moralidade de tarifária' nas concessões rodoviárias. In: augusto Neves Dal Pozo; José Virgílio Lopes Enei. (Org.). Tratado sobre o setor de rodovias no direito brasileiro. 1ed.São Paulo: Contracorrente, 2022, v. 2, p. 181-198.
5. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO;** PERCIO, G. V. . A terceirização de serviços e o contrato de facilites da lei n. 14.011/2020. In: Cristina Fortini; Flaviana Vieira Paim. (Org.). Terceirização na Administração Públca. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 209-224.
6. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** O relacionamento entre o controle interno e controle externo na lei n. 14.133/2021. In: Thiago Marrara , Sabrina Nunes Iocken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho. (Org.). Responsabilidade do gestor na administração pública - Improbidade e temas especiais. 1ed.São Paulo: Fórum, 2022, v. 3, p. 331-342.
7. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** Comentário Específico - Os atores do processo de contratação na Lei n. 14.133/21. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmen Silvia L. de Arruda; Roberto Ricomini Piccelli. (Org.). Lei de licitações e contratos - Comentada Lei n. 14133/2021. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2022, v. 1, p. 359-370.
8. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO;** FORTINI, C. . Artigos 94 a 123. In: Cristina Fortini; Rafael Sérgio Lima de Oliveira; Tatiana Camarão. (Org.). Comentários a Lei de licitações e contratos administrativos. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 287-370.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho;** PERCIO, G. V. . O processo de padronização e o instituto do carona. In: OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. MARÇAL, Thaís. (Org.). Estudos sobre a Lei 14.133/2021 ? Nova lei de licitações e contratos administrativos. 1ed.JusPodivm: São Paulo, 2021, v. 1, p. 79-98.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Administração poderá alterar unilateralmente os contratos?: segundo a Lei 14.133/21. In: ELIAS, Aline de Oliveira. SILVA, Araune Cordeiro da. (Org.). Todas as respostas sobre a nova lei de licitações e contratos.. 1ed.Curitiba: Negócios Públcos, 2021, v. 1, p. 1-.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Comentários aos arts. 1º a 4º. In: POZZO, Augusto Neves. CAMMAROSANO, Márcio. ZOCKUN, Maurício. (Org.). Lei de licitações e contratos administrativos comentada; Lei 14.133/21. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 25-37.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Algumas questões relevantes sobre os contratos administrativos na Nova Lei de Licitações. In: Cristiana Fortini Rafael Sérgio Lima de Oliveira Tatiana Camarão. (Org.). NOVA LEI DE LICITAÇÕES: DESTAQUES IMPORTANTES LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 44-47.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Comentários ao artigos do 189. In: Augusto Neves Dal Pozzo, Márcio Cammarosano, Maurício Zockun. (Org.). Lei de licitações e contratos administrativos comentada. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, v. 1, p. 782-787.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho;** BRAGAGNOLI, R. L. . A ordem cronologica de pagamento na Lei 13.303/2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais (LRE). In: Gilberto Bernardino de Oliveira Filho; Nathalia Leone Marco. (Org.). A boa gestão pública e o novo direito administrativo: dos conflitos às melhores soluções práticas. 1ed.São Paulo: SGP, 2021, v. 1, p. 84-99.
15. **VIANA, I. S. ; STROPPA, Christianne de Carvalho .** LGPD: o que muda no controle da Administração Públca?. In: Rodrigo Pironti. (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Públco. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 239-258.
16. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** O pagamento antecipado nos contratos administrativos. In: Maurício Zockun; Emerson Gabardo. (Org.): O menor administrativo do pos-CHSE. 1ed.Curitiba: Itale, 2021, v. 1, p. 157-150.

17. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . Pregão na lei Nº 14.133/2021 ? Possibilidade de contratação de projetos e outros serviços de engenharia consultiva. In: Marcos Nóbrega Daniela Bonato B. Zambelli. (Org.). Novos rumos das licitações e contratos administrativos. 1ed.Osasco: Daniela Zambelli, 2021, v. 1, p. 64-78.
18. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. O contrato de Facilities da Lei nº 14.011/2020. In: Gabriela Verona Pércio, Cristiana Fortini. (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 243-252.
19. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; BONATTO, H. . A adoção do Building Information Modeling - BIM e sua repercussão nas obras públicas: um novo tempo. In: Aldem Johnton Barbosa ARaújo e Leonardo Saraiva. (Org.). Obras públicas e serviço de engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v. 1, p. 29-52.
20. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . Concessão da zonal azul: um exemplo prático da importância do controle pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. In: Diego Jacome Valois Tafur, Guilherme Jardim Jurksaitis, Rafael Hamze Issa. (Org.). Experiências Práticas em Concessões e PPP. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. II, p. 91-103.
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Despesas Públicas. In: FAIM FILHO, Eurípides Gomes e SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães. (Org.). Direito Financeiro e Direito Econômico: À luz da jurisprudência e da administração dos tribunais. 1ed.São Paulo: IPAM, 2020, v. 1, p. 151-159.
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais. In: Augusto Dal Pozzo, Márcio Cammarosano. (Org.). As Implicações da Covid-19 no Direito Administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 563-586.
23. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Princípio da Moralidade Tarifária. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. ARRUDA, Carmen Silvia L. de. SCHWIND, Rafael Wallbach. ISSA, Rafael Hamze. (Org.). Direito em Tempos de Crise ? Covid-19. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. 4, p. 1-.
24. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico. In: DAL POZZO, Augusto Neves. (Org.). O novo marco regulatório do saneamento básico. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 461-478.
25. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MELISSOPOULOS, A. G. . As prerrogativas das MPES no Projeto de Lei 1.292/1995. Revista do IBEDAFT. 1ed.Salvador: Paginea, 2020, v. 1, p. 257-284.
26. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . A teoria da imprevisão na lei n. 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da COVID-19. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmen Silvia L. de Arruda; Roberto Ricomini Piccelli. (Org.). Direitos em tempos de crise - COVID -19 Contratos Administrativos - Controle. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. IV, p. 51-60.
27. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Responsabilidade do Parecerista. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, Rafael Hamze Issa e Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Lei de introdução às normas do direito brasileiro ? anotada. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2019, v. II, p. 0-.
28. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Instituto do ?Carona? (Adesão) no Sistema de Registro de Preços segundo Toshio Mukai. In: HIGA, Alberto Shinji e SOUZA JUNIOR, Arthur Bezerra de. (Org.). Temas atuais de direito público: estudos em homenagem ao professor Toshio Mukai.. 1ed.Paraná: Thoth, 2019, v. 1, p. 9-.
29. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; BORDIN, N. A. P. . Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). Limites do controle da administração pública no Estado de direito. 1ed.Curitiba: Íthala, 2019, v. 1, p. 65-78.
30. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Hospital do Subúrbio (Salvador/BA) ? Primeira unidade hospitalar pública viabilizada por meio de Parceria Público-Privada. In: NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano e BASTOS, Juliana Cardoso Ribeiro. (Org.). O Regime Jurídico nos hospitais. 1ed.São Paulo: Verbatim, 2019, v. 1, p. 21-40.
31. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; STROPPA, Y. M. C. E. S. . Suspensão preventiva de contratos administrativos sem observância dos princípios norteadores do Direito Sancionados ? O caso do Decreto nº 20.381/2018 do Município de São Bernardo do Campo. In: José Roberto Pimenta Oliveira. (Org.). Direito administrativo sancionador : estudos em homenagem ao professor emérito da PUC/SP Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2019, v. 1, p. 499-512.
32. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A Revogação da Licitação na Lei das Estatais ? Lei nº 13.303/2016.. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). Crise e reformas legislativas na agenda do Direito Administrativo XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo.. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2018, v. 1, p. 47-57.
33. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O tempo de serviço prestado às empresas públicas e sociedades de economia mista somente pode ser computado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella e NOHARA, Irene. (Org.). Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. III, p. 717-728.
34. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Fase externa da licitação nas Parcerias Público-Privadas: fase de saneamento. In: Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim, Bruno Aurélio, André Luiz Freire. (Org.). Parcerias Público-Privadas: teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2014, v. 1, p. 225-241.
35. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Sistema de Registro de Preços no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). Regime Diferenciado de Contratações Públicas ? RDC (Lei nº 12.462/11; Decreto nº 7.581/11): aspectos fundamentais. 3ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 179-194.
36. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPES) e a Função Social da Licitação.. In: Celso Antonio Bandeira de Mello, Sérgio Ferraz, Silvio Luis Ferreira da Rocha, Amauri Feres Saad. (Org.). Direito Administrativo e Liberdade ? Estudos em Homenagem a Lúcia Valle Figueiredo. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2014, v. 1, p. 199-222.
37. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Jurídico das Empresas Estatais na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). O Direito Administrativo na Jurisprudência do STF e do STJ: homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 109-115.

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; QUEIROZ, A. P. A. . Orçamento sigilosos na obtenção da proposta mais vantajosa. Sólcita, 20 jan. 2023.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações públicas e o pagamento do auxílio-alimentação. Sólcita, 19 out. 2022.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Processo de Contratação Direta na Lei nº 14.133/21. Observatório da nova lei de licitações, 19 ago. 2022.
4. SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO** . A vedação à aquisição dos bens de luxo:difi culdades à vista. CONJUR, 11 ago. 2022.
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Como ME/EPPs comprovam a situação financeira da empresa?. Sólcita, 03 mar. 2022.
6. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Extinção unilateral do contrato pelo contratado. Revista do Advogado, São Paulo, p. 110 - 116, 01 mar. 2022.
7. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. A duração dos contratos na Lei nº 14.133/2021: o que muda, por que muda e a polêmica em torno dos contratos de prestação/fornecimento. Solução em Licitações e contratos, São Paulo, p. 51 - 54, 01 mar. 2022.
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Certame exclusivo sem três ME/EPPs deve continuar?. Sólcita, 24 fev. 2022.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A administração poderá alterar unilateralmente os contratos?: segundo a lei 14.133/21. Sólcita, 17 out. 2021.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos abertos ou incompletos: quando usá-los?.. Sólcita, 01 out. 2021.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Os 10 cuidados iniciais do fornecedor Para participar das contratações fundamentadas na Lei nº 14.133/2021. Sólcita, 09 set. 2021.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATOS ABERTOS OU INCOMPLETOS Quando usá-los?. Sólcita, 07 jun. 2021.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; SOUSA, G. C. E. . Da negação à ousadia: o WhatsApp como ferramenta válida nas licitações públicas. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 37 - 40, 01 set. 2020.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. As prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas contratações públicas em face da covid-19. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 47 - 50, 01 jul. 2020.
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MOREIRA, E. B. . O impacto da covid-19 nos concursos públicos. SAM ? Solução em Direito Administrativo e Municipal, São Paulo, p. 49 - 52, 01 jul. 2020.
16. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A preferência das microempresas e empresas de pequeno porte, em face do projeto de lei nº 1.292/1995. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 9 - 22, 21 dez. 2019.
17. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aproveitamento - a possibilidade da adoção do instituto do carona nos concursos públicos. Revista Colunistas de Direito do Estado, São Paulo, 27 ago. 2018.
18. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A nova regulamentação do sistema de registro de preços ? decreto federal nº 7.892/2013. www.novo.liticacao.com.br, 04 fev. 2013.
19. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Ministro reforça impasse. Jornal Agência de Notícias, 28 ago. 2009.
20. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O impasse dos guinchos. Jornal Zero Hora, 21 jun. 2009.
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reembolso da inspeção exclui quem não licenciou o carro. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 mar. 2009.
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Justiça manda por placas nas ruas do rodízio. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 dez. 2008.

Apresentações de Trabalho

1. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Participação popular em licitações e contratações públicas. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Impressões sobre a nova lei de licitação. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Inovações da nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) Parte I. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
4. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. O ?compliance? nos Poderes públicos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. RDC COMO GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O RDC É UM BOM REFERENCIAL PARA UM NOVO CÓDIGO DE LICITAÇÕES?. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. TEMAS POLÊMICOS E ESTRATÉGIAS EM LICITAÇÕES. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPF's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** COMENTÁRIOS AS ALTERAÇÕES INSERIDAS NA LEI Nº 8.666/93 PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 495/10 2010 (Licitação).
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONCURSO PÚBLICO 2010 (Licitação).
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES 2009 (Licitação).
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Extensão da Expressão 'Representante Legal' 2003 (Licitação).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2005.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnação, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003.

Processos ou técnicas

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Elementos de Direito Administrativo. 2001.

Trabalhos técnicos

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Integrante do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de programas de integridade e compliance no âmbito dos Tribunais de Contas ? Portaria Conjunta ATRICON/IRB nº 02/2021.. 2021.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Integrante do Grupo de Trabalho encarregado de analisar o teor da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como propor orientações ao Sistema Tribunais de Contas ? Portaria ATRICON nº 07/2021.. 2021.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Integrante da Rede Governança Brasil - Comitê de Governança das Contratações.. 2021.
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02 -. 2019.
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I, no XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2018.
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada por Werner Kraus Junior. 2017.
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda,contratada pela Prefeitura Municipal da Estância de Praia Grande, Estado de São Paulo. 2016.
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos. 2015.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda. contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo. 2014.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Parecer pelo Departamento nos Projetos de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pelo IPPLAN ? Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento. 2014.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda. contratada pela Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Contrato nº 006/2012). 2013.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010), para a prestação de serviços para realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros. 2010.

Demais tipos de produção técnica

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÕES PARA AS ESTATAIS, curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, curso de especialização em Direito Contratual. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE, curso de especialização em Direito Administrativo. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SANÇÕES NAS LICITAÇÕES, curso de especialização em Direito Administrativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO NO REGIME JURÍDICO DAS ESTATAIS, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

STROPPA, Christianne de Carvalho. CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, no curso de Pós-Graduação especialização em Direito Contratual. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PROCEDIMENTOS AUXILIARES À LICITAÇÃO, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, no curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E RESCISÃO CONTRATUAL, no curso Licitações e Contratações Públcas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: LICITAÇÃO. ASPECTOS GERAIS. LEI Nº 14.133/2021, no curso de Especialização em Direito Público. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** DESFAZIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, RESPONSABILIZAÇÃO E SANCIIONAMENTO, no de Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
16. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Corrupção nas contratações públicas e os tribunais de contas, curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públcas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
17. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei geral de licitações Lei n. 8.666/1993, no curso curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
18. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões, permissões e parceria público-privada, curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
19. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso ONLINE de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
20. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Nova Lei De Licitações (Panorama Geral), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação II, curso ONLINE de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aspectos gerais do objeto da licitação, curso ONLINE de especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A fase preparatória das licitações na lei 14.133/2021: ETP, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo, curso de especialização em Direito do Estado. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
24. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Nova Lei De Licitações (Panorama Geral), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
25. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Alteração dos contratos administrativos na nova lei de licitações, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
26. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões, permissões e parceria público-privada, curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
27. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Debatedora do curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo abordado o tema ?CONTROLE DOS CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
28. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação no regime jurídico da estatais, curso de especialização em Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
29. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
30. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
31. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'. 2021. .
32. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Gerais do objeto da licitação no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos,. 2021. .
33. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Esclarecimentos, Recursos e Respostas no Curso Online ?Pregão Eletrônico: Teórico E Prático. 2021. .
34. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Os Recursos Administrativos, A Impugnação E Os Esclarecimentos Na Nova Lei De Licitações no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
35. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
36. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso In Company ?A Aplicação Da Nova Lei De Licitações E Contratações Nas Obras Públcas. 2021. .
37. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O Sistema De Registro De Preços no Curso Online Sobre ?As Principais Mudanças Da Nova Lei De Licitações E Contratos Administrativos. 2021. .
38. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Importância Do PNCP E As Inovações No Regramento Quanto Às Irregularidades no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
39. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** As Contratações Diretas e a Importância Dos Procedimentos Auxiliares no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
40. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
41. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impactos Da Nova Lei De Licitações Na Indústria Farmacêutica. 2021. .
42. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (fornecedor). 2021. .
43. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
44. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Noya Lei De Licitacões. 2021. .

46. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações'. 2021. .
47. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
48. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações'. 2021. .
49. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações'. 2021. .
50. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
51. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
52. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Serviços em Geral, no Curso Online ?Atualização Em Licitações E Contratos Administrativos. 2021. .
53. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
54. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações no Curso Premium Online ?Nova Lei De Licitações E Contratos?. 2021. .
55. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
56. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CORRUPÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E OS TRIBUNAIS DE CONTAS,curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
57. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
58. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO I, Pós-Graduação em Direito Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
59. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
60. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO II, Pós-Graduação em Direito Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
61. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ASPECTOS GERAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO, especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
62. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021: ETP, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
63. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
64. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO, Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
65. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações,Curso Premium ONLINE ?NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
66. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, no curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
67. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: PROCEDIMENTOS AUXILIARES,curso ONLINE de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
68. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
69. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTROLE DOS CONTRATOS ? Aula 21, curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
70. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO NO REGIME JURÍDICO DAS ESTATAIS, curso de especialização em Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
71. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** AS MODALIDADES DE LICITAÇÃO: O QUE MUDA? ? Aula 3, no curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
72. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ASPECTOS GERAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO,curso ONLINE de especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
73. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021: ETP, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO, curso de especialização em Direito do Estado,. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
74. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), no curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
75. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, do curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
76. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Relatora do curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, promovido pela Fundação Arcadas, tendo abordado o tema ?EXTINÇÃO DOS CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
77. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
78. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico?. 2021. .
79. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
80. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Impactos Da Nova Lei De Licitações Na Indústria Farmacêutica?. 2021. .
81. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Gerais do objeto da licitação?, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
82. **STROPPA, Christianne de Carvalho.**

STROPPA, Christianne de Carvalho. OS Recursos Administrativos, A Impugnação E Os Esclarecimentos Na Nova Lei De Licitações no Curso Online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .

83. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
84. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Importância Do PNCP E As Inovações No Regramento Quanto Às Irregularidades ?Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
85. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** As Contratações Diretas E A Importância Dos Procedimentos Auxiliares, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
86. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
87. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Llicitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
88. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação? no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
89. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
90. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Planejamento E Fiscalização De Compras Em Empresa Pública?. 2021. .
91. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
92. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
93. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
94. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
95. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Llicitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
96. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Llicitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor)., 2021. .
97. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Serviços em Geral?, no Curso Online ?Atualização Em Licitações E Contratos Administrativos'. 2021. .
98. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Llicitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
99. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ?Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações?, no Curso Premium Online ?Nova Lei De Licitações E Contratos?. 2021. .
100. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação?, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
101. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
102. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Servidores E Empregados Públicos: Regime Estatutário E Celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
103. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
104. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, curso de especialização em Direito Contratual. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
105. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação II, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
106. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Corrupção Nas Contratações Públicas E Os Tribunais De Contas, curso de Pós-Graduação Licitações e Contratações Públicas. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
107. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Llicitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
108. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Llicitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor) ? ONLINE. 2020. .
109. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo pregão eletrônico e a contratação emergencial sob a ótica da lei Nº 13.979/2020. 2020. .
110. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Pregão eletrônico e lei nº 13.979/2020. 2020. .
111. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
112. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
113. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online pregão eletrônico (1ª parte). 2020. .
114. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online pregão eletrônico (2ª parte). 2020. .
115. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online gestão de contratos. 2020. .
116. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões E Permissões, no curso de curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
117. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, ursa de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
118. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Lei Das Estatais (1ª Parte). 2020. .
119. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Lei Das Estatais (2ª Parte). 2020. .
120. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Estratégias Ilegais Em Licitações E A Lei Anticorrupção ? Lei Nº 12.846/2013. 2020. .
121. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIACÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
122. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LEI DAS ESTATAIS (1ª PARTE). 2020. .
123. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Estratégias Ilegais Em Licitações E A Lei Anticorrupção ? LEI Nº 12.846/2013?. 2020. .
124. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Bens públicos: classificação, regime jurídico, formas de aquisição e alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
125. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo regime jurídico das empresas estatais: licitação,no de especialização em Direito do Estado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
126. **STROPPA, Christianne de Carvalho.**

STROPPA, Christianne de Carvalho. Regimes especiais de contratações públicas : noções gerais, curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

127. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lição I, curso de extensão em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
128. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões e permissões, curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
129. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Servidores e empregados públicos: regime estatutário e celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
130. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Convênio, consórcio e parceria público-privada, no curso de especialização em Direito Contratual,. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
131. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime diferenciado de contratações públicas e lei complementar nº 123/06, curso de especialização em Direito Público Municipal, na Disciplina Direito Administrativo ? Licitações e Contratos. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
132. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
133. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ME, EPP, COOPERATIVA, MEI, EIRELLIs nas licitações públicas. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
134. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
135. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Classificação e Julgamento Das Propostas Comerciais Nas Licitações & Recursos Administrativos, Impugnações Ao Edital E Pedidos De Esclarecimentos. 2019. .
136. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei Das Estatais: Lei Nº 13.303/2016 Licitações e Contratos de Acordo com o Regulamento da SABESP. 2019. .
137. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
138. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema De Registro De Preços. 2019. .
139. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Jurídicos Da Licitação. 2019. .
140. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
141. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
142. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Bens Públicos: Classificação, Regime Jurídico, Formas De Aquisição E Alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
143. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, no curso de especialização em Direito Contratual. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
144. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões E Permissões, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
145. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Parcerias Na Administração Pública, no 10º Curso de Pós-Graduação ?Lato Sensu? - Especialização em Direito Público. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
146. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
147. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB, promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
148. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
149. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
150. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
151. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? DECRETO Nº 10.024/2019. 2019. .
152. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
153. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Atualização na lei de licitações e mudanças no pregão eletrônico. 2019. .
154. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
155. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
156. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Organização administrativa: panorama geral ? administração direta e administração indireta. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
157. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Exceções ao dever de licitar, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
158. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
159. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
160. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
161. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
162. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
163. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .
164. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema de registro de preços e regime diferenciado de contratações públicas - RDC, curso de especialização em Direito Municipal da Escola Paulista de Direito. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
165. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Infração e sanção administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
166. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Responsabilidade Administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
167. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratações públicas : aspectos fundamentais, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
168. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Procedimentos da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
169. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018, (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

170. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Servidores e empregados PÚblicos, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
171. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O futuro da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
172. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
173. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
174. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
175. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Despesas, Curso Direito Financeiro e Econômico à luz da jurisprudência e da administração dos tribunais. 2018. .
176. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso 'PREPARATÓRIO PARA A OAB', promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
177. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Das Estatais. 2018. .
178. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LINDB E Novidades Na Lei Das Estatais. 2018. .
179. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
180. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Leis das Estatais. 2017. .
181. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Agentes públicos: conceito. Classificação. Regime jurídico: estatutário e contratual, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
182. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Sindicância e processo administrativo, no curso de especialização em direito administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
183. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I no curso de extensão em Gestão Pública. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
184. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Atos administrativos e o princípio da confiança legítima,curso de especialização em Direito Público na Disciplina Temas Atuais de Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
185. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação: princípios e modalidades, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
186. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação: fases ? interna e externa. Edital, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
187. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Processo administrativo, no curso de especialização em direito Municipal. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
188. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie, no curso de especialização Direito Contratual. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
189. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso regime diferenciado de contratações públicas. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
190. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
191. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Dase interna da licitação (pregão). 2017. .
192. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
193. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
194. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
195. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
196. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
197. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
198. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Leis das Estatais. 2017. .
199. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
200. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2017. .
201. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Processo de Contratação - Módulo II. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
202. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Entidades da Administração Pública Municipal. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
203. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
204. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
205. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
206. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
207. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
208. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
209. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
210. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
211. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
212. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
213. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratações Públicas. 2016. .
214. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo no Município III. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
215. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
216. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
217. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
218. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos e Convênios Com a Administração Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
219. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitacão II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
220. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015.

221. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
222. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
223. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas E Empresas De Pequeno Porte ? Alteração Da Lei Complementar Nº 123/2006 Pela Lei Complementar Nº 147/2014. 2015. .
224. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Treinamento De Gestão De Contratos Administrativos. 2015. .
225. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Fases, Procedimentos e Editais no curso de especialização em Direito Administrativo, promovido pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão ? COGEAE. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
226. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
227. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
228. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
229. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
230. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
231. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
232. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Participação das Micros e Pequenas Empresas nas Licitações. 2015. .
233. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
234. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Parceria Público-Privada. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
235. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Organização Administrativa do Estado. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
236. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões. 2015. .
237. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Responsabilidade Dos Membros De Comissões De Licitações. 2015. .
238. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
239. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
240. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PROCESSO ADMINISTRATIVO NO TRIBUNAL DE CONTAS. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
241. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO: RECURSOS E SANÇÕES. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
242. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO: INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
243. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PROCESSO ADMINISTRATIVO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
244. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Poder Legislativo Municipal. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
245. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novos Instrumentos De Realização Do Interesse Público ? OS, OSCIPS E ONG'S. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
246. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo No Município I. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
247. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo no Município II. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
248. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
249. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
250. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Fase Interna Da Licitação. 2014. .
251. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
252. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2014. .
253. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
254. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Fase Interna Da Licitação. 2014. .
255. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
256. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (19 de maio). 2014. (Reunião).
257. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (31 de março). 2014. (Reunião).
258. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (15 de maio). 2014. (Reunião).
259. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (13 de março). 2014. (Reunião).
260. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SERVIÇOS PÚBLICOS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
261. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2013. .
262. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
263. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO II. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
264. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO I. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
265. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG'S?. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
266. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
267. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de agosto). 2013. (Reunião).
268. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (09 de setembro). 2013. (Reunião).
269. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** 1Doc: Memorando 6.009/2025 | Anexo: 20_Docs_compactados_PAD_curriculos_e_notas_removed.pdf (83/102) 126/341

270. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de novembro). 2013. (Reunião).
271. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (04 de dezembro). 2013. (Reunião).
272. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
273. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. 2012. .
274. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG?S. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
275. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
276. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SERVIÇOS PÚBLICOS. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
277. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
278. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
279. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
280. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
281. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2012. .
282. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratações Públicas. 2012. .
283. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
284. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
285. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
286. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO (fornecedor). 2012. .
287. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2012. .
288. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2011. .
289. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS. 2011..
290. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
291. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CLÁUSULAS EXTRAVAGANTES. 2011..
292. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011..
293. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÃO, PREGÃO, CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2011. .
294. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** REQUISIÇÃO, LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS, SERVIDÃO E TOMBAMENTO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
295. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
296. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
297. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
298. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E SANÇÕES PENAIS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
299. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** RESPONSABILIDADE CIVIL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
300. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011..
301. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011..
302. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011..
303. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011..
304. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011..
305. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÉNIOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
306. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011..
307. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2011..
308. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011..
309. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011..
310. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2011..
311. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011..
312. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO E SANÇÕES. 2011..
313. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011..
314. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011..
315. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011..
316. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011..
317. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011..
318. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011..
319. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011..
320. **★ STROPPA, Christianne de Carvalho.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
321. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitacões. 2010..

322. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
323. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
324. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2010. .
325. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos. 2010. .
326. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
327. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
328. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
329. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta. 2010..
330. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações, Pregão e MPE's. 2010. .
331. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÉNIOS. 2010. .
332. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SIMPÓSIO SOBRE EDITAIS. 2010. .
333. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2010. .
334. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2010. .
335. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
336. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
337. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
338. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG'S. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
339. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação, Pregão, Registro de Preços, Contratos e Convênios. 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
340. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Pregão Presencial e Eletrônico. 2009. .
341. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta. 2009. .
342. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Pregão Presencial. 2009. .
343. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação para Gestor Público. 2009..
344. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2009. .
345. **★ STROPPA, Christianne de Carvalho.** AGENTES E SERVIÇOS PÚBLICOS. SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
346. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
347. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2009. .
348. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei Complementar 123/06. 2008. .
349. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação para Gestor Público. 2008. .
350. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2008. .
351. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
352. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Dispensa e Inexigibilidade. 2008. .
353. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos. 2008..
354. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitações. 2008. .
355. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação e Pregão Presencial. 2008. .
356. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
357. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos. 2008. .
358. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitações. 2008. .
359. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Pregão eletrônico. 2008. .
360. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008..
361. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008. .
362. **★ STROPPA, Christianne de Carvalho.** COMO POSSIBILITAR A PARTICIPAÇÃO DAS MPE'S NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS. 2008. (Manual desenvolvido para o MInistério do Planejamento, Orçamento e Gestão).
363. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** AGÊNCIAS REGULADORAS E AGÊNCIAS EXECUTIVAS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
364. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SERVIDORES PÚBLICOS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
365. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
366. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
367. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2006. .
368. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2006. .
369. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2005. .
370. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
371. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2005. .
372. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
373. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2005. .
374. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2005..
375. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2005. .
376. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2005..
377. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2004. .
378. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2004.
379. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2004. .

380. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2004. .
381. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Recursos Administrativos e Vias Judiciais. 2004. .
382. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2004. .
383. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta sem Licitação. 2004. .
384. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2004. .
385. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
386. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração de Análise de Editais. 2003. .
387. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. .
388. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
389. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
390. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
391. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
392. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. .
393. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
394. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
395. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
396. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
397. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Prático de Licitações e Contratos. 2002. .
398. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Conceitos e Práticas Avançadas de Licitação. 2002. .
399. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2002. .
400. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
401. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
402. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
403. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
404. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2002. .
405. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração de Editais. 2002. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
406. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações na prática. 1998. .
407. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações na prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/84. 1997. .
408. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitações na Prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/94. 1997. .

Patentes e registros

Patente

A Confirmação do status de um pedido de patentes poderá ser solicitada à Diretoria de Patentes (DIRPA) por meio de uma Certidão de atos relativos aos processos

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Elementos de Direito Administrativo. 2001, Brasil.
Patente: Outro. Número do registro: 274.578, título: "Elementos de Direito Administrativo" Concessão: 27/11/2002

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. CAMMAROSANO, M.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; SILVA, C. M. F. P. E.. Participação em banca de Gilvan Carneiro de Andrade Filho. A responsabilidade do agente público em face do artigo 37 §6º da Constituição federal : uma análise principiológica. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. CAMMAROSANO, M.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; PEREIRA, F. H. U.. Participação em banca de Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes. O controle exercido pelo Tribunal de contas da União em matéria de contratações públicas e a Lei n. 14133/2021. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Qualificações de Mestrado

1. CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; OLIVEIRA, J. R. P.. Participação em banca de Felipe Miranda Ferrari Picolo. Prorrogação antecipada dos contratos de concessão de serviço público. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. ZOCKUN, M. G. P.; CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Matheus Volponi Xavier de Sá Santos. Procedimento administrativo para identificação de parcerias em oportunidades de negócio. 2022.

Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

3. CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; PELEGRINI, M.. Participação em banca de Gabriela Duque Poggi de Carvalho. O controle dos contratos administrativos pelo tribunal de contas da união. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. OLIVEIRA, J. R. P.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes. Efetividade dos direitos constitucionais no processo de controle das contratações públicas. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
5. CAMMAROSANO, M.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; CAMARA, J. S. D. A.. Participação em banca de Ana Cristina Fecuri. Lei geral de licitações. Falhas em projetos básicos e as alterações qualitativas em contratos de obras de infraestrutura. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Adriana Ramos Dos Santos. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Antonio Carlos Migrone. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Néjela Cristina Pedro Targhetta. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Paulo de Tarso augusto Junior. Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de aperfeiçoamento de Oficiais I) - Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Eduino Orione Borges.O processo licitatório da lei nº 13.303/2016 ? Lei das estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; GROTTI, D. A. M.. Participação em banca de Victor Silveira Martins. Atividade Econômica Do Estado - Licitações nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica à Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; DAL POZO, A. N.. Participação em banca de Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira. Acordo De Leniência Na Lei Anticorrupção (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; DAL POZO, A. N.. Participação em banca de Bibiana Helena Freitas Camargo. O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Isabela De Fátima Lhano. A Excessão Do Contrato Não Cumprido Pela Administração. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Sueli Lefort. Responsabilidade Do Estado Para Com Os Recém-Nascidos De Mães Usuárias De Drogas Ilícitas. 2011 - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Franciano Fabricio de Araujo. Eutanásia ? Quando A Morte É Um Passaporte Para A Liberdade. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Juliana Dos Santos Melo. Concessão De Uso Especial Para Fins De Moradia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Paola Piva Lorca. Projeto De Lei Complementar Nº 92/2007 E As Organizações Sociais - A Hipertrofia Da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Lucila De Almeida Magalhães Lobo. O Regime Democrático Nas Relações De Poder: Legalidade, Legitimidade E O Mercado Político. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Marcelo Geraldo da Silva. Licitações - Pregão. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de João Batista De Almeida Sobrinho. Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários E Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Nivia Cristina Fonseca. Direito Eleitoral. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Oswaldo Turina Junior. Controle de Constitucionalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Ronaldo Rapini Barbosa. Lei De Improbidade Administrativa: Dos Atos Que Atentam Contra Os Princípios Da Administração Pública. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.

16. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Daniel Dias Peres.A Modalidade De Licitação Pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
17. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Vania Bernadete Maschi.Processo Legislativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
18. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Daniele Garavello Martinez.Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
19. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Carlos Eduardo Donadelli Grechi.O Equilíbrio Econômico-Financeiro Dos Contratos Administrativos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
20. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Lílian Cristina Zocaratto.O Poder De Polícia Das Comissões De Especialistas Do MEC. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Marcos Antônio da Silva.Concurso Público: Aspectos Jurídicos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho;** BITTAR, Marcelo Buczek; SANTOS, Aloísio dos. Participação em banca de Fernando.Agência Nacional de Saúde Suplementar. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Cidade de São Paulo.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Comissão do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio ?Sergio de Andréa Ferreira, no XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Julgamento de uma Concorrência Pública. 2000. Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. CARREIRA DE COMPRADOR PÚBLICO E ESTRATÉGIAS DE REMUNERAÇÃO: O QUE É POSSÍVEL??, ?TALK SHOW? e OFICINA: APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA ME/EPP: LC Nº 123/2006 X ART. 4º DA NLL. 2023. (Congresso).
2. 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. A INDICAÇÃO DE MARCA E O PROCESSO DE VEDAÇÃO. 2023. (Congresso).
3. 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. PREGÃO E CONCORRÊNCIA NA NLL: FACES DA MESMA MOEDA?? e OFICINA: APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA ME/EPP: LC Nº 123/2006 X ART. 4º DA NLL. 2022. (Congresso).
4. 1º CONGRESSO BRASILEIRO PARA PREGOEIROS E AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PAPEL DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE NA NLLC. 2022. (Congresso).
5. 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE COMPRAS PÚBLICAS. IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS PRÁTICO-OPERACIONAIS NA FASE INTERNA DAS LICITAÇÕES? e PALESTRA: O NOVO PERFIL DO COMPRADOR PÚBLICO. 2022. (Congresso).
6. II Congresso rondoniense de direito administrativo. Impressões sobre a nova lei de licitação. 2022. (Congresso).
7. XXIII Congresso paranaense de direito administrativo. Extinção dos contratos administrativos. 2022. (Congresso).
8. XXXVI Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. Participação popular em licitações e contratações públicas. 2022. (Congresso).
9. 1º Congresso brasileiro para pregoeiros e agentes públicos envolvidos em licitações e contratos. O papel dos agentes responsáveis pelo controle na NLLC. 2021. (Congresso).
10. 1º CONGRESSO BRASILEIRO PARA PREGOEIROS E AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PAPEL DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE NA NLLC. 2021. (Congresso).
11. A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.A FASE DE HABILITAÇÃO. PROCEDIMENTO E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO. RECURSOS ADMINISTRATIVOS. 2021. (Outra).
12. Diálogo a nova lei de licitações e contratos, promovida pela Escola de Contas e Gestão do TCE/RJ.A nova lei de licitações e contratos ? planejamento das contratações públicas e as novidades trazidas pela nova lei. 2021. (Seminário).
13. Evento Elas Na Licitação - BLL Compras.Contratação de facilities. 2021. (Seminário).
14. EVENTO - NOVA LEI DE LICITAÇÕES.MODALIDADES E TIPOS DE LICITAÇÃO. 2021. (Outra).
15. Evento Nova Lei De Licitações, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA.Modalidades e Tipos de Licitação. 2021. (Seminário).
16. III Seminário De Governança E Gestão De Contratações No Poder Judiciário.Painel 2: Gestão de riscos e controle na nova lei de licitações. 2021. (Seminário).
17. III SEMINÁRIO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO.PAINEL 2: GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Seminário).

- 18.** Live ? Conversando com o gestor - Escola de Contas do TCE/AL.Os tribunais de contas e os impasses mais identificados nos municípios. 2021. (Seminário).
- 19.** Palestra no evento Nova lei de licitações - IBDA.Modalidades E Tipos De Licitação. 2021. (Outra).
- 20.** Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Concessão da zona azul: um exemplo prático da importância do controle externo. 2021. (Seminário).
- 21.** Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.CONCESSÃO DA ZONA AZUL: UM EXEMPLO PRÁTICO DA IMPORTÂNCIA DO CONTROLE EXTERNO. 2021. (Outra).
- 22.** Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2021. (Outra).
- 23.** Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LEI Nº 14.133/2021)?,. 2021. (Outra).
- 24.** Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Planejamento na administração pública (lei nº 14.133/2021). 2021. (Outra).
- 25.** Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Papel da assessoria jurídica nas contratações públicas. 2021. (Outra).
- 26.** Palestra online promovida pela Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.O ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO. 2021. (Outra).
- 27.** Palestra online promovida pela Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.O órgão de assessoramento jurídico. 2021. (Outra).
- 28.** palestra online promovida pela Escola de Contas do TCE/AL.RECURSOS, IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS. 2021. (Outra).
- 29.** Palestra online promovida pela Escola de Contas do TCE/AL.Recursos, impugnação e esclarecimentos. 2021. (Outra).
- 30.** Palestra online promovida pela IMED Passo Fundo.O PAPEL DO ASSESSOR JURÍDICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
- 31.** Palestra online promovida pela IMED Passo Fundo, Porto Alegre.O papel do assessor jurídico na nova lei de licitações. 2021. (Outra).
- 32.** palestra online promovida pela Negócios Públicos.CONTRATOS ABERTOS OU INCOMPLETOS. 2021. (Outra).
- 33.** Palestra online promovida pela Negócios Públicos.OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA JURISPRUDÊNCIA DO TCU. 2021. (Outra).
- 34.** Palestra online promovida pela Negócios Públicos.Contratos abertos ou incompletos. 2021. (Outra).
- 35.** Palestra online promovida pela Negócios Públicos.Os contratos administrativos na jurisprudência do TCU. 2021. (Outra).
- 36.** Palestra online promovida pela OAB/BA.Pontos críticos da nova lei de licitações. 2021. (Outra).
- 37.** Palestra online promovida Pela OAB/BA.?PONTOS CRÍTICOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
- 38.** Palestra online promovida pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA.A FASE DE HABILITAÇÃO: O QUE MUDA? (Debate 7). 2021. (Outra).
- 39.** Palestra online promovida pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA.A fase de habilitação: o que muda? (debate 7),. 2021. (Outra).
- 40.** palestra ONLINE promovida pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul ? USCS.O PAPEL DO ASSESSOR JURÍDICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
- 41.** Palestra online promovida pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul ? USCS.O papel do assessor jurídico na nova lei de licitações. 2021. (Outra).
- 42.** Palestra online promovida pelo Centro de Estudos da PGE/PE.Discussão sobre a nova lei de licitações. 2021. (Seminário).
- 43.** Palestra online promovida pelo Centro de Estudos da PGE/PE.DISCUSSÃO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
- 44.** Palestra online promovida pelo CONSAD/MG.Agente de contratação. 2021. (Outra).
- 45.** Palestra online promovida pelo Portal L&C.ASPECTOS RELEVANTES SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO PL 4253/2020. 2021. (Outra).
- 46.** Palestra online promovida pelo Portal L&C.Aspectos relevantes sobre contratos administrativos no PL 4253/2020. 2021. (Outra).
- 47.** Palestra online realizada no evento A nova lei de licitações e contratos administrativos TRF4.A fase de habilitação. Procedimento e encerramento da licitação. Recursos administrativos. 2021. (Outra).
- 48.** Palestra online realizada no evento DIÁLOGO ?A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ? PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVIDADES TRAZIDAS PELA NOVA LEI. 2021. (Outra).
- 49.** SÉRIE DE LIVES ? CONVERSANDO COM O GESTOR.?OS TRIBUNAIS DE CONTAS E OS IMPASSES MAIS IDENTIFICADOS NOS MUNICÍPIOS. 2021. (Outra).
- 50.** SIAUD-JUD Fórum permanente de auditoria do poder judiciário.Painel: desafios da nova lei de licitações e contratos. 2021. (Outra).
- 51.** SIAUD-JUD FÓRUM PERMANENTE DE AUDITORIA DO PODER JUDICIÁRIO.PAINEL: DESAFIOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2021. (Outra).
- 52.** WEBINAR: ETP E TR NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (Prof. Marcus Alcantara), promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.mediadora e organizadora. 2021. (Seminário).
- 53.** XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo IBDA ? AASP: Direito Administrativo e Inovação: crise e soluções. Inovações da nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) Parte I. 2021. (Congresso).
- 54.** 10º Encontro do Webinar: Adesão do Brasil ao GPA/OMC: Compras Governamentais e Reforma das Licitações.Debatedora - Reforma do sistema brasileiro de licitações e compras governamentais. 2020. (Encontro).
- 55.** Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA/AASP. O ?compliance? nos Poderes públicos. 2020. (Congresso).
- 56.** CURSO 1º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: DIÁLOGOS EM LOGÍSTICA PÚBLICA NO COMBATE À PANDEMIA, promovido na modalidade à distância pela 3R Capacita. 2020. (Seminário).
- 57.** CURSO 2º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: INTEGRIDADE NO SETOR PÚBLICO ? A CONFIANÇA COMO BEM PÚBLICO NACIONAL. 2020. (Seminário).

- 58.** CURSO COMPLETO ? CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DO CORONAVÍRUS, promovido na modalidade à distância por Ronny Charles Lopes de Torres. 2020. (Outra).
- 59.** CURSO COMPLETO ? LEI DO CORONAVÍRUS (LEI 13.979/20), promovido na modalidade à distância pela CP Iuris. 2020. (Outra).
- 60.** Desafios do direito público econômico no Brasil, proferida pelo Prof. Carlos Ari Sundfeld, transmitida pelo YOUTUBE, promovida pelo curso de Pós-Graduação em Direito Econômico e Regulatório do Instituto de Direito da PUC-Rio. 2020. (Outra).
- 61.** Diálogos Sobre Contratação Pública Na Época Pandêmica: Europa ? Brasil.Sustentabilidade E Contratação Pública No Brasil. 2020. (Outra).
- 62.** Diálogos Sobre Contratação Pública Na Época Pandêmica: Europa ? Brasil, Promovida Pela Associação Nacional Dos Procuradores Dos Estados E Do Distrito Federal.Sustentabilidade e Contratação Pública No Brasil. 2020. (Encontro).
- 63.** Direito Administrativo na visão Delas - IBDA.A Reforma Nos Modelos De Relacionamento/Execução Das Atividades Administrativas ART. 37-A. 2020. (Seminário).
- 64.** Direito Administrativo na visão Delas - IBDA.A REFORMA NOS MODELOS DE RELACIONAMENTO/EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS ART. 37-A. 2020. (Outra).
- 65.** Direito administrativo sancionador ? processo administrativo sancionador dos órgãos reguladores palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Seminário).
- 66.** Direito em pauta: direito administrativo e o desafio dos princípios da lindb (ONLINE), promovido pelo IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Outra).
- 67.** Evento - Direito Administrativo Na Visão Delas, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA, com o apoio da UniBrasil, do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA) e da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PR.A Reforma Nos Modelos De Relacionamento/Execução Das Atividades Administrativas ART. 37-A. 2020. (Seminário).
- 68.** FACILITIES, promovido ONLINE pela InfraFM Centro-Oeste. 2020. (Outra).
- 69.** I Congresso de Estudos em direito das licitações e contratos públicos. Estudos em direito das licitações e contratos públicos. 2020. (Congresso).
- 70.** I Congresso Digital COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. 2020. (Congresso).
- 71.** III Conferência dos Procuradores do Estado de Rondônia (ONLINE) - Administração pública em tempos de crise. 2020. (Simpósio).
- 72.** Lei complementar 173: impactos nos municípios, promovido ONLINE pelo Curso de Especialização em Direito Municipal da FDRP-USP. 2020. (Outra).
- 73.** Live - Conexão portal 14 - Solução de impasses no pregão: a visão das Portal de Compras Públicas.Solução de impasses no pregão: a visão das. 2020. (Outra).
- 74.** Live - Estimativa de preços - IN73: repercussão no pregão. 2020. (Outra).
- 75.** Live - IN 73/2020, promovido pela Negócios Públicos. 2020. (Outra).
- 76.** O coronavírus e as obras públicas (ONLINE), promovido pela empresa Con Treinamentos. 2020. (Outra).
- 77.** Palestra: Prestação de contas ? nova regulamentação da IN ? TCU 84/2020 (ONLINE), promovida pela Escola Superior do TCU. 2020. (Outra).
- 78.** Palestra (ONLINE) - Licitação sustentável promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo. 2020. (Outra).
- 79.** Palestra - Direito administrativo sancionador ? desafios e perspectivas no direito administrativo sancionador palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
- 80.** Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo IADA ? Instituto Amazonense de Direito Administrativo.- Os tribunais de contas e o controle da legitimidade dos atos administrativos. 2020. (Outra).
- 81.** Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo escritório Pиронти Advogados.A importância da igualdade de gênero nos eventos e participações institucionais. 2020. (Outra).
- 82.** Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo IDAMS ? Instituto de Direito Administrativo do Mato Grosso do Sul.- As novidades do pregão eletrônico ? decreto federal nº 10.024/2019. 2020. (Outra).
- 83.** Palestra ONLINE em Comemoração aos 18 anos da modalidade de licitação pregão ? Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2020.A modalidade pregão na lei das estatais. 2020. (Outra).
- 84.** Palestra ONLINE Promovida Pela Universidade Municipal De São Caetano Do Sul ? USCS.Contratações Públicas E A Covid-19. 2020. (Outra).
- 85.** palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção da PUC/SP.CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2020. (Outra).
- 86.** Palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção da PUC/SP, palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção. 2020. (Outra).
- 87.** Palestra Online Promovida Pelo Grupo Direito E Corrupção Da PUC-SP.Contratações Públicas. 2020. (Outra).
- 88.** Palestra ONLINE promovida pelo Núcleo Discente de Direito Administrativo ? NUDDA da Universidade Federal do Paraná - UFPR.A atuação do controle externo em meio à pandemia. 2020. (Outra).
- 89.** Palestra ONLINE promovida pelo Portal Licitações Municipais.Prerrogativas das MPEs nas licitações públicas. 2020. (Outra).
- 90.** Palestra ONLINE - Requisições administrativas durante a pandemia promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU/MG. 2020. (Outra).
- 91.** Palestra promovida pela empresa Conceito.A Visão Do Tribunal De Contas Sobre A Nova Lei De Licitações. 2020. (Outra).
- 92.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Contratações públicas e o coronavírus. 2020. (Seminário).
- 93.** Reequilíbrio econômico-financeiro: desafios e perspectivas palestram transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
- 94.** Reforma administrativa na visão das.A Reforma nos modelos de relacionamento/execução das atividades administrativas art 37-A. 2020. (Outra).
- 95.** Seminário: Atualidade Das Contratações Públicas - Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU.Atualidade Das Contratações Públicas. 2020. (Seminário).
- 96.** Simpósio: aspectos controversos da declaração de direitos de liberdade econômica ? MP 881/2019, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. 2020. (Simpósio).

- 97.** Teoria da imprevisão nos contratos administrativos palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
- 98.** Terceirização e responsabilidade dos agentes públicos em tempos de pandemia palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU da 3ª Região. 2020. (Outra).
- 99.** V Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. 2020. (Congresso).
- 100.** Webinar: A experiência do decreto 10.024/2019 e os desafios do pregão eletrônico, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
- 101.** Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.3030/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli).Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.3030/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais. 2020. (Seminário).
- 102.** Webinar: como elaborar um termo de referência com excelência, promovido pela Multiplica Conhecimento. 2020. (Outra).
- 103.** WEBINAR: ETP E TR NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.mediadora e organizadora. 2020. (Seminário).
- 104.** Webinar: governança e planejamento nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
- 105.** Webinar: o controle das contratações públicas em tempos de pandemia, promovido pelo Portal L&C.Debatedora - o controle das contratações públicas em tempos de pandemia. 2020. (Seminário).
- 106.** Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC.Organizadora. 2020. (Seminário).
- 107.** Webinar: pesquisa de preços nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
- 108.** Webinar: Planilha de custos de serviços terceirizados, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
- 109.** Webinário Letaci : Regulação Do Setor De Saneamento Básico Em Tempos De COVID-19, promovido pelo Laboratório de Estudos Institucionais ? LETACI, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ. 2020. (Seminário).
- 110.** Webpalestra - Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas- IADA.Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas. 2020. (Outra).
- 111.** Webseminário ? Contratos Administrativos De Terceirização.Debatedora Contratos Administrativos De Terceirização , promovido pela ESA OAB-RJ ? Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro. 2020. (Seminário).
- 112.** Webseminário ? Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O PL 2139/20 Do Senado Federal.Debatedora - Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O PI 2139/20 Do Senado Federal?, promovido pelo Grupo de Estudos ? O Direito em Tempos de Covid-19, do IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Seminário).
- 113.** XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. O COMPLIANCE NOS PODERES PÚBLICOS. 2020. (Congresso).
- 114.** XXXIV Congresso Brasileiro De Direito Administrativo, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. O Compliance Nos Poderes Públicos. 2020. (Congresso).
- 115.** Café com Mediação.A Consensualidade Na Administração Pública Como Instrumento De Economia E Eficiência E A Importância Dos Órgãos De Controle. 2019. (Encontro).
- 116.** Compreendendo Os Dispute Boards.Mediadora. 2019. (Outra).
- 117.** Conferência: Sistema De Controle Externo No Estado Democrático De Direito?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. 2019. (Simpósio).
- 118.** Desafio Da Política De Integridade Nas Empresas Públicas.Mediadora. 2019. (Outra).
- 119.** I Jornada De Direito Administrativo.Professora Especialista - Comissão 1 ? Regime Jurídico Administrativo, realizada pelo Centro de Estudos Judiciais do Conselho da Justiça Federal. 2019. (Outra).
- 120.** Palestra no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública, pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
- 121.** Palestra promovida no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública.O direito administrativo sancionador no âmbito do controle interno e externo. 2019. (Outra).
- 122.** Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Fórum Discussão De Licitações. 2019. (Outra).
- 123.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
- 124.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A nova lei de licitações ? PL Nº 1.292/1995. 2019. (Outra).
- 125.** Palestra promovida pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.PAINEL ? Nova Lei De Licitações. 2019. (Outra).
- 126.** Palestra promovida por RHS Licitações, para a empresa Roche Diagnóstica Brasil.Licitações Públicas ? Novidades (Lei Anti Trust). 2019. (Outra).
- 127.** Seminário: Boas Práticas De Auditoria Dos Tribunais De Contas Do Brasil ? Análise De Dados: A Inteligência Artificial A Favor Dos Tribunais De Contas. 2019. (Seminário).
- 128.** Seminário IASP e ABRADADE.Presidente de Mesa - O processo administrativo e a participação do administrado na formação das decisões administrativas. 2019. (Seminário).
- 129.** XVII Semana Jurídica ? TCESP.Possível alterações na lei de licitações. 2019. (Outra).
- 130.** XXXIII Congresso brasileiro de direito administrativo - IBDA. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02. 2019. (Congresso).
- 131.** Curso internacional: estruturação, implementação e gestão de projetos de infraestrutura, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. 2018. (Outra).
- 132.** Debate promovido por RHS Licitações, para a SABESP ? Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.Debatedora - Discussão Sobre Dúvidas Acerca Da Lei Das Estatais. 2018. (Outra).
- 133.** I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.Painel 1: Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Seminário).
- 134.** I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.palestrante, promovido pela Escola Pública de Trânsito ? EPT do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo. 2018. (Seminário).
- 135.** Oficina Sobre a Lei 13.655/18.Lei 13.655/18. 2018. (Oficina).

- 136.** Palestra promovida na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS.A Importância Do Compliance Na Contratação Das MPEs. 2018. (Outra).
- 137.** Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Pregão, Contratos, Lei Anticorrupção E Novidades. 2018. (Outra).
- 138.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
- 139.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Compatibilização Das Políticas Públicas Na Licitação. 2018. (Outra).
- 140.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
- 141.** Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE), promovido na modalidade à distância pelo Instituto Serzedello Correa ? Escola Superior do Tribunal de Contas da União.Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE). 2018. (Seminário).
- 142.** Seminário - Diálogo público discussão do projeto de lei nº 7448/2017 ? altera a lei de introdução às normas do direito brasileiro e inui disposições sobre segurança e eficiência na criação e na aplicação do direito público. 2018. (Seminário).
- 143.** Seminário Impacto Da Lei 13.655/18, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales.Seminário Impacto Da Lei 13.655/18. 2018. (Seminário).
- 144.** Seminário internacional: 30 anos da Constituição de 1988?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. 2018. (Seminário).
- 145.** Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões.Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões. 2018. (Outra).
- 146.** XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I. 2018. (Congresso).
- 147.** Conferências em Direito Público em Homenagem à Professora Dra. Maria Garcia: Questões Contemporâneas em Direito Constitucional e em Direito Administrativo. 2017. (Outra).
- 148.** Conferência sobre governança e planejamento estratégico em tribunais de contas. 2017. (Outra).
- 149.** Curso para gestores públicos em parceiras público-privadas e concessões. 2017. (Outra).
- 150.** II Ciclo de Palestras - Tribunal de Contas do Município de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo.A lei das estatais (lei federal nº 13.303/2016) e o controle: o que muda na atuação e no controle das empresas estatais. 2017. (Outra).
- 151.** I Seminário de Direito Administrativo.Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Seminário).
- 152.** Palestra IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo, Grupo Público da FGV Direito ? SP e SBDP ? Sociedade Brasileira de Direito Público.Direito administrativo e política na prevenção da corrupção. 2017. (Outra).
- 153.** Palestra para Eurofarma.Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Outra).
- 154.** Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Outra).
- 155.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
- 156.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A Fase Interna Do Processo Licitatório No Regime Diferenciado De Contratações Públicas: Novidades. 2017. (Outra).
- 157.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
- 158.** Simpósio de direito administrativo em homenagem ao professor dr. Márcio Cammarosano. 2017. (Simpósio).
- 159.** XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO,. Membro da Comissão de Concursos de artigos Jurídicos. 2017. (Congresso).
- 160.** Ciclo De Palestras O Novo CPC e o Processo Administrativo Perante Os Tribunais De Contas, Promovido Pelo Tribunal De Contas Do Município De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Outra).
- 161.** Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010). atuando especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Intern. 2016. (Congresso).
- 162.** Debate sobre o Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013.Debatedor no Debate sobre o ?Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013?, a fim de debater e propor sugestões, promovido pela Comissão de Estudos da Lei de Licitações, instituída pelo Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP. 2016. (Outra).
- 163.** Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016, Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016. 2016. (Outra).
- 164.** Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Seminário).
- 165.** Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Outra).
- 166.** Palestra - Novo Estatuto Das Empresas Estatais E Sociedade De Propósito Específico Nas Licitações E Contratos Administrativos, Palestras Proferidas Na XIV Semana Jurídica ? TCESP, promovida Pelo Tribunal De Contas Do Estado De São Paulo. 2016. (Outra).
- 167.** 1Doc: Memorando 6.009/2025 | Anexo: 20_Docs_compactados_PAD_curriculos_e_notas_removed.pdf (92/102) 135/341

Palestra Novo Sistema De Jurisprudência Do TCMSP, Promovida Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).

- 168.** Palestra O Papel Estratégico Da Comunicação Social No Controle Externo, Promovida Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
- 169.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Abordagem normativa das parcerias em Saúde. 2016. (Outra).
- 170.** Seminário 'Revisão do marco legal de licitações e contratações públicas no Brasil', pela APDA - Associação Paulista de Direito Administrativo e pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo. A Revisão Na Legislação De Licitações E Contratações Públicas: O Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013. 2016. (Seminário).
- 171.** Seminário A Constitucionalização Do Direito Administrativo E Seu Reflexo Nas Licitações E Contratos Administrativos, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo,. 2016. (Seminário).
- 172.** Seminário A Nova Lei De Responsabilidade Das Estatais, promovido Pela Elo Consultoria Empresarial E Produção De Eventos. 2016. (Seminário).
- 173.** Seminário Concessão E Parcerias Público-Privadas, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Seminário).
- 174.** Seminário O Novo CPC e o Processo Administrativo, Promovido Pelo IASP ? Instituto Dos Advogados De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Seminário).
- 175.** Seminário Securitização De Dívida Ativa, promovido pela Inova Seminários. 2016. (Seminário).
- 176.** Workshop Lei Anticorrupção 'Regras Para O Setor Público E Privado', Promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
- 177.** XXX Congresso Brasileiro De Direito Administrativo - promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. 2016. (Congresso).
- 178.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).
- 179.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura de Catanduva.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
- 180.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura Municipal de Curitiba e Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná - HEMEPAR.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
- 181.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - UNICAMP.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
- 182.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Universidade Estadual de Londrina - UEL.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
- 183.** 42º Congresso Brasileiro de Analises Clínicas - SBAC. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).
- 184.** IV Congresso Paulista De Direito Administrativo: Controle, Infração E Sanção No Direito Administrativo - Homenagem Ao Professor Geraldo Ataliba. Controle das Parcerias na Administração Pública ? Oss e OSCIPs. 2015. (Congresso).
- 185.** Licitações e Contratos - Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Licitações e Contratos. 2015. (Seminário).
- 186.** RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo - conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo. 2015. (Seminário).
- 187.** Seminário - Contratos de Gestão de Saúde: Visão Atual e Perspectivas. Debatedor - Aspectos Jurídicos dos Contratos de Gestão ? Legislação Vigente. 2015. (Seminário).
- 188.** Aspectos Relevantes sobre o RDC. Aspectos Relevantes sobre o RDC. 2014. (Outra).
- 189.** Palestrante - Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte. Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte. 2014. (Outra).
- 190.** Temas Relevantes sobre o PLS 559/20113, para o Grupo CCR. Temas Relevantes sobre o PLS 559/20113. 2014. (Seminário).
- 191.** Temas Relevantes sobre o RDC, para o Grupo CCR. Temas Relevantes sobre o RDC. 2014. (Seminário).
- 192.** 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Debatedor - Regime diferenciado de contratações públicas (RDC). 2013. (Congresso).
- 193.** 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Mediadora - Parcerias público-privadas (PPPs). 2013. (Congresso).
- 194.** O RDC (Regime Diferenciado De Contratações Públicas). LICITAÇÃO ? INTRODUÇÃO ATÉ O INSTITUTO DO RDC. 2013. (Outra).
- 195.** XIX Seminário de Atualização de Normas e Controle Externo. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2013. (Seminário).
- 196.** XXVII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2013. (Congresso).
- 197.** Fase Interna Da Licitação. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. 2012. (Outra).
- 198.** Jornada de Direito Administrativo. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NO RDC. 2012. (Outra).
- 199.** Pregão Eletrônico. Pregão Eletrônico. 2012. (Outra).
- 200.** Sistema De Registro De Preços, MPE?S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional. SSistema De Registro De Preços, MPE?S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional. 2012. (Encontro).
- 201.** XII Seminário Internacional De Compras Governamentais. RDC Como Garantir A Participação Dos Pequenos Negócios. 2012. (Seminário).
- 202.** IV Fomento Nacional 2011. O RDC é Um Bom Referencial Para Um Novo Código De Licitações?. 2011. (Outra).
- 203.** Jornada De Estudos - NDJ, Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).
- 204.** Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações. Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações. 2011. (Encontro).
- 205.** Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).
- 206.** Seminário promovido pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo. Presidente da Mesa - O Novo Marco Legal Das Empresas Estatais: O Que Muda Com A Lei Federal Nº 13.303/2016. 2011. (Seminário).
- 207.** XXV Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2011. (Congresso).
- 208.** 10º Fórum de Debates Sobre as Compras Governamentais & 1ª Mostra de Produtos Sustentáveis. LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2010. (Outra).
- 209.** Congresso Internacional De Contratações Públicas Sustentáveis. 2010. (Congresso).

- 210.** LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE?S.LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE?S. 2010. (Encontro).
211. Sanções Administrativas.Sanções Administrativas. 2010. (Encontro).
212. Curso de Atualização em Direito Administrativo.Sistema de Registro de Preços. 2009. (Outra).
213. Curso de Licitação Sustentável. 2009. (Seminário).
214. V Simpósio Regional de Licitações, Contratos e Controle dos Atos Administrativos.Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. 2009. (Simpósio).
215. Fomenta - Encontro de Oportunidades Para Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais.Temas Polêmicos e Estratégias em Licitações. 2008. (Encontro).
216. Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) Nas Licitações.Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) Nas Licitações. 2008. (Encontro).
217. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações.Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações. 2008. (Outra).
218. Licitações e Contratos Administrativos.Licitações e Contratos Administrativos. 2007. (Outra).
219. Seminário Nacional de Direito Público.Aspectos Controvertidos do Mandado de Segurança. 2007. (Seminário).
220. 7º Seminário Internacional de Compras Governamentais.Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPE's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Seminário).
221. Curso Anual de Direito Administrativo. 2005. (Seminário).
222. Congresso Brasileiro de Direito Público. 2003. (Congresso).
223. III Congresso Brasileiro de Direito do Estado. 2003. (Congresso).
224. V Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2003. (Simpósio).
225. IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2002. (Simpósio).
226. II Congresso Brasileiro de Direito Público. 2001. (Congresso).
227. III Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2001. (Simpósio).
228. XV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2001. (Congresso).
229. I Congresso Brasileiro de Direito Público. 2000. (Congresso).
230. XIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2000. (Congresso).
231. As Transformações Recentes do Direito Administrativo. 1999. (Seminário).
232. III Congresso Sul-Americano de Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
233. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
234. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
235. A Nova Organização Administrativa. 1998. (Seminário).
236. I Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e II Jornadas de Direito Administrativo nos Países do Mercosul. 1998. (Congresso).
237. Nova Lei Ambiental. 1998. (Seminário).
238. Comissão de Licitação - Tudo que os membros devem saber. 1996. (Seminário).
239. Atualização em Licitações. 1995. (Seminário).
240. Servidores Públicos e Reforma Constitucional. 1995. (Seminário).
241. A Nova Lei de Licitações. 1994. (Seminário).
242. VIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1994. (Congresso).
243. III Congresso Internacional de Direito Administrativo. 1993. (Congresso).
244. O Novo Estatuto das Licitações. 1993. (Seminário).
245. Perspectivas do Direito para o Terceiro Milênio. 1993. (Simpósio).
246. Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos. 1993. (Simpósio).
247. XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1993. (Congresso).
248. Contratos Administrativos. 1992. (Simpósio).
249. Encontro Nacional de Valorização da Advocacia Pública. 1992. (Encontro).
250. Licitações. 1992. (Simpósio).
251. Treinamento, Prática das Licitações e Casuísma. 1992. (Simpósio).
252. Direito Administrativo. 1991. (Seminário).
253. O Processo Penal na Nova Constituição Federal. 1991. (Seminário).
254. Servidores Públicos e o Regime Único. 1991. (Seminário).
255. Temas de Direito Constitucional. 1991. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

- STROPPA, Christianne de Carvalho.** Webinar: ETP E TR Na Nova Lei De Licitações? (Prof. Marcus Alcantara). 2021. (Outro).
- STROPPA, Christianne de Carvalho.** Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC. 2020. (Outro).
- STROPPA, Christianne de Carvalho.** Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.3030/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli). 2020. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

1. Adriane da Silva Martins. Participação Popular na Administração Pública. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
2. Carlos Eduardo N Montresol. Os meios de utilização de bens públicos pelos administrados. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
3. Eduardo Lins Zorzi. Infrações de Trânsito. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
4. Elton E Fernandes. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
5. Frank Adriane G de Assis. Validade do Ato Administrativo. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
6. Jennifer Gonzales Lopes. Lei de Responsabilidade Fiscal e sua aplicação. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
7. João Batista de A Sobrinho. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
8. Marcelo Geraldo da Silva. Licitações. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Paulo de Tarso Augusto Junior. LICITAÇÃO INTERNACIONAL: APPLICABILIDADE EFETIVA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Jorge Alberto Pupin. Processo Administrativo Disciplinar - Questionamento sobre o princípio da atipicidade. 2004. 83 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Ana Luiza Lazzarini. Estágio Probatório. 2004. 82 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Karina Claudia Sodré De Aquino. Controle Judicial Dos Atos Administrativos Praticados No Exercício De Competência Discretional: Limites E Possibilidades. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Aline Emi Akiyoshi. Implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal na Lei de Licitações. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Bibiana Helena Freitas Camargo. O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
4. Daniela Hidemi Bando. O Poder de Polícia do Banco Central no Controle de Divisas e do Câmbio. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
5. Juliana Marinho de Andrade. Título do trabalho Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Responsabilidade Pós-Consumo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
6. Raphael Bittar Arruda. A inconstitucionalidade da Lei Anticorrupção: A responsabilização objetiva das pessoas jurídicas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
7. Sarah Ladeira Lucas. A Inaplicabilidade Dos Limites De Modificação Contratual Previstos Na Lei Federal N.º 8.666/93 Aos Contratos De Concessão Comum. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
8. Stephanie Pereira Ribeiro. Título do trabalho A Prestação De Serviços Públicos À Luz Do Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
9. Thalissa Nayara de Lima Terçariol. Título do trabalho Agências reguladoras e os limites do poder regulamentar: o exemplo da ANCINE. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
10. Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira. Acordo De Leniência Na Lei Anticorrupção (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
11. Victor Silveira Martins. Título do trabalho Atividade Econômica Do Estado - Licitações nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica à Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
12. Mariana Aquino Neves Coelho Silva. Os Limites Do Exercício Do Poder De Polícia Nas Atribuições Da Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
13. Tatiana F. Mendes. Consórcios Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
14. Felipe Akio De Souza Hirata. Súmula Vinculante Nº 13 ? Nepotismo Cruzado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 15.

16. Caio Teixeira de Carvalho. ALCANCE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO EM QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA FIGURA COMO CONSUMIDORA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
17. Eduardo Pimenta de Melo. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA COMO FUNÇÃO ADMINISTRATIVA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
18. Fernando Mollica Bedaque. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO: INSTRUMENTO JURÍDICO E POLÍTICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
19. Joel Vilhete D?alva Teixeira. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
20. Luiza Andrade Correa. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.079/2004 (LEI DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS). 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
21. Mariana Landini Dias de Lima Carvalho. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO NAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
22. Marina Negro Capeto. FINANCIAMENTO DE PROJETOS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
23. Paula Maria Vieira Coelho. SERVIÇOS PÚBLICOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
24. Pedro Ivo Vieira Silva. A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO COMO VERDADEIROS AXIOMA DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
25. Raphael Molina. AS INOVAÇÕES EM DIREITO ADMINISTRATIVO NA UNIÃO EUROPÉIA E O QUE PODE SER TRAZIDO AO BRASIL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
26. Robson Ramos da Silva. O TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MPE'S E A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO ? UMA FORMA DE ISONOMIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
27. Tarsila Martinho Antunes de Carvalho. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
28. Thiago Maprelian. DESAPROPRIAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, UMA LEITURA CONSTITUCIONAL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
29. Paola Piva Lorca. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2007 E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ? A Hipertrofia da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
30. Vanessa Emi Yamane. O DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO SOB A LUZ CONSTITUCIONAL. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
31. Lucila de Almeida Magalhães Lobo. O REGIME DEMOCRÁTICO NAS RELAÇÕES DE PODER: LEGALIDADE, LEGITIMIDADE E O MERCADO POLÍTICO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
32. Olivio Albino Cantao. IMISSÃO NA POSSE DOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS PARA FINS DE UTILIDADE PÚBLICA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
33. Maria Fernanda Politi Braha. A CONCESSÃO DE USO ESPECIAL DE BEM PÚBLICO E USUCAPIÃO DISFARÇADA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
34. Ana Braga Nobre Correia. O DIREITO URBANÍSTICO E AS PESSOAS PORTADORTAS DE DEFICIÊNCIA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
35. Carolina Santo Pacini. A LICITAÇÃO E A PROPOSTA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC DE INVERSÃO DAS FASES DA LEI Nº 8666/93. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
36. Giovanna MAra Garcia Bello. AGÊNCIAS REGULADORAS - PRINCIPAIS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 333/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
37. Gabriel Turra Rizaffi. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
38. Marcelo Geraldo da Silva. LICITAÇÕES - PREGÃO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
39. Marcelo Ristow. DESVIO DE FINALIDADE EM LICITAÇÕES. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 40.

- 41.** Anna Paula Nogueira. PERFIL CONSTITUCIONAL DO ARTIGO 8º DA LEI 11.079/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 42.** João Batista de Almeida Sobrinho. Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários e Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 43.** Daniel Peres. A Licitação na Modalidade Pregão. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 44.** Cássio Daniel Viana. O Sistema de Registro de Preços como alternativa para a Administração Pública. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 45.** Juliana Grangeiro Pereira. Responsabilidade Extracontratual do Estado. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 46.** Renato Gagliardi Sabo. Parcerias Público-Privadas. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 47.** Ronaldo Rapini Barbosa. Improbidade Administrativa. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 48.** Cintia Helena dos Santos. Desapropriação. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 49.** Cristiane dos Santos. Poder Normativo das Agências Reguladoras. 2004. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 50.** Marcos Antônio da Silva. Concurso Público - Aspectos Jurídicos. 2003. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 51.** Daniele Garavello Martinez. Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 52.** Carlos Eduzro Donadelli Grechi. O Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2003. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 53.** Lilian Cristina Zocarato. O Poder de Polícia das Comissões de Especialistas do MEC. 2003. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

- 1.** **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
- 2.** **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
Estado do Paraná

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, que a empresa **IAGP – Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda (INSTITUTO AGP)**, empresa estabelecida na Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 - Bairro Nossa Sra. Aparecida -Francisco Beltrão-PR, inscrita CNPJ sob nº 32.651.451/0001-85, representada pelo Senhor Eduardo Anziliero, possui capacidade técnica para prestar serviços de capacitação e treinamentos na área de Gestão Pública. A Prefeitura Municipal de Pinhais, Paraná, vem participando de cursos, simpósios, conferências e treinamentos in company.

Atestamos que todos os treinamentos foram realizados conforme a programação proposta, nos prazos estabelecidos, tendo-nos atendido com qualidade e respeito, cumprindo com todas nossas expectativas, não havendo nada que desabone sua conduta.

Pinhas, Paraná, 12 de fevereiro de 2025

Documento assinado digitalmente

gov.br LUCIANA DE AVILA
Data: 12/02/2025 15:33:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciana de Avila
Fiscal da Contratação
Departamento de Gestão de Pessoal
Secretaria Municipal de Administração

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, que a empresa IAGP – Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda, empresa estabelecida na Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 - Bairro Nossa Sra. Aparecida -Francisco Beltrão-PR, inscrita CNPJ sob nº 32.651.451/0001-85, representada pelo Senhor Eduardo Anziliero, possui capacidade técnica para prestar serviços de capacitação e treinamentos na área de Gestão Pública. O SAMAЕ, vem participando de cursos, simpósios e treinamentos in company.

Atestamos que todos os treinamentos foram realizados conforme a programação proposta, nos prazos estabelecidos, tendo-nos atendido com qualidade e respeito, cumprindo com todas nossas expectativas, não havendo nada que desabone sua conduta.

Ibiporã, Paraná 12 de março de 2024.

Atenciosamente

LILIAN DE LIMA Assinado de forma digital
PIRES:06365746 por LILIAN DE LIMA
954 PIREs:06365746954
Dados: 2024.03.12 09:48:45
-03'00'

Lilian de Lima Pires
Coordenadora de Gestão da Qualidade



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Secretaria Municipal da Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

www.esnfs.com.br

Número da Nota:

3158

Data e Hora da Emissão:

05/05/2025 09:31:52

Operador Emissor:

IAGP I. A. E.

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: **32651451000185** I.E.: **309103** Telefone: **4699708582**

Nome/Razão: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

Endereço: **RUA MINAS GERAIS, 1391 - SALA 502 ANDAR 5. - NOSSA SENHORA APARECIDA**

Município: **Francisco Beltrão** UF: **PR** e-Mail: **contato@institutoagp.com.br**

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **83102244000102** I.E.: I.M.:

Nome/Razão: **MUNICÍPIO DE GASPAR**

Endereço: **R CORONEL ARISTILIANO RAMOS , 435 - CENTRO - 89110001**

Município: **Gaspar** UF: **SC** e-Mail:

Cód.	Descrição	Val. Serviço	Desconto	Dedução	Base Cálc.	Aliq.	ISS
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. Discriminação: Referente inscrição no Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), ministrado pelos professores Daniel Ferreira, Luzardo Faria e Vivian Lima López Valle, nos dias 13 a 15 de maio de 2025, em Curitiba, ao servidor Luis Cesar Hening.	2.490,00	0,00	0,00	2.490,00	2,00000	49,80

CONTA:
Banco 756 | Agência 4342 C/C nº. 29657-0 IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA
PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.

Empresa optante pelo Simples Nacional

Total Serviços (R\$)	2.490,00
Total ISS (R\$)	49,80
Impostos (R\$)	COFINS Ret. 0,00 CSLL Ret. 0,00 INSS Ret. 0,00 IRRF Ret. 0,00 PIS Ret. 0,00 ISS (0,00) 0,00
Total Líquido (R\$)	2.490,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

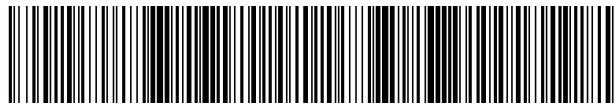
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717-2010 e Decreto 209-2011
A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado em Município de Francisco Beltrão.
Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.

DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS

PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Tv. Frei Deodato, 80, Centro - Francisco Beltrão - PR
Fone (46) 3524-5063

Autenticidade: E86DEAC2.4176F93A.92DC2603.7B551C18 (verificada em 05/05/2025 às 09:31:52)

Equiplano - NFS-e 500.2005





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Secretaria Municipal da Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

www.esnfs.com.br

Número da Nota:

3165

Data e Hora da Emissão:

07/05/2025 10:37:20

Operador Emissor:

IAGP I. A. E.

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: 32651451000185 I.E.: I.M.: 309103 Telefone: 4699708582

Nome/Razão: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

Endereço: RUA MINAS GERAIS, 1391 - SALA 502 ANDAR 5. - NOSSA SENHORA APARECIDA

Município: Francisco Beltrão UF: PR e-Mail: contato@institutoagp.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 76105626000124 I.E.: I.M.:

Nome/Razão: MUNICÍPIO DE CERRO AZUL

Endereço: R BARAO DO CERRO AZUL, 63 - Centro - 83570000

Município: Cerro Azul UF: PR e-Mail:

Cód.	Descrição	Val.Serviço	Desconto	Dedução	Base Cálc.	Aliq.	ISS
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. Discriminação: Referente inscrição no Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), ministrados pelos professores Daniel Ferreira, Luzardo Faria e Vivian Lima López Valle, nos dias 13 a 15 de maio de 2025, em Curitiba, ao servidor Fernando Von der Osten.	2.490,00	0,00	0,00	2.490,00	2,00000	49,80

CONTA:
Banco 756 | Agência 4342 C/C nº. 29657-0 IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA
PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.

Empresa optante pelo Simples Nacional

Total Serviços (R\$)	2.490,00
Total ISS (R\$)	49,80
Impostos (R\$)	COFINS Ret. 0,00 CSLL Ret. 0,00 INSS Ret. 0,00 IRRF Ret. 0,00 PIS Ret. 0,00 ISS (0,00) 0,00
Total Líquido (R\$)	2.490,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717-2010 e Decreto 209-2011
A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado em Município de Francisco Beltrão.
Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.

DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS

PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Tv. Frei Deodato, 80, Centro - Francisco Beltrão - PR
Fone (46) 3524-5063

Autenticidade: 2DCEEB6.48AE3F09.8A562143.BD16A12C (verificada em 07/05/2025 às 10:37:21)

Equiplano - NFS-e 500.2005





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Secretaria Municipal da Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

www.esnfs.com.br

Número da Nota:

3142

Data e Hora da Emissão:

29/04/2025 08:40:52

Operador Emissor:

IAGP I. A. E.

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: **32651451000185** I.E.: **309103** Telefone: **4699708582**

Nome/Razão: **IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**

Endereço: **RUA MINAS GERAIS, 1391 - SALA 502 ANDAR 5. - NOSSA SENHORA APARECIDA**

Município: **Francisco Beltrão** UF: **PR** e-Mail: **cadastro@comunelo.com.br**

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **76170257000153** I.E.: **312375**

Nome/Razão: **MUNICÍPIO DE TIBAGI**

Endereço: **PRACA LEOPOLDO MERCER, 34 - CENTRO - 84300000**

Município: **Tibagi** UF: **PR** e-Mail:

Cód.	Descrição	Val. Serviço	Desconto	Dedução	Base Cálc.	Aliq.	ISS
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. Discriminação: Referente inscrição no Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), ministrados pelos professores Daniel Ferreira, Luzardo Faria e Vivian Lima López Valle, nos dias 13 a 15 de maio de 2025, em Curitiba, a servidora Maissa Antunes Teixeira Prestes de Souza.	2.490,00	0,00	0,00	2.490,00	2,00000	49,80

Total Serviços (R\$) **2.490,00**

Total ISS (R\$) **49,80**

Impostos (R\$)	COFINS Ret. 0,00	CSLL Ret. 0,00	INSS Ret. 0,00	IRRF Ret. 0,00	PIS Ret. 0,00	ISS (0,00) 0,00
----------------	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------------	--------------------

Total Líquido (R\$) **2.490,00**

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717-2010 e Decreto 209-2011

A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado em Município de Francisco Beltrão.

Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.

DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS

PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Tv. Frei Deodato, 80, Centro - Francisco Beltrão - PR
Fone (46) 3524-5063

Autenticidade: 1E132CC0.D1990B5E.B1F86BA0.0F224A50 (verificada em 29/04/2025 às 08:40:53)

Equiplano - NFS-e 500.2005





Luciano Elias Reis

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0671444395238211>

ID Lattes: **0671444395238211**

Última atualização do currículo em 31/01/2024

Advogado. Sócio do escritório RLLAW. Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Doutor em Direito Administrativo na Universitat Rovira i Virgili - Espanha. Especialista em Direito Administrativo e em Processo Civil, ambos pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (2004). Presidente do Instituto Nacional da Contratação Pública. Presidente da Comissão de Gestão Pública, Transparência e Controle da Administração - Ordem dos Advogados do Brasil (PR) de 2013-2018. Diretor-Adjunto Acadêmico do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Professor de Direito Administrativo do UNICURITIBA (2011-2023). Coordenador da Pós-Graduação em Direito Administrativo da Escola Paranaense de Direito. Coordenador da Pós-Graduação em Licitações e Contratos da Faculdade Polis Civitas. Professor da Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos da CERS e Professor convidado da Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos da PUC-PR. Autor dos livros "Compras Públicas Inovadoras" (Editora Fórum, 2022), "Convênio Administrativo: instrumento jurídico eficiente para o fomento e desenvolvimento do Estado" (Editora Juruá, 2013), "Licitações e Contratos: Um Guia da Jurisprudência" (3. ed. Editora CONLICITAÇÃO, 2020), "Licitações e Contratos: Cases e Orientações Objetivas" (Ed. Negócios Públicos, 2017) e "CON - Coletânea de Legislação" (2. ed. Editora CON Treinamentos, 2021). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Luciano Elias Reis

Nome em citações bibliográficas

REIS, L. E.;REIS, Luciano Elias

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/0671444395238211>

Orcid iD

<https://orcid.org/0000-0001-9970-0311>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Reis & Lippmann Advogados Associados.
AV. CANDIDO DE ABREU N. 526-A, CJTO
1610
CENTRO CÍVICO
80530000 - Curitiba, PR - Brasil
Telefone: (041) 30163093
Fax: (041) 30163093
URL da Homepage: WWW.RLLAW.COM.BR

Formação acadêmica/titulação

2018 - 2020

Doutorado em Doctorado en Derecho Administrativo.
Universitat Rovira i Virgili, URV, Espanha.
com **período co-tutela** em Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Orientador: Dr. Emerson Gabardo).
Título: O dever do Estado Brasileiro de usar as licitações e os contratos administrativos para a promoção da ciência, tecnologia e inovação nacional, Ano de obtenção: 2020.
Orientador: Dr. Endrius Cocciolo.
Coorientador: Dr. Marina Rodríguez Beas.
Palavras-chave: Cum laude.

2016 - 2020

Doutorado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
com **período sanduíche** em Universitat Rovira i Virgili (Orientador: Dr. Endrius Cocciolo).
Título: O dever do Estado Brasileiro usar as licitações e os contratos administrativos para a promoção da ciência, tecnologia e inovação nacional, Ano de obtenção: 2020.
Orientador: Prof. Dr. Emerson Gabardo.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

2009 - 2011

Mestrado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
Título: Convênios administrativos como instrumentos para a eficiência do Estado e o desenvolvimento social, Ano de Obtenção: 2011.
Orientador: Prof. Emerson Gabardo.

2006 - 2007

Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO. (Carga Horária: 390h).
INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR, IDRFB, Brasil.
Título: RECURSOS ADMINISTRATIVOS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS.
Orientador: RAFAEL MUNHOZ DE MELLO.

2005 - 2006

Especialização em PROCESSO CIVIL.
(Carga Horária: 390h).
INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE
BACELLAR, IDRFB, Brasil.
Título: ARBITRAGEM: SUA
(IN)CONSTITUCIONALIDADE E SUA
NATUREZA JURÍDICA.
Orientador: RAFAEL MUNHOZ DE MELLO.

2000 - 2004

Graduação em direito.
Faculdade de Direito de Curitiba, FDC,
Brasil.
Título: O PODER VINCULANTE DA
CONSULTA TRIBUTÁRIA.
Orientador: JOÃO MARCELO TRAMUJAS
BASSANESE.

Formação Complementar

2001 - 2001

DIPLOMA BÁSICO DE ESPANHOL.
Universidad de Salamanca, USAL,
Espanha.

Atuação Profissional

Reis & Lippmann Advogados Associados, RCL, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Sócio, Carga horária: 12

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (PR), OAB-PR, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Integrante da Comissão,
Enquadramento Funcional: Integrante da
Comissão de Exame e Estágio

Outras informações

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Integrante da Comissão de Estágio e Exame de

Vínculo institucional

2019 - 2021

Vínculo: Membro Enquadramento Funcional: Consultor, Membro Consultor

**Outras
informações**

Membro Consultor da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Presidente da Comissão de Gestão Pública

**Outras
informações**

Presidente da Comissão de Gestão Pública, Transparência e Controle da Administração

Vínculo institucional

2013 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA

**Outras
informações**

Presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração

Vínculo institucional

2013 - 2013

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Representante

Outras informações

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná - na Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo

Vínculo institucional

2010 - 2012

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: MEMBRO DA COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA

Vínculo institucional

2007 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: MEMBRO DA COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA

Vínculo institucional

2006 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: MEMBRO DA COMISSÃO DE ADVOGADOS INICIANTES

Centro Universitário Curitiba, UNICURITIBA, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2023

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor

Outras informações

Professor do módulo de Licitações e Contratos da Especialização Lato Sensu em Direito Administrativo

Vínculo institucional

2011 - 2023

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 10

Outras informações

Professor de Direito Administrativo
IProfessor de Direito Administrativo
IIProfessor de Processo Administrativo

Vínculo institucional

2013 - 2013

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor

Outras informações

Professor do Módulo de Licitações Públicas e Contratos Administrativos no MBA em Gestão Pública

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA, ESA, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor convidado

Outras informações

Professor de Direito Administrativo
(Temas atuais de Direito Administrativo)

Vínculo institucional

2007 - 2013

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Outras informações

Professor de Licitações e Contratos Administrativos Professor de Lei de Responsabilidade Fiscal

Faculdade Polis Civitas, FPC, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Coordenador da Especialização,
Enquadramento Funcional: Coordenador
da Especialização

Outras informações

Coordenador da Especialização em
Licitações e Contratos

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2011

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Aluno - Pesquisador

Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, IDRB, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2022

Vínculo: Professor, Enquadramento
Funcional: Professor do Módulo de
Responsabilidade

Outras informações

Professor do Módulo de Responsabilidade
Civil do Estado

Universidade Tuiuti do Paraná, UTP, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2015

Vínculo: Professor convidado,
Enquadramento Funcional: Professor
convidado

Outras informações

Professor convidado para a Pós-
Graduação em Direito Administrativo
Disciplinar - Módulo de Regime jurídico
administrativo e legislação aplicável

2013 - 2013

Vínculo: Professor
Enquadramento Funcional: Visitante,
convidado Professor

Outras informações

Professor do módulo de Licitações Públicas e Contratos Administrativos na Especialização em Gestão e Planejamento em Políticas para a Segurança Pública

Vínculo institucional

2009 - 2011

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 6

Outras informações

Disciplinas ministradas: Direito Administrativo I, Contratos Administrativos e Direito Administrativo II

Vínculo institucional

2008 - 2009

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 12

Outras informações

Disciplinas ministradas: Direito Administrativo Aplicado, Remédios Constitucionais e Teoria Geral da Constituição

Centro Sulamericano de Ensino Superior, CESUL, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2011

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Coordenador, Carga horária: 8

Outras informações

Universidade Paranaense, UNIPAR, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2020

Vínculo: Professor de Módulo,
Enquadramento Funcional: Professor do Módulo da Pós

Outras informações

Professor do Módulo de Licitações e de Contratos

Faculdade Baiana de Direito, FBD, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2019

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor do Módulo da Pós

Outras informações

Professor do Módulo de Recursos Administrativos e Meios de Impugnação - Turma 2017 e 2018.

Centro Universitário Internacional, UNINTER, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2010

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Outras informações

PROFESSOR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE PÚBLICA (ENSINO A DISTÂNCIA), DISCIPLINA RESPONSABILIDADE FISCAL

Alleanza Instituto, ALL, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2011

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor

Faculdade de Tecnologia Internacional, FATEC, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2012

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 4

Outras informações

Professor do Módulo de Direito Administrativo do MPA em Administração Pública e Gerência de Cidades

GRUPO UNINTER, UNINTER, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2007

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Outras informações

PROFESSOR DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IN FOCO (ENSINO A DISTÂNCIA)

Curso Ordem Mais, COM, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor

Outras informações

Professor de Direito Administrativo

Vínculo institucional

2006 - 2009

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: ASSESSOR JURÍDICO

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, APPA, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2006

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: ADVOGADO, Carga horária: 40

ZENITE CONSULTORIA S/A, ZENITE, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2006

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: CONSULTOR JURÍDICO, Carga horária: 40

DIRETÓRIO ACADÊMICO CLOTÁRIO PORTUGAL, DACP, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - 2004

Vínculo: PRESIDENTE, Enquadramento Funcional: PRESIDENTE

Agência Reguladora do Paraná, AGEPAR, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Conselho Consultivo, Enquadramento Funcional: Conselheiro

Escola Paranaense de Direito, EPD, Brasil.

Vínculo institucional

Vínculo: Coordenador da Pós Graduação,
Enquadramento Funcional: Coordenador
da Pós Graduação, Carga horária: 4

**Outras
informações**

Coordenador da Pós Graduação de Direito
Administrativo

Projetos de pesquisa

2020 - 2022

Compras PÚblicas Inovadoras

Descrição: A modernização que a sociedade mundial perpassa ante os mais diversos avanços da tecnologia, da inovação e da ciência impacta também diretamente no governo dos Estados, fazendo com que a busca incessante de governo digital e governo 4.0 ou 5.0 também recaia sobre as licitações públicas e contratos da Administração Pública. Nesse cenário, imperioso se faz o estudo aprofundado das compras públicas inovadoras, tanto sob o viés das ferramentas atualmente utilizadas e as que estão sendo projetadas para viabilizar as contratações do Poder Público, quanto sob o espectro da implementação de ajustes envolvendo tecnologia, inovação e ciência. Para o escopo proposto, se faz imprescindível compreender conceitos básicos de inovação, ciência e tecnologia para posteriormente definir o que se entende por governo digital, compras públicas inovadoras, governo 4.0 ou 5.0 e instrumentais utilizados para direta ou indiretamente auxiliá-los (blockchain, big data, etc.).

Situação: Concluído; **Natureza:** Pesquisa.

Integrantes: Luciano Elias Reis - Coordenador / Marco Antônio Kurrel - Integrante / Ligia Damiani - Integrante / Vanessa Carneiro dos Anjos - Integrante / Ricardo Gonçalves Teixeira Junior - Integrante / Rodrigo Carvalho Pólli - Integrante / Gabriela Verona Pércio - Integrante / Thyago de Pieri Bertoldi - Integrante.

2016 - Atual

**Núcleo de Pesquisas em Políticas PÚblicas
e Desenvolvimento Humano - NUPED**

Descrição: De início o grupo de pesquisa explorava tanto o Direito PÚblico quanto o Privado. Em 2014 o seu âmbito de

investigação passou a ser apenas o Direito Público. Por outro lado, os temas pesquisados deixaram de referir-se apenas à atuação econômica para analisar as diferentes formas de intervenção do Estado na vida social em prol do desenvolvimento humano. No âmbito das políticas públicas são recorrentes temas como: direitos humanos, interesse público, serviços públicos e regulação. Do ponto de vista metodológico é utilizada uma abordagem interdisciplinar com interlocuções com a Sociologia e com a História. As repercussões do grupo podem ser verificadas nos currículos lattes dos integrantes. Foram publicados vários livros, capítulos de livros e artigos dos pesquisadores, bem como é extensa a lista de sua produção técnica. O grupo é fortemente internacionalizado, sendo composto fundamentalmente por três professores: Dr. Daniel Wunder Hachem, Dr. Emerson Gabardo, Dr. Luiz Alberto Blanchet..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciano Elias Reis -
Integrante / Emerson Gabardo -
Integrante / Daniel Wunder Hachem -
Coordenador / luiz alberto blanchet -
Integrante.

2012 - 2013

Atividade Empresarial e Administração Pública: Direito Administrativo
Sancionador

Descrição: Em paralelo à investigação da atividade administrativa de fomento, faz-se necessário inaugurar o estudo da outra forma de a Administração Pública dirigir comportamentos de forma a amoldá-los aos anseios coletivos, que se expressa por meio do poder de polícia e do poder disciplinar, da regulação e da regulamentação, das infrações e sanções administrativas (e do processo correlato), sejam elas gerais (de polícia, como as de trânsito, ambientais, tributárias etc.) ou especiais (como as disciplinares e as contratuais). Ou seja, assim se busca investigar o contraponto à sanção premial, qual seja a sanção desestimuladora, aquela que se apresente como uma direta e imediata consequência jurídica, restritiva de direitos, de caráter repressivo, por conta da incursão de alguém (seja pessoa física, seja pessoa jurídica) em um comportamento, típico, antijurídico e administrativamente reprovável. Demais disso, é preciso renovar a discussão acerca dos limites para o exercício da potestade sancionadora, com especial enfoque para a individualização da sanção administrativa, que reclama consideração da função social da empresa (e do contrato) e da dignidade da pessoa humana ..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (0) /
Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Luciano Elias Reis -
Integrante / Daniel Ferreira -
Coordenador.

Número de produções C, T & A: 10

2012 - 2013

Atividade empresarial e Administração Pública: fomento ao desenvolvimento nacional socialmente responsável pela via das licitações e dos contratos administrativos

Descrição: Dando continuidade à pesquisa trienal acerca do fomento estatal, o novo projeto foca o desenvolvimento nacional socialmente responsável incentivado pela via das licitações e das contratações públicas, portanto direcionado à pesquisa da inclusão social, da minimização das desigualdades, da busca pelo pleno emprego, da ressocialização do preso e do egresso, e, ainda, da incrementação da responsabilidade social empresarial...
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) /
Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Luciano Elias Reis -
Integrante / Daniel Ferreira - Coordenador
/ Júlio Henrique Santos Kasper -
Integrante / Ana Luiza Chalusnhak -
Integrante / Ana Paula Pellegrinello -
Integrante / Fernando Paulo da Silva
Maciel - Integrante / Eduardo C. Ramos
Tesserolli - Integrante / Maria Ivone
Godoy - Integrante.

2010 - 2011

Eficiência jurídico-institucional das Fundações Privadas e Desenvolvimento Socioambiental

Descrição: Tem como objeto elaborar um estudo a respeito da atual condição das normas referentes às fundações privadas no país e, pautando-se pelos problemas concretos vivenciados por estas entidades do terceiro setor, pesquisar soluções jurídicas que propugnem por uma maior eficiência de sua organização, tendo como escopo o fomento do seu desenvolvimento institucional e a facilitação das suas atividades-fim. Atividades estas que atingem diretamente a sociedade, notadamente nas áreas de saúde e educação. É um projeto integrante do Grupo de Pesquisa Regulação Econômica e Atuação Empresarial, oficialmente cadastrado no Diretório de Pesquisas do CNPq e vinculado à linha de pesquisa "Estado, Atividade Econômica e Desenvolvimento

Sustentável".
Situação: Em andamento; Natureza:
Pesquisa.

Integrantes: Luciano Elias Reis -
Integrante / Emerson Gabardo -
Coordenador.

Membro de corpo editorial

2023 - Atual

Periódico: Revista do INCP - Instituto
Nacional da Contratação Pública

2020 - Atual

Periódico: International Journal of Digital
Law

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Constitucional.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito Processual
Civil.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito Tributário.

Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2022

Menção Honrosa do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, Diretório Acadêmico Clotário Portugal e UNICURITIBA.

2022

Menção Honrosa ao Ex-Presidente do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, DACP.

2022

Menção Honrosa ao Ex-Presidente do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, UNICURITIBA.

2020

Tese defendida com CUM LAUDE, Universitat Rovira i Virgili.

2017

Menção Honrosa pela Assembleia Legislativa do Paraná, Assembleia Legislativa do Paraná.

2017

Professor Homenageado 2017, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2017

Professor Homenageado 2017.2 - M, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2017

Professor Homenageado 2017.2 - N, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2016

Professor Homenageado 2016.2, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2015

Professor Homenageado 2015.2, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2015

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

ALVES, Roberta ; **REIS, Luciano Elias** . A consolidação da arbitragem nos contratos administrativos com a nova lei de licitações: efetividade ou risco ao interesse público?. Revista Solução em Licitações e Contratos, v. 04, p. 53-70, 2021.

2.

HENRIQUE NETO, K. ; **REIS, Luciano Elias** . A arbitrabilidade objetiva do ato administrativo discricionário à luz do entendimento do STJ. Revista Lex de Direito Administrativo, v. 2, p. 33-51, 2021.

3.

STROBEL, R. ; **REIS, Luciano Elias** . Mediação na Administração Pública: da possibilidade de satisfação do crédito independente da submissão ao regime constitucional de precatórios. Revista Digital do TCEPR, v. 1, p. 55-74, 2021.

4.

REIS, Luciano Elias. O Pagamento Antecipado e o Repensar do Comportamento do Estado Comprador. Revista Colunistas do Direito do Estado, v. 458, p. 01-03, 2020.

5.

WINTER, Luis Alexandre C. ; **REIS, Luciano Elias** . O ACORDO TRIMs E A REGULAÇÃO ESTATAL PELAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PARA A PROMOÇÃO E O FOMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SOB O VIES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. Revista General de Derecho Administrativo **JCR**, v. 50, p. 1, 2019.

6.

CAVALARI, Y. A. S. ; **REIS, Luciano Elias** . A legitimidade das Câmaras Municipais para a reivindicação judicial dos repasses dos duodécimos. BOLETIM GOVERNÉT DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO MUNICIPAL, v. 96, p. 1148-1152, 2019.

7.

REIS, Luciano Elias. Despesas com pessoa no poder executivo municipal: limites e consequências. BOLETIM GOVERNÉT DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO MUNICIPAL, v. 89, p. 222-227, 2019.

8.

REIS, Fernanda R. ; **REIS, Luciano Elias** . A contribuição das agências reguladoras para a proteção dos direitos fundamentais sob a perspectiva de eficácia horizontal. JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 21, p. 1-13, 2019.

9.

CAMILO, M. ; **REIS, Luciano Elias** . O combate à corrupção no Brasil: um traço sob as perspectivas histórica e moral. JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 23, p. 63-78, 2019.

10.

KURRLE, M. A. ; **REIS, Luciano Elias** . Acordo de leniência: eficácia e aplicabilidade do instituto jurídico no combate à corrupção empresarial do Brasil. JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 23, p. 1-15, 2019.

11.

REIS, Luciano Elias; BLANCHET, Luiz Alberto . Margem de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte local e regional: uma estratégia de regulação estatal desenvolvimentista. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS **JCR**, v. 117, p. 275-320, 2018.

12.

EFING, Antônio Carlos ; **REIS, Luciano Elias** . Políticas públicas de proteção do usuário de serviços públicos. REVISTA LIBERTAS, v. 4, p. 104-119, 2018.

13.

GABARDO, Emerson ; REIS, Luciano Elias . Ciência, tecnologia e inovação como deveres públicos relativos ao estado e à sociedade civil no Brasil. REVISTA DO DIREITO (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE), v. 2, p. 38-59, 2017.

14.

REIS, Luciano Elias. As políticas públicas de quotas raciais no Brasil: necessidade, desafios e resultados. JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 499.554-499.554, 2017.

15.

REIS, Luciano Elias. Revogação da licitação pública: aspectos conceituais, procedimentais e de controle judicial (Qualis B2). Juris Plenum Direito Administrativo, v. 1, p. 63-92, 2016.

16.

GUERIOS, F. A. O. ; **REIS, Luciano Elias** . Breve análise comparativa entre os tribunais de contas do Brasil e de Portugal. Juris Plenum Direito Administrativo, v. III, p. 147-166, 2016.

17.

OLIVEIRA, Pamela D. Justen de ; **REIS, Luciano Elias** . Tendências legislativas e jurisprudenciais da licitação no Brasil. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 15, p. 50-58, 2016.

18.

BACKES, Camila ; **REIS, Luciano Elias** . A licitação pública e sua finalidade de promover o desenvolvimento nacional sustentável. Revista Juris Plenum Direito Administrativo, v. 1, p. 1-19, 2016.

19.

REIS, Luciano Elias; ANJOS, T. C. P. . Regime Diferenciado de Contratações Públicas e a publicidade do orçamento estimado (Qualis B2). Juris Plenum Direito Administrativo, v. 02, p. 101-127, 2015.

20.

REIS, Luciano Elias; CAMILO, M. . A Lei n. 12.846/13: a corrupção e a natureza jurídica da lei. *Revista de Direito Administrativo e Contemporâneo*, v. 21, p. 13-28, 2015.

21.

REIS, Luciano Elias; SIQUEIRA, R. C. C. . Parecer sobre a impossibilidade de uso do pregão para a contratação de serviços advocatícios. *Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC*, v. jun, p. 586-595, 2014.

22.

REIS, Luciano Elias. A publicidade nas licitações. *Revista de Licitações e Contratos - LICICON*, v. VII, p. 210-217, 2014.

23.

REIS, Luciano Elias. Sócios em comum e participação nas licitações. *Revista de Licitações e Contratos - LICICON*, v. VII, p. 117-125, 2014.

24.

REIS, Luciano Elias. O problema chamado pesquisa de mercado e a recente Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 05/2014. *REVISTA JML DE LICITAÇÕES E CONTRATOS*, v. VIII, p. 17-26, 2014.

25.

REIS, Luciano Elias. Julgamento dos atestados de capacidade técnica e o formalismo moderado. *Governet. Boletim de Licitações e Contratos*, v. 10, p. 838-841, 2014.

26.

REIS, Luciano Elias. O direito de acesso às licitações públicas e aos contratos administrativos. *Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal*, v. 4, p. 1253-1256, 2014.

27.

REIS, Luciano Elias. Terceirização na Administração Pública: breves reflexões críticas. *Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná*, v. 4, p. 113-122, 2014.

28.

REIS, Luciano Elias; RIBAS, M. . Limites do controle judicial no exame dos critérios de avaliação do concurso público. Revista de Direito Administrativo Contemporâneo, v. 12, p. 57-81, 2014.

29.

REIS, Luciano Elias. Dos tratados internacionais: o procedimento para a sua elaboração e a existência de pressupostos formalísticos para a concretização de uma denúncia sob o prisma da Constituição de 1988 (Qualis A2). Direito Público (Porto Alegre), v. 9, p. 97-120, 2013.

30.

REIS, Luciano Elias. Pagamento de décimo terceiro salário aos secretários municipais (Qualis B2). Juris Plenum Direito Administrativo, v. 7, p. 134-141, 2013.

31.

REIS, Luciano Elias; PASTRE, Diogo William Likes . A imprescindível defesa prévia no processo administrativo sancionador. Revista Síntese Direito Administrativo, v. 8, p. 9-23, 2013.

32.

RIBEIRO, M. C. ; **GABARDO, Emerson** ; **REIS, Luciano Elias** . As propostas de mutação no regime das fundações privadas no Brasil: desenvolvimento institucional e velamento pelo Ministério Público (Qualis A2). Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil), v. 14, p. 563, 2013.

33.

REIS, Luciano Elias. O credenciamento e o dever de respeito ao princípio da isonomia. Negócios Públicos, v. IX, p. 18-23, 2013.

34.

REIS, Luciano Elias. A dispensa de licitação com base no art. 24, inc. XIII, para concurso público e a posição do TCU. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 217, p. 253-256, 2012.

35.

REIS, Luciano Elias. Controle da Revogação na Licitação Pública. Revista Síntese Direito Administrativo, v. 7, p. 126-157, 2012.

36.

REIS, Luciano Elias. Aposentadoria especial de servidor público estadual e a competência legislativa do Governador do Estado. Revista Síntese Direito Administrativo, v. 7, p. 204-215, 2012.

37.

REIS, Luciano Elias. Visto na entidade profissional competente na fase de habilitação - exigência editalícia ilegal. Revista Síntese Direito Administrativo, v. 6, p. 197-200, 2011.

38.

REIS, Luciano Elias; NASCIMENTO NETO, J. O. . O princípio da diferença da teoria da justiça face às transferências voluntárias e à gestão associada de serviços públicos pela administração pública (Qualis B1). Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 1, p. 01-33, 2011.

39.

REIS, Luciano Elias. Os cargos em comissão e o princípio da irredutibilidade de vencimentos. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. mar/11, p. 746-748, 2011.

40.

REIS, Luciano Elias. A arbitragem e a Constituição da República de 1988. Âmbito Jurídico, v. 94, p. 1, 2011.

41.

GABARDO, Emerson ; REIS, Luciano Elias . O terceiro setor e a sustentabilidade do meio ambiente sob a luz da Constituição de 1988. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Juiz de Fora - RPGMJF, v. 1, p. 167-194, 2011.

42.

REIS, Luciano Elias. Breves considerações sobre a modalidade pregão e as obras e os serviços de engenharia. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 214, p. 1181-1183, 2011.

43.

REIS, Luciano Elias. A modulação ou limitação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade (Qualis A1). A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) **JCR**, v. 42, p. 177-190, 2010.

44.

REIS, Luciano Elias. Taxa de coleta de lixo na conta de água?. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 101, p. 449-452, 2009.

45.

★ **REIS, Luciano Elias.** O fortalecimento da consensualidade e o declínio das claúsulas exorbitantes. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 170, p. 366-371, 2008.

46.

JUNKES, R. V. ; **REIS, Luciano Elias** . Sanções administrativas em licitações. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 159, p. 473, 2007.

47.

★ **REIS, Luciano Elias.** Os limites das alterações qualitativas nos contratos administrativos (Qualis A1). A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) **JCR**, v. 25, p. 109-132, 2006.

48.

REIS, Luciano Elias. Recursos administrativos - Interface com o regime processual civil. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 130, p. 1148-1154, 2004.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

REIS, Luciano Elias. Licitações: regulamentação do novo dispositivo legal. 1. ed. Curitiba: Qualige, 2023. v. 1. 298p .

2.

3.

REIS, Luciano Elias; ARRAES, Roosevelt ; ANDRADE, Luiz Gustavo . Construindo o Estado Democrático de Direito: Governo Probo, Eleições Justas e Judiciário Responsivo. 1. ed. Curitiba: APPRIS, 2022. v. 1. 305p .

4.

REIS, Luciano Elias. Con Coletânea de legislação de licitações e contratos atualizada. 2. ed. Curitiba: Con Treinamentos, 2021. 660p .

5.

REIS, Luciano Elias. Licitações e Contratos: um guia da jurisprudência. 1. ed. São Paulo: Conlicitação, 2020. v. 1. 1338p .

6.

REIS, Luciano Elias. Con Coletânea de Legislação de Licitações. 1. ed. Curitiba: Con Treinamentos, 2020. v. 1. 660p .

7.

REIS, Luciano Elias. Con Coletânea de Legislação de Licitações e Contratos. 1. ed. Curitiba: ConnectON, 2019. v. 1. 296p .

8.

REIS, Luciano Elias. Licitações e contratos : cases e orientações objetivas. 1. ed. Curitiba: Negócios Públcos, 2017. v. 1. 256p .

9.

REIS, Luciano Elias; CHIESORIN JUNIOR, L. (Org.) . Lei das Empresas Estatais: responsabilidade empresarial e o impacto para o desenvolvimento econômico nacional. 1. ed. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, 2017. v. 1. 303p .

10.

REIS, Luciano Elias. Licitações e Contratos: um guia da jurisprudência. 2. ed. Curitiba: Negócios Públicos, 2015. v. 1. 1232p .

11.

REIS, Luciano Elias; BOURGES, F. S. (Org.) ; PESSUTI, O. M. (Org.) ; FERREIRA, Daniel. (Org.) ; MATTOS, D. (Órg.) ; BERTOLDO, E. C. (Org.) ; ROCHA, I. G. (Org.) ; CARNEIRO FILHO, J. C. (Org.) ; CHIESORIN JUNIOR, L. (Org.) ; PANKO, L. (Org.) ; ORTOLAN, M. A. B. (Org.) ; Shiohara, Mariana (Org.) ; CORTES, R. D. (Org.) ; MOTTA, R. D. S. (Org.) ; SIQUEIRA, R. C. C. (Org.) ; CASTRO, R. P. A. (Org.) ; VIOLIN, T. C. (Org.) ; BREUS, T. L. (Org.) ; TESSEROLLI, E. C. R. (Org.) . Cartilha de Controle Social da Gestão Pública Paranaense. 1. ed. Curitiba: OABPR, 2014. v. 1. 60p .

12.

★ **REIS, Luciano Elias.** Convênio Administrativo: instrumento jurídico eficiente para o fomento e desenvolvimento do Estado. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2013. 300p .

13.

REIS, Luciano Elias. Licitações e Contratos: um guia da jurisprudência. 1. ed. Curitiba: Editora Negócios Públicos, 2013. 972p .

14.

RIBEIRO, M. C. (Org.) ; **GABARDO, Emerson** (Org.) ; **REIS, Luciano Elias** (Org.) . Anais do Prêmio 5 de junho 2011: Sustentabilidade na Administração Pública. 1. ed. Curitiba: Negócios Públicos, 2011. v. 1. 339p .

15.

DOTTA, Alexandre Godoy (Org.) ; HACHEM, Daniel Wunder (Org.) ; **REIS, Luciano Elias** (Org.) . Anais do I Seminário Italo-Brasileiro em Inovações Regulatórias em Direitos fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade e VI Evento de Iniciação Científica da UniBrasil. 1. ed. Curitiba: Negócios Públicos, 2011. v. 1. 561p .

Capítulos de livros publicados

1.

FERREIRA, Daniel. ; **REIS, Luciano Elias** . Análise financeira versus análise econômica: uma visão sistêmica da contratação administrativa. In: GABARDO, Emerson; ZOCKUM, Mauricio. (Org.). Nova Leis: Promessas de um futuro melhor?. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2023, v. , p. 245-256.

2.

REIS, Luciano Elias. As sanções administrativas e a nova lei: em busca de um cenário racional para penalizar agentes infratores e proporcionar segurança jurídica ao ambiente das compras públicas. In: SCHIER, Adriana; ANDRADE, Giulia; VALLE, Vivian Cristina Lima López. (Org.). Nova Lei de Licitação e Contratação Pública: em homenagem ao Prof. Dr. Edgar Guimarães. 1ed.Curitiba: Ithala, 2023, v. , p. 311-326.

3.

REIS, Luciano Elias. A relevância do dispute board como ferramenta de consensualidade para a legitimidade e eficiência da Administração Pública na Nova Lei de Licitações. In: BUSCH, Eduardo Vieira. (Org.). Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Aspectos Relevantes da Lei 14.133. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2023, v. , p. 115-138.

4.

REIS, Luciano Elias. As políticas públicas de quotas raciais no Brasil e o Direito Administrativo Inclusivo. In: HACHEM, Daniel Wunder; CAPITANT, David. (Org.). Direitos fundamentais e igualdade: diálogos franco-brasileiros. 1ed.Curitiba: Ithala, 2023, v. , p. 277-308.

5.

REIS, Luciano Elias. A Contratação Pública como Elemento Integrante da Política Econômica de um Estado. In: REIS, Luciano Elias; ARRAES, Roosevelt; ANDRADE, Luiz Gustavo de.. (Org.). Construindo o Estado Democrático de Direito: Governo Probo, Eleições Justas e Judiciário Responsivo. 1ed.Curitiba: APPRIS, 2022, v. 1, p. 87-98.

6.

REIS, Luciano Elias. As sanções administrativas e a Nova Lei. In: CORREA, Rogerio; LIMA, Francisco F. A. Albuquerque Lima. (Org.). Licitações e Contratos Administrativos na Lei 14.133. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2022, v. 1, p. 56-70.

7.

FERREIRA, Daniel. ; **REIS, Luciano Elias** . Contratações públicas inovadoras como reforço à promoção do desenvolvimento nacional sustentável. In: GABARDO, Emerson; ZOCKUM, Mauricio.. (Org.). Direito administrativo e inovação: crises e soluções. 1ed.Curitiba: Ithala, 2022, v. 1, p. 169-182.

8.

REIS, Luciano Elias. Documentos de habilitação: breves considerações. In: HARGER, Marcelo. (Org.). Aspectos polêmicos sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/2021. 1ed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022, v. 1, p. 159-186.

9.

REIS, Luciano Elias. O polissêmico desenvolvimento "em desenvolvimento" e sua reinterpretação após a pandemia da Covid-19. In: ANDRADE, Giulia de Rossi; SAIKALI, Lucas Bossoni.. (Org.). Eficiência, subsidiariedade, interesse público e novas tecnologias. 1ed.Curitiba: Editora Ithala, 2021, v. 1, p. 245-260.

10.

REIS, Luciano Elias; ALCANTARA, Marcus Vinicius Reis de . O Sistema de Registro de Preços e a Lei n. 13.979/2020: avanços para o combate da COVID-19. In: FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; FERNANDES, Ana Luiza Jacoby.. (Org.). DIREITO PROVISÓRIO ESPIN - COVID-19 - SOLUÇÕES PARA TEMAS POLÉMICOS. 1ed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2021, v. 1, p. 161-182.

11.

FERREIRA, Daniel. ; **REIS, Luciano Elias** . (Re)inserção social e acesso ao trabalho digno por meio de contratos administrativos no Brasil pós-pandêmico. In: GABARDO, Emerson; ZOCKUN, Mauricio. (Org.). O direito administrativo do pós-crise. 1ed.Curitiba: Ithala, 2021, v. 1, p. 163-178.

12.

LIPPMANN, R. K. ; **REIS, Luciano Elias** . A Administração Pública na Lei Geral de Proteção de Dados. In: Rodrigo Pironti Aguirre de CAstro. (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados: estudos sobre um novo cenário de Governança Corporativa. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2020, v. , p. 167-178.

13.

FERREIRA, Daniel. ; **REIS, Luciano Elias** . O 'vazio regulamentar' do artigo 53 e seus impactos na (in)efetividade da LGPD. In: Augusto Neves dal Pozzo; Ricardo Marcondes Martins. (Org.). LGPD & Administração Pública. 1ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 675-694.

14.

FERREIRA, Daniel. ; **REIS, Luciano Elias** . Os direitos humanos como legitimadores das cláusulas sociais na contratação pública estratégica ou sustentável: panorama normativo do Brasil, da Espanha e de Portugal. In: /Alexandre Coutinho Pagliarini, Daniel Ferreira, Marcelo Porciuncula, (Org.). (Org.). Jurisdição (inter)nacional e direitos fundamentais. 1ed. Curitiba; Madrid: InterSaberes; Marcial Pons, 2019, v. 1, p. 279-300.

15.

REIS, Luciano Elias. Diálogo do processo civil com o processo administrativo a partir do artigo 15 do NCPC: constitucionalidade e aplicabilidade. In: ANDREASSA JR, Gilberto; OLIVEIRA, Andressa Jarletti Gonçalves de.. (Org.). Novo Código de Processo Civil em Diálogo com o Ordenamento Jurídico Brasileiro. 1ed. Curitiba: Ithala, 2018, v. 1, p. 199-218.

16.

REIS, Luciano Elias; GHINIS, J. R. . A utilização de softwares (robôs) no pregão eletrônico e as soluções eficientes para resolver o problema. In: BOSELLI, Felipe; LINS, Bernardo Wildi. (Org.). Contratações públicas: reflexões críticas sobre os 25 anos da Lei n. 8.666/93. 1ed. Florianópolis: Caput, 2018, v. 1, p. 195-206.

17.

REIS, Luciano Elias; FERREIRA, Daniel. . Termo de ajustamento de gestão como um avanço rumo à consensualidade junto ao Tribunal de Contas do Paraná. In: MACEI, Demetrius; OLIVEIRA, Eloete Camilli. (Org.). Estudos em homenagem ao Professor Waldyr Grisard Filho. 1ed. Curitiba: Instituto Memória, 2017, v. 1, p. 217-238.

18.

REIS, Luciano Elias. O novo constitucionalismo latino-americano e sua influência para a melhoria do ambiente democrático no Brasil. In: ANDRADE, Luiz Gustavo; ARRAES, Roosevelt.. (Org.). Política, democracia e ativismo judicial: questões contemporâneas do Direito. 1ed. Curitiba: Hum Publicações, 2017, v. 1, p. 139-166.

19.

REIS, Luciano Elias. A regulação estatal pelas licitações e pelos contratos administrativos de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu. In: TAVARES NETO, José Querino; FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra; COSTA, Andréa Abrahão. (Org.). Métodos de Pesquisa aplicados ao Direito: um pressuposto epistemológico necessário. 1ed.Curitiba: CRV, 2017, v. 1, p. 93-114.

20.

REIS, Luciano Elias. A ausência de notificação do réu para a defesa prévia, prevista no art. 17, par. 7, da Lei de Improbidade Administrativa, só acarreta nulidade processual se houver comprovado prejuízo. In: DI PIETRO, MÁRIA Sylvia Zanella; NOHARA, Irene Patrícia. (Org.). Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. II, p. 79-85.

21.

GABARDO, Emerson ; REIS, Luciano Elias . Formas consensuais de solução de controvérsias para a eficiência da administração pública. In: ARAÚJO, Fernando; RIBEIRO, Marcia Carla Ribeiro.. (Org.). Em busca dos caminhos jurídicos e econômicos para a superação da crise. 1ed.Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2016, v. 1, p. 135-158.

22.

REIS, Luciano Elias. Recursos administrativos em licitações públicas e contratos administrativos. In: Ronny Charles. (Org.). Licitações Públicas: Homenagem ao Jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2016, v. 1, p. 419-440.

23.

REIS, Luciano Elias. Breves considerações sobre o Credenciamento sob o viés do princípio da isonomia. Licitações Públicas: Homenagem ao Jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2016, v. 1, p. 677-687.

24.

REIS, Luciano Elias. A atividade administrativa de fomento por intermédio dos convênios. In: Eloete Camilli Oliveira; Demetrius Nichele Macei. (Org.). Estudos em homenagem ao professor EZEQUIAS LOSSO. 1ed.Curitiba: Instituto Memória Editora e Projetos Culturais, 2016, v. 1, p. 99-116.

25.

REIS, Luciano Elias. A regulação estatal pelas licitações e

GABARDO, Emerson, SALGADO, Eneida Desiree. (Org.). Direito Administrativo e suas transformações atuais. 1ed. Curitiba: Editora Ithala, 2016, v. 1, p. 473-486.

26.

REIS, Luciano Elias. Pesquisa de mercado: reflexões críticas e posicionamento das Cortes de Contas. In: Instituto Negócios Públicos. (Org.). Compras públicas: estudos, conceitos e infográficos. 1ed. Curitiba: Editora Negócios Públicos, 2015, v. , p. 98-110.

27.

REIS, Luciano Elias. Características dos convênios administrativos e suas dessemelhanças com os contratos administrativos. In: José Mário Tafuri; Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr. (Org.). Estudos em homenagem ao Professor Mansur Theophilo Mansur. 1ed. Instituto Memória: Curitiba, 2015, v. 1, p. 174-193.

28.

REIS, Luciano Elias. A regulação do estado brasileiro e a contratualização administrativa. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). Direito Público no Mercosul: Intervenção Estatal, Direitos Fundamentais e Sustentabilidade. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, v. , p. 81-92.

29.

★ **GABARDO, Emerson ; REIS, Luciano Elias .** O gerencialismo entre eficiência e corrupção: breves reflexões sobre os percalços do desenvolvimento. In: Raquel Dias Silveira e Rodrigo Pironti Aguirre de Castro. (Org.). Estudos Dirigidos de Gestão Pública na América Latina. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 125-148.

30.

GABARDO, Emerson ; REIS, Luciano Elias . O terceiro setor e a sustentabilidade do meio ambiente. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; MOTTA, Paulo Roberto Ferreira; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. (Org.). Direito administrativo contemporâneo. 2ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. , p. 151-171.

31.

REIS, Luciano Elias. Princípios jurídicos e sua eficácia jurídica. In: NICZ, Alvacir Alfredo; ANDREATO, Danilo. (Org.). Estado, Direito e Sociedade. 1ed. São Paulo: IGLU EDITORA, 2010, v. 1, p. 225-262.

REIS, L. E.. Considerações acerca da consulta tributária e seus efeitos imediatos. In: Rodrigo Pironti Aguirre de Castro; Silvio Felipe Guidi. (Org.). Revista dos Advogados Iniciantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. 1ed.Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná, 2006, v. 2, p. 367-386.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

REIS, Luciano Elias. Inteligência e sensibilidade para a exigência dos documentos habilitatórios. Consultor Jurídico, São Paulo, p. 1 - 4, 08 jul. 2022.

2.

REIS, Luciano Elias. O mantra do menor preço a qualquer custo nas licitações. Consultor Jurídico, São Paulo, p. 1 - 3, 23 mar. 2022.

3.

REIS, Luciano Elias. Apego à competitividade ou risco de insegurança na licitação?. Consultor Jurídico, São Paulo, p. 1 - 3, 08 mar. 2022.

4.

REIS, Luciano Elias; ALCANTARA, Marcus Vinicius Reis de . Análise crítica e os efeitos da Medida Provisória nº 963: aumento do limite da dispensa em função do valor, pagamento antecipado e extensão do RDC. Portal Licitações e Contratos, Portal Licitações e Contratos, 02 jun. 2020.

5.

REIS, Luciano Elias. (DES)ESPERANÇA NO MARCO REGULATÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: viver o presente e aplicar as normas existentes ou imaginar que a solução vem com novas n. Cadernos Jurídicos, Curitiba, p. 55 - 56, 26 maio 2017.

6.

REIS, Luciano Elias. Licitantes com sócios em comum em uma mesma licitação: possibilidade ou ilicitude?. Revista de Administração Pública e Política, Brasília, p. 20 - 23, 01 ago. 2014.

7.

REIS, Luciano Elias. Novo instrumento de combate às infrações irregulares. *A Gazeta do Povo*, p. 02 - 02, 07 jul. 2010.

8.

REIS, Luciano Elias. Não à taxa de lixo na conta de água. *A Gazeta do Povo*, p. 02 - 02, 23 ago. 2009.

9.

REIS, Luciano Elias. Participar ou não?. *Jornal da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraná*, 01 set. 2008.

10.

REIS, Luciano Elias. O fortalecimento da consensualidade e o declínio das claúsulas exorbitantes. *Revista JML - Licitações e Contratos*, p. 47 - 52, 01 dez. 2007.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

REIS, Luciano Elias. Inovações legislativas nas contratações administrativas para a incrementação da responsabilidade socioambiental por intermédio do fomento da pesquisa científica e tecnológica. In: Seminário Italo-Brasileiro, 2011, Curitiba. *Anais do I Seminário Italo-Brasileiro em Inovações Regulatórias em Direitos fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade e VI Evento de Iniciação Científica UniBrasil 2001*. Curitiba: Negócios Públicos, 2011. p. 115-146.

2.

NASCIMENTO NETO, J. O. ; **REIS, Luciano Elias** . Novas concepções sobre a desconsideração da personalidade jurídica na forma inversa como desafio contemporâneo do direito para a empresa. In: *XIX Congresso Nacional do CONPEDI*, 2010, Florianópolis. *Anais do XIX Congresso Nacional do CONPEDI*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010. p. 4606-4617.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1.

REIS, Luciano Elias. O fomento ao desenvolvimento nacional sustentável por meio das licitações públicas e dos contratos administrativos: um novo viés de regulação estatal. In: V Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica, 2013, Curitiba. Anais do V Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica. Curitiba: Unicuritiba, 2013. v. 2. p. 64-65.

Resumos publicados em anais de congressos

1.

REIS, Luciano Elias. A regulação estatal pelas licitações públicas e contratos administrativos para o fomento da ciência, tecnologia e inovação. In: VI Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica, 2014, Curitiba. VI Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica, 2014.

2.

REIS, Luciano Elias. O consensualismo e os convênios administrativos. In: III Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica, 2011, Curitiba. ANAIS DO SIMPÓSIO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2011. p. 01-97.

Apresentações de Trabalho

1.

REIS, Luciano Elias. Governança Estatal e Políticas Públicas. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2.

REIS, Luciano Elias. Fase de Planejamento. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

3.

REIS, Luciano Elias. DESCARBONIZACIÓN Y COMPRA PÚBLICA ESTRATÉGICA. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

4.

REIS, Luciano Elias. Financiamento nas concessões: subvenção, créditos públicos, precatórios e o setor privado. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

5.

REIS, Luciano Elias. Compras PÚBLICAS Inovadoras no Brasil. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

6.

REIS, Luciano Elias. COMPRAS PÚBLICAS INOVADORAS. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

7.

REIS, Luciano Elias. Inovação e Tecnologia em Compras PÚBLICAS e Licitações. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

8.

REIS, Luciano Elias. A declaração de inidoneidade na nova lei de licitações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

9.

REIS, Luciano Elias. Contratação de Soluções Inovadoras pelo Estado. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

10.

REIS, Luciano Elias. As políticas públicas na Nova Lei de Licitações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

11.

REIS, Luciano Elias. A Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12.

REIS, Luciano Elias. Revisão, reajuste e repactuação na nova lei de licitações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

13.

REIS, Luciano Elias. A nova lei de licitações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14.

REIS, Luciano Elias. Declaração de Inidoneidade. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15.

REIS, Luciano Elias. Contratação de Soluções Inovadoras pelo Estado. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16.

REIS, Luciano Elias. Novos horizontes dos regimes contratuais da Administração Pública e os contratos de concessão de rodovias. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

17.

REIS, Luciano Elias. Reajuste, repactuação e revisão na NLL. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

18.

REIS, Luciano Elias. FORO LEXTHINK SOBRE NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19.

REIS, Luciano Elias. Adesão do Brasil ao Acordo Compras Governamentais (GPA). 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20.

REIS, Luciano Elias. Compras Governamentais - GPA. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

21.

REIS, Luciano Elias. Contratos administrativos: desafios à continuidade dos ajustes no pós-pandemia e o necessário controle dos ajustes com o terceiro setor. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

22.

REIS, Luciano Elias. Mudanças nas Contratações Públicas em período de Covid-19. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23.

REIS, Luciano Elias. Os impactos do COVID-19 nas licitações e contratos administrativos: pandemia normativa. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24.

REIS, Luciano Elias. El deber del Estado Brasileño usar las compras públicas para la promoción de la ciencia, tecnología e innovaciones nacionales. 2019. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

25.

REIS, Luciano Elias. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Em busca da tão sonhada segurança jurídica ao gestor público. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

26.

REIS, Luciano Elias. Estudos Preliminares na Fase Interna da Licitação. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

27.

REIS, Luciano Elias. Aspectos pontuais para os fiscais e gestores de contratos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

28.

REIS, Luciano Elias. Responsabilidade do advogado público por ato de improbidade. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29.

REIS, Luciano Elias. Responsabilidade do advogado público por ato de improbidade. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30.

REIS, Luciano Elias. Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31.

REIS, Luciano Elias. Responsabilidade do Advogado Público por ato de improbidade administrativa. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

32.

REIS, Luciano Elias. Contratos Administrativos: Novidades do Século XXI. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

33.

REIS, Luciano Elias. A autonomia tecnológica nacional como fator de sustentabilidade e de discriminação legítima nas compras públicas brasileiras. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

34.

REIS, Luciano Elias. As licitações eletrônicas e o uso dos robôs. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

35.

REIS, Luciano Elias. As mudanças da terceirização de serviços de acordo com a nova IN 05/2017 do MPDG. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

36.

REIS, Luciano Elias. A pesquisa de preços e a recente Lei Estadual n. 19.476/2018. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

37.

REIS, Luciano Elias. Prerrogativas do Poder Público nos contratos administrativos e consensualidade. 2018.

38.

REIS, Luciano Elias. Uso de Robôs nos pregões eletrônicos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

39.

REIS, Luciano Elias. Questões relevantes visando às melhores práticas nas compras públicas. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

40.

REIS, Luciano Elias. Módulo: Licitações e Contratos: Gerenciamento de riscos e compliance. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).

41.

REIS, Luciano Elias. Precedentes Administrativos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

42.

REIS, Luciano Elias. Grafeno e o Brasil do Futuro: Impactos da pesquisa, produção e regulação da tecnologia para as economias brasileira e mundial. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

43.

REIS, Luciano Elias. Alternativas para o Desenvolvimento Econômico Municipal. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

44.

REIS, Luciano Elias. Relator do Painel de Direito Administrativo. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

45.

REIS, Luciano Elias. A responsabilidade do gestor público perante o Tribunal de Contas do Paraná. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

46.

REIS, Luciano Elias. Aspectos pontuais e problemáticos do pregão, patrimônio e frotas municipais. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

47.

REIS, Luciano Elias. Preferências no Pregão: as políticas públicas de preferências e benefícios e sua aplicação concreta e conjugada em uma mesma licitação. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

48.

REIS, Luciano Elias. (In)eficiência da Administração Pública nas licitações públicas. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

49.

REIS, Luciano Elias. Contrato Administrativo. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

50.

REIS, Luciano Elias. Saneamento de documentos e propostas. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

51.

REIS, Luciano Elias. Módulo de Sistema de Registro de Preços. 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).

52.

REIS, Luciano Elias. Licitações e casos de dispensa. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

53.

REIS, Luciano Elias. Licitações e casos de inexigibilidade. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

54.

REIS, Luciano Elias. Regime Diferenciado de Contratação: aspectos principais e polêmicos. In: X Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Foz do Iguaçu - Brasil.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

55.

REIS, Luciano Elias. O papel da sociedade civil no controle social. In: II Encontro Estadual da Rede de Controle da Gestão Pública. Curitiba - Brasil.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

56.

REIS, Luciano Elias. Licitações e Contratos Administrativos (Mediador). In: XVI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Curitiba- Brasil.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

57.

REIS, Luciano Elias. As licitações públicas e as principais decisões dos Tribunais de Contas. In: Casa da Advocacia de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto - Brasil.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

58.

REIS, Luciano Elias. Avanços constitucionais e o papel dos Tribunais de Contas para efetividade da gestão pública. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

59.

REIS, Luciano Elias. O planejamento da prestação dos serviços públicos de saneamento básico e os convênios administrativos. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

60.

REIS, Luciano Elias. Problemas estruturais da Administração Pública (Presidente de mesa). In: I Congresso Italo-Brasileiro de Direito Administrativo e de Direito Constitucional. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

61.

REIS, Luciano Elias. Controle dos Tribunais de Contas: as 'pedaladas fiscais'. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

62.

REIS, Luciano Elias. Painel de Debates sobre questões polêmicas de Direito Administrativo. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

63.

REIS, Luciano Elias. IV Fórum de Direito Constitucional e Administrativo Aplicado aos Tribunais de Contas: Avanços constitucionais e o papel dos Tribunais de Contas para efetividade da gestão pública. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

64.

REIS, Luciano Elias. Os fundamentos dos contratos de obras. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

65.

REIS, Luciano Elias. A colisão de princípios nas licitações e nos contratos de RDC. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

66.

REIS, Luciano Elias. Documentos de habilitação exigíveis no pregão: limites e possibilidades. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

67.

REIS, Luciano Elias. Copa do Mundo: infraestrutura, planejamento e desenvolvimento. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

68.

REIS, Luciano Elias. Licitações públicas e controle. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

69.

REIS, Luciano Elias. Licitações PÚblicas e o Desenvolvimento Nacional Sustentável. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

70.

REIS, Luciano Elias. Contratos Administrativos: Fiscalização e sanções administrativas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

71.

REIS, Luciano Elias. Contratação direta e aditivos contratuais. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

72.

REIS, Luciano Elias. O Regime Diferenciado de Contratação. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

73.

REIS, Luciano Elias. A efetividade da Lei da Transparência e Acesso à Informação Pública: aspectos práticos. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

74.

REIS, Luciano Elias. Ciência, tecnologia e inovação: regulação estatal pelas licitações públicas e pelos contratos administrativos. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

75.

REIS, Luciano Elias. A regulação estatal pelas licitações públicas e contratos administrativos para o fomento da ciência, tecnologia e inovação. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

76.

REIS, Luciano Elias. Boas práticas no processo administrativo punitivo. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

77.

REIS, Luciano Elias. Termo de Referência - Requisitos, aplicações e consequências. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

78.

REIS, Luciano Elias. Estudo cronológico sobre a Instrução Normativa nº 02/08 e suas inúmeras alterações. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

79.

REIS, Luciano Elias. Características fundamentais do contrato administrativo de obras e serviços de engenharia. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

80.

REIS, Luciano Elias. O Regime Diferenciado de Contratação. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

81.

REIS, Luciano Elias. Cestas de Preços Aceitáveis: pesquisa de preços de exequibilidade das propostas. In: VIII Pregão Week. Curitiba - Brasil.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

82.

REIS, Luciano Elias. Sanções administrativas nas licitações e contratos públicos. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

83.

REIS, Luciano Elias. Impedimentos e suspeições no processo administrativo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

84.

REIS, Luciano Elias. Formas consensuais de solução de controvérsias para eficiência da Administração Pública. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

85.

REIS, Luciano Elias. Convênios administrativos e o desenvolvimento do Estado. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

86.

REIS, Luciano Elias. As particularidades dos contratos de patrocínio. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

87.

REIS, Luciano Elias. Gestão de contrato administrativo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Outra).

88.

REIS, Luciano Elias. Sanções administrativas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

89.

REIS, Luciano Elias. Gestão de riscos na condução da licitação. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Outras produções bibliográficas

1.

REIS, Luciano Elias. Compras públicas: estudos, conceitos e infográficos. Curitiba, 2015. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

2.

REIS, Luciano Elias. Aplicação de penalidades 2014 (Apostila de curso ministrado).

3.

REIS, Luciano Elias. Sanções administrativas. Curitiba: Negócios Públicos, 2014 (Apostila de curso ministrado).

4.

REIS, Luciano Elias. Contratação Direta e Aditivos Contratuais 2013 (Apostila de curso ministrado).

5.

REIS, Luciano Elias. Sanções administrativas e rescisão de contratos administrativos 2013 (Apostila de curso ministrado).

6.

REIS, Luciano Elias. Processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de sanção 2013 (Apostila de curso ministrado).

7.

REIS, Luciano Elias. Contratações específicas no Pregão: Telefonia e Passagem Aérea 2012 (Material complementar de Palestra).

8.

REIS, Luciano Elias. Gestão de contratos derivados do Sistema de Registro de Preços 2012 (Material complementar de Palestra).

9.

REIS, Luciano Elias. Recursos, Sanções e Rescisões de Contratos Administrativos 2012 (Apostila de curso ministrado).

10.

REIS, Luciano Elias. Contratos administrativos - Rescisão do contrato e aplicação de penalidades 2012 (Apostila de curso ministrado).

11.

REIS, Luciano Elias. O planejamento das contratações e a relação com o julgamento das licitações e a gestão dos contratos 2012 (Apostila de curso ministrado).

12.

RIBEIRO, M. C. ; **GABARDO, Emerson** ; **REIS, L. E.** . Sustentabilidade na Administração Pública: uma prática de valor, respeito e sucesso. Curitiba, 2011. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1.

2.

ALCANTARA, Marcus Vinicius Reis de ; **REIS, Luciano Elias** . Contratação Pública Extraordinária no Período do Coronavírus. 2020.

3.

BOURGES, F. S. ; **REIS, Luciano Elias** . Análise da CPI sobre a concessão do transporte coletivo de Curitiba. 2014.

4.

SIQUEIRA, R. C. C. ; **REIS, Luciano Elias** . Impossibilidade de pregão para serviços advocatícios. 2014.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

NASCIMENTO NETO, J. O. ; ROCHA, Lara Bonemer ; **REIS, Luciano Elias** . Atualidades do Direito Econômico. 2020. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

2.

REIS, Luciano Elias. Legalidade ou não do Decreto Municipal de Curitiba regulando o UBER. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

3.

REIS, Luciano Elias. Defesa de agentes públicos: interesse público ou privado. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

4.

REIS, Luciano Elias. Acordos nos contratos de concessão de pedágio. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

5.

REIS, Luciano Elias. Cessão de servidores para entidades privadas. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

6.

REIS, Luciano Elias. Desafios das licitações públicas no Brasil. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

7.

REIS, Luciano Elias. Os problemas nas licitações. 2016. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

8.

REIS, Luciano Elias; ANDRADE, Luiz Gustavo . Transporte passa a ser direito constitucional. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

9.

REIS, Luciano Elias. Decisão do Tribunal de Contas do Paraná e o Transporte Coletivo. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

10.

REIS, Luciano Elias. Concessão de transporte coletivo. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

11.

REIS, Luciano Elias. Aceitabilidade de propostas e verificação da exequibilidade nas licitações públicas. 2014. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

12.

REIS, L. E.. Concurso público do Tribunal de Justiça. 2014. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

13.

REIS, Luciano Elias. As funções dos três poderes constituídos. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

14.

REIS, Luciano Elias. Improbidade administrativa. 2014. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

15.

REIS, Luciano Elias. Previsão de receitas e planejamento. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

16.

REIS, Luciano Elias. Tombamento. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

17.

REIS, Luciano Elias; SANTANA, Jair . Expansão do Regime Diferenciado de Contratação. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

18.

REIS, Luciano Elias. A administração pública pode extinguir contrato de concessão. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

19.

REIS, Luciano Elias. Mesmo sem conta única, governo deixa fundos em situação 'sofrível'. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

20.

REIS, Luciano Elias. Ex-governadores conseguem na justiça salário de R\$ 28 mil. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

21.

REIS, Luciano Elias. Boas obras públicas começam pela licitação. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

22.

REIS, L. E. Entidade contratada sem licitação para prestar

1 Doc: Memorando 6.009/2025 Anexo 21 Comitê do Sistema de Documentos Fátes | LUCIANO ELIAS_REIS_.pdf (48/103)

193/341

23.

REIS, Luciano Elias. Feriado da Consciência Negra. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

24.

REIS, Luciano Elias. Revisão tarifária do transporte coletivo de Curitiba. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

25.

REIS, Luciano Elias. Dispensa e Inexigibilidade nas Licitações. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

26.

REIS, Luciano Elias. Regime Diferenciado de Contratações terá o mesmo sucesso do Pregão. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

27.

REIS, Luciano Elias. Aplicação de sanções administrativas. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

28.

REIS, Luciano Elias. Pesquisa de preços em licitações. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

29.

REIS, Luciano Elias. Dispensa de licitação por medida provisória?. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

30.

REIS, Luciano Elias. Candidatos apontam falhas em concurso da PM e Corpo de Bombeiros. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

31.

REIS, Luciano Elias. Sistema de Registro de Preços Week 2012. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

32.

REIS, Luciano Elias; TORRES, Ronny Charles Lopes de . Efeitos da Instrução Normativa n. 07 do SLTI-MPOG. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

33.

REIS, Luciano Elias; NIEBUHR, Joel Menezes de. ; AGUIAR, Rosane . DNIT ganha celeridade com o uso do Pregão para contratação de serviços de engenharia. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

34.

REIS, Luciano Elias. Pregão Week. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

35.

REIS, Luciano Elias. Começa a discussão sobre a modernização da lei de licitações. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

36.

REIS, Luciano Elias; TORRES, Ronny Charles Lopes de . Falta de disputa no pregão eletrônico. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

37.

REIS, Luciano Elias. Grau de escolaridade do Pregoeiro. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

38.

REIS, Luciano Elias. Disputas de lotes em forma simultânea. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

39.

REIS, Luciano Elias. Uso de pregão para a contratação de serviços de engenharia. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

40.

REIS, Luciano Elias. Margem de preferência nas licitações. 2011. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

41.

REIS, Luciano Elias. Pregão Week e suas consequências profissionais. 2011. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

42.

REIS, Luciano Elias. Principais inovações do Regime Diferenciado de Contratação. 2011. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

43.

REIS, Luciano Elias. Como formar uma equipe de apoio ao pregoeiro. 2011. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

44.

REIS, Luciano Elias. O fechamento de vias públicas sem o consentimento do Poder Público. 2010. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

45.

REIS, Luciano Elias. Gestão Pública em Debate. 2008. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1.

REIS, Luciano Elias. Lei 14.133/21: inovações no regime jurídico das licitações e contratos e suas potencialidades. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2.

REIS, Luciano Elias. Curso de Direito Administrativo. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

3.

REIS, Luciano Elias. Curso Completo de Contratos Administrativos. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

4.

REIS, Luciano Elias. Direito do Estado. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

5.

REIS, Luciano Elias. Regime jurídico administrativo disciplinar e legislação aplicável. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

6.

REIS, Luciano Elias. Contratação de serviços de saúde. 2013. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material complementar de Palestra).

7.

REIS, Luciano Elias. Contratação Direta. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

8.

REIS, Luciano Elias. Sistema de Registro de Preços. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

9.

REIS, Luciano Elias. Regime jurídico administrativo disciplinar e legislação aplicável. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10.

REIS, Luciano Elias. Regime jurídico administrativo disciplinar e legislação aplicável. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

11.

REIS, Luciano Elias. Breves considerações sobre contratos administrativos. 2012. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material complementar de Palestra).

12.

REIS, Luciano Elias. Questões polêmicas sobre sanções administrativas e rescisões contratuais. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material complementar de Palestra).

13.

REIS, Luciano Elias. Contratação direta. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material complementar de Palestra).

14.

REIS, Luciano Elias. Licitações em Cadeia. 2011. (Entrevista).

15.

REIS, Luciano Elias. Suspeita de favorecimento em cursos para a Copa. 2010. (Entrevista).

16.

REIS, Luciano Elias. Manual da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Guia de estudos).

17.

REIS, Luciano Elias. Direito Administrativos - temas relevantes na gestão pública. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Guia de Estudos - Manual).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

BARBOSA, Estefânia M. Q.; FERREIRA, Daniel.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Gabriele Lopes de Mello. A contribuição do CNJ com vistas ao registro civil como

2.

PINTO, J. S. P.; SERBENA, C. A.; TEDESCHI, M. A.; BRAGA, S. S.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Aline Bohaczuk Pavaneli. Divulgação de informações sobre contratos firmados para a aquisição de bens e execução de obras e serviços públicos: protocolo para avaliação de portais estaduais. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Federal do Paraná.

Qualificações de Mestrado

1.

FERREIRA, Daniel.; BARBOSA, Estefânia M. Q.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Gabrielle Lopes de Mello. Lei dos Transgêneros: necessidade de uniformização nacional e de segurança jurídica para a sua concretização por meio da atividade registral. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Centro Universitário Internacional.

2.

BAPTISTELLA, Rogério; SILVA, Sidney Reinaldo da; REUSING, L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de CARLOS EDUARDO FERLA CORREA. DESMEMBRAMENTO CONSTITUCIONAL E CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO: POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO INSTRUMENTAL DO ATIVISMO JUDICIAL EM AMPARO A DEMOCRACIA EM TEMPOS DE CRISE. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - INSTITUTO FEDERAL DO PARANA.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

VALLE, Vivian Lima López; ANDRADE, Giulia Rossi; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Jacqueline Bataglin Fontoura. Responsabilidade Civil do Estado por omissão : estudos acerca do regime jurídico objetivo. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

2.

VALLE, Vivian Lima López; ANDRADE, Giulia Rossi; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Jéssica Heinzen Felisberto. Administração Pública Digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em

3.

VALLE, Vivian Lima López; ANDRADE, Giulia Rossi; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Lucas Matheus Lopes. A utilização de parceria público privadas na segurança pública: possibilidade de trespasso da perícia criminal. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

4.

FARIA, Luzardo; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Levandoski Richa. A utilização de métodos consensuais de resolução de conflito no âmbito da improbidade administrativa: o acordo de não persecução cível. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

5.

SCHIER, Paulo Ricardo; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thalita de Oliveira Bastos. Um conto infantil: a efetividade da publicidade na Administração Pública. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

6.

MANICA, Fernando Borges; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Daniel Conde Falcão Ribeiro. Das razões para o efetivo cumprimento do rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

7.

GUSSOLI, Felipe Klein; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Renata de Andrade Pozzi. Contratos administrativos: a persecução do interesse público, em regra, a partir de técnicas de consenso, em detrimento do emprego de um regime geral de prerrogativas. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

8.

SILVA, Luis Augusto da; FARIA, Luzardo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Fábio José Judice.

1 Doc: Memorando 6.009/2025 | Anexo: 21_Curriculo do Sistema de Curriculos_Lattes_LUCIANO_ELIAS__REIS_.pdf (55/103)

200/341

9.

VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**; FARIA, Luzardo. Participação em banca de Fernanda Rodrigues Reis. A (des)necessidade de culpa para a configuração da responsabilidade administrativa ambiental. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

10.

VALLE, Vivian Lima López; FARIA, Luzardo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Andreia Carolina Mazzola. As razões de recurso e a vinculação aos motivos da intenção recursal no pregão. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

11.

VALLE, Vivian Lima López; FARIA, Luzardo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Cândido Gryzinski. Controle social e participação popular como instrumentos de fortalecimento democrático no paradigma contemporâneo dos contratos públicos. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

12.

GUSSOLI, Felipe Klein; REZENDE, M. C. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Carlos Renato Nadolny Mori. Responsabilidade Extracontratual do Estado e o Terceiro Setor. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

13.

FINGER, Ana Cláudia; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Carolina Schmidt. Rito sumário nos processos administrativos disciplinares em face dos despachantes de trânsito do Paraná. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

14.

FINGER, Ana Cláudia; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Caroline Ayumi Hoshino Pereira. Aplicação da convenção de Viena de 1980 aos contratos administrativos. 2018. Monografia

15.

FINGER, Ana Cláudia; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Giulia de Rossi Andrade. Os meios alternativos de resolução de conflitos no âmbito da Administração Pública. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

16.

FINGER, Ana Cláudia; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thayssa Pamplona Rizzi. O princípio da motivação nas sanções administrativas. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

17.

GUSSOLI, Felipe Klein; GRUENDLING, Cynthia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Luíza Hey Toscano de Oliveira. Má-fé, execução do contrato e responsabilidade do Estado. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

18.

GUSSOLI, Felipe Klein; GRUENDLING, Cynthia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Claudino. A responsabilidade civil do estado e das concessionárias por danos causados em rodovias federais. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

19.

GUSSOLI, Felipe Klein; REZENDE, M. C. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Sofia Duarte de Lima Moser. Contratação integrada no regime diferenciado de contratações públicas. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

20.

REZENDE, M. C. M.; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Paulo Vinicius Liebl Fernandes. Empresas privadas com participação estatal: características, objetivos e regime jurídico. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

21.

REIS, Luciano Elias; GUSSOLI, Felipe Klein; REZENDE, M. C. M.. Participação em banca de Ana Carolina Coura Vicente Machado. Licitações sustentáveis repensando os processos licitatórios e seu planejamento em prol do desenvolvimento nacional sustentável. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

22.

FREITAS, D. C.; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mauricio Augusto Garbin. A motivação e as demissões de servidores públicos. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

23.

VALLE, Vivian Lima López; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Vanessa Travensolí Bona. Improbidade administrativa, regime jurídico punitivo e atuação do Ministério Público. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

24.

VALLE, Vivian Lima López; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Adriano Medeiros Fontanelli. A inconstitucionalidade da cessão da titularidade passiva do contrato administrativo prevista no inciso VI do artigo 78 da Lei 8.666. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

25.

FERRARI, R. M. M. N.; PIVETTA, S. L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Rodrigo de David Zem. O acordo de leniência no Direito Brasileiro: uma análise dos modelos previstos nas Leis 12.529 e 12.846. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

26.

HACHEM, Daniel Wunder; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ana Caroline de Castro Rodrigues de Souza. Proteção e defesa do usuário de serviço público: uma análise acerca da suspensão do fornecimento de energia elétrica ao usuário inadimplente. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

27.

HACHEM, Daniel Wunder; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Beatriz Vonsowski da Costa Bispo. Responsabilidade Civil do Estado pela prisão indevida. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

28.

FREITAS, D. C.; HACHEM, Daniel Wunder; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juana Carvalho. A responsabilidade do Estado por atos legislativos. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

29.

HACHEM, Daniel Wunder; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Stephanie Gradowski Cagliari. Supremacia do interesse público. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Greicy Furman Brandt. Resolução n. 01/2017 do Conselho Superior do Ministério Público do Paraná como instrumento de consensualização: possibilidade (in)útil ao interesse público. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

2.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Alan José de Oliveira Teixeira. Controle jurisdicional dos atos de governo na lei de introdução às normas do direito brasileiro. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

3.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Isabela Carolina Maciel Pinheiro. Responsabilidade Civil do Estado - uma análise jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (1975-2018) acerca da morte de detentos no sistema penitenciário. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

4.

VALLE, Vivian Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; **GABARDO, Emerson**; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Miliane Presa. A nomeação de Administradores nas Estatais Paranaenses conforme a lei 13303. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

5.

GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Samara Uille Gomes. Análise pontual das irregularidades apontadas pelo TCU referente a construção da refinaria abreu e lima analisadas em função da lei nº 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

6.

GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Valéria Celestina Teixeira. Compliance nas concessionárias de energia elétrica em consonância com a lei 13.303/16. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

7.

BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; GUIMARAES, Bernardo Strobel; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ana Carolina Casarini. Aplicabilidade dos Códigos de Conduta nas Estatais Paranaenses - Casuística Relacionada As Maiores Estatais Referidas no Conselho de Controle das Empresas Estaduais - CCEF/PR. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

8.

GUIMARAES, Bernardo Strobel; VALLE, Vivian Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Guilherme Marques Zanlorensi. Acordos de Leniência no Âmbito da CGU e o Estímulo à Integridade Prevista na Lei nº 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão

9.

BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; GUIMARAÉS, Bernardo Strobel; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Volnei Fernandes de Lima Junior. A Exigência das Regras de Compliance na Contratação Pública a Luz da Lei Nº13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

10.

HACHEM, Daniel Wunder; **GABARDO, Emerson**; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Camila Duarte. Uma análise sobre a Inclusão de Conteúdos Relacionados à Identidade de Gênero na Educação Básica a Partir da Perspectiva do Direito Fundamental à Educação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

11.

VALLE, Vivian Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto; **GABARDO, Emerson**; HACHEM, Daniel Wunder; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Jaqueline Martins da Silva. O Analfabetismo Funcional no Brasil e a Carência de Políticas Públicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

12.

HACHEM, Daniel Wunder; BLANCHET, Luiz Alberto; **GABARDO, Emerson**; **REIS, Luciano Elias**; VALLE, Vivian Lima López. Participação em banca de Luiza Alencar Sigoli. O princípio da proibição do retrocesso social: uma abordagem acerca da desconstitucionalização dos direitos sociais com ênfase na análise da reforma da previdência social (PEC nº 06/2019). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

13.

VALLE, Vivian Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto; **GABARDO, Emerson**; HACHEM, Daniel Wunder; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thaélis Tombini. Vedação do Retrocesso Social no Direito Fundamental à Saúde: Análise do Resp 1.657.156/RJ e sua Aplicação no Tribunal de Justiça do Paraná. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

14.

HACHEM, Daniel Wunder; **GABARDO, Emerson**; BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Daniel Peixoto de Souza Soares. Hipótese de Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como Retrocenso Social e Ameaça ao Direito Humano a Alimentação Adequada. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

15.

BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; VALLE, Vivian Lima López; **GABARDO, Emerson**; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Guilherme Wesley Santos Oliveira. Violação aos direitos sociais dos militares inativos mobilizados para integrar a força nacional de segurança pública. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

16.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Aline Stiehl. Análise do regime jurídico do FUNÉAS e a fuga do regime público para o privado. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

17.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mayara Pricila de Mello. Arbitragem nos contratos administrativos: a contratação da câmara arbitral. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

18.

REIS, Luciano Elias; CHALUSNHAK, Ana Luíza. Participação em banca de Wagner Ramon Ferreira. Corrupção nas licitações públicas e os meios de detecção e combate preventivo: avanços e retrocessos. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

19.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Marina Novak Aggio. A aplicação da Lei 8429/92 aos agentes políticos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

20.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Nathali Caravieri Peixoto Redis. A discricionariedade das alterações unilaterais qualitativas nos

21.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Norton Cesar Silva. Lei 12462/2013: publicidade e sigilo do orçamento em contratos do regime diferenciado de contratações públicas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

22.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Paulo Henrique Fernandes dos Santos. A responsabilização pelos projetos básico e executivo deficientes nas licitações de obras públicas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

23.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Regiane Gembarovski. A problemática despesa com pessoal e seu impacto para a boa gestão pública. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

24.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Silvane Oliveira Gonçalves. Marco regulatório das organizações da sociedade civil - análise da lei 13.019/2014. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

25.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Emmanuele Thamela Reis Fronza. A remuneração dos notários e registradores no Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

26.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Maria Gabriela Turetta de Lima. As potencialidades e vantagens da adoção da concessão administrativa na área da saúde. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

27.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mayara Anacleto. Contratos de concessão de serviço público: aspectos da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

28.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Gabriel José Bremgartner da Frotta. Inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção: análise da lei 13.300/2016. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

29.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Giovanna Sardi Fernandes. Responsabilidade estatal pelos óbitos ocorridos em presídios. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

30.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliano Augusto Pedrozo. Garantia fundamental do sigilo da fonte para a atividade jornalística. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

31.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Michele Carlos Tranchina. A expansão da jurisdição constitucional para superação do estado das coisas inconstitucionais. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

32.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Paulo Ricardo do Vale Borri. O direito ao esquecimento na era da informação digital: análise constitucional. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

33.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Daniel Medeiros Teixeira. Força dos precedentes judiciais no Novo Código de Processo Civil: análise constitucional. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

34.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mayra Almeida Fernandes. Ativismo judicial na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em tempos de neoconstitucionalismo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

35.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Jaqueline Hamann. A efetividade do direito fundamental à assistência social. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

36.

REIS, Luciano Elias; ANDRADE, Luiz Gustavo. Participação em banca de Moara dos Santos Daiprai. Movimentos grevistas no serviço pública e a reação estatal: análise da (i)legalidade da atuação do Governo Paranaense no protesto de greve dos professores e funcionários do Paraná no dia 29 de abril de 2015. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

37.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Lícia Blumenschein Silva. O direito à privacidade e a liberdade de expressão pela internet. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

38.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ana Carolina de Araújo Leal. A assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde: análise do Poder Judiciário na concretização do direito a medicamentos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

39.

BENITEZ, J. L. F.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de André Athos Fernando da Silva. Aplicação por analogia das regras do uso anormal da propriedade às obras embargadas por infração às legislações municipais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

40.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Guilherme Malucelli. A atividade de fomento público do BNDES segundo o modelo gerencial de Administração Pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

41.

FERREIRA, Daniel.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Luis Eduardo Tramontini Reginato. Os contratos administrativos no setor elétrico e o desvirtuamento da modalidade autorização no atual ordenamento jurídico brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

42.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Marco Antônio Kurrle. Análise crítica do acordo de leniência aplicado no combate à corrupção empresarial no Brasil. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

43.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Marcella Gottardi de Carvalho Afonso. Princípio da continuidade dos serviços públicos face ao inadimplemento do usuário. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

44.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Victor Hugo de Oliveira Molão. O programa nacional de desestatização no tocante à concessão de serviço público aeroportuário. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

45.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Igor Bueno dos Santos. Regulação econômica das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das licitações. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

46.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Patrick Louhan Souza. Considerações sobre a desmilitarização da Polícia Militar e a integração dos órgãos policiais brasileiros na execução da segurança pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

47.

FERREIRA, Daniel.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Priscila Beppler Santos. Dever-poder administrativo sancionador com limites para as microempresas e empresas de pequeno porte. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

48.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Isabela Moreira do Nascimento Domingos. Judicialização do direito à educação face a inoperância do Estado: uma análise da aplicação do Plano Nacional da Educação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

49.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Miguel Nasser Neto. Improbidade administrativa: aplicação da Lei n. 8.429/92 aos chefes do poder municipal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

50.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Stephany Ramos Vargas. Lei de Improbidade Administrativa versus Lei Anticorrupção e o bis in idem. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

51.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Robinson Mauricio de Freitas Andrade. Cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos e a fiscalização. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

52.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Beatriz Simony de Lara Sysocki. As garantias do usuário frente aos contratos de concessão de serviço público. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

53.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Fabíola Fitz Nicco. Os rumos do Direito

54.

REIS, Luciano Elias; ANDRADE, Luiz Gustavo. Participação em banca de Jacson Candiotti.A (im)prescritibilidade da ação de ressarcimento de danos aos cofres públicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

55.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de André Luiz da Motta Bezerra.O princípio da padronização como norma jurídica para a classificação de produtos para o programa Armazém da Família. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

56.

REIS, Luciano Elias; CHALUSNHAK, Ana Luíza. Participação em banca de Ricardo Chocaiy.A inexigibilidade de licitação para contratação de profissionais do setor artístico: uma análise crítica acerca dos requisitos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

57.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Julya Carneiro Lobo.Empresas públicas estatais no contexto da prestação de serviços públicos de saúde. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

58.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Marcel Xavier Pedro.A (i)legitimidade democrática da jurisdição proativa. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

59.

SOUSA, P. H. M.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Ariana Konfidera Coelho.A função social da propriedade e a possibilidade de usucapião de bens públicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

60.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Vanessa Lucena Munhoz.Uso remunerado das faixas de domínio pelas concessionárias de rodovias federais e sua implicância na modicidade das tarifas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

61.

LOSSO, Ezequias; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Pedro Toccafondo Neto.Atos de improbidade administrativa: Lei 8429/92 e a evolução do Direito Administrativo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

62.

SILVA, A. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Catiane Deola Jacoboski.Lei 11.441/2007: forma de desafogar o Poder Judiciário através do serviço notarial. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

63.

SILVA, A. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Catiane Deola Jacoboski.Lei 11.441/2007: forma de desafogar o Poder Judiciário através do serviço notarial. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

64.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Amanda Vicelli.A violação das modalidades do processo licitatório: análise de julgamento do Tribunal de Contas da União. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

65.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Amanda Vicelli.A violação das modalidades do processo licitatório: análise de julgamento do Tribunal de Contas da União. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

66.

FERREIRA, Daniel.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Tatiana Patrícia de Assis.A razoabilidade e a proporcionalidade como limites à aplicação de sanções a

67.

OPUSZKA, Paulo Ricardo; CORDEIRO, E. B. M.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Aruan Benatto Monastier. Parcerias público-privadas: perfil neoliberal e o modelo brasileiro (conflitos, possibilidades e limites de transposição). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

68.

REIS, Luciano Elias; CHALUSNHAK, Ana Luíza. Participação em banca de José Umberto Sacchelli Moraes. Questões polêmicas sobre a vantajosidade do sistema de registro de preços. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

69.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Mayara Cristina Hasemann. Orçamento sigiloso e contratação integrada no RDC. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

70.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Rafael Hendrigo Godoy. Controle exercido pelo Tribunal de Contas da União na execução dos convênios. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

71.

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Correia; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Leonardo Alexandre Lenzi. A constitucionalidade da segurança pública em grandes eventos privados. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

72.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Luiza Hey Toscano de Oliveira. Comissões de Licitação: limites da atuação administrativa à luz dos princípios constitucionais da legalidade, razoabilidade, igualdade e supremacia do interesse público. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

73.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Wilian Rodrigo Board. As parcerias público-privadas. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

74.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de João Paulo Reis Ribeiro. Parcerias público-privadas: uma análise sobre a prestação dos serviços públicos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

75.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Sanny Fabbris Cassins. Foro por prerrogativa de função nas ações de improbidade administrativa. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

76.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Carlos Colombo de Oliveira. A influência do banco mundial na reforma do Judiciário brasileiro e seus reflexos na separação dos poderes. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

77.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Maycon Vieira da Silva. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

78.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Vicente da Silva Maia. O pregão em aquisições de tecnologia da informação: uma solução para celeridade e redução de preços - uma análise crítica. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

79.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Heloisa Dóro. Reforma administrativa e seus reflexos na atual estrutura da Administração Pública Brasileira. 2013.

80.

NASCIMENTO NETO, J. O.; VARESCHINI, Julieta Mendes L.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Luciane Yuri Nakamura. A recusa injustificada em celebrar o contrato administrativo e suas consequências. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

81.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Juana Carvalho. A responsabilidade do Estado por leis inconstitucionais. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

82.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Gabriela Schmidt Zappelini. O processo accountability como instrumento de participação no sistema democrático brasileiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

83.

TOCHETTO, Lucimara. P.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Gregory Schoembakla Slaviero Bunn. As parcerias público-privadas como meio de efetividade dos serviços públicos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

84.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Cláudio Jesus de Abreu Júnior. A extensão dos efeitos da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

85.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Suzana Cueto. A polêmica figura do 'carona' no sistema de registro de preços. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

86.

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Correia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mirelle Ribas. Limites do Controle Judicial no Exame dos Critérios de Avaliação do Concurso Público. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

87.

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Correia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Rafael Belini Souza Silva. A inexigibilidade de licitação na contratação por notória especialização. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

88.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thamiris Cristina Pereira dos Anjos. Regime Diferenciado de Contratações Públicas: análise sobre a publicidade no orçamento estimado. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

89.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Douglas Janiski. Supremacia e indisponibilidade do interesse público e a (im)possibilidade da Administração Pública transigir. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

90.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Cintia Maria Leal da Silva. Terceiro poder e o seu juízo de improbidade: dosimetria na Lei n. 8.429/92. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

91.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thaís Larissa Medeiros de Araujo. Tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte nas licitações públicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

92.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Renata de Pauli. Contratações públicas sustentáveis. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

93.

DIAS, C. F.; SOTO, L. E. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Milton Francisco dos Santos Júnior.O término das concessões de usinas hidrelétricas e a ordem constitucional no Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

94.

SOTO, L. E. M.; FRANCA, P. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Barbosa dos Santos.Arquivamento de atos societários na Junta Comercial do Estado do Paraná de uma sociedade por ações de capital fechado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

95.

BIAZON, Everson da Silva; WEBER, Danielli; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ricardo Santos de Souza.Os princípios da licitação e sua aplicação nas hipóteses de inexigibilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

96.

BIAZON, Everson da Silva; FRANCA, P. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Wladmir Cassiano de Barros Júnior.A tutela jurídica da água doce: análise e perspectiva do sistema de recursos hídricos nacional. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

97.

BIAZON, Everson da Silva; FERRARI, P. N.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ricardo Baldan.O instituto da reversão e seus pressupostos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

98.

BIAZON, Everson da Silva; FERRARI, P. N.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Everli de Fátima Nunes.A inadequação da modalidade convite com os princípios aplicáveis às licitações. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

99.

BUSSE, D. N.; GABARDO, R. A.; **REIS, Luciano Elias**.

Participação em banca de Rafael Schlenker.Os efeitos da cláusula compromissória nos contratos de adesão. 2011.

**10
0.**

BUSSE, D. N.; GABARDO, R. A.; REIS, Luciano Elias.
Participação em banca de Fabiano Rodrigo Costa.Arbitralidade objetiva dos dissídios individuais trabalhistas. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
1.**

SOBREIRO NETO, A. A.; LIPPMANN, R. K.; REIS, Luciano Elias. Participação em banca de Luciana Mesquita Barleta Marchioratto.A propaganda eleitoral antecipada. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
2.**

GABARDO, Emerson; FINGER, Ana Cláudia; REIS, Luciano Elias. Participação em banca de Juliana Ribeiro Mendes de Siqueira.Reforma Previdenciária: Contribuições dos pensionistas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

**10
3.**

FINGER, Ana Cláudia; GABARDO, Emerson; REIS, Luciano Elias. Participação em banca de Rafaela Sionek.O poder normativo e a possibilidade de controle das agências reguladoras. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

**10
4.**

FINGER, Ana Cláudia; GABARDO, Emerson; REIS, Luciano Elias. Participação em banca de Alana de Bastos Mader.Controle judicial da desapropriação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

**10
5.**

BANDINI, R. L. A.; FLEMMING, I. R. A.; REIS, Luciano Elias.

Participação em banca de Alessandra Veit.O princípio da boa fé

**10
6.**

BANDINI, R. L. A.; FLEMMING, I. R. A.; REIS, Luciano Elias.
Participação em banca de Amália Raffaelli.O Direito dos Tratados. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
7.**

TESSER, A. L. B.; LIPPMANN, R. K.; REIS, Luciano Elias.
Participação em banca de Josiel Cunha.Os efeitos da sentença penal no juízo cível e a relativização das jurisdições. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
8.**

TESSER, A. L. B.; LIPPMANN, R. K.; REIS, Luciano Elias.
Participação em banca de Nelson Roberto Rios Brandão Júnior.Fixação de honorários advocatícios na fase de cumprimento da sentença. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
9.**

ARTIGAS, M. N.; LIPPMANN, R. K.; REIS, Luciano Elias.
Participação em banca de Eraldo José Gadens Portella.A defesa do executado através da impugnação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**11
0.**

FRANCA, P. G.; BREUS, T. L.; REIS, Luciano Elias.
Participação em banca de Amanda Cristine de Freitas Souza.Controle judicial pelo Supremo Tribunal Federal das decisões do Tribunal de Contas da União. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**11
1.**

FRANCA, P. G.; BREUS, T. L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Rodrigo Manrich dos Santos. A remoção do servidor militar do Estado do Paraná. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
2.

FRANCA, P. G.; BREUS, T. L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Leizieli Soucagevski. Aspectos da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006 nas licitações públicas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
3.

FRANCA, P. G.; BREUS, T. L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Luciano Marcelo de Oliveira. Contratos de concessão de usinas hidrelétricas: peculiaridades e possibilidades de prorrogação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
4.

BREUS, T. L.; FRANCA, P. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Alessandro Fabiano Rosa. Princípios da Administração Pública no âmbito das licitações. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
5.

FERRARI, P. N.; FERRARI, R. M. M. N.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Julio Alves Mineiro. Liberdade religiosa nos ambientes hospitalares. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
6.

FERRARI, P. N.; SOUZA, M. A. B. de.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Fabiano da Silva. A inconstitucionalidade da lei complementar 123/2006 em relação às licitações públicas e aos contratos administrativos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
7.

SANTANNA, J. G.; SOTO, L. E. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Bruna Carolina Xavier do Nascimento.O direito dos trabalhadores avulsos portuários ao adicional de risco pelo ambiente de trabalho. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
8.

CASTRO, R. P. A.; BREUS, T. L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Daniel de Araújo Cabral.Tombamento. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
9.

LIPPMANN, R. K.; FRAGUAS, S.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Carlos Alberto Xavier.Fraude à execução na alienação de imóveis. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1.

REIS, Luciano Elias. Banca de Concurso Público para a Prefeitura de Fazenda Rio Grande. 2017. Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande.

2.

REIS, Luciano Elias. Banca do Concurso Público do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. 2017. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

3.

REIS, Luciano Elias. Banca de concurso público para o Serviço Social Autônomo - PARANÁCIDADE. 2016. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

4.

REIS, Luciano Elias. Concurso público de Procurador da Prefeitura de Maringá. 2015. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Avaliação de cursos

1.

REIS, Luciano Elias. Concurso II Prêmio Gestor Público do Ano. 2014. SINDIFISCO - PR.

Outras participações

1.

REIS, Luciano Elias; PASINATTO, Ana Paula. Direito e Administração Pública - Sessão 1 - Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica. 2020. Centro Universitário Curitiba.

2.

REIS, Luciano Elias. Grupo de Trabalho do SPIC - Direito e Administração Pública. 2020. Centro Universitário Curitiba.

3.

REIS, Luciano Elias. Comissão Julgadora do III Prêmio Gestor Público do Ano. 2017. SINDIFISCO - PR.

4.

REIS, Luciano Elias. Comissão de Avaliação de Concurso de Artigos do I Congresso Internacional de Direito Fundamentais na Nova Ordem Mundial. 2017. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

5.

REIS, Luciano Elias; FERREIRA, Daniel.; FERRARI, P. N.; VIOLIN, T. C.; NASCIMENTO NETO, J. O.. Concurso de artigos jurídicos "Prêmio Prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho". 2015. Universidade Federal do Paraná.

6.

REIS, Luciano Elias. Comissão Julgadora de Concurso de Artigos Jurídicos do XVI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2015. Instituto Paranaense de Direito Administrativo.

7.

FERREIRA, Daniel.; VIOLIN, T. C.; FERRARI, P. N.; NASCIMENTO NETO, J. O.; **REIS, Luciano Elias.** Sessão de Apresentação de Comunicados Científicos do Seminário Internacional "Direito Administrativo e suas transformações atuais: Homenagem ao Prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho". 2015. Universidade Federal do Paraná.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Financiamento nas concessões. 2022. (Congresso).

2.

X Congreso Internacional Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo (REDOEDA)., Compras Públicas Inovadoras no Brasil. 2022. (Congresso).

3.

V Congresso Interestadual de União e Fortalecimento da Vereança. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Em busca da tão sonhada segurança jurídica ao gestor público. 2019. (Congresso).

4.

VIII Congreso Internacional sobre Contratación Pública. 2019. (Congresso).

5.

XIV Congreso de la Asociación Española de Profesores de Derecho Administrativo. 2019. (Congresso).

6.

II SEMINARIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN DOCTORAL Y, POSTDOCTORAL ? , DERECHO PÚBLICO Y GLOBALIZACIÓN: ADMINISTRACIÓN, MEDIOAMBIENTE, TECNOLOGÍAS Y DESIGUALDAD. A autonomia tecnológica nacional como fator de sustentabilidade e de discriminação legítima nas compras públicas brasileiras. 2018. (Seminário).

7.

Novos desafios ao sistema comercial multilateral. 2018. (Seminário).

8.

VIII Congreso Internacional de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo. As licitações eletrônicas e o uso dos robôs. 2018. (Congresso).

9.

VIII Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e VII Congresso Sulamericano de de Direito Administrativo. 2018. (Congresso).

10.

I Congresso Internacional de Direitos Fundamentais na Nova Ordem Internacional. 2017. (Congresso).

11.

II Encontro Estadual de Professores de Direito do Paraná. 2017. (Seminário).

12.

A ponderação de princípios entre o ceticismo e o otimismo ingênuo. 2016. (Exposição).

13.

I Jornada de Direito Administrativo.Painel de Debates. 2015. (Simpósio).

14.

V Conferência Estadual dos Advogados. 2014. (Congresso).

15.

XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2014. (Congresso).

16.

II Virada Acadêmica. A contratação de serviços advocatícios pelo Poder Público. 2013. (Simpósio).

17.

VIII Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Contratação de serviços de saúde. 2013. (Congresso).

18.

II Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Credenciamento: aspectos pontuais e polêmicos. 2012. (Congresso).

19.

IV Fórum Latino-Americano de Gestão Pública. Infraestrutura, Energia, Integração e Desenvolvimento Social. 2012. (Congresso).

20.

Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. Contratações específicas no Pregão: Telefonia e Passagem Aérea. 2012. (Seminário).

21.

Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Sistema de Registro de Preços o. Questões pontuais sobre Sistema de Registro de Preços e seus Contratos. 2012. (Seminário).

22.

Sistema de Registro de Preços Week. Gestão de contratos derivados do Sistema de Registro de Preços. 2012. (Seminário).

23.

VI Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. Comissão de Análise e Discussão de Comunicações Científicas. 2012. (Congresso).

24.

VII Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Pontos polêmicos dos contratos administrativos. 2012. (Congresso).

25.

XIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Crise Econômica e Direito Administrativo. 2012. (Congresso).

26.

I Congresso da Rede Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. Serviços públicos e atividade econômica como meios de desenvolvimento. 2011. (Congresso).

27.

III Fórum Latino-Americano de Gestão Pública OAB-PR e II Congresso Italo-Latinoamericano de Direito Administrativo. Meio Ambiente. 2011. (Congresso).

28.

I Seminário Ítalo-brasileiro.Inovações para a incrementação da responsabilidade socioambiental das empresas. 2011. (Seminário).

29.

Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão.Questões polêmicas sobre sanções administrativas e rescisões contratuais. 2011. (Seminário).

30.

VI Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Contratação Direta. 2011. (Congresso).

31.

Virada Acadêmica.As Parcerias da Administração Pública e a Sociedade Contemporânea. 2011. (Seminário).

32.

XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Direitos fundamentais e democracia. 2011. (Congresso).

33.

XXI Conferência Nacional dos Advogados. Liberdade, Democracia e Meio Ambiente. 2011. (Congresso).

34.

3 Congreso Internacional de Derecho Administrativo. Aspectos da improbidade administrativa no Brasil. 2010. (Congresso).

35.

II Congresso Sul Brasileiro de Gestão Pública. Acompanhamento e prestação de contas de convênios com entidades públicas. 2010. (Congresso).

36.

II Fórum Latino Americano de Gestão Pública da OAB Paraná. Estado Gerencial - Eficiência x Corrupção. 2010. (Congresso).

37.

II Semana Acadêmica Temática da Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti - Homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. Novas perspectivas do interesse público. 2010. (Congresso).

38.

Palestra na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Princípios constitucionais das finanças públicas e do orçamento. 2010. (Outra).

39.

Palestra na Universidade Federal do Paraná. Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. (Outra).

40.

41.

Congresso Sul Brasileiro de Gestão Pública. Auditoria de Contratos Administrativos. 2009. (Congresso).

42.

Palestra na Universidade Livre do Comércio - Associação Comercial do Paraná. As licitações públicas e as microempresas - uma alternativa de negócio. 2009. (Outra).

43.

VIII Semana Acadêmica. Reflexos da Lei Complementar n. 123 nas Licitações Públicas - Justo ou injusto?. 2008. (Outra).

44.

Atualização do CPC com Enfoque no Executivo Fiscal... 2007. (Encontro).

45.

II Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. .. 2007. (Congresso).

46.

O fornecimento de medicamentos e serviços de saúde: a limitação da responsabilidade do Estado e as estratégias de defesa dos Municípios... 2007. (Encontro).

47.

A nova lei orgânica e regimento interno do Tribunal de Contas do Paraná, e o reflexo nos Municípios. Tribunal de Contas. 2006. (Seminário).

48.

Congresso Internacional Comemorativo aos 10 anos da ARBITAC e da Lei de Arbitragem Brasileira. .. 2006. (Congresso).

49.

Consórcios públicos e a reestruturação dos serviços de limpeza urbana... 2006. (Outra).

50.

Procedimentos na Execução e Prestação de Contas de Transferências Voluntárias à Luz da Resolução n. 03/2006, Regimento Interno e Lei Complementar n. 113/2005... 2006. (Encontro).

51.

II Ciclo de Palestras de Processo Civil 2005... 2005. (Simpósio).

52.

Seminário para Capacitações de Pregoeiros - Ciclo Integral dos Procedimentos da Licitação... 2005. (Seminário).

53.

V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. .. 2004. (Congresso).

54.

V Semana Acadêmica da Faculdade Dom Bosco.O DIRETÓRIO ACADÉMICO - A FACE DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL. 2004. (Outra).

55.

III Congresso Paranaense de Processo Civil. .. 2003. (Congresso).

56.

II Simpósio Paranaense de Meio Ambiente... 2003. (Simpósio).

57.

I Seminário Empresa, Meio Ambiente e o Novo Código Civil... 2003. (Seminário).

58.

Congresso Paranaense de Direito Ambiental. .. 2002. (Congresso).

59.

Simpósio sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal... 2002. (Simpósio).

60.

Congresso Paranaense de Processo Civil. .. 2001. (Congresso).

61.

III Simpósio Nacional de Direito Constitucional... 2001. (Simpósio).

62.

Desafios e Rumos da Democracia Brasileira no Século XXI. .. 2000. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

PESSUTI, O. M. ; **REIS, Luciano Elias** . V Congresso Interestadual de União e Fortalecimento da Vereança. 2019. (Congresso).

2.

REIS, Luciano Elias. Auxílio na Organização da Semana de Integração do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR. 2018. (Outro).

3.

REIS, L. E.. I Congresso Interestadual de União e Fortalecimento da Vereança. 2017. (Congresso).

4.

5.

CASTRO, R. P. A. ; TESSEROLLI, E. C. R. ; DEMETERCO JUNIOR, A. ; **REIS, Luciano Elias** . V Fórum Latino-Americanano de Gestão Pública, Direito da Infraestrutura e Direito Econômico. 2014. (Congresso).

6.

REIS, Luciano Elias. II Congresso Nacional de Contratação Pública. 2014. (Congresso).

7.

REIS, Luciano Elias. II Congresso Brasileiro de RDC. 2014. (Congresso).

8.

REIS, Luciano Elias. I Congresso Brasileiro de RDC. 2013. (Congresso).

9.

CASTRO, R. P. A. ; TESSEROLLI, E. C. R. ; **REIS, Luciano Elias** . IV FÓRUM LATINO-AMERICANO DE GESTÃO PÚBLICA. 2012. (Congresso).

10.

GABARDO, Emerson ; CASTRO, R. P. A. ; **REIS, Luciano Elias** . Fundações privadas, terceiro setor e controle do Estado. 2010. (Outro).

11.

REIS, Luciano Elias. Simpósio Paranaense de Direito Desportivo. 2004. (Congresso).

Orientações

1.

Jacqueline Bataglin Fontoura. Responsabilidade Civil do Estado por omissão : estudos acerca do regime jurídico objetivo. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

2.

Fernanda Rodrigues Reis. A (des)necessidade de culpa para a configuração da responsabilidade administrativa ambiental. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

3.

Andreia Carolina Mazzola. As razões de recurso e a vinculação aos motivos da intenção recursal no pregão. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

4.

Carlos Renato Nadolny Busetti Mori. Responsabilidade Extracontratual do Estado e o Terceiro Setor. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

5.

Juliana Claudino. A responsabilidade civil do estado e das concessionárias por danos causados em rodovias federais. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

6.

Luíza Hey Toscano de Oliveira. Má-fé, execução do contrato e responsabilidade do Estado. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

7.

Ana Carolina Coura Vicente Machado. Licitações sustentáveis repensando os processos licitatórios e seu planejamento em

prol do desenvolvimento nacional sustentável. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

8.

Paulo Vinicius Liebl Fernandes. Empresas privadas com participação estatal: características, objetivos e regime jurídico. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

9.

Sofia Duarte de Lima Moser. Contratação integrada no regime diferenciado de contratações públicas. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

10.

Mauricio Augusto Garbin. A motivação e as demissões de servidores públicos. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

11.

Mauro de Paula Branco. O termo de parceria entre as OSCIPs e o Poder Público e a dispensa de processo licitatório. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

12.

Soraid Laura Vicuna Souza de Melo. O controle externo do Tribunal de Contas nos procedimentos licitatórios. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Administrativo) - Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS. Orientador: Luciano Elias Reis.

13.

Luiz Gustavo Tarraf Caran. A constituição de consórcios para participação em licitações. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Administrativo) - Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS. Orientador: Luciano Elias Reis.

14.

Erica Fernandes de Oliveira. Sistema de Registro de Preço: utilização viável a garantir celeridade e vantajosidade à Administração Pública. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Administrativo) - Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS. Orientador: Luciano Elias Reis.

15.

Paulo Henrique de Campos Barros. Pregão eletrônico: vantagens e desvantagens. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Administrativo) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Luciano Elias Reis.

16.

Adriana Breziniski de Paiva. A prevenção como forma de reduzir a instauração de processo administrativo disciplinar e mitigar custos. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

17.

Bruno Ryuiti Nagata. Da defesa técnica e da autodefesa nos processos administrativos disciplinares militares. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

18.

Adriano Ronchi. A legalidade das penas restritivas de liberdade provisórias por transgressão disciplinar do regulamento disciplinar do Exército. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elías Reis.

19.

Maier Luis Passos. Crime de deserção ? a legalidade e a ilegalidade da prisão antecipada do deserto. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

20.

Carolina Pauleto Ferraz Zancan. Aplicabilidade do efeito suspensivo nos recursos disciplinares ? penas restritivas de liberdade. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

21.

Luiz Carlos Santos. A importância da presunção de inocência no processo disciplinar administrativo. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

22.

Elisangela de Paula e Silva. A descriminalização da deserção em tempo de paz. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

23.

Gustavo Dalledone Zancan. O ato expulsório da Polícia Militar do Paraná e a possibilidade de sua invalidação judicial. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

24.

Janine Luana Oliveira. Os elementos delineadores da dosimetria da sanção disciplinar. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

25.

Donizete Luz. A provação da liberdade como fator educativo da punição disciplinar policial militar. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

26.

Mariléa Rodrigues de Britto. A Lei n. 8.666/93 supre as demandas da Administração Pública na atualidade?. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em MBA em Gestão Pública) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

27.

Ademir Avelino João Rosseto. A motivação do ato administrativo segundo os Tribunais. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Orientador: Luciano Elias Reis.

28.

Paulo Roberto de Santis Morais. Aplicação dos princípios administrativos aos atos sujeitos a registro pelo Tribunal de Contas. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Orientador: Luciano Elias Reis.

29.

Victor Antonio Galvão. Processo administrativo disciplinar: defesa técnica e presença de advogado. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Orientador: Luciano Elias Reis.

30.

Diogo Willian Likes Pastre. Sanções administrativas nas licitações públicas. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Orientador: Luciano Elias Reis.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Maria Eduarda Romanó Budolla. A indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

2.

João Pedro Correa Lopes. A extinção da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa na Lei 14.230. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

3.

Beatriz Alyes de Paula. Vantagens e desafios da implementação do diálogo competitivo como nova modalidade de licitação na

4.

Rafaela Ribeira Freitas. A utilização do seguro garantia em contratações administrativas e a reclamação de sinistro à seguradora. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

5.

Bruna Elicker Dellai. A retroatividade da lei mais benéfica e o direito administrativo sancionador no âmbito da lei da improbidade administrativa: análise do julgamento do tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Design Gráfico) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

6.

Bianca Gomes Pleutim Almeira. De quem é a legitimidade para propor ação de improbidade: uma análise da lei 14.230 - a nova lei de improbidade. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

7.

Isabela Barbosa de Souza. A regulamentação do diálogo competitivo no Brasil. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

8.

Fábio José Judice. Responsabilidade Civil do Estado: prestação do serviço público da infraestrutura aeroportuária e da infraestrutura aeronáutica. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

9.

Greicy Furman Brandt. Resolução n. 01/2017 do Conselho Superior do Ministério Público do Paraná como instrumento de consensualização: possibilidade (in)útil ao interesse público. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

10.

Leonardo Matheus Monhoz Matoski. Aplicabilidade do Decreto 9.412 aos entes federativos - conflito entre norma geral e norma especial. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

11.

Luan Campagnholo de Mattos. A responsabilidade de agentes públicos no âmbito da contratação direta sob o viés da Lei 13.655: um revistar às decisões do Tribunal de Contas da União. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

12.

Lucas Cardoso de Oliveira. A interpretação da modalidade convite de licitação pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

13.

Wagner Ramon Ferreira. Corrupção nas licitações públicas e os meios de detecção e combate preventivo: avanços e retrocessos. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

14.

Marina Novak Aggio. A aplicação da Lei 8429/92 aos agentes políticos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

15.

Paulo Henrique Fernandes dos Santos. A responsabilização pelos projetos básico e executivo deficientes nas licitações de obras públicas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

16.

Regiane Gembarovski. A problemática despesa com pessoal e seu impacto para a boa gestão pública. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

17.

Silvane Oliveira Gonçalves. Marco regulatório das organizações da sociedade civil - análise da lei 13.019/2014. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

18.

Emmanuele Thamela Reis Fronza. A remuneração dos notários e registradores no Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

19.

Maria Gabriela Turetta de Lima. As potencialidades e vantagens da adoção da concessão administrativa na área da saúde. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

20.

Mayara Anacleto. Contratos de concessão de serviço público: aspectos da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

21.

Fernanda Rodrigues Reis. A contribuição das agências reguladoras para a proteção dos direitos fundamentais sob a perspectiva de eficácia horizontal. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

22.

Tainara Prado Laber. A responsabilidade civil do Estado em razão de erro médico cometido na prestação de serviço público de saúde. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

23.

24.

Bethânia Inara Roos de Oliveira. O credenciamento à luz da Lei Estadual 15.608/2007 e do Decreto Estadual n. 4.507/2009. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

25.

Júlia Ribeiro Ghinis. A utilização de software para lances automáticos no pregão eletrônico e o princípio da isonomia. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

26.

Patrícia Bernardes Szernek. Arbitragem em contratos administrativos: uma análise sobre o princípio da legalidade e o da indisponibilidade do interesse público. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

27.

Thiago Gomes de Sá. A imoralidade da carta convite. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

28.

Vitor Hugo Marçal Deluca. Poder normativo das decisões das agências reguladoras. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

29.

Gesiely Campos de Almeida. As vantagens e desvantagens do pregão como modalidade de licitação na Administração Pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

30.

Haroldo Moleta. Aplicação da Lei Anticorrupção: principais efeitos sob a estrutura de controle interno em sociedades de economia mista. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

31.

Ana Paula Pires. A efetividade da nova lei de arbitragem nos contratos administrativos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

32.

Guilherme Corrêa Nunes. Parcerias público-privadas: remuneração variável a partir de critérios objetivos de qualidade e disponibilidade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

33.

Ricardo Gonçalves Teixeira Júnior. A arbitragem no âmbito da Administração Pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

34.

Gabriela Rodrigues da Cunha. A parceria público-privada versus a concessão comum de serviços públicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

35.

Gabrielle Nauy Batista. Contratação de serviços de advocacia por inexigibilidade de licitação. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

36.

Fabiane Antunes Spotorno. O pregão eletrônico e a legalidade da cobrança de taxa de utilização dos serviços da tecnologia da informação. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

37.

Camila Backes. A licitação pública e sua finalidade de promover o desenvolvimento nacional sustentável. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

38.

Henrique Roth Isfer. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo sob o prisma do fato da Administração: breves aportes. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

39.

Julia Cecilia Ribeiro. Corrupção e fraude no processo licitatório: uma afronta aos princípios da Administração Pública. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

40.

Daniel conrado Muller Ulrich. O Regime Diferenciado de Contratação e seus principais aspectos desburocratizantes. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

41.

Alexandre Yassuo Watanabe. O financiamento do Banco Mundial justaposto ao procedimento licitatório brasileiro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

42.

Guilherme Claudino D` Alécio. Fraudes em licitações públicas e suas consequências nos âmbitos social e jurídico. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

43.

Guilherme Kinceski de Carvalho. A utilização do pregão na Administração Pública. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

44.

Pamela DanelonReina Justen de Oliveira. Regime Diferenciado de Contratação: retrospectiva e perspectiva da licitação no Brasil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

45.

Juliana Thomasi Joaquim. Sanções administrativas nas licitações: uma análise e um paralelo entre as Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/11. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

46.

Mariana de Souza de Oliveira. A fiscalização e o controle interno nos contratos de concessão de serviço público. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

47.

André Luis Siqueira Leal. A atuação das agências reguladoras na defesa de usuários de serviços públicos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

48.

Fernanda Akemi Okazaki Guerios. O controle externo pelos Tribunais de Contas: análise comparativa entre Brasil e Portugal. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

49.

Thais Carvalho dos Santos. Discretionalidade administrativa e o desvio de poder público, seus aspectos de incidência e o controle jurisdicional. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

50.

Filipe Kuss. Convênios administrativos firmados entre instituições federais de ensino superior e fundações de apoio. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

51.

Luis Rodolfo Zadorosny Pickcius. Os riscos na parceria público-privada. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

52.

Renato Zanco Bueno. O regime diferenciado de contratação e o serviço público no estado pós-moderno. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

53.

Mariana Camillo Silvestre. A Lei n. 12.846/13: a corrupção e a natureza jurídica da lei. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

54.

Cláudio Jesus de Abreu Júnior. A extensão dos efeitos da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

55.

Suzana Cueto. A polêmica figura do 'carona' no sistema de registro de preços. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

56.

Mirelle Ribas. Limites do Controle Judicial no Exame dos Critérios de Avaliação do Concurso Público. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

57.

Thamiris Cristina Pereira dos Anjos. Regime Diferenciado de Contratações Públicas: análise sobre a publicidade no orçamento estimado. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

58.

Luciano Marcelo de Oliveira. Contratos de concessão de usinas hidrelétricas: peculiaridades e possibilidades de prorrogação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

59.

Amanda Cristine de Freitas Souza. Revisão judicial pelo Supremo Tribunal Federal das decisões do Tribunal de Contas da União. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

60.

Leizieli Soucajevski. Aspectos da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, nas licitações públicas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

61.

Beliza Erica Muggiati Krüger. O controle social e a participação dos usuários na prestação dos serviços públicos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

62.

Caio Vinicius Rezende. Contratação direta sem licitação: dispensa e inexigibilidade. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

63.

Marinilse Zabloski. Licitação: fracionamento do objeto. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

64.

Francisco César Boss. Plano de Trabalho dos Convênios Administrativos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

65.

Fabiano da Silva. A inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 123/2006 em relação às licitações públicas e contratos administrativos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

Projetos de pesquisa

2020 - 2022

Compras Públicas Inovadoras

Descrição: A modernização que a sociedade mundial perpassa ante os mais diversos avanços da tecnologia, da inovação e da ciência impacta também diretamente no governo dos Estados, fazendo com que a busca incessante de governo digital e governo 4.0 ou 5.0 também recaia sobre as licitações públicas e contratos da Administração Pública. Nesse cenário, imperioso se faz o estudo aprofundado das compras públicas inovadoras, tanto sob o viés das ferramentas atualmente utilizadas e as que estão sendo projetadas para viabilizar as contratações do Poder Público, quanto sob o espectro da implementação de ajustes envolvendo tecnologia, inovação e ciência. Para o escopo proposto, se faz imprescindível compreender conceitos básicos de inovação, ciência e tecnologia para posteriormente definir o que se entende por governo digital, compras públicas inovadoras, governo 4.0 ou 5.0 e instrumentais utilizados para direta ou indiretamente auxiliá-los (blockchain, big data, etc.).

Situação: Concluído; **Natureza:** Pesquisa.

Integrantes: Luciano Elias Reis - Coordenador / Marco Antônio Kurrle - Integrante / Ligia Damiani - Integrante / Vanessa Carneiro dos Anjos - Integrante / Ricardo Gonçalves Teixeira Junior - Integrante / Rodrigo Carvalho Pólli - Integrante / Gabriela Verona Péricio - Integrante / Thyago de Pieri Bertoldi - Integrante.

Outras informações relevantes

Conselho Consultivo da Agência Reguladora do Estado do Paraná - AGEPAR Co-criador e Coordenador do Comitê de Olho na Transparência Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básicos e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - do Município de Pinhais. Comissão Executiva de Regularização Urbana do Município de Pinhais Conselho Municipal de Saúde do Município de Pinhais Comissão de Promoção Funcional do Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Pinhais

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 21/10/2024 às 10:41:56

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.651.451/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/02/2019
NOME EMPRESARIAL IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO AGP		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MINAS GERAIS	NÚMERO 1391	COMPLEMENTO SALA 502 ANDAR 5. EDIF ELLON	
CEP 85.601-060	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA APARECIDA	MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR		TELEFONE (46) 9970-8582/ (46) 2601-1978	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/10/2024 às 13:26:54** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 1/5

EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080, TITULAR DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA – EIRELI**, com sede na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, fazendo uso do que permite o parágrafo 3.º do artigo 968 da Lei n.º 10.406/2002, com a redação alterada pelo artigo 10 da Lei Complementar n.º 128/2008, RESOLVE, transformar a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, uma vez que admitiu a sócia **MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010, passando a constituir o tipo jurídico de SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, a qual será regida nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimetais das Sociedade Anônimas (Lei 6.404/1976) e pelo presente CONTRATO SOCIAL, ao qual os sócios se obrigam mutuamente e RESOLVEM alterar e consolidar os dados constantes do Ato Constitutivo, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, irá girar sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**,

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o endereço da sede da empresa que era na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, passará a ser na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade passará a ter por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fica elevado para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, o qual será integralizado pelos sócios na seguinte maneira:

a) – O sócio EDUARDO ANZILIERO, subscreve 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e os integraliza com

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N.º 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAYA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 2/5

a incorporação do Capital Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, ora transformada; e,

b) – A sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, subscreve 20.000 (vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e os integraliza em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA QUINTA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	100.000	100.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	20.000	20.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

Leandro
JK

CLÁUSULA SEXTA: O sócio EDUARDO ANZILIERO, que possui na sociedade 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), vende e transfere de forma onerosa para a sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, 40.000 (quarenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pelo valor nominal e recebe a referida importância em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade será exercida pelos sócios EDUARDO ANZILIERO e MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio

CLÁUSULA NONA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N.º 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAYA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 3/5

CLÁUSULA DÉCIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que não colidiram direta ou indiretamente com as disposições decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Tendo em vistas as alterações ora ajustadas e em consonância com o que determina o artigo 2031 da Lei 10406/2002, os sócios, RESOLVEM por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, tornado assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação:

IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080; e,

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010;

Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, a qual é regida sob a forma de sociedade empresária limitada nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), RESOLVEM, por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N.º 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAYA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 4/5

Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou as atividades em 08 de fevereiro de 2019, considerando a EIRELI e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, é assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO** e **MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro primeiros meses ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore observadas às disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possí-

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N.º 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAYA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 5/5

vel ou inexistindo interesse deste(s) ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

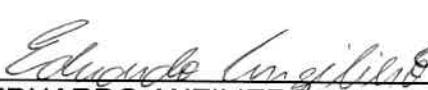
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade poderá distribuir lucros aos sócios, lucros acumulados ou lucros apurados em balanços intermediários, que serão partilhados na proporção da participação de cada sócio no Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram, sob as penas da Lei que a presente empresa se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Francisco Beltrão PR., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em uma via, para que valha na melhor forma de direito.

Francisco Beltrão, 22 de janeiro de 2020

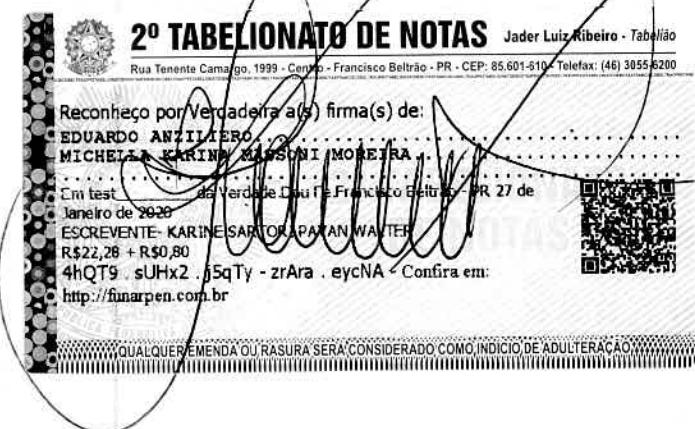

EDUARDO ANZILIERO


MICHELLA KARINA MASSOMI MOREIRA

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N.º 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br



CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N° 41209261297.
PROTÓCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (30/10/2025 às 09:38) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 32.651.451/0001-85.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6903.5C44.07FE.6908 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **32.651.451/0001-85**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:25:54 do dia 01/10/2025 , com validade até o dia 31/10/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidores.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: D1OtEFN1Vpsdx8Tc1l8a

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Certidão nº: 58527114/2025

Expedição: 01/10/2025, às 08:24:52

Validade: 30/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.651.451/0001-85**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 037935914-75

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 32.651.451/0001-85

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 29/01/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ: 32.651.451/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:06:47 do dia 19/08/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/02/2026.

Código de controle da certidão: **B5D3.5CE2.E8A6.6074**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA
N°41730/2025

RAZÃO SOCIAL: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 309103

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ: 20190114

ENDEREÇO: RUA MINAS GERAIS, 1391 - NOSSA SENHORA APARECIDA - SALA 502 ANDAR 5. Francisco Beltrão - PR CEP: 85601060

ATIVIDADE: Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

D A T A	D E	E M I S S Ã O :	0 1 / 1 0 / 2 0 2 5
D A T A	D E	V A L I D A D E :	3 0 / 0 3 / 2 0 2 6
FINALIDADE:	CONCORRÊNCIA	/	LICITAÇÃO
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 4HHJ9UFFH4ZJXT8A3BS			

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão emitida gratuitamente pela internet em: 01/10/2025 - 08:27:45
Qualquer rasura invalidará este documento.

Memorando 6- 6.009/2025

De: Thaise V. - PGM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2025 às 15:22:28

Reencaminho.

—
Thaise Viola
Assessoria Jurídica

Anexos:

TCU_PR.pdf

TERMO_DE_REFERENCIA.doc

TERMO_DE_REFERENCIA.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Thaise Viola	30/10/2025 15:23:28	1Doc	THAISE VIOLA CPF 103.XXX.XXX-85
Rubenei Meloto	31/10/2025 08:07:11	1Doc	RUBENEI MELOTO CPF 749.XXX.XXX-68

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **68AC-BB40-DC2C-10BE**

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 30/10/2025 14:30:26

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**
CNPJ: **32.651.451/0001-85**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punitidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.





TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto n.º 73, de 2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO

Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais, conforme descrito no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<p>Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.</p> <p>Carga horária: 17h30min.</p> <p>Previsão de realização: 05 a 07 de novembro de 2025.</p> <p>Horários: 05/11/2025: 08h30 às 12h – 13h30 às 17h00 06/11/2025: 08h30 às 12h – 13h30 às 17h00 07/11/2025: 08h30 às 12h.</p> <p>Local: JL Hotel by Bourbon Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000</p> <p>Participará do evento o servidor: Márcio Stringari CPF: 248.211.768-23</p> <p>Corpo docente: Christianne Stroppa; Luciano Reis e Vivian Lima López Valle.</p> <p>Os currículos dos palestrantes se encontram anexo ao Memorando.</p>	01	2.490,00	2.490,00

2 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 No serviço público, a busca por excelência e eficiência é essencial para atender às necessidades da sociedade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que os servidores públicos invistam em estudos, capacitação e atualização contínua. Investir em estudos e capacitação é uma forma de valorizar a carreira no serviço público. Quanto mais conhecimento e habilidades um servidor adquire, maiores são as chances de progredir na hierarquia e conquistar oportunidades de destaque. O estudo contínuo e a capacitação não apenas beneficiam o servidor público em seu trabalho, mas também promovem seu crescimento profissional e pessoal. O conhecimento adquirido amplia suas perspectivas, fortalece sua autoconfiança e proporciona novas oportunidades de desenvolvimento.

2.2 Nesse sentido, a Capacitação no Curso: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar proporcionará ao servidor participante o entendimento sobre:

- a)** O regime jurídico disciplinar na Administração Pública;
- b)** O rito processual da sindicância e do PAD;
- c)** Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções;
- d)** Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos e;



e) Estudo de casos práticos.

2.3 Considerando o inciso II do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 o qual dispõe que:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”.

2.4 Considerando os contratos/notas fiscais fornecidas pela empresa (em anexo ao processo), as quais comprovam que o valor está compatível com o valor de mercado.

2.5 Considerando que a empresa escolhida é consagrada no mercado pela competência dos docentes e por estar há muitos anos em atividade, a competência dela é indiscutível.

3 FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços deverão ser executados nas datas de 05 a 07 de novembro de 2025, conforme proposta fornecida pela contratada.

3.2 Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a Contratada a executar o mesmo objeto, sem ônus ao Contratante, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

4 JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DO VALOR OFERTADO

4.1 Serão pagos os preços unitários previstos no Item 1 deste Termo de Referência.

4.2 O valor máximo a ser pago à Contratada será de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais) para participação de 01 servidor.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

4.4 Somente serão pagos os valores referentes aos serviços efetivamente executados e que tenham sido recebidos definitivamente pelo contratante.

4.5 Para fins de atendimento ao disposto no Art. 372 do Decreto Municipal 73/2023, informamos que em consulta com a contratada, a mesma informou que emitiu 3 notas fiscais com objeto semelhante e conteúdo programático diverso, ao descrito neste termo e com preço compatível, sendo assim, foi acostado ao memorando.

4.6 Mapa de Preços:

DATA	Nº NF	MUNICÍPIO	VALOR
05/05/2025	NF 3158	Município de Gaspar/PR	R\$ 2.490,00
07/05/2025	NF 3165	Município de Cerro Azul/PR	R\$ 2.490,00
29/04/2025	NF 3142	Município de Tibagi/PR	R\$ 2.490,00

4.7 A servidora responsável pela pesquisa de preços é a Sra. Thaise Viola.

5 DO REAJUSTE

5.1. A periodicidade de reajuste do valor da contratação será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2021, utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por se tratar do índice nacionalmente utilizado, bem como fornece um panorama sobre como está o poder de compra da população e sua variação no país.

5.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data da inscrição.

5.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o Art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.



5.3 Não serão admitidos apostilamento com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6 RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá à servidora Sra. Elaine Cristina Gambeta, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (incisos I a VII do art.10 do Decreto nº 73/2023):

I - analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - analisar eventuais alterações contratuais, depois de ouvido o fiscal do contrato;

IV - analisar os documentos referentes à execução do serviço executado contratado;

V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VII - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema GMS, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VIII - preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

IX - inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

X - outras atividades compatíveis com a função.

6.1.2 As atribuições referidas no item 6.1 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

6.1.3 Embora o art. 10 do Decreto Municipal nº 73/2023 estabeleça, preferencialmente, a designação de servidor ou empregado público efetivo do quadro permanente como gestor de contratos, torna-se indispensável, no presente caso, a nomeação da Sra. Elaine Cristina Gambeta, ocupante do cargo de Assessora Jurídica, lotada na Procuradoria, para o exercício da função de gestora do contrato. A indicação decorre em razão do número exguo de pessoas lotados no setor.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá à servidora Thaise Viola, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (parágrafos 1º ao 2º; e parágrafo 4º do art. 11; e incisos I a XV do art. 12 do Decreto nº 73/2023), naquilo que for compatível com o objeto do contrato:

I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

IV - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

V - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

VII - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

IX - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;





X - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XI - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

XII - verificar a correta aplicação dos materiais;

XIII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIV - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objetocontratado, quando for o caso;

XV - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.2.1 Compete ainda ao fiscal do contrato, no que se refere à fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços:

I - O fiscal de contrato deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

II - A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto nº 73/2023.

6.2.2 As atribuições referidas no item 6.2 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

7 PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1 O serviço deverá ser executado no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

7.1.1 Local de execução dos serviços: JL Hotel by Bourbon. Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000.

7.1.2 Prazo de execução dos serviços: dias 05 a 07 de novembro de 2025, conforme horários previstos na proposta da Contratada.

7.2 Os serviços poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O curso deverá ser ministrado, pessoalmente, pelos professores: Christianne Stroppa, Luciano Reis e Vivian Lima López Valle.

8 FONTE DE RECURSO

8.1 A despesa correrá da seguinte dotação orçamentária: Procuradoria Geral/Secretaria de Administração e Finanças.

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	1045 - Outros Recursos não Vinculados
Programa de Trabalho:	04.122.0002.2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1633 - Serviços de Seleção e Treinamento
Nota de Empenho:	Não Se Aplica

9 VIGÊNCIA

9.1 O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias contados da data de assinatura.

9.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.



9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações da Contratada:

10.1.1 Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

10.1.9.1 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.2 Aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e respetivo termo de referência;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato e no termo de referência;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;





10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de sistema interno, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para contratados sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 deste contrato.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

11.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento do objeto, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Em função do baixo valor da contratação;



12.1.2 Pelo disposto no item 3.2 deste termo, no qual a contratada se compromete a executar o objeto em outra data, caso ocorra fato que impossibilite a execução na data prevista, devidamente justificado à Administração.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto n.º 73, de 2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto n.º 73, de 2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto n.º 73, de 2023;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 73, de 2023.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de norma ou súmula administrativa específica.

13.7 Nos casos não previstos neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 73, de 2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, no procedimento de seleção do fornecedor e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Chopinzinho.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho.

13.10 As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

14. CASOS DE EXTINÇÃO

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.



14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no termo de referência;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuênciia expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no termo de referência que originou o contrato.

15.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15.6 Não será admitida a subcontratação ou cessão total ou parcial dos serviços, objeto deste termo.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria execução dos serviços por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.

16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados execução dos serviços especificados no contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.

16.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos –



devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto do contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma de regulamentação específica.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base no contrato serão atendidas na forma de regulamentação específica.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE ao Município de Chopinzinho, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DA DISPENSA DO MAPA DE RISCOS

Considerando que a presente contratação é um serviço comum, de baixo valor, baixa complexidade, e solução simples, nos termos do Art. 186 do Decreto Municipal 73/2023, alterado pelo Decreto 118/2025, fica dispensado o Mapa de Riscos.

18. DA APROVAÇÃO DO GESTOR

O Gestor deste órgão aprova este Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, bem como atesta o alinhamento dos referidos documentos ao planejamento estratégico e ao plano de contratações anual. Os referidos documentos estão lastreados nos elementos técnicos fundamentais que os apoiam, tais como na descrição precisa do objeto e suas especificações técnicas, a necessidade da contratação foi demonstrada pelo órgão de origem, a definição dos requisitos da contratação foram fixados, a estimativa da quantidade e o levantamento de mercado, estimativa da despesa, o orçamento estimativo e/ou o cronograma físico-financeiro de desembolso foram realizados por servidor público identificado, houve a descrição da solução como um todo, os resultados pretendidos estão direcionados ao interesse público e aos interesses gerais, o modo de fornecimento, o local e o prazo da entrega foram definidos de forma razoável, assim como os critérios de aceitação do objeto, as obrigações das partes foram devidamente definidas, a forma de pagamento foi estabelecida de forma usualmente adotada pela Administração municipal, o órgão



MUNICÍPIO DE
CHOPINZINHO

interessado definiu os critérios de seleção dos fornecedores, os prazos de vigência e execução contratual foram fixados, as hipóteses de reajuste e revisão constam de forma expressa nos documentos, houve a indicação dos recursos financeiros e orçamentários e, finalmente, o gestor e fiscal foram expressamente designados.

Chopinzinho – PR, 30 de outubro de 2025.

Thaise Viola
Assessora Jurídica

Rubenei Meloto
Secretário Municipal de Administração e Finanças





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 68AC-BB40-DC2C-10BE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ THAISE VIOLA (CPF 103.XXX.XXX-85) em 30/10/2025 15:23:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ RUBENEI MELOTO (CPF 749.XXX.XXX-68) em 31/10/2025 08:07:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/68AC-BB40-DC2C-10BE>

Memorando 7- 6.009/2025

De: Rodrigo J. - SMF-C

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2025 às 16:35:28

Setores envolvidos:

SMA, GAB, DMF, PGM, SMA-LC, SMF-C

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO: SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Segue termo de disponibilidade orçamentária-financeira.

—
Rodrigo Jazynski
Divisão de Contabilidade

Anexos:

TERMO_DE_DISPONIBILIDADE_CAPACITACAO_SINDICANCIA.pdf



CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 30/10/2025

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR CURSO DE CAPACITAÇÃO: SINDICANCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

VALOR: R\$2.490,00

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos existir disponibilidade orçamentária e financeira, conforme Lei nº 4.092/2024 (LOA), Lei nº 3.932/2021 e alterações (PPA) e Lei nº 4.077/2024 (LDO) e alterações, na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Administração:

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	1045 - Outros Recursos não Vinculados
Programa de Trabalho:	04.122.0002.2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	1633 - SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Nota de Empenho:	Não se aplica

Atenciosamente,

Rodrigo Miguel Koprovski
Diretor do Departamento Financeiro

Rodrigo Jazynski
Contador





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D70A-AF2D-4102-84F1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RODRIGO JAZYNSKI (CPF 053.XXX.XXX-41) em 30/10/2025 16:37:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ RODRIGO MIGUEL KOPROVSKI (CPF 030.XXX.XXX-67) em 31/10/2025 08:07:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/D70A-AF2D-4102-84F1>

Memorando 8- 6.009/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2025 às 16:37:20

- Decreto Agente de Contratação.

—
Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

Decreto_016_2025_Dezreto_Agente_de_Contratacao.pdf

Decreto_444_2025_Altera_o_Art_1_do_Decreto_016_de_06_de_Janeiro_de_2025_.pdf

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 016/2025 - AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E
EQUIPE DE APOIO.

DECRETO Nº 016, DE 06 DE JANEIRO DE 2025

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro Equipe de Apoio do Município de Chopinzinho/PR, e dá outras providências.

O Prefeito DO MUNICÍPIO de Chopinzinho, Estado do Paraná,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO os artigos 4º e 5º do Decreto 073, de 28 de março de 2023, que Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Chopinzinho, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público municipal, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade privada e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores, Sr. Paulo Egídio Dalsasso, Sr. Sílvio Alves da Rosa e Sra. Andréia da Silva para exercer a função de Agente de Contratação/Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2025.

Art. 2º Ficam igualmente nomeados os servidores, Sra. Michel Leticia Dietrich, Sr. Daniel Schizzi, e a Eliziane Luiza Sangeletti, como equipe de apoio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 06 DE JANEIRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:A9E110C6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 07/01/2025. Edição 3188

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 444/2025- ALTERA O ART. 1º, DO DECRETO 016, DE 06 DE
JANEIRO DE 2025.

DECRETO N° 444, DE 10 OUTUBRO 2025.

Altera o Art. 1º, do Decreto 016, de 06 de janeiro de 2025, que nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro Equipe de Apoio do Município de Chopinzinho/PR, e dá outras providências.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Altera o Art. 1º, do Decreto 016, de 06 de janeiro de 2025, para que passe a constar a seguinte redação:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores, Sr. Paulo Egídio Dalsasso e Sr. Sílvio Alves da Rosa, para exercer a função de Agente de Contratação/Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 10 DE OUTUBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:26AD0965

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/10/2025. Edição 3383

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

Memorando 9- 6.009/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC
Para: GAB - Gabinete do Prefeito
Data: 30/10/2025 às 16:39:57

Segue para autorização do Sr. Prefeito.

—
Andreia da Silva
Agente Administrativo

Memorando 10- 6.009/2025

De: Álvaro S. - GAB

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2025 às 16:41:45

Setores envolvidos:

SMA, GAB, DMF, PGM, SMA-LC, SMF-C

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO: SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Em anexo autorização.

—
Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito Municipal

Anexos:

AUTORIZACAO_94_.pdf



AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o Memorando nº **6.009/2025** e considerando a média de preços de mercado, objeto da presente, **autorizo firmar Contrato de Serviços, através de Processo de Inexigibilidade de Licitação**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deverão onerar os recursos orçamentários das categorias econômicas, conforme dotações, abaixo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	1045 - Outros Recursos não Vinculados
Programa de Trabalho:	04.122.0002.2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1633 - Serviços de Seleção e Treinamento
Nota de Empenho:	Não Se Aplica

Por outro lado, o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Aprovo o termo de referência e o estudo técnico preliminar, bem como atesto o alinhamento dos referidos documentos ao planejamento estratégico e ao plano de contratações anual. Os referidos documentos estão lastreados nos elementos técnicos fundamentais que os apoiam, tais como na descrição precisa do objeto e suas especificações técnicas, a necessidade da contratação foi demonstrada pelo órgão de origem, a definição dos requisitos da contratação foram fixados, a estimativa da quantidade e o levantamento de mercado, estimativa da despesa, o orçamento estimativo e/ou o cronograma físico financeiro de desembolso foram realizados por servidor público identificado, houve a descrição da solução como um todo, os resultados pretendidos estão direcionados ao interesse público e aos interesses gerais, o modo de fornecimento, o local e o prazo da entrega foram definidos de forma razoável, assim como os critérios de aceitação do objeto, as obrigações das partes foram devidamente definidas, a forma de pagamento foi estabelecida de forma usualmente adotada pela Administração municipal, o órgão interessado definiu os critérios de seleção dos fornecedores, os prazos de vigência e execução contratual foram fixados, as hipóteses de reajuste e revisão constam de forma expressa nos documentos, houve a indicação dos recursos financeiros e orçamentários e, finalmente, o gestor e fiscal foram expressamente designados.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento de Licitação e Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Art. 74, inciso III, alínea "f".

Chopinzinho - PR, 30 de outubro de 2025.

Álvaro Denis Ceni Scolaro
Prefeito





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FC2E-805A-5543-48C3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 30/10/2025 16:42:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FC2E-805A-5543-48C3>

Memorando 11- 6.009/2025

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 31/10/2025 às 10:00:41

Prezados, bom dia

Foi realizado o download da minuta do Contrato junto ao site do município às 15h30 do dia 30 de outubro 2025.

1 – O item 3 Forma de Fornecimento da minuta padronizada foi adequado para prestação de serviços, conforme itens do Termo de Referência.

2 – No item 6 do Contrato - Gestão e Fiscalização, a redação foi alterada conforme DESPACHO Nº 05/2024/PGM/MS, do memorando nº 185/2024.

3 – O item 7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO , foi adequado para prestação de serviços, conforme itens do Termo de Referência.

4 – Incluído o item 7.3.

5 – Incluído os itens 11.5 e 11.6 referentes à nota fiscal e pagamento, conforme itens do Termo de Referência.

Sendo essas as considerações, encaminha-se os autos para Procuradoria do Município para emissão de Parecer Jurídico.

—

Paulo Egidio Dalsasso

Agente Administrativo

Anexos:

EXTRATO_DO CONTRATO_XXX_2025_INEX_XX_2025.pdf

MINUTA_CONTRATO_XXX_2025_INSTITUTO_IAGP.pdf

TERMO_DE CONTRATACAO_DIRETA_INEX_XX_2025.pdf



MUNICÍPIO DE
CHOPINZINHO

Espécie: Extrato do Contrato nº **XXX**/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda. CNPJ: 32.651.451/0001-85. Objeto: Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais - Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar. Valor: R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº **XX**/2025. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (1633) FONTE: 000. Data da assinatura: ____/____/2025. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Eduardo Anziliero, pela Empresa.



CONTRATAÇÃO DIRETA – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

MINUTA - CONTRATO ADMINISTRATIVO N° XXX/2025

Memorando Eletrônico nº 6.009/2025

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Cocolo, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.651.451/0001-85, com sede na Rua Minas Gerais, nº 1391, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Francisco Beltrão – Paraná, CEP: 85.601-060, neste ato representada legalmente pelo Senhor Eduardo Anziliero, portador do CPF nº 062.856.909-28 e do RG 9.392.204-2 SSP-PR.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto nº 73, de 2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO:

Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais, conforme descrito no Termo de Referência.

ITEM	DESCRÍÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<p>Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.</p> <p>Carga horária: 17h30min.</p> <p>Previsão de realização: 05 a 07 de novembro de 2025.</p> <p>Horários: 05/11/2025: 08h30 às 12h – 13h30 às 17h00 06/11/2025: 08h30 às 12h – 13h30 às 17h00 07/11/2025: 08h30 às 12h.</p> <p>Local: JL Hotel by Bourbon Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000</p> <p>Participarão do evento os servidores: Márcio Stringari CPF: 248.211.768-23</p> <p>Corpo docente: Christianne Stroppa; Luciano</p>	01	2.490,00	2.490,00

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.



	Reis e Vivian Lima López Valle. Os currículos dos palestrantes se encontram anexo ao Memorando.			
--	--	--	--	--

1.1 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1 O Termo de Referência e o Termo de Inexigibilidade que deu origem à contratação;

1.1.2 A Autorização de Contratação Direta;

1.1.3 A Proposta da Contratada;

1.1.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. FUNDAMENTO:

Este contrato decorre da **Inexigibilidade de Licitação n.º XX/2025**, com fundamento no artigo 74 da Lei Federal 14.133/2021, inciso III, alínea “f”:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Objeto do **Processo Administrativo n.º 179/2025**, com a autorização publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município após a homologação do Processo, e conforme ato de autorização no despacho nº **XX** do Memorando nº 6.009/2025.

3. FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1 Os serviços deverão ser executados nas datas de 05 a 07 de novembro de 2025, conforme proposta fornecida pela contratada.

3.2 Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a Contratada a executar o mesmo objeto, sem ônus ao Contratante, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

4. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará à Contratada os preços unitários previstos em sua proposta, conforme tabela constante no item 1 deste Contrato.

4.2 O valor total do contrato é de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais) para participação de 01 servidor.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

4.4 Somente serão pagos os valores referentes aos serviços e quantitativos efetivamente entregues e que tenham sido recebidos definitivamente pelo Contratante.



5. DO REAJUSTE:

5.1 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192, de 2001, utilizando-se o índice utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por se tratar do índice adotado pela Administração quando do reajuste de contratos.

5.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá à servidora Sra. Elaine Cristina Gambeta, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (incisos I a VII do art.10 do Decreto nº 73/2023):

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

IV - Analisar os documentos referentes a execução do serviço executado pela contratada;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VI - Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema GMS, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

VI - Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Outras atividades compatíveis com a função.

6.1.2 As atribuições referidas no item 6.1 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

6.1.3 Embora o art. 10 do Decreto Municipal nº 73/2023 estabeleça, preferencialmente, a designação de servidor ou empregado público efetivo do quadro permanente como gestor de contratos, torna-se indispensável, no presente caso, a nomeação da Sra. Elaine Cristina Gambeta, ocupante do cargo de Assessora Jurídica, lotada na Procuradoria, para o exercício da função de gestora do contrato. A indicação decorre em razão do número exguo de pessoas lotados no setor.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá à servidora Thaise Viola, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (parágrafos 1º ao 2º; e parágrafo 4º do art. 11; e incisos I a XV do art. 12 do Decreto nº 73/2023), naquilo que for compatível com o objeto do contrato:

I - Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;



- II** - Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III** - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- IV** - Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- V** - Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- VI** - Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VII** - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VIII** - Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- IX** - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- X** - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- XI** - Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- XII** - Verificar a correta aplicação dos materiais;
- XIII** - Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XIV** - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XV** - Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 6.2.1** Compete ainda à fiscal do contrato, no que se refere à fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços:
- I** - A fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- II** - A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto nº 73/2023.
- 6.2.2** As atribuições referidas no item 6.2 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 O serviço deverá ser executado no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.1.1 Local de execução dos serviços: JL Hotel by Bourbon. Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000.

7.1.2 Prazo de execução dos serviços: dias 05 a 07 de novembro de 2025, conforme horários previstos na proposta da Contratada.

7.2 Os serviços poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 03 (três) dias, a contar



da notificação do contratado, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O curso deverá ser ministrado, pessoalmente, pelos professores: Christianne Stroppa, Luciano Reis e Vivian Lima López Valle..

8. FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentária: Procuradoria Geral/Secretaria de Administração e Finanças.

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	1045 - Outros Recursos não Vinculados
Programa de Trabalho:	04.122.0002.2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1633 - Serviços de Seleção e Treinamento
Nota de Empenho:	Não se aplica

9. VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura.

9.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa da contratada:

a) A contratada será constituída em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações da Contratada:

10.1.1 Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

10.1.9.1 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.2 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e respetivo termo de referência;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato e no termo de referência;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir a contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da Contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de sistema interno, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

Chopinzinho para contratados sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 deste contrato.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)$$

$$365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

11.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento do objeto, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Em função do baixo valor da contratação;

12.1.2 Pelo disposto no item 3.2 deste Contrato, no qual a Contratada se compromete a executar o objeto em outra data, caso ocorra fato que impossibilite a execução na data prevista, devidamente justificado à Administração.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1 A contratada que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto nº 73, de 2023;

Página 7 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.



b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto n.º 73, de 2023;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto n.º 73, de 2023;

13.3 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 73, de 2023.

13.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda a contratada.

13.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de norma ou súmula administrativa específica.

13.7 Nos casos não previstos neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 73, de 2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, no procedimento de seleção do fornecedor e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Chopinzinho.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho.

13.10 As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à Contratada.

14.4 A Contratada, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no termo de referência;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuênciia expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no termo de referência que originou o contrato.

15.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.5 Não será admitida a subcontratação ou cessão total ou parcial dos serviços, objeto deste Contrato.

15.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

16.1 O CONTRATANTE e a CONTRATADA, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento dos serviços por parte da CONTRATADA, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.

16.3 Os dados tratados pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que a CONTRATADA realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.5 A Contratada deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.

16.6 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

Página 9 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.



16.8 O encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 A Contratada responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais da CONTRATADA, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte da CONTRATADA, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma de regulamentação específica.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma de regulamentação específica.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados à Contratada, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos à CONTRATADA.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE ao Município de Chopinzinho, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o termo de referência e a proposta apresentada pela contratada durante o procedimento administrativo que deu origem à contratação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 73, de 2023 e demais leis pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município de Chopinzinho e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema interno utilizado pelo município.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Chopinzinho, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chopinzinho - PR, ____/____/2025.



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

Município de Chopinzinho
Álvaro Denis Ceni Scolaro
Contratante

IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda
Eduardo Anziliero
Contratada

Elaine Cristina Gambeta
Gestora do Contrato

Thaise Viola
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

Categoria: Minuta de Contratação Direta.
Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.
Versão Atualizada: 21/12/2023.

Página 11 de 11



TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: **XX/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 179/2025

MEMORANDO ELETRÔNICO: 6.009/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.651.451/0001-85, com sede na Rua Minas Gerais, nº 1391, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Francisco Beltrão – Paraná, CEP: 85.601-060, neste ato representada legalmente pelo Senhor Eduardo Anziliero, portador do CPF nº 062.856.909-28 e do RG 9.392.204-2 SSP-PR.

DO OBJETO

Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais - Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

DO VALOR

O valor total do contrato é de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS

A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Administração e Finanças.

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	1045 - Outros Recursos não Vinculados
Programa de Trabalho:	04.122.0002.2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1633 - Serviços de Seleção e Treinamento
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA

No serviço público, a busca por excelência e eficiência é essencial para atender às necessidades da sociedade.



MUNICÍPIO DE **CHOPINZINHO**

Para alcançar esse objetivo, é fundamental que os servidores públicos invistam em estudos, capacitação e atualização contínua. Investir em estudos e capacitação é uma forma de valorizar a carreira no serviço público. Quanto mais conhecimento e habilidades um servidor adquire, maiores são as chances de progredir na hierarquia e conquistar oportunidades de destaque. O estudo contínuo e a capacitação não apenas beneficiam o servidor público em seu trabalho, mas também promovem seu crescimento profissional e pessoal. O conhecimento adquirido amplia suas perspectivas, fortalece sua autoconfiança e proporciona novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, a Capacitação no Curso: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar proporcionará ao servidor participante o entendimento sobre:

- a)** O regime jurídico disciplinar na Administração Pública;
- b)** O rito processual da sindicância e do PAD;
- c)** Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções;
- d)** Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos e;
- e)** Estudo de casos práticos.

Considerando o inciso II do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 o qual dispõe que:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexistência para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”.

Considerando os contratos/notas fiscais fornecidas pela empresa (em anexo ao processo), as quais comprovam que o valor está compatível com o valor de mercado.

Considerando que a empresa escolhida é consagrada no mercado pela competência dos docentes e por estar há muitos anos em atividade, a competência dela é indiscutível.

Chopinzinho-PR, ___/___/2025.

Rubenei Meloto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.

Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, ___/___/2025.

Álvaro Denis Ceni Scolaro
Prefeito

Memorando 12- 6.009/2025

De: Thaise V. - PGM

Para: PGM-LIC - LICITAÇÕES

Data: 31/10/2025 às 10:06:31

Faço esses autos conclusos ao Procurador Municipal Thiago Voracoski Santos, do que lavro o presente termo.

—
Thaise Viola
Assessoria Jurídica

Memorando 13- 6.009/2025

De: Thiago S. - PGM-LIC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 03/11/2025 às 18:21:26

Setores envolvidos:

SMA, GAB, DMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO: SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

—
Sem mais para o momento, renovo a Vossa(s) Senhoria(s) os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Chopinzinho(PR), datado e assinado eletronicamente (Certificado Digital – AC OAB G3)

Thiago Voracoski Santos
Procurador Municipal
OAB/PR 73.586

Anexos:

Parecer_Padrao_Inexigibilidade_capacitacao_Lei_14133_21_PGM_Memorando_6009_2025.pdf



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 6009/2025.

PARECER

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de análise de legalidade do **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 6009/2025**, no qual a **Procuradoria Geral do Município** pretende contratar, através de **inexigibilidade de licitação, serviços de capacitação para servidor municipal**.

Os autos foram regularmente formalizados em processo eletrônico (1Doc)¹, e encontram-se instruídos com os seguintes documentos a saber: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar da Secretaria Municipal interessada; estimativa da despesa; certidões de regularidade fiscal e trabalhista; cartão CNPJ; dotação orçamentária; autorização do ordenador de despesa; minutas do edital e contrato.

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DO CAMPO DE ANÁLISE DO PARECER JURÍDICO

Nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/21, ao “*final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação*”. O § 1º desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que “*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá: I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*”.

De acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 484/2021, “*A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.*”.

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise a regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto, bem como

¹ Processo eletrônico autorizado mediante o Decreto Municipal nº 291/2019 e Decreto Municipal nº 489/2020.



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.2. DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI,² da CRFB/88) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva “os casos especificados na legislação”, abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

Essas exceções estão previstas nos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/21, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

De todo modo, partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei nº 14.133/21 em hipóteses de *inexigibilidade* e de *dispensa*.

De forma muito didática, Fernanda Marinela assim as distingue:

“Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação ‘exigível’ que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação.”³

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

2.3. DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

² Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;”

³ MARINELA, Fernanda. *Direito administrativo*. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013, p. 465.



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

A Procuradoria Geral do Município pretende contratar, através de **inexigibilidade de licitação, serviços de capacitação para servidor municipal**.

2.3.1. DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a contratação através do processo de inexigibilidade.

2.3.2. DA JUSTIFICATIVA

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal interessada contempla motivos legítimos e benefícios resultantes da contratação direta.

2.3.3. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações mínimas do objeto, contidas no Termo de Referência, são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento.

2.3.4. DA MODALIDADE

Agiu com acerto a Divisão de Licitações e Contratos ao encaminhar à contratação, na modalidade Inexigibilidade.

Com o devido respeito, mas a inviabilidade de competição é suficiente para justificar a contratação direta, via inexigibilidade, com base no art. 74, inc. III, 'f', da Lei nº 14.133/21, *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Vê-se, portanto, que não há supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório. O serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual está explicitado no próprio objeto da contratação sob análise.

O grau de subjetividade em relação à avaliação do serviço que será prestado, dadas as suas particularidades, impede a adoção de critérios objetivos para a mensu-



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

ração e avaliação da melhor proposta. Não há como se definir, objetivamente, qual seria a melhor empresa que melhor atenderia aos interesses da Administração, preservando a seleção isonômica do executor do serviço. *"Enquanto a licitação é norteada pelo princípio da impessoalidade, a inexigibilidade é marcadamente informada pela pessoalidade"*, diz o professor Renato Geraldo Mendes, em artigo intitulado *"A inexigibilidade de licitação na visão do TCU"*, publicado na Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC.⁴

E, continua, a forma para assegurar a redução do risco de insucesso é por meio da contratação de profissional ou empresa de notória especialização, critério eleito pelo legislador. A escolha do contratado deve ser realizada por critério subjetivo, baseado no grau de confiança que a notória especialização propicia. A *"notória especialização do profissional ou da empresa é a condição que confere objetividade para o que se denomina confiança"*. *"[A] confiança decorrente do conceito profissional do executor, e não do desejo pessoal de quem decide."*. Não se trata de mera escolha ou preferência subjetiva do agente, mas da qualificação do prestador.

No caso do art. 74, inc. III, 'f', não existe viabilidade de competição, mas pode ser possível a disputa. Entretanto, *"(...) ainda que existam várias pessoas notoriamente especializadas (isto é, possibilidade real de disputa), não se pode fixar critério objetivo de escolha para se definir entre A ou B. Logo, só há um tipo de escolha – a subjetiva. (...) Portanto, a existência de mais de um profissional ou empresa de notória especialização não desnatura a inviabilidade de competição, pois esta resulta da impossibilidade de assegurar um dos pressupostos da licitação (o critério objetivo de julgamento) que está relacionado ao objetivo, e não à quantidade de pessoas que atuam no mercado"*, complementa Renato Geraldo Mendes.

Todavia, como o administrador público não está livre para contratar, ainda mais nas hipóteses de contratação direta, via inexigibilidade, é necessário que certos requisitos sejam comprovados nos autos do processo de contratação direta.

Pela redação do art. 72 da Lei nº 14.133/21, para que a contratação seja legal é necessário: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente.

Passa-se ao exame desses requisitos.

⁴ Disponível em: [\[https://static.zenite.com.br/portal/blog/Doutrina_1_Dr.Renato_ilc209.pdf\]](https://static.zenite.com.br/portal/blog/Doutrina_1_Dr.Renato_ilc209.pdf). Acesso em: 11/07/2018.



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

2.3.4.1. DAS EXIGÊNCIAS DO DA LEI Nº 14.133/21

2.3.4.1.1. DO CONTRATO A SER FIRMADO COM A PRÓPRIA EMPRESA QUE PRESTARÁ O SERVIÇO

De acordo com os documentos que constam dos autos, a Secretaria Municipal interessada pretende contratar a empresa **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.**

2.3.4.1.2. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CONTRATADO(A)

A grande preocupação na interpretação das hipóteses de dispensa e inexigibilidade é a abrangência das expressões contidas no permissivo legal. Em verdade, trata-se de termos jurídicos indeterminados, que concedem, em tese, certa margem de discricionariedade ao administrador.

A proporcionalidade é princípio de envergadura constitucional que decorre do devido processo legal em sua acepção substantiva. Tem por finalidade limitar a atuação do Poder Público a parâmetros constitucionalmente aceitáveis.

A proporcionalidade deve ser analisada levando-se em conta o trinômio necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito, que são conceitos parciais que permitem a verificação da lisura e aceitabilidade de uma conduta estatal.

Pergunta-se, então:

a) há **necessidade** da contratação para que cumpra com o seu objeto? A contratação é necessária para que o Município realize **capacitação aos servidores, com a consequente melhoria na prestação dos serviços à população;**

b) há **adequação** entre a medida tomada e fim almejado? Há um perfeito acoplamento entre a ação e o resultado? A contratação mostra-se a escolha correta, haja vista que, de acordo com a Justificativa da Secretaria Municipal interessada:

“2 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL 2.1 No serviço público, a busca por excelência e eficiência é essencial para atender às necessidades da sociedade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que os servidores públicos invistam em estudos, capacitação e atualização contínua. Investir em estudos e capacitação é uma forma de valorizar a carreira no serviço público. Quanto mais conhecimento e habilidades um servidor adquire, maiores são as chances de progredir na hierarquia e conquistar oportunidades de destaque. O estudo contínuo e a capacitação não apenas beneficiam o servidor público em seu trabalho, mas também promovem seu crescimento profissional e pessoal. O conhecimento adquirido amplia suas perspectivas, fortalece sua autoconfiança e proporciona novas oportunidades de desenvolvimento.

2.2 Nesse sentido, a Capacitação no Curso: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar proporcionará ao servidor



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

participante o entendimento sobre: a) O regime jurídico disciplinar na Administração Pública; b) O rito processual da sindicância e do PAD; c) Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções; d) Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos e;

e) Estudo de casos práticos. 2.3 Considerando o inciso II do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 o qual dispõe que: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;". 2.4 Considerando os contratos/notas fiscais fornecidas pela empresa (em anexo ao processo), as quais comprovam que o valor está compatível com o valor de mercado. 2.5 Considerando que a empresa escolhida é consagrada no mercado pela competência dos docentes e por estar há muitos anos em atividade, a competência dela é indiscutível."

c) há proporcionalidade em sentido estrito no que tange ao equilibrado custo benefício? As melhorias trazidas pela medida são superiores aos seus malefícios? Requisito atendido na medida em que o serviço ofertado pela empresa atende a necessidade do órgão municipal interessado.

2.3.4.1.3. DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA E, SE FOR O CASO, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANÁLISE DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO OU PROJETO EXECUTIVO

A Secretaria Municipal interessada apresentou os seguintes documentos: a) documento de formalização de demanda; b) estudo técnico preliminar; c) termo de referência.

2.3.4.1.4. DA ESTIMATIVA DE DESPESA

De acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 484/2021, "A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.".

Logo, não se incluem no âmbito desta análise jurídica a regularidade das planilhas de quantitativos, **valores, cálculos e especificação técnica do objeto**, bem como os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

Não obstante, de acordo com o art. 368 do Decreto nº 73/2023, no processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado da contratação será definido com base no melhor preço aferido, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada, sempre que possível:

I - a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - a utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo municipal, estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores;

V - a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná; e

VI - os preços de tabelas oficiais.

§ 1º A utilização, ou não, de quaisquer dos parâmetros constantes dos incisos I a VI do caput deste artigo deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.

§ 2º Nos casos dos incisos I, III, IV, V e VI do caput deste artigo, deste artigo somente serão admitidos os preços cujas datas não ultrapassem 6 (seis) meses da data da divulgação do edital.

§ 3º Para a obtenção do valor estimado da contratação, serão utilizados como métodos a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços e previamente condensados no mapa de formação de preços, sempre de forma justificada, e desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais pre-



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

ços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata os incisos I a VI do caput deste artigo.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a obtenção do valor estimado da contratação prevista no §3º deste artigo com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo servidor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 5º Deverão ser desconsiderados para os fins do contido no §§3º e 4º deste artigo os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 6º Tanto a pesquisa de preços quanto a elaboração do mapa de formação de preços deverão ser realizadas e acostadas nos autos do processo por servidor devidamente identificado, o qual se responsabilizará pela veracidade das informações que serão inseridas no instrumento convocatório, no convênio ou instrumento congênere, ou ainda no instrumento oriundo de contratação direta.

§ 7º O mapa de formação de preços, devidamente assinado pelo servidor mencionado no §6º, deste artigo deverá refletir a pesquisa de preços com os parâmetros e método adotados, além do resultado obtido e correspondente ao valor estimado da contratação.

Com relação aos processos de contratação direta, o art. 372 prevê que “Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida na forma estabelecida nos §§1º, 2º e 3º do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pelo futuro contratado, por meio da apresentação de no mínimo 3 (três) notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.”. Ainda, “Excepcionalmente, caso o futuro contratado não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o caput poderá ser realizada mediante avaliação de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.”.

A Secretaria Municipal interessada anexou aos autos **três (3) notas fiscais** que foram emitidas pela empresa para outros contratantes, no período de até 1 (um) ano anterior à data desta contratação sob análise.



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

Se infere dos autos que a estimativa de despesa **está de acordo** com os parâmetros, adotados de forma combinada, sempre que possível, do art. 368 e art. 372 do Decreto nº 73/2023. Ressalta-se que a utilização, ou não, de quaisquer dos parâmetros constantes na norma deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.

Por fim, o órgão interessado sempre deverá providenciar a identificação do servidor e elaborar o mapa de formação de preços, devidamente assinado pelo servidor mencionado no §6º.

2.3.4.1.5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças emitiu parecer que há disponibilidade orçamentária para a contratação pretendida.

2.3.4.1.6. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

Dos autos constam os seguintes documentos da Contratada:

a) habilitação jurídica: Atos Constitutivos e Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

b) regularidade fiscal e trabalhista: Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa do Estado do Paraná e Certidão Negativa de Débitos do Município;

c) ausência de impedimentos para contratar com o Poder Público: Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Consulta ao Cadastro de Impedidos de Ligar – TCE/PR, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inellegibilidade do CNJ e Declaração de não parentesco.

d) qualificação específica: currículum do profissional anexado ao procedimento.

2.3.5. DA DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

De acordo com o decreto municipal anexado ao processo, o Agente de Contratação e Equipe de Apoio estão formalmente designados.

2.3.6. DA MINUTA DO CONTRATO

A Divisão de Licitações e Contratos **certificou** que utilizou a minuta de contrato padronizada pela Procuradoria Geral do Município.

2.3.7. DAS PUBLICAÇÕES



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, nos termos da lei, através das publicações de praxe, anexando-as aos autos.⁵

3. DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral do Município **aprova** as minutas de edital e contrato anexadas no **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 6009/2025**, no qual a **Procuradoria Geral do Município** pretende contratar, através de **inexigibilidade de licitação, serviços de capacitação para servidor municipal, desde que atendidas as seguintes recomendações:**

Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 01: providenciar as publicações de praxe, nos termos da lei, anexando os comprovantes no processo.

Após a manifestação jurídica não haverá pronunciamento subsequente da Procuradoria Geral do Município, para fins de simples verificação do atendimento das recomendações consignadas na informação, sendo ônus do gestor a responsabilidade pelo seu cumprimento, ou mesmo por eventual conduta que opte pelo não atendimento das orientações jurídicas dadas, salvo se a própria manifestação jurídica exigir. (art. 328, § 4º do Decreto nº 73/2023).

Registro, por fim, que a análise levada a efeito pela Procuradoria Geral do Município tem natureza jurídica e não comporta avaliação técnica ou juízo de valor acerca dos critérios de discricionariedade que justificaram a deflagração do processo licitatório ou decisões administrativas nele proferidas. (art. 328, § 6º do Decreto nº 73/2023).

Chopinzinho, PR, datado e assinado eletronicamente.

Thiago Voracoski Santos
Procurador Municipal
OAB/PR 73.586

⁵ Decreto nº 73/2023, no seu Art. 153: "No caso de contratação direta, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial, deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato ou de seus aditamentos, como condição indispensável para a eficácia do ato".



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1389-1C48-39AA-3D0C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ THIAGO VORACOSKI SANTOS (CPF 047.XXX.XXX-99) em 03/11/2025 18:21:57 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/1389-1C48-39AA-3D0C>

Memorando 14- 6.009/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 04/11/2025 às 08:10:05

- FGTS atualizada.

—
Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

Consulta-Regularidade_do_Empregador.pdf

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.651.451/0001-85

Razão Social: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

Endereço: R MINAS GERAIS 1391 SL 502 ANDAR 5 EDIF / N SRA APARECIDA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/10/2025 a 24/11/2025

Certificação Número: 2025102603015314586600

Informação obtida em 04/11/2025 08:09:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Memorando 15- 6.009/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC
Para: GAB - Gabinete do Prefeito
Data: 04/11/2025 às 08:19:58

- Termo de Inexigibilidade 40/2025.

—
Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

TERMO_DE_INEXIGIBILIDADE_40_2025.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Rubenei Meloto	04/11/2025 08:34:12	1Doc	RUBENEI MELOTO CPF 749.XXX.XXX-68
Álvaro Dênis Ceni Scolaro...	04/11/2025 10:26:33	ICP-Brasil	ALVARO DENIS CENI SCOLARO CPF 009.XXX.XXX-40

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao> e informe o código: **0B92-3ACA-BD61-026A**



TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 40/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 179/2025

MEMORANDO ELETRÔNICO: 6.009/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.651.451/0001-85, com sede na Rua Minas Gerais, nº 1391, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Francisco Beltrão – Paraná, CEP: 85.601-060, neste ato representada legalmente pelo Senhor Eduardo Anziliero, portador do CPF nº 062.856.909-28 e do RG 9.392.204-2 SSP-PR.

DO OBJETO

Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais - Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

DO VALOR

O valor total do contrato é de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS

A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Administração e Finanças.

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	1045 - Outros Recursos não Vinculados
Programa de Trabalho:	04.122.0002.2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1633 - Serviços de Seleção e Treinamento
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA

No serviço público, a busca por excelência e eficiência é essencial para atender às necessidades da sociedade.





MUNICÍPIO DE **CHOPINZINHO**

Para alcançar esse objetivo, é fundamental que os servidores públicos invistam em estudos, capacitação e atualização contínua. Investir em estudos e capacitação é uma forma de valorizar a carreira no serviço público. Quanto mais conhecimento e habilidades um servidor adquire, maiores são as chances de progredir na hierarquia e conquistar oportunidades de destaque. O estudo contínuo e a capacitação não apenas beneficiam o servidor público em seu trabalho, mas também promovem seu crescimento profissional e pessoal. O conhecimento adquirido amplia suas perspectivas, fortalece sua autoconfiança e proporciona novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, a Capacitação no Curso: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar proporcionará ao servidor participante o entendimento sobre:

- a)** O regime jurídico disciplinar na Administração Pública;
- b)** O rito processual da sindicância e do PAD;
- c)** Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções;
- d)** Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos e;
- e)** Estudo de casos práticos.

Considerando o inciso II do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 o qual dispõe que:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexistência para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”.

Considerando os contratos/notas fiscais fornecidas pela empresa (em anexo ao processo), as quais comprovam que o valor está compatível com o valor de mercado.

Considerando que a empresa escolhida é consagrada no mercado pela competência dos docentes e por estar há muitos anos em atividade, a competência dela é indiscutível.

Chopinzinho-PR, 04 de novembro de 2025.

Rubenei Meloto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.

Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, 04 de novembro de 2025.

Álvaro Denis Ceni Scolaro

Prefeito





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0B92-3ACA-BD61-026A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RUBENEI MELOTO (CPF 749.XXX.XXX-68) em 04/11/2025 08:34:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ALVARO DENIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 04/11/2025 10:26:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0B92-3ACA-BD61-026A>

Memorando 16- 6.009/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC
Para: GAB - Gabinete do Prefeito
Data: 04/11/2025 às 08:55:43

- Contrato 316/2025, para assinatura.

—
Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

CONTRATO_316_2025_INSTITUTO_IAGP_PM_Chopinzinho.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Elaine Cristina Gambeta	04/11/2025 10:17:16	1Doc	ELAINE CRISTINA GAMBETA CPF 019.XXX.XXX-61
Álvaro Dênis Ceni Scolaro...	04/11/2025 10:27:06	ICP-Brasil	ALVARO DENIS CENI SCOLARO CPF 009.XXX.XXX-40
Thaise Viola	04/11/2025 10:30:39	1Doc	THAISE VIOLA CPF 103.XXX.XXX-85

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao> e informe o código: **5028-8386-E509-0E5C**



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CONTRATAÇÃO DIRETA – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 316/2025

Memorando Eletrônico nº 6.009/2025

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.651.451/0001-85, com sede na Rua Minas Gerais, nº 1391, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Francisco Beltrão – Paraná, CEP: 85.601-060, neste ato representada legalmente pelo Senhor Eduardo Anziliero, portador do CPF nº 062.856.909-28 e do RG 9.392.204-2 SSP-PR.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto nº 73, de 2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO:

Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais, conforme descrito no Termo de Referência.

ITEM	DESCRÍÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<p>Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.</p> <p>Carga horária: 17h30min.</p> <p>Previsão de realização: 05 a 07 de novembro de 2025.</p> <p>Horários: 05/11/2025: 08h30 às 12h – 13h30 às 17h00 06/11/2025: 08h30 às 12h – 13h30 às 17h00 07/11/2025: 08h30 às 12h.</p> <p>Local: JL Hotel by Bourbon Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000</p> <p>Participarão do evento o servidor: Márcio Stringari CPF: 248.211.768-23</p> <p>Corpo docente: Christianne Stroppa; Luciano</p>	01	2.490,00	2.490,00

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.

Página 1 de 11





	Reis e Vivian Lima López Valle. Os currículos dos palestrantes se encontram anexo ao Memorando.			
--	--	--	--	--

1.1 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1 O Termo de Referência e o Termo de Inexigibilidade que deu origem à contratação;

1.1.2 A Autorização de Contratação Direta;

1.1.3 A Proposta da Contratada;

1.1.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. FUNDAMENTO:

Este contrato decorre da **Inexigibilidade de Licitação n.º 40/2025**, com fundamento no artigo 74 da Lei Federal 14.133/2021, inciso III, alínea “f”:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Objeto do **Processo Administrativo n.º 179/2025**, com a autorização publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município após a homologação do Processo, e conforme ato de autorização no despacho nº 10 do Memorando nº 6.009/2025.

3. FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1 Os serviços deverão ser executados nas datas de 05 a 07 de novembro de 2025, conforme proposta fornecida pela contratada.

3.2 Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a Contratada a executar o mesmo objeto, sem ônus ao Contratante, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

4. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará à Contratada os preços unitários previstos em sua proposta, conforme tabela constante no item 1 deste Contrato.

4.2 O valor total do contrato é de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais) para participação de 01 servidor.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

4.4 Somente serão pagos os valores referentes aos serviços e quantitativos efetivamente entregues e que tenham sido recebidos definitivamente pelo Contratante.

Página 2 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.





5. DO REAJUSTE:

5.1 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192, de 2001, utilizando-se o índice utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por se tratar do índice adotado pela Administração quando do reajuste de contratos.

5.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá à servidora Sra. Elaine Cristina Gambeta, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (incisos I a VII do art.10 do Decreto nº 73/2023):

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

IV - Analisar os documentos referentes a execução do serviço executado pela contratada;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VI - Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema GMS, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

VI - Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Outras atividades compatíveis com a função.

6.1.2 As atribuições referidas no item 6.1 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

6.1.3 Embora o art. 10 do Decreto Municipal nº 73/2023 estabeleça, preferencialmente, a designação de servidor ou empregado público efetivo do quadro permanente como gestor de contratos, torna-se indispensável, no presente caso, a nomeação da Sra. Elaine Cristina Gambeta, ocupante do cargo de Assessora Jurídica, lotada na Procuradoria, para o exercício da função de gestora do contrato. A indicação decorre em razão do número exguo de pessoas lotados no setor.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá à servidora Thaise Viola, a qual será responsável pelas seguintes atribuições (parágrafos 1º ao 2º; e parágrafo 4º do art. 11; e incisos I a XV do art. 12 do Decreto nº 73/2023), naquilo que for compatível com o objeto do contrato:

I - Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.

Página 3 de 11





- II** - Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III** - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- IV** - Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- V** - Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- VI** - Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VII** - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VIII** - Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- IX** - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- X** - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- XI** - Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- XII** - Verificar a correta aplicação dos materiais;
- XIII** - Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XIV** - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XV** - Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 6.2.1** Compete ainda à fiscal do contrato, no que se refere à fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços:
- I** - A fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- II** - A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto nº 73/2023.
- 6.2.2** As atribuições referidas no item 6.2 não afastam outras previstas em decreto específico, no que for compatível.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 O serviço deverá ser executado no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.1.1 Local de execução dos serviços: JL Hotel by Bourbon. Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000.

7.1.2 Prazo de execução dos serviços: dias 05 a 07 de novembro de 2025, conforme horários previstos na proposta da Contratada.

7.2 Os serviços poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 03 (três) dias, a contar

Página 4 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.





da notificação do contratado, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O curso deverá ser ministrado, pessoalmente, pelos professores: Christianne Stroppa, Luciano Reis e Vivian Lima López Valle..

8. FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentária: Procuradoria Geral/Secretaria de Administração e Finanças.

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	1045 - Outros Recursos não Vinculados
Programa de Trabalho:	04.122.0002.2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1633 - Serviços de Seleção e Treinamento
Nota de Empenho:	Não se aplica

9. VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura.

9.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa da contratada:

a) A contratada será constituída em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações da Contratada:

10.1.1 Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

Página 5 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.





MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

10.1.9.1 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.2 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e respetivo termo de referência;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato e no termo de referência;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir a contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da Contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de sistema interno, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de

Página 6 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

Chopinzinho para contratados sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 deste contrato.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)$$

$$365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

11.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento do objeto, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Em função do baixo valor da contratação;

12.1.2 Pelo disposto no item 3.2 deste Contrato, no qual a Contratada se compromete a executar o objeto em outra data, caso ocorra fato que impossibilite a execução na data prevista, devidamente justificado à Administração.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1 A contratada que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto nº 73, de 2023;

Página 7 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.





b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto n.º 73, de 2023;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto n.º 73, de 2023;

13.3 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 73, de 2023.

13.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda a contratada.

13.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de norma ou súmula administrativa específica.

13.7 Nos casos não previstos neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 73, de 2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, no procedimento de seleção do fornecedor e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Chopinzinho.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Chopinzinho.

13.10 As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à Contratada.

14.4 A Contratada, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

Página 8 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.





15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no termo de referência;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuênciia expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no termo de referência que originou o contrato.

15.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.5 Não será admitida a subcontratação ou cessão total ou parcial dos serviços, objeto deste Contrato.

15.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

16.1 O CONTRATANTE e a CONTRATADA, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento dos serviços por parte da CONTRATADA, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.

16.3 Os dados tratados pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que a CONTRATADA realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.5 A Contratada deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.

16.6 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

Página 9 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

16.8 O encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 A Contratada responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais da CONTRATADA, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte da CONTRATADA, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma de regulamentação específica.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma de regulamentação específica.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados à Contratada, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos à CONTRATADA.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE ao Município de Chopinzinho, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o termo de referência e a proposta apresentada pela contratada durante o procedimento administrativo que deu origem à contratação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 73, de 2023 e demais leis pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município de Chopinzinho e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema interno utilizado pelo município.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Chopinzinho, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chopinzinho - PR, 04 de novembro de 2025.

Página 10 de 11

Categoria: Minuta de Contratação Direta.

Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.

Versão Atualizada: 21/12/2023.





MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

Município de Chopinzinho
Álvaro Denis Ceni Scolaro
Contratante

EDUARDO Assinado de forma digital por
EDUARDO
ANZILIERO:06285 ANZILIERO:06285690928
690928 Dados: 2025.11.04 08:42:59
-03'00'

IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda
Eduardo Anziliero
Contratada

Elaine Cristina Gambeta
Gestora do Contrato

Thaise Viola
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

Categoria: Minuta de Contratação Direta.
Objeto: Para aquisição de bens, **SEM** objeto definido.
Versão Atualizada: 21/12/2023.

Página 11 de 11





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5028-8386-E509-0E5C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDUARDO ANZILIERO (CPF 062.XXX.XXX-28) em 04/11/2025 08:42:59 GMT-03:00
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ ELAINE CRISTINA GAMBETA (CPF 019.XXX.XXX-61) em 04/11/2025 10:17:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ALVARO DENIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 04/11/2025 10:26:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ THAISE VIOLA (CPF 103.XXX.XXX-85) em 04/11/2025 10:30:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/5028-8386-E509-0E5C>

Memorando 17- 6.009/2025

De: ANDREIA S. - SMA-LC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 04/11/2025 às 08:56:16

- Extrato do Contrato 316/2025.

—
Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

EXTRATO_DO CONTRATO_316_2025_INEX_40_2025.pdf



MUNICÍPIO DE **CHOPINZINHO**

Espécie: Extrato do Contrato nº 316/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda. CNPJ: 32.651.451/0001-85. Objeto: Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais - Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar. Valor: R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 40/2025. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (1633) FONTE: 000. Data da assinatura: 04/11/2025. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Eduardo Anziliero, pela Empresa.

Memorando 18- 6.009/2025

De: Eliziane S. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/11/2025 às 09:31:36

Em anexo:

- Publicações

—
Eliziane Luiza Sangaleti

Auxiliar Administrativo

Anexos:

Contrato_PNCP.pdf

Extrato_AMP.pdf

Termo_de_Inex_AMP.pdf

Termo_de_Inex_PNCP.pdf



Contrato nº 316/2025

Última atualização 05/11/2025

Local: Chopinzinho/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CHOPINZINHO **Unidade executora:** 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 179 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 05/11/2025 **Data de assinatura:** 04/11/2025 **Vigência:** de 04/11/2025 a 01/02/2026

Id contrato PNCP: 76995414000160-2-000158/2025 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: [76995414000160-1-000269/2025](#)

Objeto:

Contratacao de Servicos de Capacitacao para Servidores Municipais Seminario de Sindicancia e Processo Administrativo Disciplinar.

VALOR CONTRATADO

R\$ 2.490,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 32.651.451/0001-85 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

Arquivos

Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão
INEX 402025 CONTRATO 3162025 IAGP INSTITUTO APPLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA	05/11/2025 - 11:28:42

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página:

1



[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

📞 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à [licença de uso](#).

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 316-2025 - INEX 40-2025

Espécie: Extrato do Contrato nº 316/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda. CNPJ: 32.651.451/0001-85. Objeto: Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais - Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar. Valor: R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 40/2025. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (1633) Fonte: 000. Data da assinatura: 04/11/2025. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Eduardo Anziliero, pela Empresa.

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:BF0C56A8

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/11/2025. Edição 3400
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 40-2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 40/2025
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 179/2025
 MEMORANDO ELETRÔNICO: 6.009/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APlicado em Gestão Pública LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.651.451/0001-85, com sede na Rua Minas Gerais, nº 1391, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Francisco Beltrão – Paraná, CEP: 85.601-060, neste ato representada legalmente pelo Senhor Eduardo Anziliero, portador do CPF nº 062.856.909-28 e do RG 9.392.204-2 SSP-PR.

DO OBJETO

Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais - Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

DO VALOR

O valor total do contrato é de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS

A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Administração e Finanças.

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	1045 - Outros Recursos não Vinculados
Programa de Trabalho:	04.122.0002.2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1633 - Serviços de Seleção e Treinamento
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA

No serviço público, a busca por excelência e eficiência é essencial para atender às necessidades da sociedade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que os servidores públicos invistam em estudos, capacitação e atualização contínua. Investir em estudos e capacitação é uma forma de valorizar a carreira no serviço público. Quanto mais conhecimento e habilidades um servidor adquire, maiores são as chances de progredir na hierarquia e conquistar

oportunidades de destaque. O estudo contínuo e a capacitação não apenas beneficiam o servidor público em seu trabalho, mas também promovem seu crescimento profissional e pessoal. O conhecimento adquirido amplia suas perspectivas, fortalece sua autoconfiança e proporciona novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, a Capacitação no Curso: Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar proporcionará ao servidor participante o entendimento sobre:

- a) O regime jurídico disciplinar na Administração Pública;**
- b) O rito processual da sindicância e do PAD;**
- c) Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções;**
- d) Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos e;**
- e) Estudo de casos práticos.**

Considerando o inciso II do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 o qual dispõe que:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”.

Considerando os contratos/notas fiscais fornecidas pela empresa (em anexo ao processo), as quais comprovam que o valor está compatível com o valor de mercado.

Considerando que a empresa escolhida é consagrada no mercado pela competência dos docentes e por estar há muitos anos em atividade, a competência dela é indiscutível.

Chopinzinho-PR, 04 de novembro de 2025.

RUBENEI MELOTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.

Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, 04 de novembro de 2025.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO

Prefeito

Publicado por:

Andreia da Silva

Código Identificador:851E4F08

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/11/2025. Edição 3400

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

[Home](#) > [Editais](#)

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 40 | Processo 179/2025

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 05/11/2025

Local: Chopinzinho/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CHOPINZINHO **Unidade compradora:** 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 05/11/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 76995414000160-1-000269/2025 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Objeto:

Contratacao de Servicos de Capacitacao para Servidores Municipais Seminario de Sindicancia e Processo Administrativo Disciplinar.

Informação complementar:

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 2.490,00	R\$ 2.490,00

Itens	Arquivos	Contratos/Empenhos	Histórico
Nome			Data/Hora de Inclusão
INEX 402025 PROCESSO 1792025 TERMO DE INEXIGIBILIDADE			05/11/2025 - 11:28:36
Exibir: <input type="button" value="5"/> 1-1 de 1 itens		Página: <input type="button" value="1"/>	
Voltar			



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

📞 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.